

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

RUÍNAS DISCURSIVAS
A ocupação midiática sem-terra como máquina de guerra nômade

KLEBER SANTOS DE MENDONÇA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF) como pré-requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação Social.

ORIENTAÇÃO: PROFA. DRA. MARIA CRISTINA FRANCO FERRAZ

Niterói
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

KLEBER SANTOS DE MENDONÇA

RUÍNAS DISCURSIVAS

A ocupação midiática sem-terra como máquina de guerra nômade

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF) como pré-requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação Social.

Aprovada em 13 de junho de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Maria Cristina Franco Ferraz
Orientadora – UFF

Professor Doutor Giuseppe Cocco – ESS/UFRJ

Professora Doutora Tânia Conceição Clemente de Souza – PPGAS/UFRJ

Professor Doutor Dênis Roberto Villas Boas de Moraes – UFF

Professora Doutora Maria Paula Sibília - UFF

À minha mãe,
por preservar em mim
(quanto tudo ainda podia não ser)
a capacidade de acreditar em sonhos
que ainda nem imaginava que teria.

Ao meu pai,
por explicar à sua maneira
(quando tudo que podia ainda não era)
a difícil arte de fazer da vida
uma incessante invenção de linhas de fuga.

“Não se iluda comigo, leitor. Além de antropólogo, sou homem de fé e de partido. Faço política e faço ciência movido por razões éticas e por um fundo patriotismo. Não procure, aqui, análises isentas. Esse é um livro que quer ser participante, que aspira a influir sobre as pessoas, que aspira a ajudar o Brasil a encontrar-se a si mesmo.”

(Darcy Ribeiro, antropólogo)

“Mais cripto-comodista do que cripto-comunista, religioso sem Deus, amando esta terra com um amor forte e ineficaz, me limito com humildade à obrigação mínima de quem escreve: dar meu testemunho por escrito.”

(Antônio Callado, jornalista)

“Tem gente que pergunta o que a luta me dá. Me dá educação de ser companheiro, dignidade do saber... tudo isso eu ganho. Ninguém luta só entorno de si. Você luta sabendo que a sua luta vai fortificar alguma coisa para quem fica. O importante é lutar de cabeça erguida. Ser digno da organização, mesmo que tenha contradição e contratempo.”

(Antônio Alves de Oliveira, sem-terra)

AGRADECIMENTOS

Aos que colaboraram para a confecção desse trabalho. Alguns com conversas, críticas e sugestões, outros com empréstimo de textos e dicas de pesquisa, outros ainda pela companhia, pela amizade e pela alegria compartilhada com companheirismo e amor. A presença de todos é a prova de que um trabalho tão solitário e longo como a elaboração de uma tese pode, ainda assim, ser uma obra, numa certa medida, coletiva.

À FAPERJ e à Capes pelo financiamento da pesquisa.

Aos professores Giuseppe Cocco, Dênis de Moraes, Tânia Clemente de Souza e Paula Sibilia, membros da banca, que aceitaram tão prontamente o convite para contribuírem com a leitura crítica desse trabalho. Agradeço, principalmente, a alegria de poder formar uma mesa de avaliadores com pessoas cujas trajetórias acadêmica, política e pessoal sempre foram objeto de admiração e inspiração.

À minha orientadora, professora Maria Cristina Franco Ferraz, pela paciência, pelas conversas, pela confiança e pela liberdade com que guiou o processo às vezes árduo, às vezes cansativo da orientação desse trabalho.

À professora Alessandra Aldè pela leitura crítica, pelas sugestões e pelos comentários feitos no meu exame de qualificação.

A todos os professores UFF pelas aulas e pela maneira fraterna com que têm levado adiante o projeto de uma pós-graduação de qualidade. Em especial, agradeço à professora Marialva Barbosa, como coordenadora da pós durante os anos dessa pesquisa.

À professora e amiga Ana Enne, pelas aulas, pelo exemplo, pela alegria e pelo apoio.

Aos meus amigos sempre próximos no debate, nas idéias e na vida. Em especial, a Messias Tadeu, Geisa Rodrigues, Rodrigo Labriola, Mariana Baltar (inclusive pelo punhado de terra de um assentamento), Danielle Brasiliense, Fernando Morais, Marco Antônio Roxo, Fabro Steibel, Charbelly Estrela, Jorge Sápia, Simone Orlando, Beatriz Schmidt, Andréa Valle e Guilherme Nery.

E à Flora pelo amor, pela revisão (da tese e de minha vida) e pelas lágrimas e sorrisos divididos e multiplicados.

RESUMO

O objetivo dessa tese é investigar a relação entre as estratégias de visibilidade midiática, desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e as coberturas jornalísticas desenvolvidas por veículos impressos. O estudo parte da hipótese de que os sem-terra são capazes de inventar uma máquina de guerra nômade, nos moldes propostos por Deleuze e Guattari. A partir da metodologia de ocupação de terras, o movimento transforma o ‘espaço estriado’ da propriedade privada em um ‘espaço liso’ de contestação. Essa desterritorialização permite a emergência da *ocupação midiática*, através da qual o MST promove uma re-interpretação dos acontecimentos, do mundo e das memórias dos fatos passados. A instância jornalística, por sua vez, como responsável por administrar fluxos globais de informação, se vê obrigada a controlar os sentidos hegemônicos, violentamente ameaçados pela ação sem-terra. Com isso, esse trabalho propõe o conceito de *ruína discursiva* para mapear as possibilidades de um ator político contestador ser capaz de pautar a cobertura jornalística que lhe é adversa. A hipótese final é a de que o MST, ao ter suas ações de visibilidade arruinadas, promove, por sua vez, a *ruína discursiva* da aparência de objetividade do jornalismo. Como as análises de reportagens aqui desenvolvidas permitem concluir, tal objetivo é alcançado na medida em que as ações sem-terra tornam evidentes o controle discursivo desempenhado pela imprensa.

Palavras-chave:

1. MST 2. Jornalismo impresso 3. Ruína Discursiva 4. Filosofia Política 5. Questão agrária

ABSTRACT

The objective of this thesis is to investigate the relationship between the strategies of mediatic visibility developed by the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), and the news coverage performed by some of the most important Brazilian press media. The study starts from the hypothesis that the landless are able to create a “Nomad War Machine”, as it is proposed by Deleuze and Guattari studies. From the land occupation methodology, the movement changes the ‘striated space’ of the private property into a ‘smooth space’ of contestation. This process of deterritorialization allows to the movement the arise of a mediatic occupation, through which MST promotes a total re-interpretation of events, the world and past facts memories. The journalism instance, as the responsible for the administration of global flows of information, sees itself obligated to control the hegemonic senses violently threaten for the landless action. Therefore, this work proposes the concept of discursive ruin with the purpose of describe the range of possibilities conquered by this contestating political actor whose one of its major objectives is to be able to guide the journalistic cover, even when it is adverse to himself. The final hypothesis is that MST, when notices its visibility actions ruined, promotes the discursive ruin of the apparently journalistic objectivity. As the analysis of articles here developed allows us to conclude, that objective is reached as long as the landless actions make evident the discursive control performed by press.

Key Words:

1. MST 2. Press 3. Discursive ruin 4. Political Philosophy 5. Agrarian Issue

SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i>	9
<i>1 Os mil platôs do capitalismo: uma (re)leitura crítica das teorias marxistas?</i>	25
1.1 Breve genealogia do Estado	37
1.2 A questão agrária brasileira	47
1.3 A política pela geografia: a ocupação como instrumento formador do MST	57
1.4 Os <i>espaços outros</i> de revide criativo: a ocupação sem-terra como <i>território-rede</i>	66
<i>2 A ágora capturada: o espaço liso global do jornalismo contemporâneo</i>	79
2.1 O discurso jornalístico: a verdade como palavra de ordem.....	90
2.2 O ‘gosto de cinza’ da objetividade: interlúdio a respeito de um <i>jornalismo outro</i>	96
2.3 O duplo aspecto do campo jornalístico: ator e espaço (liso) de realização política	109
2.4 Anti-polifonia e poder: o enquadramento de um massacre sem-terra	122
<i>3 O MST como máquina de guerra nômade</i>	137
3.1 Do <i>movimento</i> à <i>velocidade</i> : os sem-terra entre o nômade e o migrante	138
3.1.1 – Dos aglomerados de exclusão ao devir minoritário.....	143
3.2 A inversão dos fluxos migratórios em um devir nômade sem-terra	152
3.2.1 A máquina de moer gentes: os ‘cinco brasis’ e seus infinitos revides	154
3.3 A ocupação como espaço liso de memória clandestina.....	174
3.3.1 As cercas da memória.....	181
3.4 Sem perder a ternura: a mística como arma de guerra nômade.....	189
3.5 Das ferramentas disciplinadas às armas de ação livre	199
<i>4 O Conceito de Ruína Discursiva</i>	217
4.1 Breve genealogia das potências da ruína	225
4.1.1 Simmel e a sedução pela ruína.....	226
4.1.2 Do romantismo monumental à ruína como alegoria produtora	232
4.1.3 Nietzsche e o nihilismo positivo da ruína discursiva.....	240
4.2 As ciências dos vestígios: a arte de escovar palavras a contrapelo.....	246
<i>CONCLUSÃO</i>	254
<i>BIBLIOGRAFIA</i>	261

INTRODUÇÃO

“Dos campos, das cidades, das frentes dos palácios, os sem-terra, esse povo de beira de quase tudo, retiram suas lições de semente e história. Assim exprimidos nessa espécie de geografia perdida que sobe entre as estradas, que é por onde passam os que têm aonde ir e as cercas, que é onde estão os que têm onde estar, os sem-terra sabem o que fazer: plantam. E plantam porque sabem que terão apenas o almoço que puderem colher, como sabem que terão apenas o país que puderem conquistar”.
(Paulo Rufino)

O desafio dos pesquisadores em comunicação nesse milênio será o de ser capaz de desenvolver, em conjunto, ferramentas analíticas que possam dar conta da complexidade de nosso tempo. Nesse cenário, os meios de comunicação ocupam um papel preponderante. Assim, uma das tarefas principais residirá em delimitar as características e efeitos desse espaço midiático na contemporaneidade. Por meio desse novo cenário, surgem, se relacionam, se desenvolvem e ganham lugar as manifestações políticas, os afetos, as redes de sociabilidade dos mais diversos atores, bem como o controle e as demais instâncias punitivas desenvolvidas pelo Estado.

Dessa maneira, o incômodo que originou esta tese se desenvolveu a partir da constatação de que o MST se convertia em um desses principais atores capazes de articular suas ações sociais e políticas levando em consideração o papel central que os meios de comunicação têm ocupado. É por esta razão que podemos dizer que, quando um grupo de pessoas, organizadas em torno de um movimento político reivindicatório, espalha suas barracas plásticas em sítios de fazendas ‘improdutivas’, há mais em jogo do que a luta pela posse destas terras ou pelo direito de trabalhar dignamente.

As barracas instaladas no terreno permitem um movimento complexo no qual vários acontecimentos irrompem: a construção de subjetividades outras, a reconfiguração do sentido de propriedade e a re-elaboração da memória política e social recente, por exemplo. Esse conjunto também assume o aspecto de um acontecimento que será apropriado discursivamente por jornalistas e seus veículos de comunicação, para ser distribuído como um produto econômico para além da localidade em que se passa o

evento, destinado a ser consumido (e re-apropriado) por diversos outros atores sociais e políticos.

Uma rápida aproximação entre esse gesto político do MST em busca de visibilidade pública e a cobertura noticiosa de suas ações pode revelar em que medida, por sua vez, o campo jornalístico se constitui tanto como um dos principais atores políticos, quanto como uma *ágora* contemporânea. Diante destas constatações, podemos dizer que o objetivo geral desta pesquisa é o de desenvolver uma reflexão em torno do encontro entre estas duas forças políticas: o campo jornalístico e o MST. Tal questionamento se dará a partir de uma análise crítica da cobertura jornalística de mídia impressa a respeito dos principais acontecimentos ligados ao movimento.

Ao longo dos quatro anos de desenvolvimento desta pesquisa, as análises empíricas e o estudo da bibliografia referente ao MST e ao papel do jornalismo sugeriram algumas modificações em relação ao que se pretendia inicialmente. Há, hoje, um número considerável de estudos que tentam dar conta dos modos pelos quais a grande imprensa trata, em sua cobertura, das ações do MST, boa parte deles se preocupando em denunciar os gestos de criminalização do movimento por parte da grande imprensa. Em que pese a importância de tais pesquisas, o que se pretende nesse trabalho é algo um pouco diverso. As análises do discurso jornalístico que serão desenvolvidas aqui terão um objetivo outro do que o de meramente denunciar direcionamentos de sentido.

Em seu importante estudo sobre a conflituosa relação imprensa-MST, Christa Berger já produz um deslocamento de análise que contribui para a mudança de foco pretendida nesta tese. A autora percebe, em seu *Campos em confronto*, de que maneira essa relação é tanto conflitante e ambígua, quanto simbiótica. A autora lembra que

“o MST percebe a mediação da informação na sua interlocução com o poder político. E a mídia sabe que seu poder está na sua condição de mediação. Nesta interação (sinuosa, sutil, não dita) ambas se vinculam mediante um “jogo de usos”. O MST precisa encenar suas reivindicações, torná-las fotografáveis e oferecer à imprensa os elementos que confirmarão sua natureza. A ela cabe contar o presente e quanto mais “expedientes de real” tiver, maior será sua credibilidade”¹.

¹ BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: UFRGS, 1998, p. 11.

Esse reconhecimento da atividade política e da complementaridade dos atores em suas ações é fundamental para fugirmos da armadilha de analisar “criticamente” reportagens apontando vilões ou vítimas. O que o gesto analítico desta tese pretende evidenciar é a importância de pensarmos as questões políticas contemporâneas mediadas pelo jornalismo, como profissão, pelas empresas de comunicação, como atores políticos, e pelas notícias jornalísticas, acontecimentos-relatos que também compõem o espaço público midiático.

A meta, desta maneira, não é mostrar a criminalização do movimento, evidenciando direcionamentos de sentidos, por parte dos veículos de comunicação, com o objetivo de controlar e redimensionar, em sua cobertura, as estratégias de visibilidade do MST. O movimento teórico-metodológico desta tese, inspirado nas conclusões de Berger, é propor alguns deslocamentos em relação às questões usualmente levantadas em torno de nosso objeto. Acreditamos que esta inversão dos sentidos de questionamentos e interpretações pode jogar uma luz diferente ao que poderia parecer, enganosamente, há muito respondido.

Assim, será preciso evidenciar, inicialmente, que esse não é um estudo sobre o MST como organização política e movimento social; tampouco um tratado a respeito do ambíguo papel político da imprensa na contemporaneidade, ao mesmo tempo ator e espaço de realização dos embates. O objeto desta tese será, outrossim, o complexo processo desencadeado pelo encontro desses dois atores políticos numa arena produzida e controlada pelo e a partir dos meios de comunicação. Serão analisadas as rupturas e embates deflagrados pela ocupação sem-terra e a visibilidade midiática por ela desencadeada.

Do ponto de vista metodológico, a análise do corpus empírico não pretendeu efetivar qualquer apropriação quantitativa. Em grande medida, o que se buscou fazer foi uma delimitação de procedimentos que permitissem uma análise do discurso jornalístico para evidenciar, em alguns momentos-chave, o processo de produção de sentidos e efeitos de verdade.

Desta maneira, partimos de um olhar analítico inverso ao que em geral se desenvolve. Em vez de evidenciar os direcionamentos de sentido ocultos à primeira vista, o objetivo da primeira análise empírica foi perceber de que maneira esses

direcionamentos de sentido são provocados pela ação da fonte: o MST. Por esta razão, a análise mais amíuê do corpus foi tomada de modo implícito ao longo do trabalho. Reside nesta opção também a inexistência de um capítulo exclusivamente destinado à análise de reportagens. Optou-se, assim, por aprofundamentos específicos, ao longo de toda a reflexão, de casos emblemáticos capazes de ilustrar os mecanismos do modelo da estrutura usada, comumente, para emoldurar a cobertura do tema.

Os exemplos pontuais aqui desenvolvidos são, portanto, momentos mais explícitos que evidenciam os padrões de cobertura extremamente recorrentes, permitindo o estabelecimento do objetivo final desta tese: mostrar como é possível, para um movimento social, tornar-se sujeito ativo de suas ações políticas e mesmo da cobertura jornalística desses. À reboque, o gesto político mostra-se capaz de deixar marcas discursivas, na materialidade do texto jornalístico, que possibilitam a evidência de tomadas de posição (interpretativas), por parte da imprensa, diante dos acontecimentos.

A complexa articulação enunciada acima permite, como efeito visível, a produção de vestígios, de fragmentos desse trabalho de direcionamento de sentidos. Assim, as análises discursivas presentes nesta tese têm o objetivo de evidenciar as estratégias políticas do MST capazes de obrigar o jornalista à materialização dos gestos de produção do “efeito de verdade” da notícia.

Dito de outra forma, embora à primeira vista algumas análises aqui apresentadas se assemelhem às tradicionais análises de discurso, o objetivo final é oposto ao que comumente pesquisas desta natureza propõem. A meta não é concluir mostrando os direcionamentos de sentido mascarados como verdade objetiva, uma vez que não basta deixar clara a tomada de partido que evidencia a ‘falsidade’ da retórica da objetividade. Esse trabalho quer mostrar como esta tomada de posição é fruto de uma resposta midiática a uma ação ativa, consciente ou não, de atores sociais específicos, com objetivos claramente definidos.

Com isso, em vez de meramente vilanizar a imprensa, denunciando uma cobertura ‘injusta’ a respeito de um tema específico, será possível mostrar a dupla capacidade política ativa do MST: a de produzir acontecimentos que se converterão em cobertura midiática, bem como a de desencadear processos de ruptura de sentidos que

forçarão os veículos de comunicação (e alguns outros setores da sociedade) a se mobilizar para reassentar esses sentidos até então tomados como naturais.

A ação sem-terra é capaz de provocar a ruptura dos valores e sentidos naturalizados pela imprensa hegemônica, ao permitir a passagem desses para outros, não mais “evidentes”, já que violentamente confrontados. O que ficará notório é o gesto de “tornar naturais” os enunciados. Ao evidenciar esse processo, poderemos perceber a historicidade desses como produtos hegemônicos que são.

O gesto político da imprensa de devolver os sentidos para seu estado anterior (de naturalidade evidente) não é invisível: as marcas desse ‘trabalho’ (no sentido marxista do termo) permanecerão, em forma de ruína, nos arquivos da cobertura. Assim, o foco principal da pesquisa não reside na análise interpretativa dos gestos de deslocamento de sentidos, mas em explicitar o mérito político sem-terra de ser capaz de provocar esses reagrupamentos dos sentidos, por parte da imprensa. Estratégia que garante mais do que a mera visibilidade do movimento, mas a evidência de sua tática política de buscar inscrição a partir da ruptura temporária, mesmo que essa leve-o à (des) legitimação política.

Em resumo, os sem-terra não serão vistos como vítimas dos meios de comunicação, mas como atores políticos capazes de provocar, com sua própria ruína, a ruína de um discurso extremamente bem urdido e eficiente. Por essa razão, o objetivo final não é evidenciar as fraquezas retóricas da objetividade jornalística, mas pensar quais seriam os instrumentos capazes de fazer com que esse mito caia por terra no momento mesmo em que o trabalho de dissimulação de seu engendramento é levado a cabo.

Esses deslocamentos de enfoque permitem o gesto de inverter duas perguntas iniciais para chegarmos às questões definitivas desta tese. A primeira mostra que não se trata de questionar “*pelo quê*” lutam os sem-terra, mas “*como*” o fazem. Com isso, o trabalho resolve o impasse a respeito de uma contradição (pelo menos aparente) de um movimento que diz lutar pela revolução, possibilitando terra para as famílias pobres, incluindo-as, portanto, no modo de produção capitalista.

No âmbito da segunda solução, a tese não quer provar, em análises de reportagens, que a imprensa criminaliza o MST. O que se pretende é perguntar *o que significa, politicamente, esse direcionamento de sentido? Como se dá esse processo?*

Assim, poderemos apontar para algumas possibilidades de luta política no contemporâneo, a partir de ferramentas que levem em conta a especificidade dos dias de hoje – a saber, a forte presença e influência do espaço midiático no contemporâneo -.

Na medida em que essa tese não deve ser tomada como uma análise isolada do MST, como movimento social, ou do jornalismo impresso, como ator político, o objeto a ser concretamente analisado aqui será o complexo embate de relações de poder que é posto em prática quando o MST promove uma ocupação de terras, que será coberta jornalisticamente por veículos de comunicação. Com isso, busca-se pensar como se pode fazer política de revide através (ou apesar) dos meios de comunicação de massa.

Para podermos dar conta destas questões, fez-se necessária a elaboração de um referencial teórico amplo e multidisciplinar que pudesse colaborar para um entendimento mais amplo das características desse objeto ambíguo. Por esta razão, optou-se por uma combinação de várias referências teórico-metodológicas distintas, porém, complementares. Com isso, assume-se o risco de construir, também, um referencial teórico que, em alguns momentos, pode parecer conflitante. No entanto, o que se pretende é aproveitar um pouco de cada ferramenta que possa colaborar para delinear-mos melhor a complexidade, também ambígua, dos nossos dias.

Elaborou-se, portanto, uma série de costuras teóricas que pudessem dar conta dos aspectos complementares do objeto aqui analisado (a ocupação midiática pelos sem-terra e sua ruína discursiva). A cada momento de análise do corpus empírico, nossas hipóteses sofriam alterações de percurso. Novos textos, de diferentes ciências, se faziam necessários, na medida em que ofereciam olhares outros sobre as questões propostas.

Após todas as reformulações teóricas, foi possível elaborar uma série de hipóteses que tentam dar conta do funcionamento da mídia como uma espécie de *quarto poder imperial*, ocupando esta função graças, entre outras coisas, à capacidade de agendamento de temas que nortearão a discussão por parte da opinião pública. Uma das principais funções será a de ‘julgar’ quais ações de outros atores políticos serão consideradas legítimas ou válidas no jogo de forças que rege o cenário democrático contemporâneo. Outra das funções, cujo funcionamento político-discursivo deverá ser explicitado, é o papel de guardião contemporâneo da memória oficial (e dos sentidos

hegemônicos), cuja missão será re-enquadrar qualquer gesto de memória clandestina, ou de grupos subterrâneos, como a ocupação de terras (e de discursos) promovida pelo MST.

Na outra ponta da pesquisa, buscamos evidenciar como a organização social e política, que é o MST, se efetiva também como um ator político fundamental, ao ser capaz de construir uma alternativa de resposta ao processo de dominação e exclusão sofrido historicamente por seus integrantes. Uma das formas da materialização desta estratégia de visibilidade política e re-inserção social de seus quadros no processo produtivo é a ocupação de terras e, a partir delas, dos textos midiáticos.

Este trabalho analisa, portanto, de que forma essa prática se transforma em um espaço político de construção do movimento, que não só agrega “excluídos” em torno da proposta (e da luta) pela Reforma Agrária – estaremos diante de um espaço outro (porque provisório, movediço, ambíguo, errante e nômade) de memória, vozes e sentidos clandestinos. ‘Território’ que inclui, em um mesmo grito, várias denúncias (de uma inclusão desigual, dos sentidos de propriedade capitalista, dos acontecimentos históricos hegemônicos...), além da busca por justiça.

É diante desse complexo acontecimento político e discursivo que a grande imprensa nacional se deparará com a missão de interpretar a legitimidade do grupo e de suas exigências, no mesmo gesto em que efetua a cobertura das ações promovidas pelo MST, bem como apaziguar os sentidos postos em perigo pela ação sem-terra.

O recorte adotado e a complexidade do objeto de pesquisa exigem, dessa forma, que seja feita uma apropriação e costura de conceitos de diversas ciências, como a Antropologia, a História, a Filosofia, a Ciência Política e a Geografia, mas sem deixar de agregá-los aos principais avanços e contribuições do campo da Comunicação.

Com esse objetivo, a tese trabalhará com algumas frentes teórico-metodológicas tão distintas quanto complementares: num primeiro momento, lançou-se mão de livros que dessem conta da gênese e importância do MST em nossa sociedade, bem como de referências bibliográficas que abordam a questão do *modus operandi* do movimento e sua organização. Nessa série de trabalhos também se incluem as pesquisas que permitam um histórico sobre a questão agrária e os conflitos sociais no campo. Com isso, foi possível mapear a gênese e o funcionamento do MST, bem como contextualizá-lo em um pano de fundo histórico mais amplo e relacioná-lo a outras iniciativas históricas e a

acontecimentos fundamentais, como as lutas sociais, além do violento processo de ocupação territorial brasileiro com seus diversos fluxos desterritorializantes.

Além disso, também recorreremos a uma bibliografia capaz de agregar questões sociológicas e filosóficas ao MST e ao modo como a práxis de luta do movimento se instaura na contemporaneidade. Esse referencial também permitiu verificar como tal prática é vista e (re)interpretada pela imprensa, uma verdadeira instância política contemporânea, cujo papel seria o de se transformar no espaço capaz de uniformizar e apaziguar os sentidos hegemônicos, legitimando (ou não) movimentos e atores políticos e sociais. Também se situa nesse bloco uma série de pensadores críticos, prioritariamente da filosofia do direito e da criminologia, que mostram como a sensação de violência, produzida pela mídia, pode legitimar práticas punitivas autoritárias.

Em uma outra frente de levantamento bibliográfico foram delimitados aspectos geográficos (para entendermos os gestos de des-re-territorialização e os fluxos de migração de pessoas, de mercadorias e de informações), bem como autores ligados à problemática da memória (para articularmos sua importância nos meios de comunicação). Finalmente, graças à filosofia da linguagem pudemos aproximar o pensamento sobre a memória em disciplinas como a História e a Antropologia, do objeto da Comunicação. A saber: em que medida os meios de comunicação de massa podem se efetivar como guardiões políticos da memória contemporânea. No mesmo movimento, poderemos entender de que forma a ocupação de terra por parte do MST também se configura como um acontecimento discursivo; um espaço outro de memória clandestina capaz de congrega indivíduos em torno de um projeto político. Esse espaço será arruinado pelo jornalismo em sua função política de guardião social da memória oficial e de legitimadora (ou não) das ações dos outros atores políticos contemporâneos.

A partir desse referencial teórico amplo, poderemos partir do princípio de que o jornalismo assume, então, uma forma de saber-poder contemporânea, e que as ações políticas do MST, por sua vez, desejam perpetrar acontecimentos discursivos capazes de abrir as trajetórias de interpretação para novos sentidos produtores de efeitos metafóricos que afetam a história, a sociedade e os sujeitos, em sua dimensão política.

Nesse sentido, a ocupação de terras, quando transformada em matéria de jornal, se configura tanto como ação política concreta, no campo social, quanto em ação política

discursiva, no campo midiático. Um fator decisivo que ajudou a lançar uma nova luz sobre esse objeto duplo foi a filosofia política desenvolvida por Deleuze e Guattari, em sua tentativa de promover entendimento mais eficaz do funcionamento das relações de força contemporâneas, engendradas pelo capitalismo tardio.

O pensamento desses autores, em sem diálogo crítico com alguns pressupostos marxistas, permitiu entender em que medida o estabelecimento da estratégia sem-terra de ocupações (no campo e na mídia) se faz nos moldes de uma máquina de guerra nômade. As teses de Deleuze e Guattari ajudam a pensar os sem-terra não como agricultores que querem se fixar na terra, mas como um devir minoritário (e nesse sentido, marginal), em busca de uma inscrição capaz de promover, temporariamente, uma ruptura com a lógica do capital (e do Estado) a cada ocupação. É por essa razão que a importância maior da estratégia sem-terra, em relação ao campo da comunicação, possivelmente seja a sua metodologia de luta.

Dessas reflexões emerge a necessidade de elaboração do conceito de ruína discursiva aqui proposto. Ao tomarmos de viés as análises do “efeito” da criminalização do movimento, podemos perceber como o MST, em sua derrocada discursiva, faz ruir o espaço liso midiático, capturado pelo Estado. Por essa razão, não basta aos movimentos sociais, como estratégia de visibilidade e luta, o gesto de criar órgãos de comunicação alternativa ou de “resistência”. A chamada mídia independente só irá se legitimar de fato diante da explicitação da ruptura discursiva provocada na grande imprensa (hegemônica) pelo encontro (violento) entre a máquina de guerra nômade de ocupação e o espaço liso do jornalismo contemporâneo, capturado pela lógica desterritorializante do capitalismo, em sua fase de controle global de fluxos.

Diante da perspectiva teórica adotada, optou-se por um material de análise menos centrada na busca de conclusões definitivas acerca dos padrões de cobertura jornalística de alguns veículos específicos. O que este olhar sobre o corpus demonstrou, empiricamente, foi um funcionamento bastante uniforme nos mais diversos veículos de comunicação com periodicidade distintas, embora seguindo as diferenças justificadas pela pretensão de atender às exigências específicas dos respectivos públicos-alvos. Assim, a escolha metodológica das análises empíricas não considerou fundamental concentrar sua análise prioritária apenas em um veículo. O olhar analítico mais amiúde se

fixou no período dos quatro anos do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, 2003 a 2006, nos jornais diários *Folha de São Paulo* e *O Globo*. No entanto, nesse mesmo período também foram levadas em conta algumas edições das revistas semanais *Veja*, *Época*, *Isto é* e *Carta Capital*.

A sombra do risco da falta de “precisão metodológica” (ao analisarmos diferentes veículos) se dissipa diante da luz da constatação de que, no Brasil, as características específicas do grupo de leitores desses veículos aqui elencados são bastante uniformes. Junte-se a isso uma das hipóteses desse trabalho, de que os *media* hegemônicos cumprem uma função única - por mais segmentados, direcionados e específicos que pareçam -: a de contribuir para a administração de um fluxo homogêneo de sentidos, em uma sociedade cada vez mais formada por uma grande e única “classe social” global de “consumidores”.

Esta afirmativa foi confirmada empiricamente no processo de seleção das reportagens a serem analisadas. É evidente a enorme repetição de conteúdos, pontos de vista, enfoques, declarações e interpretações, extremamente semelhantes entre os mais diferentes jornais. Assim, será mais útil como contribuição teórica se a tese se detiver em explicitar os mecanismos fundamentais tanto dos veículos estudados quanto do MST. Por essa razão, uma análise transversal das reportagens, aprofundando algumas emblemáticas, permitirá construir o conjunto de fragmentos que evidenciarão a potência política presente na estratégia sem-terra.

Nesse sentido, a pesquisa empírica realizada não pretendeu determinar quais seriam as diferentes “inspirações ideológicas” de cada veículo (com suas nuances sutis), mas realçar os aspectos políticos comuns da ferramenta de captura desse espaço liso contemporâneo (o jornalismo, como prática), em sua função de apaziguador e guardião de memórias, vozes, sentidos e silêncios. Assim, o que se buscou metodologicamente foi explicitar os modos específicos de (des)legitimação, de práticas políticas, sentidos, vozes e memórias, por parte do jornalismo impresso, bem como determinar os mecanismos de visibilidade destas por parte das “ocupações midiáticas” promovidas pelo movimento social em questão.

Outro argumento que se pode mencionar em defesa dessa opção de enfoque analítico é sua capacidade de evitar que a tese caia no equívoco de se limitar a um simples estudo de caso, em que se efetuará apenas uma análise de um veículo de

comunicação específico, sem dar conta da complexidade do funcionamento articulado do jornalismo contemporâneo. Com a adoção de um corpus mais amplo, é possível destinar uma ênfase maior a questões conceituais que possam contribuir para um melhor entendimento do objeto inserido no campo de estudos da Comunicação.

Dessa forma, a análise empírica foi composta por dois eixos complementares: o primeiro tem o objetivo de apontar para o complexo processo de caracterização do jornalismo impresso hegemônico² como algo que Michel Foucault³ define como uma forma de saber-poder contemporâneo, cuja função é a de se converter em principal administrador global de fluxos desterritorializados de informações. Nesse sentido, propomos que o espaço midiático possui as características do espaço liso, descrito por Deleuze e Guattari⁴ como um produto (geográfico e político) da máquina de guerra, portanto, exterior ao Estado que sofre um gesto de captura por parte do capitalismo em sua fase imperial.

Em seu outro eixo, a análise busca definir a importante dimensão política contemporânea *ocupada* pelo MST. Nosso objetivo é o de demonstrar como esses atores políticos contemporâneos constroem uma tática de confronto que se fundamenta em um complexo movimento de des-re-territorialização⁵ que se assemelha ao funcionamento do que Deleuze e Guattari⁶ definem como máquina de guerra nômade. O trabalho parte do pressuposto de que o movimento entende que precisa ocupar também o campo midiático⁷ para efetivar sua máquina, mesmo sabendo que suas estratégias de visibilidade serão reconfiguradas (ou mesmo desfiguradas) no processo de produção das notícias.

² Adotamos aqui, de modo implícito, o embate entre hegemonia e contra-hegemonia, proposto por Gramsci, sem, no entanto, incorporar o aspecto do embate entre ideologia(s) defendido pelo pensador italiano. O aspecto fundamental, neste trabalho seria a lúcida visão de que o confronto das diferentes relações de poder se dá em um constate ‘processo vivido’ de embates, produções de sentido, sedução e convencimento.

³ FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

⁴ DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, Vol.5. São Paulo: Editora 34, 1997b.

⁵ O conceito será desenvolvido mais abaixo, mas trata-se da leitura de Haesbart (2004) à idéia de desterritorialização, em Deleuze e Guattari. Na interpretação do geógrafo, todo gesto de desterritorialização provocaria um correspondente processo de reterritorialização, mesmo que temporário. Assim, veremos como o nômade se reterritorializa na própria desterritorialização. De modo análogo, o mercado capitalista desterritorializado (das bolsas de valores, por exemplo) precisaria, em alguns momentos, de pontos de reterritorialização (como a intervenção temporária dos ‘Bancos Centrais’ do terceiro mundo em momentos de crise, garantindo a liquidez e o lucro dos investidores estrangeiros).

⁶ DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*, 1997b.

⁷ Cf. BERGHER, Christa. *Op. Cit.*

Assim, é preciso determinar, por um lado, de que maneira o constante gesto de re-elaboração dos sentidos, das vozes e da memória, promovido pelos meios de comunicação, ocupa papel fundamental na estratégia de elaboração das notícias. Também será fundamental explicitar de que maneira o MST é capaz de se organizar e de agendar sua mobilização, levando em conta os meios de comunicação. Em que medida a ‘máquina de guerra’ sem-terra pode dar pistas de possibilidades de luta contra-hegemônica (ou revide, como preferem Deleuze-Guattari) nesse momento do capitalismo imperial⁸ é, talvez, a principal pergunta que esse trabalho busca responder.

Além de descrever os objetivos básicos e a metodologia adotada nesta tese, cabe ainda nesta introdução, no entanto, explicitar as hipóteses fundamentais que estruturam a pesquisa. Para isso, é necessário apresentar um breve resumo dos referenciais teóricos mais importantes aqui adotados. Alguns deles serão apresentados ainda no primeiro capítulo, uma vez que nortearão não só a visão sobre o objeto de pesquisa, como possibilitarão o estabelecimento preciso de hipóteses claras a serem verificadas. Esse olhar crítico é fundamental por permitir inverter as duas questões básicas da tese, como vimos, bem como por oferecer bases sólidas para o estabelecimento do conceito de *ruína discursiva* na parte final desta tese.

Diante desse objetivo, apresentaremos, no primeiro capítulo, os aspectos prioritários da tese de Deleuze e Guattari, desenvolvidos mais especificamente no volume 5 da edição nacional do *Mil Platôs*: a idéia central é a de que o capitalismo, em sua fase global contemporânea, seria prioritariamente desterritorializante, na medida em que torna-se capaz de capturar uma máquina de guerra cuja natureza nômade, seria exterior ao Estado. Os autores partem da busca pela formação do Estado para entender de que maneira a máquina de guerra, capturada por esse, como instrumento de constituição e de defesa aos ataques externos, mantém seu *afecto* nômade: uma linha de fuga que supera o Estado, já que lhe é exterior. Essa seria, então, a complexa capacidade ambígua do capitalismo: se alimentar de algo que poderia destruí-lo. O texto é escrito em uma época de Guerra Fria, na qual uma imagem evidente dessa capacidade de superar o Estado é o desenvolvimento de armas nucleares capazes de destruir, não só o inimigo, mas o mundo

⁸ A referência à fase “imperial” do capitalismo é inspirada nos pressupostos de Negri e Hardt(2001), que serão desenvolvidos mais adiante.

todo. Nos dias de hoje, a análise fica ainda mais contundente, sobretudo ao nos depararmos com a atual (e intensa) administração de fluxos desterritorializados. Aqueles que interessarão a esta tese são: o fluxo de capitais, o de pessoas (migração) e o de informações (papel da imprensa).

A defesa dos autores é a de que os *afectos* nômades, não inerentes ao Estado (e ao capitalismo), permanecem na máquina de guerra como algo que ultrapassa a dominação: uma linha de fuga. Mas o que o destruiria a seguir seria novamente a captura, em um outro nível, por parte do Estado. A imagem de Che Guevara pode ser hoje encontrada estampada em camisetas de qualquer vitrine de *shopping*. Nesse sentido, os autores superam a ‘aposta’ marxista de que o próprio capitalismo traria os germes de sua superação. Além disso, podem entender o complexo jogo do Estado que produz um aparato que o supera. É assim hoje com o mercado que parece prescindir dos Estados-nação. Mas é assim também com o jornalismo que aparentemente se converte em um quarto poder superior aos três legítimos, mas que desempenha, de fato, um papel de complementaridade em relação ao jogo de forças e à execução do controle, sobretudo, dos fluxos comunicacionais e dos sentidos hegemônicos, como veremos no capítulo dois.

Alguns destes aspectos teóricos delineados nesse primeiro capítulo serão aprofundados e relacionados ao objeto da tese nos demais capítulos. O objetivo do debate inicial será, portanto, estabelecer as condições teóricas que permitam entender o encontro da ação sem-terra com a cobertura jornalística como um único objeto de análise ambíguo, dinâmico e conflitante. Para promover esta unidade, o capítulo aprofunda a discussão em duas hipóteses centrais que abarca tais aspectos.

Do ponto de vista do MST, partimos da hipótese de que a estratégia do capitalismo é produzir a desterritorialização do *lugar* (a terra) em uma *propriedade privada* por meio da ‘posse virtual’ de títulos. Assim, o que o gesto nômade da ocupação sem-terra possibilita é a descodificação dessa sobrecodificação anterior capitalista, negando o valor de propriedade ao instaurar uma ocupação temporária daquele território. A partir daquele momento, um sentido nômade, exterior à lógica do Estado será, temporariamente, instaurado naquele local. O que provocará, por parte do Estado, uma série de respostas violentas com o objetivo de extinguir a “violência” sem-terra.

Diante desta ameaça, percebe-se o trabalho da imprensa, completando a outra parte da hipótese: a de que o jornalismo seria também um aparelho de captura do Estado. Daí seu funcionamento, lado a lado com as esferas oficiais (justiça, políticos, polícia) para restaurar os sentidos “naturalizados” do *status quo*: a propriedade, a história e a verdade (enfim, todos os elementos que são subvertidos pela ação questionadora-reveladora sem-terra).

Para aprofundarmos esta hipótese, será preciso entender como a existência nômade opera (e é produzida) por um espaço cuja natureza é oposta à lógica territorializante do Estado. Estaremos diante de uma das falsas oposições binárias propostas por Deleuze e Guattari: o espaço liso e o espaço estriado. Veremos como, a princípio, o processo de construção do Estado foi sustentado pelo gesto de *estriar* espaços outrora lisos. A oposição é falsa, no entanto, pois a capacidade contemporânea do capitalismo será justamente a de promover constantemente o câmbio entre espaços lisos e estriados, para discipliná-lo ou controlá-lo através de sua mobilidade⁹.

De modo análogo à captura da máquina de guerra nômade pelo Estado, um espaço liso não se estria completamente. Persiste nele, sempre, a potência de ponto de fuga, daquele *fora* que se apresenta imanente como resposta ao gesto de controle. Diante dessas definições, é possível aprofundar e complexificar a dupla hipótese apresentada anteriormente.

Em primeiro lugar, a ocupação sem-terra descodifica aquele espaço da propriedade, outrora estriado, em um espaço liso de contestação, nômade, sobretudo na medida em que a ocupação seja temporária, e não um esbulho possessório (roubo de propriedade). Por esta razão só interessa nessa tese o momento da ocupação, pois, por esse referencial teórico, quando se efetiva o assentamento e os sem-terra recebem os títulos de propriedade, tais revides seriam capturados pela lógica capitalista. Em outras palavras, os sem-terra passariam de nômades a sedentários.

Ao mesmo tempo, a imprensa, com sua capacidade de administração do fluxo global e imediato de informações (e sentidos), é também, por natureza, um espaço liso, neste caso, no entanto, capturado pelo Estado. Por essa razão, aqueles migrantes

⁹ A opção por estabelecer a passagem da *disciplina* para o *controle* remete ao pensamento de Deleuze (1992) sobre o capitalismo contemporâneo em seu *pós-scriptum* que define as bases filosóficas da sociedade de controle.

“invisíveis” inventam uma máquina de guerra que os nomadiza. Tomados por esse afecto, os agora auto-intitulados sem-terra promovem a ocupação de uma propriedade capitalista, convertendo aquele espaço estriado (e controlado) em um contra-lugar, um espaço liso no qual as sobrecodificações capitalistas são substituídas por outros sentidos não-hegemônicos. Além do sentido de propriedade, outros são também subvertidos pela ação do MST: a história do Brasil, bem como as possibilidades de futuro e de presente mais justos.

Nesse movimento de transformar, à força, o espaço estriado em um espaço liso, o MST garante seu passaporte para ocupar o outro espaço liso: as páginas dos jornais. Com isso, os sem-terra conseguem o câmbio daquela invisibilidade anterior. Ao serem capazes de inventar um espaço liso, são inseridos na lógica essencial do capitalismo hoje: a dos fluxos desterritorializados.

Após esse movimento, no entanto, a *ocupação midiática* passará a ser controlada pela ação discursiva da imprensa no desempenho de sua função de apaziguar os sentidos ameaçados pelas interpretações-outras que emergem a partir da ação sem-terra. Diante da determinação desse controle simbólico é que poderemos estabelecer as evidências, após a análise de algumas coberturas jornalísticas, do que definiremos, no capítulo quatro como o conceito de *ruína discursiva*. Nossa hipótese final será a de que ao verem suas ações de revide criativo arruinadas pelo trabalho interpretativo da imprensa hegemônica, os sem-terra serão capazes, entretanto, de deixar marcas desse gesto violento, pairando como vestígios explícitos da ação política da imprensa hegemônica.

Uma imagem que talvez ilustre bem esse movimento é a de um lago no início do inverno, cuja superfície se encontre há pouco congelada. Ao olho comum não há distinção possível entre uma recente camada de gelo e uma superfície espessa formando um espaço no qual antigas águas podem se converter em pista de patinação. Mas, ao lançarmos uma pedra ao lago, constatamos, diante da facilidade de irrupção do enorme buraco, que a crosta de gelo ainda é extremamente fina. Por mais que saibamos que o rompimento será temporário, resta a certeza de que o novo congelamento, que se inicia imediatamente após a passagem de nossa pedra analítica, será por um longo tempo marcado pela cicatriz de um gelo diferente, em espessura e aspecto, do que o restante do lago.

Algum tempo depois, ainda no mesmo inverno, quando nosso lago estiver tomado pelo gelo mais perene, os vestígios do antigo buraco poderão servir como marcos memoráveis de que, por mais que deslizemos com segurança e velocidade nesta superfície sólida, ela ainda guarda sua potência líquida no fundo de sua espera pelo verão.

O mérito da estratégia política sem-terra (e o foco desse trabalho) não reside na constatação de que o gelo ainda é um lago, mas na redenção da pedrada. Como os sem-terra, em nosso constante ofício acadêmico (e político) de patinar nas superfícies quase nunca seguras do nosso tempo, é fundamental persistir na busca por desenvolver cada vez mais a arte de atirar pedras aos lagos.

1 Os mil platôs do capitalismo: uma (re)leitura crítica das teorias marxistas?

“Tinha medo de tudo quase: cinema, parque de diversão, de circo, ciganos, aquela gente encostada que chegava e seguia. Era disso que eu tinha medo: do que não ficava para sempre.”
(Antonio Bivar)

No conto *Uma folha antiga*, Kafka narra a história de um sapateiro estupefato diante do surgimento ameaçador e incompreensível de um grupo de nômades defronte ao palácio imperial de sua cidade. Nas palavras do narrador, “de um modo para mim incompreensível, eles penetraram até a capital, que se localiza, afinal, muito distante da fronteira. Em todo caso, estão aí; parece que a cada manhã eles se tornam mais numerosos”¹⁰. A surpresa do personagem do conto descreve de modo preciso de que forma a ameaça nômade (externa) parece brotar de dentro do próprio solo até então protegido pelos limites territoriais do Estado.

O enredo do conto é uma alegoria perfeita para entendermos o complexo funcionamento contemporâneo do Estado capitalista global, decifrado por Deleuze e Guattari, no *Mil Platôs*. Para desenvolver suas teses, os autores voltam ao momento de formação do Estado e estabelecem uma oposição entre a máquina de guerra inventada pelos nômades e o processo de construção (violenta) do Estado.

Deleuze e Guattari abrem seu tratado de nomadologia estabelecendo um axioma que defende a idéia de que a máquina de guerra é exterior ao Estado. Os autores efetuam uma apropriação da análise histórica de Marx a respeito da formação do Estado e de sua capacidade de dissimular a violência estrutural de sua constituição em uma aparente ‘naturalidade’, responsável pela crença de que o mesmo existiria desde sempre. A essa capacidade, os filósofos dão o nome de mecanismo de ‘captura mágica’.

O processo de naturalização, no entanto, nem sempre se efetiva a contento, uma vez que haverá sempre, por parte dos que se recusam a sedentarizar, uma resposta ao ordenamento estatal que lhes é imposto. Como os nômades de Kafka, que simplesmente brotam do próprio solo da cidade sitiada, as ameaças ‘externas’ exigem do Estado em formação a adoção de outros mecanismos de defesa. É nesse momento que ele se verá obrigado a criar um aparato capaz de defendê-lo das ameaças constantes; e o faz,

¹⁰ KAFKA, Franz. *Nas galerias*. São Paulo: Estação liberdade, 1989, p. 88.

justamente, a partir da captura da máquina de guerra mesma que o ameaça. Deleuze e Guattari resumem o ‘dilema estatal’:

“ou bem o Estado dispõe de uma violência que não passa pela guerra(...): age por captura mágica imediata, “agarra” e “liga”, impedindo qualquer combate (...) Ou então o Estado adquire um exército, mas que pressupõe uma integração jurídica de guerra(...). Quanto à máquina de guerra em si mesma, parece efetivamente irreduzível ao aparelho do Estado, exterior a sua soberania, anterior ao seu direito: ela vem de outra parte”¹¹.

Diante dessa constatação é que podemos concordar com o axioma que define a máquina de guerra como uma pura forma de exterioridade. Ela é capturada pelo Estado, que a adapta às suas necessidades e regras; que esculpe, em sua natureza livre, uma rígida disciplina, impondo-lhe hierarquias e os mais variados códigos de conduta e honra. A máquina de guerra, no entanto, responderia a outras regras “que animam uma indisciplina fundamental do guerreiro, um questionamento de hierarquia, uma chantagem perpétua de abandono e traição, um sentido de honra muito suscetível, e que contraria, ainda uma vez, a formação do estado”¹².

Kafka ilustra nas queixas de seu narrador, impotente diante da situação ameaçadora, a cilada que o Estado constantemente administra: a de necessitar, como instrumento de defesa, do mesmo aparato que, por definição, nunca deixará de lhe criar problemas, já que “o palácio imperial é que atraiu os nômades, mas agora não sabe como se livrar deles”¹³. A percepção do sapateiro aponta para a complexidade da relação ambígua do gesto de captura efetuado pelo Estado: incorpora, como mecanismo de defesa, o aparato que, por suas características intrínsecas, o destruiria.

Para entender, no entanto, a especificidade desta oposição, é preciso considerar que a articulação dos conceitos propostos por Deleuze e Guattari não é da ordem de uma simples oposição binária, razão pela qual não cabe a busca de síntese possível diante desta complexidade ambígua. Há apenas um incessante mudar de formas em um embate de apropriações e reconfigurações estratégicas por parte do Estado, em seu constante gesto de captura.

¹¹ DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*, 1997b, p. 12.

¹² *Idem, Ibidem*, p. 21.

¹³ KAFKA, Franz. *Op. Cit.*, p. 90.

Os autores se filiam a um olhar filosófico que busca, nos sofistas e no uso sagrado da palavra na Grécia arcaica, reverter a crença racional e objetiva na “Verdade”. Ferraz mostra como, para Detienne, “na lógica da ambigüidade presente no regime da palavra mágico-religiosa da Grécia arcaica, os contrários (...) não se excluíam de modo definitivo, funcionando, antes, em uma relação de complementaridade”¹⁴. A possibilidade de câmbio de sentidos se transforma no sustentáculo maior da argumentação sofista. Essa mudança de foco será fundamental para percebermos a complexidade contemporânea em seus aspectos múltiplos, já que as contradições capitalistas (como as “falsas oposições binárias” trabalhadas nesta tese) não se reduzem “a um dos dois, tampouco formam um terceiro”¹⁵.

Imagem semelhante dessa ambigüidade é mencionada por Deleuze no final do seu *pós-scriptum* sobre a sociedade de controle ao defender que os anéis cambiantes de uma serpente são ainda mais complicados do que os buracos de uma topeira¹⁶. O autor descreve as transformações da contemporaneidade e o advento de uma sociedade na qual o controle se efetiva de modo constante, a partir de gestos cambiantes de dominação ininterrupta. Por essa razão é que Deleuze e Guattari defendem que

“não é em termos de independência, mas de coexistência e de concorrência, num campo perpétuo de interação, que é preciso pensar a exterioridade e a interioridade, as máquinas de guerra de metamorfose e os aparelhos identitários de Estado, os bandos e os reinos, as megamáquinas e os impérios. Um mesmo campo circunscreve sua interioridade em Estados, mas descreve sua exterioridade naquilo que escapa aos Estados ou se erige contra os Estados”¹⁷.

Nesse gesto ambíguo reside a capacidade paradoxal do Estado (e também do capitalismo, como veremos mais abaixo) de se alimentar do que potencialmente o destruiria. Essa característica aponta também para o enorme poder destrutivo da máquina de guerra nas mãos do Estado. Os autores desenvolvem, originariamente, estas teses em um momento histórico de Guerra Fria, no qual a imagem mais evidente desta capacidade

¹⁴ FERRAZ, Maria Cristina Franco. *Platão: as artimanhas do fingimento*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999, p. 10.

¹⁵ DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*, 1997b, p. 12.

¹⁶ DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

¹⁷ DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*, 1997b, p. 24.

de superação do Estado pela máquina de guerra era o desenvolvimento de armas nucleares capazes de destruir (várias vezes), não só o inimigo, mas o mundo todo.

Deleuze e Guattari resumem o conjunto da hipótese:

“1) a máquina de guerra é a invenção nômade que sequer tem a guerra por objetivo primeiro, mas como objetivo segundo, (...) no sentido em que está obrigada a destruir a forma-Estado e a forma-cidade com as quais entra em choque; 2) quando o Estado se apropria da máquina de guerra, esta muda evidentemente de natureza e de função, visto que é dirigida então contra os nômades e todos os destruidores do Estado (...); 3) porém, justamente quando a máquina de guerra é assim apropriada pelo Estado, é que ela tende a tomar a guerra por objeto direto e primeiro(...). Em suma, é ao mesmo tempo que o aparelho de Estado se apropria de uma máquina de guerra, que a máquina de guerra toma a guerra por objeto e que a guerra fica subordinada aos fins do Estado.”¹⁸

O mesmo gesto de potencializar o caráter destrutivo da máquina de guerra é a evidência da dificuldade que precisará constantemente ser administrada pelo Estado: a máquina de guerra preserva sua exterioridade em potências de linhas de fuga e rupturas. Por essa razão, “voltar a máquina de guerra contra os nômades pode fazer o Estado correr um risco tão grande quanto aquele proveniente dos nômades dirigindo a máquina de guerra contra os Estados”¹⁹. Assim, o pensamento dos autores traça um cenário complexo de dominação efetiva, mas que, ao mesmo tempo, é capaz de preservar possibilidades ‘nômades’ de linhas de fuga criadoras, revides e respostas ruptoras por parte dos dominados.

Sobre esses revides criativos, o aparato estatal despejará suas armas de modo violento e eficaz. O massacre, no entanto, não exterminará as novas linhas de fuga criativas ardendo pela possibilidade de um novo enfrentamento. Estamos diante, portanto, de uma arena contemporânea de enfrentamento cuja dominação extrema (e violenta) por parte do Estado é aparentemente indestrutível, embora seu poderio seja incapaz de conter as novas forças ruptoras que surgem constantemente. Os autores sinalizam para as características contemporâneas desse enfrentamento, ao mostrar como é evidente o modo da máquina de guerra capturada pelo Estado

“erigir seus elementos de contra-guerrilha, de modo que ela pode deixar-se surpreender uma vez, não duas... Entretanto, as próprias condições da máquina de guerra de Estado ou de Mundo, isto é, o

¹⁸ *Idem Ibidem*, p. 103.

¹⁹ *Idem, Ibidem*, p. 104.

capital constante (recursos e material) e o capital variável humano, não param de recriar possibilidades de revides inesperados, de iniciativas imprevistas que determinam máquinas mutantes, minoritárias, populares, revolucionárias”²⁰.

A constatação empírica dessa tese de que o fora é imanente à própria materialização do controle será aprofundada mais abaixo quando desenvolvermos a hipótese de que o MST é capaz de inventar sua máquina de guerra nômade, em resposta ao processo violento de extermínio provocado por um capitalismo cuja ‘inclusão’ se dá de modo cada vez mais desigual e injusto. Antes, porém, é preciso entender outra característica fundamental do afecto nômade a ser capturado pelo Estado (e pela lógica do capitalismo): o câmbio de espaços estriados em espaços lisos (desterritorializados, portanto).

Entender o gesto de captura da máquina de guerra nômade pelo Estado é, no entanto, apenas um aspecto da complexidade do capitalismo contemporâneo. Os autores defendem que intimamente ligada a essa questão está a capacidade de administração dos espaços por parte do Estado, implícita nessa captura, uma vez que “a existência nômade efetua necessariamente as condições de uma máquina de guerra no espaço”²¹.

Para eles, embora os nômades tenham um território, é preciso diferenciar em seu modo de ser “o que é princípio do que é somente consequência”²². Ao nômade, só interessa o trajeto a percorrer, na medida em que os lugares de referência de sua vida não são limitados pela posse territorial, mas pelo percurso constante entre pontos sempre visitados e abandonados. Assim, “a vida nômade é *intermezzo*. Até os elementos de seu habitat estão concebidos em função do trajeto que não pára de mobilizá-los”²³. Assim, o próprio da existência nômade seria ter como princípio territorial a manutenção de um espaço liso, sem o controle disciplinar da territorialização (como no Estado), já que seu interesse sobre o território seria o de efetivar sua existência na mobilização, e não na sedentarização.

Os autores estão interessados em estabelecer as potências criativas nômades e conduzem o debate para mais uma das ‘falsas oposições binárias’ – dessa vez, entre

²⁰ *Idem, Ibidem*, 108.

²¹ *Idem, Ibidem*, p. 50.

²² *Idem, Ibidem*, p.50.

²³ *Idem, Ibidem*, p. 51.

espaço liso e espaço estriado. Vimos como o primeiro possibilita a constituição do afecto nômade, enquanto o segundo seria aquele que sofre um trabalho de codificação do Estado em seu processo de sedentarização. Entenderemos mais abaixo como esse gesto está intimamente ligado ao momento de constituição dos Estados nacionais modernos, territoriais por excelência. Por ora, é importante estabelecer mais claramente a diferença entre os dois ‘tipos’ de espaço. Para os autores, enquanto “o espaço sedentário é estriado, por muros, cercados e caminhos entre cercados, (...) o espaço nômade é liso, marcado apenas por ‘traços’ que se apagam e se deslocam com o trajeto”²⁴.

Ao acompanharmos o trajeto estabelecido pelo pensamento dos autores, parece clara a oposição: se lançássemos nosso olhar para o lado de fora dos portões da cidade, nos depararíamos com o espetáculo não-controlado de bandos nômades agenciando sua existência livre a partir de sua própria desterritorialidade. Ao voltarmos nossos olhos para dentro da cidade protegida, acompanharíamos sua arquitetura racional, equilibrando as casas e seus muros; suas fazendas de agricultura regular e suas ruas pavimentadas separando quarteirões disciplinados. Tudo evidenciando o processo controlador do Estado sobre o território. A materialização imediata da capacidade de estriamento do espaço para melhor controlá-lo, impondo-o cercas que delimitam as fronteiras, codificando-o com mapas e administrando os movimentos das pessoas pelo estabelecimento de vias cujo movimento encontra-se constantemente controlado.

Acreditar, no entanto, nessa oposição simplista entre a potência libertadora nômade do espaço liso diante do controle produtor de estriamentos seria abrir mão de abarcar a totalidade dos aspectos desterritorializantes do capitalismo tardio. Deleuze e Guattari são explícitos ao defender que “o espaço liso e o espaço estriado, - o espaço nômade e o espaço sedentário, - o espaço onde se desenvolve a máquina de guerra e o espaço instituído pelo aparelho de Estado, - não são da mesma natureza”²⁵. Essas especificidades, no entanto, estão longe de poder caracterizar uma oposição dialética, já que “outras vezes ainda devemos lembrar que os dois espaços só existem de fato graças às misturas entre si: o espaço liso não pára de ser traduzido, transvertido num espaço

²⁴ *Idem, Ibidem*, p. 52.

²⁵ *Idem, Ibidem*, p.179.

estriado; o espaço estriado é constantemente revertido, devolvido a um espaço liso”²⁶. Assim, mais eficiente do que uma oposição paralisada em busca de síntese é a capacidade de câmbio incessante de naturezas diversas.

Essa mutação produtiva permite, ao Estado, perpetrar a inversão de sinais que amplie seu controle até mesmo nos espaços cuja natureza, a princípio, o superariam. Para evidenciar essa ambigüidade (e para evitar os riscos de interpretações simplistas), os autores lembram que “pode-se habitar os desertos, as estepes ou os mares de um modo estriado; pode-se habitar de um modo liso inclusive as cidades, ser um nômade das cidades”²⁷. Dessa maneira, um modo de estar no espaço, que no afecto nômade poderia ser libertador, diante da captura estatal se converte em uma dominação ainda mais potente.

Assim, o aspecto fundamental para entendermos as apropriações espaciais capitalistas, bem como as possibilidades de revide sem-terra, será a capacidade de articulação ambígua sobre os territórios.

“O que nos interessa são as passagens e as combinações nas operações de estriagem, de alisamento. Como o espaço é constantemente estriado sob a coação de forças que nele se exercem; mas também como ele desenvolve outras forças e secreta novos espaços lisos através da estriagem. Mesmo a cidade mais estriada secreta espaços lisos: habitar a cidade como nômade, ou troglodita. Às vezes bastam movimentos, de velocidade ou de lentidão, para recriar um espaço liso”²⁸.

O jogo de forças do aparato capitalista será responsável, desta forma, pela unificação, através de espaços lisos administrados pelo Estado, dos múltiplos espaços estriados. Nessa articulação liso-estriado antevemos as relações de trocas simbólicas e financeiras entre a localidade e um mundo cada vez mais global. Assim, se tivéssemos que resumir o fenômeno da globalização capitalista em uma frase, poderíamos argumentar que a mesma é um produto engendrado pela captura, por parte do Estado, de uma máquina de guerra desterritorializante capaz de administrar os fluxos desterritorializados (pela irrupção de espaços lisos, também capturados).

²⁶ *Idem, Ibidem*, p.180.

²⁷ *Idem, Ibidem*, p. 189.

²⁸ *Idem, Ibidem*, p. 214.

A constatação, tão clara hoje, de que vivemos em uma guerra total constante²⁹ é apenas o aspecto militar que exemplifica a descrição anterior. Deleuze e Guattari, a esse respeito, ainda nos anos oitenta, propunham a inversão da famosa tese de Clausewitz: “é a política que se torna continuação da guerra, é a paz que libera tecnicamente o processo material ilimitado da guerra total. A guerra deixa de ser a materialização da máquina de guerra, é a máquina de guerra que se torna ela mesma guerra materializada”³⁰. Diante dessa mudança de foco, os autores podem concluir que, a partir do final da grande guerra, não precisaríamos mais dos fascistas, uma vez que

“estávamos já na terceira guerra mundial. A máquina de guerra reinava sobre toda a axiomática como a potência do contínuo que cercava a “economia-mundo”, e colocava em contato todas as partes do universo. O mundo tornava a ser um espaço liso (mar, ar, atmosfera) onde reinava uma só e mesma máquina de guerra, mesmo quando ela opunha suas próprias partes. As guerras tinham se tornado parte da paz”³¹.

Veremos, no próximo tópico, de que maneira as etapas de formação do Estado vão possibilitando momentos cada vez mais globais das trocas capitalistas. Por ora, no entanto, é preciso deslocar o foco da ‘guerra total’ para os aspectos econômicos, populacionais e inofensivos que, embora menos dramáticos, evidenciam com mais clareza a ‘essência’ da função dessa máquina de guerra estatal: a administração dos fluxos globais desterritorializados.

O pensamento de Deleuze e Guattari nos permite entender o capitalismo deste início de século não mais como aquele cuja dominação se efetiva a partir da dominação dos meios de produção, mas a partir do estabelecimento de um novo tipo de espaço. Assim, diante de

“um capitalismo mundial integrado (ou antes integrador), um novo espaço liso é produzido onde o capital atinge sua velocidade “absoluta”, fundada sobre componentes maquínicos, e não mais sobre o componente humano do trabalho. As multinacionais fabricam uma espécie de espaço liso desterritorializado onde tanto os pontos de ocupação como os pólos de troca tornam-se muito independentes das vias clássicas de estriagem(...). As atuais formas aceleradas da circulação do capital tornam cada vez mais relativas as distinções entre capital constante e variável, e mesmo entre capital fixo e capital circulante; o essencial está antes na distinção entre um capital estriado e

²⁹ Ver a esse respeito HARDT e NEGRI, *Império e Multidão*.

³⁰ DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*, 1997b, p. 169.

³¹ *Idem, Ibidem*, p. 170.

um capital liso, e na maneira pela qual o primeiro suscita o segundo, através de complexos que sobrevoam os territórios e os Estados, e mesmo os diferentes tipos de Estados”³².

Nesta complexa associação global de fluxos de capitais desterritorializados, através de espaços lisos, cabe, aos espaços estriados, a breve ancoragem necessária, em alguns momentos, para novas desterritorializações. Diante desta constatação, é possível pensar o conceito, trabalhado exaustivamente pelos autores, com a passagem constante de desterritorializações (efetivadas através da máquina de guerra global) para reterritorializações pontuais (garantidas por diferentes aparelhos de captura).

Em outras palavras, a capacidade contemporânea do capitalismo seria, justamente, a de promover constantemente o câmbio entre espaços lisos e estriados, ora estriando um espaço liso (para discipliná-lo), ora “alisando” um espaço estriado (para controlá-lo através do fluxo incessante). Nas palavras dos autores, “sempre que possível o estado empreende um processo de captura sobre fluxos de toda sorte, de populações, de mercadorias ou de comércio, de dinheiro ou de capitais”³³.

Exemplos dessa tese podem ser percebidos na figura dos principais objetos deste fluxo global: as armas (guerra total), o capital (mercado financeiro), as pessoas (migração) e a informação (internet e tv). Diante disso, podemos estabelecer a hipótese de que a imprensa, a partir da propagação global de informação, cujos sentidos se apresentam estabilizados pelo gesto de interpretação única dos sentidos hegemônicos, funcionaria nos moldes de um espaço liso capturado e administrado pela lógica desterritorializante do capitalismo.

No próximo capítulo discutiremos a fundo as características específicas da imprensa como um espaço liso contemporâneo. Neste momento, no entanto, é preciso retomar a perspectiva do fora imanente a toda máquina de guerra para que seja possível determinar em que medida a prática política sem-terra será capaz de converter-se em instrumento capaz de inverter (em um revide criativo) os sentidos dessa dominação.

Para isso, vale lembrar que, por mais que a potência nômade seja capturada e disciplinada pelo Estado, há ainda um outro pólo da máquina de guerra que se estabelece quando, “com ‘quantidades’ infinitamente menores, tem por objeto, não a guerra, mas o

³² *Idem, Ibidem*, p. 202-203.

³³ *Idem, Ibidem*, p. 59.

traçado de uma linha de fuga criadora, a composição de um espaço liso e o movimento dos homens nesse espaço”³⁴. O potencial de revide ao Estado, presente em toda máquina de guerra, pode ser percebido na política de ordenamento injusto das cidades e a correspondente distribuição desigual dos corpos pelo espaço. Assim, os autores lembram como

“a cidade libera espaços lisos, que já não são os da organização mundial, mas os de um revide que combina o liso e o esburacado, voltando-se contra a cidade: imensas favelas móveis, temporárias, de nômades e trogloditas, restos de metal e de tecido(...) que já nem sequer são afetados pelas estriagens do dinheiro, do trabalho ou da habitação. Uma miséria explosiva, que a cidade secreta”³⁵.

Os contingentes massivos de desfavorecidos postos à ‘margem lisa’ do ‘conforto estriado’ da propriedade capitalista é tão explosivo quanto capaz de inventar uma rebeldia que incorpore a mesma lógica da qual foram, até então, vítimas. Essas mesmas pessoas - com suas vidas arruinadas pela ausência da possibilidade de uma inclusão mais justa ao processo de consumo capitalista – foram capazes, há mais de vinte anos, de se reunir em torno do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para inventar uma máquina de guerra nômade extremamente eficiente em sua estratégia, sobretudo pela avaliação lúcida das características perversas da estrutura que pretendem enfrentar.

Na complexa reunião de processos de subjetividades tão distintos, unificados pela certeza de compartilharem da mesma ‘miséria explosiva’, aquelas pessoas puderam compartilhar da certeza do verso de Chico Buarque sobre o problema; e o cantaram, cada um a sua maneira: “zanza daqui, zanza pra acolá, fim de feira, periferia à fora - a cidade não mora mais em mim, Manuel, Miguilim, vamos embora”.

A elaboração, por parte do MST, da tática de ocupar as terras como forma de ‘territorializar’³⁶ sua luta em busca de visibilidade e legitimidade, acerta em cheio o coração da lógica desterritorializante do capitalismo tardio. A partir do momento em que as cercas são cortadas, os integrantes do MST materializam uma máquina de guerra nômade capaz de sobre-codificar, em espaço liso, aquele espaço até então estriado da

³⁴ *Idem, Ibidem*, p. 109.

³⁵ *Idem, Ibidem*, p. 188.

³⁶ Esse é o termo usado por FERNANDES (2000), um dos principais teóricos do movimento. No capítulo três, aprofundaremos a análise em torno do uso desta definição, aparentemente contraditória com os conceitos apresentados até este momento.

propriedade capitalista. Ainda de acordo com a natureza ampla do conceito proposto por Deleuze e Guattari, “cada vez que há uma operação contra o Estado, indisciplina, motim, guerrilha ou revolução enquanto ato, dir-se-ia que uma máquina de guerra ressuscita, que um novo potencial nômade aparece, com reconstituição de um espaço liso ou de uma maneira de estar no espaço como se fosse liso”³⁷.

Dessa maneira, o processo de configuração da luta sem-terra, a ser descrita a fundo no capítulo três, engendrada pela prática da ocupação de terras torna-se uma maneira de fazer daquele território, pelo menos momentaneamente, um espaço liso rebelde. Assim, embora em vários momentos, o MST saiba que a ocupação pode não se converter em um assentamento naquele mesmo local, há o reconhecimento da vitória momentânea, na medida em que o gesto de ‘alisar’ aquele espaço ocupado é, por si só, um acontecimento que desloca a existência daquelas pessoas (e do movimento) para uma outra esfera: a dos espaços lisos responsáveis pela administração global dos fluxos.

Estamos diante de uma linha de fuga criadora, porque capaz de inverter o processo de ordenamento violento, imposto pelo Estado. Trata-se, nesse sentido, de uma ruptura tão mais eficiente porque capaz de efetivar seu revide do interior da estrutura que lhe era, até então, adversa. Deleuze e Guattari já anteviam essa possibilidade:

“a pior máquina de guerra mundial reconstitui um espaço liso para cercar e enclausurar a terra. Mas a terra faz valer seus próprios poderes de desterritorialização, suas linhas de fuga, seus espaços livres que vivem e que cavam seu caminho para uma nova terra.(...) Máquinas de Guerra se constituem contra os aparelhos que se apropriam da máquina, e que fazem da guerra sua ocupação e seu objeto: elas exaltam conexões em face da grande conjunção dos aparelhos de captura ou de dominação”³⁸.

Em resumo, a máquina de guerra nômade do MST será capaz de converter o ‘espaço estriado’ da propriedade ocupada em um ‘espaço liso’ de contestação, a partir do qual um afecto nômade, exterior, portanto, à lógica do Estado será instaurado temporariamente. Este revide criativo será interpretado pelo Estado, com a invasão nômade descrita por Kafka, como uma ameaça, o que provocará, por sua vez, uma resposta violenta que seja capaz de controlar a linha de fuga sem-terra. Para isso serão

³⁷ DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*, 1997b, p. 60.

³⁸ *Idem, Ibidem*, p. 110.

acionados os tradicionais aparelhos de captura do Estado: a polícia, a justiça e a imprensa.

Enquanto a polícia efetuará o controle físico do conflito, visando o re-estriamento da propriedade, a justiça promoverá a legitimação simbólica e legal da ação, reproduzindo o princípio da ‘captura mágica’ ao transformar o uso da força policial em ação de ‘restauração’ da ordem pública. Ao mesmo tempo o terceiro pólo de captura será também acionado. A imprensa será responsável por controlar, no âmbito do espaço liso, o estrago causado pela emergência de sentidos outrora no gesto da ocupação. Com a possibilidade de produzir um espaço liso rebelde, o MST consegue seu passaporte para ocupar o espaço liso hegemônico das páginas dos jornais.

Nesse momento, irrompe o objeto específico dessa tese: o encontro entre a máquina de guerra nômade sem-terra e o aparelho de captura estatal da imprensa. Esta complexidade só se efetiva porque a ocupação sem terra consegue ocupar um duplo lugar: é espaço liso ao desterritorializar o investimento capitalista no território específico, mas também é acontecimento discursivo que promove a desestabilização dos sentidos hegemonicamente controlados pelos meios de comunicação em seu pastiche de debate democrático.

Apenas depois do trajeto que permita o entendimento dos potenciais dos espaços lisos contemporâneos é que será possível averiguar em que medida estamos, de fato, diante de uma ruptura criadora capaz de nivelar o jogo de dominação hegemônico. Até porque, Deleuze e Guattari lembram que seria um equívoco acreditar que o espaço liso e a forma de exterioridade teriam uma ‘essência’ revolucionária: “ao contrário, mudam singularmente de sentido segundo as interações nas quais são tomados e as condições concretas de seu exercício ou de seu estabelecimento (por exemplo, a maneira pela qual a guerra total e a guerra popular, ou mesmo a guerrilha, lançam mão de métodos)”³⁹.

Assim, fica clara a ambigüidade constituinte da luta política contemporânea, fundada em uma ausência de maniqueísmo, desenvolvida em um território constantemente cambiante em que as mesmas ferramentas e armas podem assumir características opostas, se manuseadas por agenciamentos distintos. Embora nos espaços

³⁹ *Idem, Ibidem*, p. 62.

estriados a disciplina estatal seja evidente, é no espaço liso que as possibilidades de controle atingirão um requinte até pouco tempo inimaginável.

“Evidentemente, os espaços lisos por si só não são liberadores. Mas é neles que a luta muda, se desloca, e que a vida reconstitui seus desafios, afronta novos obstáculos, inventa novos andamentos, modifica os adversários. Jamais acreditar que um espaço liso basta para nos salvar.”⁴⁰

O conselho final da citação alerta para a sombra ameaçadora dos dias de hoje. A advertência, no entanto, é justa em não tornar inviável a certeza de que neste mesmo solo fugaz ainda podem se exercer revides, potências criadoras e linhas de fuga criativas capazes de erigir outros mundos e outros modos de ser e de ser relacionar, da mesma forma que a complexa máquina de guerra desterritorializante do capitalismo global pode se efetivar em sucessivos gestos de ruptura, codificações e sobrecodificações.

1.1 Breve genealogia do Estado

Antes de aprofundar os aspectos políticos da ocupação midiática sem-terra, cabe aprofundar o debate crítico de Deleuze e Guattari com as teses marxistas para que possamos delinear melhor a questão agrária brasileira a partir da perspectiva teórica aqui desenvolvida. Para isso, será preciso entender a leitura dos filósofos sobre a ‘gênese’ do Estado nação e, conseqüentemente, do capitalismo.

De modo distinto ao da grande maioria de pensadores que apontam o séc. XVII como o momento em que a “soberania territorial torna-se o conceito fundador do Estado-nação”⁴¹, Deleuze e Guattari defendem a tese de que a novidade fundamental do Estado, desde seu advento, seria seu poder desterritorializante. Com essa leitura, os autores podem entender o momento atual de perda de importância do Estado, frente a um mercado global, como uma potencialização de um caráter que já estava presente em sua gênese.

Para entendermos a análise de Deleuze e Guattari sobre as rupturas provocadas pelo advento do Estado, devemos ter em mente que o pensamento dos autores é inspirado no método nietzschiano de genealogia, em lugar de uma história evolutiva, baseada na

⁴⁰ *Idem, Ibidem*, p. 214.

⁴¹ APPADURAI, Arjun. *Soberania sem territorialidade*, in *Novos Estudos CEBRAP*, 49, nov./1997, p. 33-34.

noção de ‘origem’ e no tempo linear hegeliano. O conceito de devir⁴² aponta para a possibilidade de uma não-causalidade que permita a irrupção do novo.

Rogério Haesbaert, em sua leitura geográfica das teses de Deleuze, cita a análise de Mengue a respeito dessa concepção analítica:

“o devir deleuziano necessita da história (dos estados das coisas) para não permanecer indeterminado (...). Mas ele escapa da história, nunca coincide nem se reduz ao que é empiricamente constatável, observável numa sucessão histórica centrada nos três momentos do passado, do presente e do futuro. O devir irrompe no tempo, mas não provém dele, não se reduz a ele”⁴³.

De modo análogo a Deleuze e Guattari, Foucault remete à diferença estabelecida por Nietzsche entre os termos *Ursprung* (‘origem’) e *Herkunft* (‘emergência’). O filósofo mostra como o trabalho de busca pelas ‘origens’, feito por historiadores, acaba naturalizando fatos em uma teleologia redutora, na qual as “miríades de acontecimentos perdidos”⁴⁴ se transformam em uma simples relação entre as causas e suas conseqüências “inevitáveis”. Esse jogo (político) de construção de ‘verdades’ sobre o passado torna o futuro ‘previsível’, na medida em que, às ‘conseqüências’ futuras, caberá simplesmente o papel de seguir o caminho determinado pelas ‘causas’ do presente. Temos, portanto, uma política de memória capaz de, no mesmo gesto, pacificar os embates do passado em busca de um futuro consensual que se deseja ‘inevitável’.

Outro teórico a buscar inspiração na tese de Nietzsche, embora essa filiação não apareça de modo explícito em sua obra (salvo em uma epígrafe de capítulo), é Walter Benjamin. Em seu esforço de estabelecer sua discussão sobre o conceito de história, a preocupação principal era fugir do que chamava de produto político social-democrata da interpretação histórica linear que, para ele, seria o ‘conceito dogmático de progresso sem qualquer vínculo com a realidade’. Para o pensador alemão, esta idéia pressupunha três problemas:

“o progresso era, em primeiro lugar, um progresso da humanidade em si, e não das suas capacidades e conhecimentos. Em segundo lugar, era um processo sem limites, idéia correspondente à da perfectibilidade infinita do gênero humano. Em terceiro lugar, era um processo

⁴² Optamos pelo neologismo à tradução literal de *vir a ser* do termo francês *devenir*. A escolha soluciona o problema da tradução literal “vir a ser” ou “tornar-se”, já que o devir produziria, justamente, a ruptura de qualquer relação identitária em relação ao ‘ser’.

⁴³ HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, p. 111.

⁴⁴ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p. 29.

essencialmente automático, percorrendo, irresistível, uma trajetória em flecha ou em espiral”⁴⁵.

Daí a necessidade de “escovar a história a contrapelo”⁴⁶ como mecanismo de abandonar a ilusão de que o objeto de análise do historiador seria um tempo homogêneo e previsível em favor de uma concepção na qual o tempo seria, nas palavras de Benjamin, saturado de “agoras”. Esse é exatamente o esforço da genealogia, ao desmascarar o gesto político, sempre conservador, de reduzir os acontecimentos anteriores a uma cronologia estática. Para isso, o genealogista deve identificar, no passado, as rupturas e re-significações provocadas pelo devir, como “a entrada em cena das forças; sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua própria juventude”⁴⁷. A natureza devastadora desse acontecimento, capaz de irromper e subverter, em devir, a lógica e os sentidos, permite pensarmos os embates por uma perspectiva através da qual seus desfechos continuem ‘imprevisíveis’.

De volta a Foucault percebemos como

“é preciso entender o acontecimento no que ele pode ter de único e agudo. (...) Não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta”⁴⁸.

Estamos diante de um esforço metodológico que tenta dar conta das discontinuidades, fugindo das armadilhas políticas dos sentidos unificados pelas ‘constâncias’ históricas, lineares e ‘evidentes’. Por essa razão o devir se constitui em espaço ‘dos acasos dos começos’. Assim, é preciso produzir conhecimento a respeito dos fatos históricos, seus abalos e surpresas, mas não se pode esquecer o conselho foucaultiano de que “o saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar”⁴⁹. De modo análogo, Benjamin defende a tese de que “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência,

⁴⁵ BENJAMIN, Walter. *Magia, técnica, arte e política. Obras escolhidas*, Vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 229.

⁴⁶ *Idem, Ibidem*, p. 255.

⁴⁷ FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.*, 1998, p. 24.

⁴⁸ *Idem, Ibidem*, p. 28.

⁴⁹ *Idem, Ibidem*, p. 28.

tal como ela relampeja no momento de um perigo”⁵⁰. Assim, a matéria do passado se oferece ao conhecimento como uma profusão de estilhaços. Cabe ao pesquisador se debruçar sobre estas miríades, lançar luz sobre as trajetórias desenhadas no momento seguinte à explosão do ‘devir’. Mas essa cartografia aos pedaços não pode apagar uma geografia cuja potência deve permanecer libertadoramente imprevisível.

Encontramos o mesmo gesto filosófico no diálogo crítico, promovido por Deleuze e Guattari, com as concepções marxistas de formação do Estado e do capitalismo. Os autores remetem a Clastres para desconstruir o caráter ‘evolucionista’ da análise do pensador alemão: “quando o Estado surge, é sob a forma de um corte irreduzível, uma vez que ele não é a consequência de um desenvolvimento progressivo das forças produtivas”⁵¹.

Assim, os filósofos franceses propõem uma genealogia do Estado (e do capitalismo) a partir de momentos fundamentais de ruptura que se sobrepõem, centrados, não em ‘construções de territórios’, mas em diferentes gestos de des-reterritorialização. Para isso, como vimos, lançam mão de sua tese sobre a captura da máquina de guerra nômade pelo Estado. O que fazem, além disso, é uma releitura não-evolucionista da análise de Marx e Engels sobre os diferentes momentos históricos de formas de propriedade, de divisão de trabalho e do Estado, até a emergência do capitalismo⁵².

Deleuze e Guattari definem que “o primeiro pólo de captura será chamado de imperial ou despótico”⁵³, correspondente à fase asiática em Marx. Aqui, surgem comunidades agrícolas primitivas, fundadas em linhagens de coletores e caçadores com agricultura rudimentar. Marx e Engels defendem que a divisão do trabalho nessa fase ainda se limita a um prolongamento da divisão ‘natural’ do trabalho existente na família. Deleuze e Guattari mostram como nesse momento irrompe uma primeira desterritorialização, promovida pelo Estado, através do gesto de sobre-codificação daqueles códigos de linhagens territoriais. Trata-se do momento pré-capitalista no qual o

⁵⁰ BENJAMIN, Walter. *Op. Cit.*, 1994, p. 224.

⁵¹ DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*, 1997b, p. 118.

⁵² Ver a esse respeito MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2005. Os autores se referem a quatro “momentos evolutivos” do Estado: asiático, primitivo, feudal e capitalista. Esse tema é retomado também em ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884). São Paulo: Bertrand, 1998 e MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: LTC, 1967.

⁵³ DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*, 1997b, p. 116.

caçador-coletor feudal passa a “dever” o pagamento da corvêia ao déspota, proprietário único. Pelo direito de “trabalhar” uma parte da terra comunal, o servo precisa se dedicar à parte da lavoura que pertence ao senhor feudal. Embora já se estabeleça uma relação de dívida, a terra ainda assim não existe como mercadoria alienável. O Estado despótico fixa, portanto, o homem na terra, mas, para isso, efetua desterritorialização na medida em que desloca os sentidos dos códigos anteriores sobre o trabalho e sobre a terra.

Haesbaert resume esse primeiro processo de desterritorialização das comunidades pré-capitalistas pelo Estado como a substituição do princípio da imanência (a terra como corpo pleno das sociedades pré-capitalistas) pelo princípio da transcendência (no qual o Déspota assume a organização social). “Trata-se assim de uma des-re-territorialização complexa que, ao mesmo tempo em que destrói as territorialidades prévias, reincorpora-as e produz uma nova forma territorial de organização social”⁵⁴.

A partir desse primeiro processo de sobrecodificação, Deleuze e Guattari invertem a tese marxista de que o *excedente* teria produzido o Estado, defendendo que o advento desse é que instaura um regime de necessidade de acúmulo. Da mesma forma,

“não é mais o Estado que supõe comunidades agrícolas elaboradas e forças produtivas desenvolvidas; ao contrário, ele se estabelece diretamente num meio de caçadores-coletores sem agricultura nem metalurgia preliminares. E é ele que cria a agricultura, a pequena criação e a metalurgia, primeiro sobre seu próprio solo, depois os impõe ao mundo circundante”⁵⁵.

A interpretação dos acontecimentos a partir da perspectiva da ruptura e do devir permite ainda pensar que não teria sido, então, o ‘desenvolvimento’ do campo o responsável, de modo progressivo, pela formação das cidades. Pelo contrário, estas é que “criam” o campo, na medida em que estabelecem, para a relação com a terra, a lógica da produção e do acúmulo como paradigma. Se isso é verdade, podemos dizer, com Deleuze e Guattari, que “os nômades não precedem os sedentários, mas o nomadismo é um movimento, um devir que afeta os sedentários, assim como a sedentarização é uma

⁵⁴ HAESBAERT, Rogério. Op. Cit., p. 197.

⁵⁵ DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. Op. Cit., 1997b, p.118.

parada que fixa os nômades”⁵⁶. Os autores recorrem, inclusive, à tese de Gryaznov que mostrou como:

“o mais antigo nomadismo só pode ser atribuído exatamente a populações que abandonam seu sedentarismo quase urbano, ou sua itinerância primitiva, para se pôr a nomadizar. É nessas condições que os nômades inventam a máquina de guerra, como aquilo que ocupa ou preenche o espaço nômade e se opõe às cidades e aos Estados que ela tende a abolir”⁵⁷.

Assim, os autores alertam para o fato de ter havido, no momento de irrupção do Estado, uma simultaneidade de coletividades em devir. Seria apenas um efeito linearizante de sentido da história traduzir como sucessão o que de fato pode ser tomado como “coexistência de devires”⁵⁸. Em que medida o MST recupera, em sua máquina de guerra, essa possibilidade de existência múltipla e ambígua é o que nos cabe determinar para podermos fugir da crítica simplista de taxar o movimento como ‘arcaico’ ou ‘anacrônico’.

De volta às etapas de formação do Estado, Deleuze e Guattari mostram que, como em todo gesto de captura da máquina de guerra, “o Estado arcaico não sobrecodifica sem liberar, também, uma grande quantidade de fluxos descodificados que vão lhe escapar”⁵⁹. Relacionando esse processo de “fuga” com a terra, os autores mostram como a propriedade pública do déspota permite, contraditoriamente, a condição para a formação da propriedade privada. Nesse momento da análise, Deleuze e Guattari apontam como co-existentes duas formas de propriedade que, em Marx e Engels, apareciam como sequenciais: a primitiva e a comunal antiga.

A primeira, fruto da união de várias tribos de servos libertos, leva à formação de comunidades nas quais se começará a desenvolver, ainda que de modo embrionário, as bases do estabelecimento de propriedades privadas. Já a segunda, aprofunda a relação servo-déspota em um processo gradativo que atravessa o feudalismo. Num primeiro momento, a terra, ainda sem valor material, é compartilhada por todos por meio da corvéia. Com o aumento da demanda, por parte das cidades, esse contrato comunitário é acrescido da renda em espécie (parte da produção do servo devia ser entregue ao

⁵⁶ *Idem, Ibidem*, p. 119.

⁵⁷ *Idem, Ibidem*, p. 122.

⁵⁸ *Idem, Ibidem*, p. 120.

⁵⁹ *Idem, Ibidem*, p. 145.

déspota), até que, finalmente, se estabelece a renda em dinheiro, via pagamento de tributos. Esse processo leva a uma série de levantes e protestos através dos quais os servos recusam a exploração e, diante da mercantilização da terra, passam a exigir o direito à propriedade⁶⁰.

A segunda captura será materializada pelo advento do Estado imperial, como organização das relações de poder que se voltará contra os pontos de fuga da primeira sobrecodificação. Os autores se referem às revoltas de servos e aos conflitos iniciados pelo crescimento de cidades comerciantes independentes do Estado imperial, que perdura até o momento em que aquelas são controladas numa segunda sobrecodificação⁶¹.

Neste momento, será instaurado o processo responsável pela emergência do Estado-Nação moderno. Nele, há três gestos de captura (e desterritorialização) que fundam o capitalismo, ainda a partir da releitura de Marx e Engels: a terra, o trabalho e a moeda. A captura da terra a transforma em objeto da agricultura com valor de troca, gerando uma 'renda' para o agora 'proprietário' daquele solo. A segunda captura (a do trabalho) é fruto da disciplinarização da 'ação livre' coletora, que passa a ser controlada por um empreiteiro, remunerado com salário e com objetivo de acúmulo e 'lucro'. A terceira captura (a da moeda) se materializa com o advento do imposto e da conseqüente monetarização da economia - de troca de mercadorias e do valor do trabalho. Essa captura permite aos banqueiros o monopólio dos 'meios de comparação' entre trabalhos e mercadoria.

Os três aparelhos efetuam uma sobrecodificação a partir do paradigma do 'estoque' como agenciamento, sucessiva e concomitantemente, do território, da atividade e da troca. Com isso, acabam por permitir a irrupção da forma de propriedade correspondente ao Estado-Nação e a emergência da burguesia como principal detentora dos meios de produção, engendrando, como diria Marx, a exploração do proletariado pela mais-valia e pelo fetiche da mercadoria.

Essa realização, no entanto, também originaria, para o pensador alemão, a derrocada do sistema capitalista, na medida em que a necessidade de busca de novos

⁶⁰ Ver a respeito o histórico da questão agrária em OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Ática, 1996.

⁶¹ Os autores defendem, inclusive, que "uma das razões da vitória dos Estados sobre as cidades a partir do século XV é que só o Estado tem a faculdade de se apropriar plenamente da máquina de guerra" (1997b: 125).

mercados internacionais e a crescente exploração do ‘proletariado’ criaria a condição da ‘evolução’ para o comunismo. Já no manifesto comunista, Marx e Engels lembram que “as armas de que se serviu a burguesia para abater o feudalismo voltam-se agora contra a própria burguesia. Mas a burguesia não forjou somente as armas que lhe darão morte; produziu também os homens que manejarão estas armas – os operários modernos, o proletariado”⁶².

Tal ‘inevitabilidade’ histórica seria acentuada com a fase internacional do capitalismo, em sua busca por novos mercados consumidores e pela mão-de-obra menos exigente e mais abundante, bem como pela constatação de que os Estados-nação estariam se ‘dissolvendo no ar’, na medida em que seu caráter territorial é cada vez mais posto de lado diante do esvaziamento das fronteiras, da virtualização da propriedade (por meio da bolsa de valores, por exemplo) e do fluxo de capitais, tornando-se global e ‘desterritorializado’.

Como sabemos, no entanto, tal previsão não se concretizou. O capitalismo parece não só cada vez mais capaz de utilizar, como combustível, o veneno que o destruiria, como no momento atual parece prescindir de uma grande massa de pessoas para estabelecer seu processo produtivo. A grande virada do pensamento de Deleuze e Guattari talvez se situe justamente na possibilidade de análise dessa capacidade potente do capitalismo. Os filósofos percebem que, tanto o momento da emergência do Estado, como o processo de acumulação capitalista ‘perpetrado’ na modernidade se fundamentam em um mecanismo ambíguo: o uso político e simbólico do ‘território’ através de sua constante ‘desterritorialização’.

Por essa razão, segundo os autores, o que vemos, no momento atual de capitalismo em escala global, é um Estado-nação que se dedica a uma nova tarefa: “organizar conjunções de fluxos descodificados como tais”⁶³. Ou seja, os fluxos desterritorializantes (de capitais, de propriedades, de informações, de pessoas) são potencializados ao extremo, “num nível de descodificação que os aparelhos de Estado não podem mais alcançar”⁶⁴. À primeira vista, tal constatação pode dar a falsa impressão de que, diante da ordem econômica atual, o capitalismo poderia prescindir do Estado e de

⁶² MARX, Karl, e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 72.

⁶³ DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*, 1997b, p. 148.

⁶⁴ *Idem, Ibidem*, p. 150.

seu controle político-jurídico. No entanto, o que esse aspecto virtualizante parece fazer é intensificar algo incorporado pelo Estado já nos dois primeiros pólos de captura. Os autores lembram que

“sejam quais forem as dimensões e quantidades atuais, é desde o início que o capitalismo mobilizou uma força de desterritorialização que transbordava infinitamente a desterritorialização própria ao Estado; pois esse, desde o paleolítico ou o neolítico, é desterritorializante dado que faz da terra um *objeto* de sua unidade superior”⁶⁵.

Assim, o Estado seria ‘territorial’ e o capitalismo ‘desterritorializante’. Tanto que, como se sabe, a propriedade privada de hoje não seria nem a terra nem os meios de produção, mas os ‘direitos abstratos convertíveis’ negociados nas bolsas de valores do mundo. Os autores, no entanto, alertam, por meio de um interessante jogo de palavras, que ‘ultrapassar’ o Estado não significa de modo algum ‘passar sem’ ele. Caberia, portanto, ao ‘enfraquecido’ Estado o papel de “moderar a desterritorialização superior do capital e fornecer a esse reterritorializações compensatórias”⁶⁶. É nesse sentido que os Estados se convertem, finalmente, em modelos de realização de uma sujeição social apta a permitir e produzir o trânsito constante dos fluxos desterritorializados.

Em resumo, os autores apontam novos sentidos e funções para as formas de Estado, apontadas por Marx e Engels, já não mais tratados como sucessões evolutivas. Teríamos, portanto, os Estados imperiais arcaicos, responsáveis por sobrecodificar fluxos já codificados; os Estados feudais e cidades comerciais que disciplinam e re-agrupam os fluxos descodificados da captura anterior; e os Estados-nação modernos que potencializam ao extremo a descodificação ao se converterem nas instâncias capazes de conjugar os fluxos globais não-codificados e desterritorializados, re-territorializando-os quando necessário⁶⁷.

Nesse ponto, podemos estabelecer uma relação entre os diferentes momentos das ‘funções’ do Estado com os modos de codificação e sobrecodificação do território. Num primeiro momento, já o dissemos, a relação do *coletor* com a terra não é mediada pela lógica do acúmulo. Essa só se estabelece quando a cidade ‘inventa’ a agricultura. No

⁶⁵ *Idem, Ibidem*, p.152.

⁶⁶ *Idem, Ibidem*, p.153-54.

⁶⁷ Percebe-se em Deleuze e Guattari a preocupação de evitar nomear um ‘quarto momento’ de Estado, que seria o ‘pós-moderno’. Para os autores, a fase atual seria muito mais uma aceleração exponencial da modernidade. Manteremos a mesma perspectiva dos autores em nossa análise.

processo, “é sob a ação da cidade que o agricultor, e seu espaço estriado, se superpõem ao cultivador em espaço ainda liso (cultivador transumante, meio sedentário, ou já sedentário)”⁶⁸.

A partir daí, há um processo de abandono da ‘ação livre’, da coleta, pelo ‘trabalho’ agrícola. Vamos aprofundar abaixo, quando discutirmos as armas nômades, o impacto dessa substituição. Por ora, seguimos para o segundo movimento de sobrecodificação: a terra é transformada em mercadoria e propriedade privada, em um espaço estriado no qual o ‘agricultor’, já explorado pela lógica capitalista, irá desenvolver seu ‘trabalho’.

No terceiro momento, “a propriedade privada não é mais da terra ou do solo, nem mesmo dos meios de produção enquanto tais, mas a de direitos abstratos convertíveis”⁶⁹. Ou seja: depois de conquistar o direito à propriedade privada da terra, com o advento do Estado-Nação europeu, o camponês assiste à eclosão da Revolução Industrial e sua principal consequência: a terra é gradativamente hipotecada a bancos, como pagamento de dívidas decorrentes da impossibilidade de competir com a mecanização do campo. A seguir, atinge-se o momento de proletarização, na medida em que o antigo camponês é obrigado a migrar para trabalhar nas fábricas das grandes cidades européias.

Nos dias de hoje, a ‘virtualidade’ do título de propriedade é mais uma vez ‘desterritorializada’ nos fundos de investimentos globais e na mecanização infinita do ‘*agrobusiness*’ que forneceria “evidências” de que o trabalho humano da terra estaria obsoleto diante das soluções tecnológicas. Ao olharmos a questão agrária brasileira, no entanto, percebemos que esse processo de desaparecimento do camponês, apontado como irreversível por Marx e Engels, acaba não se concretizando de fato.

Será preciso, portanto, ‘reterritorializar’ a análise contundente de Deleuze e Guattari, no caso histórico da formação do Estado brasileiro e de seus impactos para a emergência do ‘homem do campo’ como um ‘excluído global’. Esse gesto nos permitirá entender o lugar a partir do qual o MST conjuga os fluxos desterritorializantes anteriores e instaura seu revide a partir da emergência de um devir-nômade. Entender essa

⁶⁸ *Idem, Ibidem*, p. 188.

⁶⁹ *Idem, Ibidem*, p. 152.

capacidade é estabelecer bases para uma luta em um espaço liso contemporâneo (o terceiro pólo de captura) e sua principal dificuldade: como se descodifica um espaço liso como a mídia que administra os fluxos descodificados?

Para começarmos a responder tal questão, recorreremos a alguns autores que, em diferentes campos de conhecimento, se dedicaram a entender a complexidade da questão agrária nacional e a mapear os vários sujeitos que comporiam uma categoria genérica de ‘brasileiros pobres do campo’, bem como suas especificidades econômicas, culturais, sociais e políticas. Com essa costura será possível articular os gestos de sobrecodificação do Estado às especificidades históricas brasileiras, de modo a traçar uma breve genealogia de como esses múltiplos atores, agregados artificialmente no rótulo de ‘camponeses’, serão capazes de inventar sua máquina de guerra, ao convergir em torno de um projeto político-social que, ainda assim, se apresentará no espaço midiático como uma ‘entidade única’ – o MST.

1.2 A questão agrária brasileira

A socióloga Maria Aparecida de Moraes Silva lembra como, até os anos 50 do século passado, havia um debate ferrenho em torno do qual seria a interpretação correta a respeito das relações de exploração existentes no Brasil agrário:

“alguns estudiosos defendiam a tese de que, em virtude da situação de atraso e da realidade social dos trabalhadores, havia um sistema semelhante ao feudalismo, no qual os proprietários de terra se comportavam como senhores feudais que dominavam os trabalhadores, reduzidos à condição de servos (...). Outros estudiosos, no entanto, defendiam a tese oposta, ou seja, a de que as relações prevaletentes no campo eram capitalistas, e que a miséria e o atraso dos trabalhadores eram resultantes desse sistema e não do feudalismo”⁷⁰.

Para os teóricos da primeira corrente, haveria uma dualidade no Brasil entre um semifeudalismo atrasado no campo e um setor urbano industrial e capitalista. Um exemplo emblemático desse ponto de vista é o geógrafo Josué de Castro que, em uma de suas obras fundadoras, a *Geografia da fome*, conclui que

⁷⁰ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004, p. 16.

“o Brasil, como país de economia tipo semicolonial, com sua agricultura semifeudal, à base de processos agrícolas arcaicos e de manifesta tendência à monocultura latifundiária, apresenta um coeficiente de produção alimentar abaixo das necessidades biológicas de suas populações”⁷¹.

De acordo com esses teóricos, ‘ainda’ faltaria ao Brasil cumprir a tarefa da superação do latifúndio e do campesinato, que viria a se proletarizar. Tal premissa se inspira na tese marxista de que a revolução só seria posta em funcionamento pelo proletariado urbano, como ‘classe única’ a ser formada pelo êxodo rural e a conseqüente extinção do camponês.

Já a segunda corrente, comumente referida como Teoria clássica⁷², defende como inevitável o processo de inscrição do capitalismo no campo brasileiro, como se deu com a indústria. Para ela, a modernização do latifúndio converterá, irremediavelmente, o camponês em proletariado. Essa corrente de pensamento também se inspirava no modelo marxista e norteou muitas ações do Estado brasileiro, de um lado, e dos movimentos políticos que tentavam mobilizar a luta camponesa.

Nos dias de hoje, um desdobramento à direita desse pensamento pode ser notado na retórica de grande parte da imprensa hegemônica e na fala oficial do PSDB, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. A tese é a de que a Reforma Agrária não era mais necessária, uma vez que o agronegócio seria capaz de administrar o campo de modo capitalista, oferecendo a seus trabalhadores uma remuneração justa. Nessa perspectiva, as reivindicações por terra seriam anacrônicas e ineficazes como solução para a miséria, visto que o modo de produção capitalista inviabilizaria qualquer outra forma de agricultura (seja ela camponesa ou familiar)⁷³.

A revisão dessas teorias se viu ainda mais necessária com a constatação de que a industrialização e a urbanização brasileiras, a partir da década de 50 até o final do século XX, não interromperam esse processo aparentemente contraditório de utilização de mão-de-obra com relações não totalmente capitalistas (como o caso dos bóias-frias contratados pelas indústrias açucareiras de São Paulo, ainda nesse início de século).

⁷¹ CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1957, p. 259.

⁷² Um mapeamento eficiente das diferentes características das correntes teóricas é desenvolvido em OLIVEIRA (1996).

⁷³ Há também um intenso debate sobre as implicações políticas opostas dos conceitos de agricultura camponesa e agricultura familiar. Não é nosso objetivo, aqui, aprofundar esta questão.

Também ganharam relevância os estudos mais aprofundados da realidade histórica brasileira que comprovam as evidências de que, desde a colônia, o campo brasileiro já funcionava em caráter capitalista, com suas potências de exploração e exclusão, com o Estado promovendo a ‘legalidade’ das propriedades privadas do latifúndio, ao mesmo tempo em que perpetrava um modelo que, aos olhos evolucionistas marxistas, parecia ‘arcaico’, por não permitir a proletarização do, ainda assim, trabalhador-campesino.

Assim, de alguma forma a realidade brasileira continuou escapando tanto ao modelo evolutivo marxista quanto ao desejo social-democrata de um campo controlado pelo agronegócio capaz de promover ‘justiça social’. Essa constatação deu origem a uma terceira corrente de pensamento que tenta entender o caráter contraditório do capitalismo no campo: capaz de estabelecer, na mesma medida, uma relação de produção não totalmente capitalista (o colonato, por exemplo) em um projeto que, ainda assim (ou por isso mesmo), visa à obtenção de lucros cada vez maiores. Razão pela qual, especialistas como Oliveira (1995), Ribeiro (1995) e Martins (2003) defendem que, da mesma forma que a questão agrária brasileira não se encaixa totalmente nas definições marxistas sobre as etapas do capitalismo, seria um equívoco também remeter a elas como uma simples reprodução de um passado feudal que o Brasil sequer chegou, de fato, a conhecer. Oliveira assim resume a tese dessa corrente:

“tais relações não capitalistas são produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital: a expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações de produção, subordinando-as à sua reprodução, engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução”⁷⁴.

A partir da perspectiva de análise não-evolutiva desta tese, fica mais claro entender de que modo o paradigma capitalista no Brasil foi adaptado para ser capaz de construir um processo de exploração e dominação eficiente e lucrativo para os proprietários. Assim, o esforço dos autores marxistas para entender como o capitalismo no campo se alimenta de estruturas que lhe são opostas, se aproxima da constatação de Deleuze e Guattari acerca da sobreposição de devires, entendendo-se os aspectos de dominação engendrados de forma não-evolutiva.

⁷⁴ OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. *Op. Cit.*, p. 67.

Perceber a complexidade do processo de dominação no campo brasileiro fugindo de evolucionismos é fundamental para estabelecer também a natureza lúcida e complexa do revide sem-terra. Do contrário, as análises sobre o MST ficariam congeladas entre duas visões tão opostas quanto paralisantes: seja a partir da perspectiva da crença romântica numa revolução aos moldes das efetuadas até meados do século XX, ou em uma perspectiva crítica superficial de que as lutas no campo seriam arcaicas, por não darem conta dos aspectos geopolíticos contemporâneos (desterritorialidade e globalização).

Um outro conjunto de críticas, mais articulado e aprofundado do ponto de vista teórico, tanto da ação do MST como da perspectiva a partir da qual a questão da terra é debatida no Brasil, é operado pelo sociólogo José de Souza Martins, um dos especialistas mais respeitados da área. Em uma série de recentes artigos⁷⁵, o autor aponta dois problemas básicos. O primeiro seria o fato de o MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) possuírem, em sua militância, uma maioria composta por egressos de setores de classe média. Com isso, se converteriam em ‘agentes de mediação’ entre o Estado e os legítimos ‘trabalhadores do campo’. Esse aparelhamento teria ‘ideologizado’ a luta pela terra em torno de interesses que não seriam de fato dos trabalhadores, e sim de uma classe média que ‘expiaria sua culpa’ pelo desprezo histórico em relação ao ‘atrasado’ homem do campo, por meio da outra face da mesma moeda: a ‘proteção do inocente’ motivada pela pena.

O efeito concreto dessa ‘visão de classe média’ seria a distância entre o que prega o MST em sua luta e o que de fato desejariam seus integrantes. Tal distância encontra-se materializada na dificuldade sentida pelo assentado em construir alternativas ao capitalismo, por exemplo. Martins (2003) cita, inclusive, uma série de entrevistas com assentados que mostraria como esses, após a posse da terra, estabeleceriam na verdade a mesma relação capitalista que qualquer outro indivíduo. Seja não se sentindo mais um ‘sem-terra’, ou mesmo vendendo a propriedade para terceiros, o que esses exemplos mostram a Martins é que sua luta seria muito mais para se inserir na economia capitalista atual do que voltar a ser um campesino.

⁷⁵ Reunidos em dois de seus últimos livros (*Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000 e *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Ed. Ufrgs, 2003).

Não nos cabe nesse trabalho, no entanto, efetuar um posicionamento mais efetivo em torno dessa avaliação crítica ou das réplicas desenvolvidas pelos ideólogos do MST e da CPT. Sobretudo em virtude de nosso esforço teórico de situar a grande novidade representada pelo MST não no desejo *migrante* em busca de sedentarização, mas na maneira como esse desejo se efetiva em uma máquina de guerra *nômade*.

Cabe, no entanto, efetuarmos um breve parêntese a respeito de um aspecto da crítica de Martins que será retomado no capítulo três desse trabalho. Embora o sociólogo generalize sua crítica ao interpretar as lideranças do MST e da CPT como ‘em sua grande maioria’ de classe média urbana, suas análises apontam para algo de fato muito presente em torno da existência política do MST e de uma forma de ‘engajamento’ político bastante contemporânea: a questão da vitimização do outro.

Em sua análise das teses de Zizek a respeito dos posicionamentos políticos contemporâneos, a partir da perspectiva nietschiana, Ferraz mostra como “as alternativas atuais diante da miséria produzida pela vitória e onipresença do capital globalizado parece, assim, reduzir-se, em geral, a duas: ou o extermínio calculado do ‘outro’ ou a sua vitimização”⁷⁶. Ou seja, à culpa provocada, nos setores ‘progressistas’ da classe média, pela constatação de um sistema injusto junta-se a tentativa de ‘ajudar os despossuídos’. Tal assistência, no entanto, por originar-se a partir de uma visão que reproduz o que diz combater, acaba por congelar os ‘excluídos’ no lugar de ‘vítimas passivas’ incapazes de tornarem-se senhores do seu destino. Trata-se da

“vitimização do outro, que o despotencializa como ser autônomo capaz de erguer-se e lutar por si mesmo. A vitimização funciona como mais um modo de enfraquecer o outro, de impedir a eclosão da alteridade disruptora, tão evidente, também no Brasil, na exploração da miséria pelo marketing social, na solidariedade de fachada expressa pelas classes abastadas, muito presente no assim chamado ‘terceiro setor’”⁷⁷.

Dessa forma, a primeira crítica de Martins aponta de duas formas para essa questão. Por um lado, o sociólogo percebe um gesto bastante comum em relação ao MST, nos setores de classe média urbana: uma certa simpatia desmobilizada a respeito do movimento que se converte quase em uma espécie de ‘torcida’ pelo sucesso da

⁷⁶ FERRAZ, Maria Cristina Franco. “*Terrorismo: nós, o inimigo e o outro*”, in PASSETI, Edson e OLIVEIRA, Salete (org.) *Terrorismo*. São Paulo: Educ PUC/SP, 2006, p. 52.

⁷⁷ *Idem, Ibidem*, p. 51.

mobilização sem-terra. Tal simpatia, no entanto, raramente se converte em alguma ação política de fato, limitando-se, em geral, à compra de produtos da ‘marca’ sem-terra, como camisetas e bonés.

Por outro lado, no entanto, Martins acaba caindo, em parte, na mesma visão que diz criticar. Ao responsabilizar pelas dificuldades surgidas nos assentamentos tanto a ‘mediação’ dos dirigentes de classe média quanto o mero desejo dos ‘militantes’ em inserirem-se no processo de produção capitalista, o autor termina por conferir ao sem-terra ‘comum’ a passividade de ceder ou se deixar levar por um desejo ‘originário’ em uma espécie de ‘essência’ capitalista que já estaria presente (na alma?) do ‘sujeito’ sem-terra.

A partir da perspectiva adotada nesse trabalho, no entanto, podemos perceber como as dificuldades encontradas pelo MST em seus assentamentos dizem mais respeito ao gesto de captura, por parte do Estado, posto em funcionamento no instante em que a posse da terra é legitimada. Se no momento em que as cercas são cortadas irrompe, como veremos, um devir sem-terra cuja potência seria eminentemente *nômade*, na hora em que os títulos de posse são concedidos pelo Estado tal potência é capturada pelo agenciamento *sedentário* que passa a atuar sobre aquelas relações sociais. Como mencionamos, entretanto, esse aspecto não é objeto de nosso estudo que se limita a mapear as diferentes possibilidades de revide presentes na potência *nômade* sem-terra.

De volta ao pensamento de Martins, sua segunda crítica precisa ser analisada mais a fundo, já que permite aprofundarmos dois aspectos centrais da máquina de guerra *nômade* inventada pelo MST: a luta pela memória e a capacidade de unificação de fluxos desterritorializados. Martins ilustra o que chama de ‘diálogo impossível’ em torno da reforma agrária, defendendo a existência de um “sujeito oculto” nesse processo. O argumento do sociólogo é elaborado em duas frentes complementares.

Do ponto de vista da primeira frente, Martins é categórico em dizer que a luta pela terra não é um problema de 500 anos. Para ele

“a injusta distribuição de terras se tornou, e sobretudo, se revelou problema, de fato, há apenas algumas décadas. Isto é (...) a partir dos anos 50 do século XX, os anos da industrialização intensa e das grandes migrações.(...) Antes disso, só existe na fantasia retrospectiva de uma concepção linear e anti-histórica de causação (...). No passado sem

concerto, o latifúndio e a escravidão se combinavam harmonicamente (...). De vários modos que a nossa consciência contemporânea repudia, e com razão, havia ordem e na ordem injusta todos tinham seu lugar e o lugar de sua sobrevivência”⁷⁸.

A ênfase da crítica ao olhar sobre o passado faz parecer, à primeira vista, que a análise de Martins compartilha da concepção temporal não-linear adotada nesta tese. Veremos, no entanto, como há diferenças importantes entre o ponto de vista adotado aqui e o do sociólogo. Por ora basta considerar sua percepção de que a luta pela terra é necessariamente um olhar para/sobre o passado. Gesto político não efetuado apenas pelo MST, diga-se de passagem, mas também por latifundiários e pelos grileiros, todos em busca de legitimidade e legalidade.

O movimento se volta para o passado com a intenção de construir um argumento a partir do qual a ocupação de terras possa ser considerada um gesto legítimo e legal (e não esbulho possessório), já que a posse anterior daquela ‘propriedade’ seria posta em dúvida a partir da alegação memorialista. Já no caso dos grileiros e latifundiários, o olhar retrospectivo visa garantir justamente a validade jurídica de seus títulos de propriedade contestada pelo MST.

Em resumo, Martins acerta na percepção de que o embate não se dá apenas no campo geográfico, mas no campo simbólico em torno da luta. O fato que o sociólogo dá pouca ênfase é o de que tal arena não é inventada pelos sem-terra. Trata-se de uma consequência da segunda e mais importante sobrecodificação promovida pelo Estado brasileiro sobre a terra: a promulgação da Lei de Terras, em 1850⁷⁹.

Antes de explicitar o fator responsável pela promoção da memória à arena principal de embate, será preciso relembrar os contextos sóciopolítico e econômico que levaram à promulgação de tal lei⁸⁰. Ao longo da primeira metade do século XIX, houve um aumento crescente de importância de diversos fatores capazes de transformar a terra

⁷⁸ MARTINS, José de Souza. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003, p. 16-17.

⁷⁹ No capítulo 3, que se dedica a analisar as características específicas da ação do MST como máquina de guerra nômade, será feito o aprofundamento das análises históricas em relação à ocupação de terras no Brasil. Naquele momento, também serão explicados, mais amiúde, os processos de sobrecodificação do Estado brasileiro sobre a terra e suas consequências para o camponês. Por ora, o objetivo é apenas localizar a importância política da ação sem-terra no debate acadêmico sobre a questão agrária brasileira a partir da visão filosófico-política adotada nesta tese.

⁸⁰ Sobre esse momento histórico ver SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio – efeitos da Lei de Terras de 1850*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

em mercadoria lucrativa por si só, como o crescimento expressivo da produção de café. Além disso, a pressão internacional contra a escravidão no Brasil, bem como o aumento do combate ao tráfico de escravos, além da emigração de colonos europeus, sinalizavam para uma crise da mão-de-obra utilizada nos latifúndios.

Assim, a relativa tolerância em relação ao uso das terras devolutas, implícita no regime de ocupação de terras então vigente, deixou de representar a manutenção do poder econômico dos grandes proprietários para transformar-se numa ameaça por impedir a comprovação legal dos limites dos latifúndios. A preocupação da elite econômica rural cresceu ainda mais com a certeza de que a abolição seria questão de tempo.

Nesse cenário, o risco de escassez de mão-de-obra barata e o medo de ver suas terras ‘infinitas’ ocupadas legalmente por antigos escravos, possibilitou um acordo mínimo, entre as elites agrárias, em torno da proposta de regulamentação da posse da terra. O primeiro dos consensos, e o mais importante, foi o estabelecimento da obrigação de pagar ao Estado pelo direito de ocupação das “terras devolutas”, o que possibilitaria, na prática, a emergência da terra como ‘propriedade privada’ de fato capitalista. Nos termos da lei: “ficam proibidas as aquisições de terra devolutas por outro título que não seja o de compra. (...) Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derribarem matos, ou lhes puserem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de benfeitorias”⁸¹.

A lei é clara em evidenciar como tal sobrecodificação excluiu do processo de distribuição fundiária todos aqueles que não possuíam recursos suficientes para esse ‘investimento capitalista’. A segunda concordância entre os grandes proprietários, subdivisão da primeira, foi a definição do que seria, de fato, uma ‘terra devoluta’. Nas letras da lei:

“Art. 3. São terras devolutas:

§ 1. As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial, ou municipal.

§ 2. As que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial(...).

⁸¹ A íntegra da Lei de Terras, promulgada em 18 de setembro de 1850, está disponível em vários sites. A transcrição aqui efetuada está disponível em <http://www.webhistoria.com.br/lei1850.html>, acessado em 18/09/2005.

§ 3. As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que (...) forem revalidadas por esta Lei.

§ 4. As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei”⁸².

Ao contrário de um dos princípios básicos do direito penal (de que a lei não retroage, salvo se em benefício do réu), a determinação de que o Estado poderia legitimar a posse das terras ‘originalmente’ doadas por sesmaria e aquelas fruto de “ocupações ilegais”, pautou então o embate sobre a posse da terra. É possível perceber como a partir de sua promulgação houve o estabelecimento de uma série de conflitos, no presente, a respeito de acontecimentos passados. Um dos exemplos mais emblemáticos e pungentes é a constante expulsão de posseiros que viviam ‘nas terras de seu avós’ por grileiros armados, de posse de documentos falsificados, atestando a concessão estatal daquele território à sua família⁸³.

De volta às teses de Martins, podemos perceber como a “fantasia retrospectiva” a qual o autor se refere é, na verdade, uma estratégia política em resposta a uma ação anterior: o gesto de sobrecodificação estatal, fazendo emergir no Brasil não só a ‘propriedade privada’, como também uma luta por legitimidade travada em torno de acontecimentos, sentidos e ‘documentos’ memoráveis.

Em relação à segunda frente abordada pelo sociólogo, podemos resumi-la em uma única, embora longa, citação.

“Ao contrário do pressuposto difundido, não há uma categoria unificadora que possa abranger todos numa uniformidade de situação de origem, como a de ‘excluído’ ou a de ‘pobre’ ou, mesmo, a de ‘sem-terra’. A diversidade de origem dos assentados sugere que a massa de clientes da reforma agrária é constituída pelos resíduos de várias categorias sociais que se desagregaram(...). [Assim,] o MST colabora poderosamente para o fracasso parcial da Reforma Agrária (...) ao recrutar indiscriminadamente os participantes do seu grupo de pressão, incluindo aí pessoas sem nenhuma identificação com os atores que tem um vínculo claro com os valores próprios da mística original e fundante do movimento”⁸⁴.

⁸² Lei de Terras de 18/09/1850. *Idem, Ibidem*.

⁸³ Uma das origens do termo grileiro, inclusive, é atribuída ao processo de falsificação de títulos de propriedade, descrito por Monteiro Lobato: os papéis eram trancados em gavetas com grilos vivos para que assumissem o aspecto amarelado de antigos.

⁸⁴ MARTINS, José de Souza, *Op. Cit.*, 2003, p. 34.

Haveria, portanto, diferentes tipos de camponeses, com características culturais, costumes, crenças, 'místicas', história política e econômica distintas. Martins critica a relação "entre essa diversidade histórica e a tentativa de reuni-las num projeto histórico único, externo às próprias lutas sociais, como se vê no MST"⁸⁵. Para ele, como mencionado anteriormente, trata-se de "uma ideologia de classe média urbana que tenta aglutinar e dirigir as categorias sociais residuais que não foram cooptadas ou não encontram lugar ativo no cenário do desenvolvimento capitalista do presente"⁸⁶. O sociólogo vê legitimidade política apenas, não por acaso, nos tradicionais sindicatos rurais, territorializados e 'coerentes' (ou fechados) em suas especificidades locais.

Poderíamos traçar uma alegoria geométrica que resume de modo explícito o pensamento de Martins e de boa parte da imprensa hegemônica. O pensamento descrito acima permite entendermos os trajetos históricos dos órfãos das diversas 'categorias sociais residuais' formando linhas paralelas, cujos pontos de encontro (objetivos comuns de luta) não se encontrariam nunca. Tal visão se constrói justamente na concepção histórica criticada por Martins: a visão linear causal. Dito de outra forma, uma vez que cada localidade possuiria, para o sociólogo, sua história particular como causa da conseqüente realidade específica de hoje, haveria uma completa impossibilidade de convergência destes diferentes atores, a não ser pelo gesto violento e autoritário.

A imagem, no entanto, que definiria de modo mais nítido a contemporaneidade é outra. Propor pensar a questão agrária a partir do gesto filosófico de entender a capacidade de co-existência de devires, não se resume a efetivar, apenas, uma releitura crítica do efeito racional, produtor de uma 'coerência' causal a respeito dos acontecimentos passados (como a formação do Estado, por exemplo). Trata-se, mais a fundo, de pensar em um deslocamento da coerência normatizadora do *presente*. Martins acerta em perceber a multiplicidade de devires no campo brasileiro, mas não é capaz de reconhecer valor na capacidade sem-terra de inventar sua máquina de guerra. De posse desse aparato, o movimento torna-se capaz de agenciar os diferentes fluxos (históricos, migratórios e identitários) em uma trajetória cujo afecto preponderante seria nômade, na

⁸⁵ *Idem, Ibidem*, p. 198.

⁸⁶ *Idem, Ibidem*, p. 199.

medida em que consegue abarcar ‘qualquer’ pessoa como militante⁸⁷. Com isso, assistimos à materialização, a partir de uma dupla ocupação (do território e da mídia), de um projeto complexo, a partir do qual uma luta unificada propõe soluções diversificadas para cada especificidade regional, cultural e histórica.

Dessa maneira, o MST promove uma resposta política extremamente viável (porque capaz de incorporar a lógica da desterritorialidade do espaço liso) ao processo global (e desigual) de administração dos espaços e do fluxo daquelas pessoas até então eram vítimas de uma inclusão perversa, como vimos: a de serem obrigados a habitar o espaço liso das favelas, da migração ilegal e contínua e da integração injusta ao trabalho (sub)assalariado em condições desumanas.

No capítulo três dessa tese, aprofundaremos as análises em relação a esses verdadeiros ‘aglomerados de exclusão’. Em que pese as divergências teórico-interpretativas aqui apresentadas, retomaremos, também, a abrangente análise de Martins a respeito dos diferentes cenários históricos brasileiros, e seus ‘camponeses’ específicos, articulando seu trabalho com a igualmente competente genealogia de Darcy Ribeiro, autor cuja visão se apresenta mais otimista em relação à possibilidade de unificação dos devires. Com essa aproximação de contrários, poderemos traçar um panorama que possa evidenciar os gestos de inversão de sentidos, interpretação de acontecimentos e unificação de fluxos por parte do MST, durante a construção de uma memória clandestina ‘rebelde’ única sobre a questão agrária.

Antes, porém, será preciso aprofundar a análise (teórica e empiricamente) que dê conta de entender como o MST inventa uma máquina de guerra nômade apta a cambiar o ‘espaço estriado’ da propriedade ocupada em um ‘espaço liso’ de contestação, exterior, portanto, à lógica capitalista do Estado.

1.3 A política pela geografia: a ocupação como instrumento formador do MST

Após estabelecer o olhar político-filosófico adotado nessa tese e articulá-lo ao debate a respeito da questão agrária brasileira, retomaremos a hipótese acerca da

⁸⁷ No capítulo três articularemos o conceito de ‘qualquer’ (Agamben) com o de ‘multidão’ (Negri e Hardt) e o de ‘dever minoritário’ (Deleuze) para propormos que o MST é capaz de articular um revide unificado capaz de agenciar multiplicidades de ‘origens’ e ‘sujeitos’.

‘estratégia territorial’ presente na ação política sem-terra para determinar as características específicas desse espaço liso criativo (não mais oprimido), articulado pelo movimento, bem como sua conseqüente visibilidade: instrumento ameaçador da estabilidade do fluxo de informações, no espaço liso da imprensa. Também será fundamental propor uma avaliação da natureza específica desse espaço, articular os conceitos da Geografia e da Filosofia às demais ciências sociais.

Para compreender, no entanto, a complexidade sociopolítica envolvida no momento de ocupação de terras é preciso, inicialmente, estabelecer o processo de irrupção de uma subjetividade outra naquele espaço liso. Um bom início de caminhada é relembrarmos como a ocupação se constitui como uma resposta-revide ao processo de inclusão desigual, fruto de um modelo de desenvolvimento agrário injusto, que acabou por segregar um grande contingente humano nos mais diferentes ‘espaços lisos’ marginais ao conforto capitalista.

No capítulo três abordaremos mais amiúde o processo histórico de formação do MST. Por ora o interesse é recorrer a uma série de importantes trabalhos sobre o movimento para determinar a importância do gesto de ocupação na materialização desse movimento político. Depois disso, poderemos estabelecer definições mais amplas a respeito do estatuto rebelde do espaço produzido.

João Pedro Stedile, uma das lideranças nacionais do MST, resume a importância das ocupações⁸⁸ de terra para o movimento: elas “continuam a ser a principal forma de pressão de massas que os camponeses têm para, de forma prática, fazer a reforma agrária avançar e terem acesso direto a terra”⁸⁹. Ainda de acordo com Stedile, a ocupação também cumpriria outras três funções políticas fundamentais: permitir a ‘territorialização’ do movimento, garantir visibilidade política à questão agrária e questionar o cumprimento das leis por parte do Estado.

⁸⁸ Do ponto de vista da exigência objetiva da ciência régia, seria necessário o afastamento ‘objetivo’ do objeto em questão, uma vez que a imprensa, de modo unânime, irá definir a prática sem-terra como *invasão*. O artigo de BACCEGA e CITELLI (1989) mostra as diferenças semânticas entre o uso de ocupação/invasão: o primeiro como questão social, o segundo como caso de polícia. Apoiados por essa interpretação, optamos, aqui, pelo uso do termo *ocupação*, pela razão mencionada por Stedile, presente em uma citação mais abaixo nesse trabalho: diante do fato político da ação sem-terra, todos se vêem obrigados a deixar claro de que lado estão.

⁸⁹ FERNANDES, Bernardo e STEDILE, João Pedro. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 1999, p. 117.

A respeito da primeira função, Stedile defende que a ocupação seria a essência da capacidade do movimento de aglutinar militantes, na medida em que daria o “sentido de unidade às pessoas, para lutarem por um mesmo objetivo. Passar pelo calvário de um acampamento cria um sentimento de comunidade, de aliança”⁹⁰.

Bernardo Mançano Fernandes, em seu estudo sobre a formação do MST, aprofunda a análise da ocupação, definindo-a também como uma materialização da luta num processo em que há “tanto reprodução quanto produção do trabalho familiar, porque a maioria dos trabalhadores que participam dessa luta nunca teve terra, e parte nunca trabalhou no campo”⁹¹. Para Fernandes, a ocupação, possibilitada pelo trabalho do setor de ‘*frente de massa*’ do movimento, se converteria em um espaço de sociabilidade política, cuja natureza apresentaria três dimensões.

A primeira é o espaço comunicativo, no qual os integrantes do movimento conhecem seus companheiros e definem seus objetivos. A seguir, passam a saber por que estão naquele lugar: “os motivos são a necessidade e o interesse que, juntos com a revolta e a indignação, representam atitudes e sentimentos que determinam o tempo de ocupar. É o início da transformação de suas realidades”⁹². A terceira dimensão daria conta do que o autor chama de ‘espaço interativo’ no qual se inicia o processo de aprendizagem que levará a construção de uma subjetividade sem-terra.

A emergência desse devir minoritário, no entanto, não é simples nem isenta de embates dialógicos. Ao pesquisar tal irrupção em jovens sem-terra, Maria Teresa Castelo Branco lembra como a construção dessa subjetividade se dá em meio a complexas relações sociais antagônicas, nas quais os diversos atores envolvidos em um acampamento ou ocupação contrapõem suas visões de mundo e perspectivas políticas. Ainda segundo a autora, *sem-terra* não seria qualquer um que não tenha terras, mas “aquele que foi expropriado e está junto com outros na luta pela reforma agrária”⁹³. Esse trabalho unificante de subjetividades múltiplas se converte em um espaço *liso*, atravessado por ambigüidades que remetem às ‘falsas oposições’ trabalhadas nessa tese.

⁹⁰ *Idem, Ibidem*, p. 114-115.

⁹¹ FERNANDES, Bernardo. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 280.

⁹² *Idem. MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 283.

⁹³ CASTELO BRANCO, Maria Teresa. *Jovens sem-terra: identidades em movimento*. Curitiba: Ed. UFPR, 2003, p. 47-48.

“um lugar *movediço*, de confianças e desconfianças, esperanças e desesperanças, qualificação e desqualificação, resistência e conformismo, inclusão e exclusão, homogeneização e fragmentação, integração e confrontação. É nele que o jovem encontrará núcleos de significação que orientarão suas experiências”⁹⁴.

Maria da Glória Gohn também aponta para o que chamou de diferentes conflitos culturais no interior das práticas cotidianas do MST. Há, por exemplo, um constante confronto de opiniões sobre o que deveria ser a *práxis* política do movimento: “Uma grande maioria dos sem-terra prefere ações mais de resistência pacífica, sem grandes embates e negociações nas instâncias institucionais”⁹⁵.

As pesquisadoras aproximam suas constatações às críticas de Martins em relação ao caráter ‘mediador’ das lideranças do movimento. Enquanto a fala pública oficial do MST defende um modelo cooperativo/coletivo unificado, internamente precisa negociar a todo momento os embates entre as diferentes raízes e tradições de seus múltiplos militantes. No entanto, de volta a Castelo Branco, vemos que essa necessidade dialógica é menos um defeito do que uma especificidade tão produtiva como constitutiva do movimento.

“O lugar [da ocupação] é constantemente vivido, pela maioria, como uma comunidade (que tem uma história, representa uma conquista coletiva e uma esperança de melhores dias) e como uma região privada de trabalho familiar isolado. Trava-se aí uma luta de valores no âmbito tanto do próprio indivíduo como da comunidade”⁹⁶.

A ocupação, portanto, traz em seu bojo um constante confronto entre os projetos individuais das famílias sem-terra e um projeto cooperativo-comunitário do movimento reivindicatório no plano político nacional. Vale reafirmar, no entanto, que não é o objetivo dessa tese averiguar a fundo as diferentes possibilidades de construções das subjetividades sem-terra, mas estabelecer os marcos que identifiquem a capacidade de invenção de linhas de fuga criativas em relação ao processo de dominação capitalista, levando em conta o papel central dos meios de comunicação. Ainda assim, há ainda dois outros aspectos que aprofundam as análises de formação de um devir minoritário a partir da irrupção do espaço liso da ocupação que merecem ser mencionados.

⁹⁴ *Idem, Ibidem*, p. 48.

⁹⁵ GOHN, Maria da Glória. *Mídia, terceiro setor e MST*. Petrópolis: Vozes, 2000, p.112.

⁹⁶ CASTELO BRANCO, Maria Teresa. *Op. Cit.*, p.47.

O primeiro deles é a constatação de que o espaço compartilhado da ocupação é também o espaço do luto e da constatação da morte, nos processos violentos de expulsão. Maria Aparecida de Moraes Silva analisa vários depoimentos de militantes sem-terra, recolhidos em acampamentos originados após a expulsão da ocupação. Neles, é latente a presença do luto e de uma memória dolorosa do enfrentamento. As narrativas apontam para o entendimento de que estamos, também, diante um ‘espaço da morte’.

“Esses exemplos, ocorridos em distintas regiões do país, revelam a violência física e simbólica empregada contra os deserdados da terra. É uma mostra da história subterrânea dos pobres e dos desvalido. (...) [Assim,] o acampamento representa o espaço-tempo da morte. Morte que será lembrada e celebrada durante os ritos, as orações e canções. Morte que será parte da vida dos vivos, da experiência daqueles que teimaram em continuar”⁹⁷.

O entendimento da ocupação como espaço de ‘vivência da morte’ permite-nos inferir a existência de um aspecto pedagógico no processo de materialização da luta sem-terra. Roseli Caldart aponta, nesse processo, três dimensões ‘educacionais’ básicas. A primeira delas subjetivante da ocupação garantiria aos participantes a capacidade de fazer parte de uma contestação social criadora de uma ‘rebeldia organizada’. Com isso, “os sem-terra vão descobrindo que ninguém poderá, afinal, responsabilizar-se por seu destino(...). Aprendem a desobedecer e a se rebelar contra um destino de morte. Por isso, nunca mais terão a inocência de antes”⁹⁸.

Ainda de acordo com Caldart, a segunda dimensão seria a “formação para a consciência de classe, a partir da vivência direta do enfrentamento”⁹⁹. Nesse aspecto específico, são desenvolvidas as habilidades de negociação e enfrentamento político que garantiriam ao sem-terra (ou pelo menos a suas lideranças) a capacidade de “mudança de postura diante das autoridades, passando a considerá-las como pessoas iguais, com as quais é possível ficar frente a frente, olho no olho”¹⁰⁰.

O evidente acréscimo de auto-estima e constituição de um sujeito político antevisto nessa segunda dimensão torna-se explícito no terceiro aspecto de construção da subjetividade sem-terra a partir do espaço liso da ocupação. A pesquisadora resume o

⁹⁷ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Op. Cit.*, p. 100.

⁹⁸ CALDART, Roseli Salette. *A pedagogia do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 169.

⁹⁹ *Idem, Ibidem*, p. 171.

¹⁰⁰ *Idem, ibidem*, p. 172.

processo defendendo a idéia de que “ao pisar na terra ocupada, os sem-terra retomam simbolicamente o direito à vida que começaram a perder quando da terra foram arrancados”¹⁰¹. Assim, a autora descreve, do ponto de vista das subjetividades em trânsito, o produto da emergência do afecto nômade posto em funcionamento a partir da criação do espaço liso rebelde da ocupação.

A passagem operada pelo movimento naqueles indivíduos, que transmutam da categoria de hordas ‘secretadas pelas cidades’ ao status de ‘rebeldes capazes de tomar posse de seu destino’, pode ser articulada com o conceito de *inscrição* desenvolvido pelo filósofo português José Gil. Em um interessante ensaio a respeito da dificuldade da emancipação portuguesa diante da nova ordem européia, Gil define o grande impasse estrutural de sua pátria com a definição de que ela seria o “o país da não inscrição”.

Com essa hipótese, o autor acaba estabelecendo uma reflexão em torno do que seria a maior dificuldade política contemporânea: a existência de acontecimentos que fogem, por razões políticas, históricas ou sociais, à capacidade de registro criativo no mundo. Para ele, o gesto de inscrever “implica ação, afirmação, decisão com as quais o indivíduo conquista autonomia e sentido para sua existência”¹⁰². Vimos como o processo de construção do devir sem-terra se assemelha à inscrição tão perseguida por Gil em sua análise. Assim, relacionar a realidade contemporânea portuguesa ao processo capitalista brasileiro é mais do que uma simples analogia.

O gesto de inscrição criativa do devir minoritário sem-terra no embate político, concretizado pela materialização da ocupação de terras, remete ao segundo fator político apontado por Stedile: a conquista da visibilidade pública (e midiática) da questão agrária. Assim, a ocupação seria “uma forma de luta contundente, [já que] não deixa ninguém ficar em cima do muro, obriga todos os setores da sociedade a dizerem se são a favor ou contra”¹⁰³. Podemos perceber, no argumento sem-terra, o entendimento da necessidade de busca por visibilidade como condição de legitimação política do movimento.

Tal constatação nos permite retomar a hipótese central do trabalho de Christa Berger: a simbiose conflitante entre a necessidade de visibilidade política do MST e o anseio por notícias, por parte do jornal que deseja, por sua vez, oferecer a seus leitores

¹⁰¹ *Idem, Ibidem*, p. 173.

¹⁰² GIL, José. *Portugal hoje: o medo de existir*. Lisboa: Relógio d’água, 2004, p.15.

¹⁰³ FERNANDES, Bernardo e STEDILE, João Pedro. *Op. Cit.*, 1999, p. 113.

‘acontecimentos’ que saciem a ‘busca’ por informação. No caso dessa análise específica, Berger resume da seguinte forma o encontro da ‘encenação’ sem-terra com as páginas do jornal gaúcho *Zero Hora*:

“enquanto as reivindicações do MST precisam da materialidade da língua para existir socialmente, o discurso de Zero Hora contribui para fazer a realidade desse mundo produzindo, ambos, signos de riqueza e de autoridade. As palavras engajadas e as palavras nomeadoras são produzidas por sujeitos históricos em condições de produção específicas”¹⁰⁴.

Em sua análise sobre as complexas negociações entre a busca sem-terra por visibilidade política e as exigências das rotinas produtivas de Zero Hora, Berger descreve como o MST “consta para o jornal no item ‘conflitos’ e deve, portanto, corresponder ao princípio de que ele protagoniza ‘conflitos a qualquer custo’, garantindo seu lugar na hierarquia interna dos assuntos”¹⁰⁵. A autora detalha, ainda, quais seriam os *conflitos* prioritários estabelecidos pelo movimento:

“o MST propõe o *conflito político*, e neste campo, é radical: não há conciliação com o poder.(...)Faz também um *conflito institucional* quando dirige suas reivindicações a órgãos do governo que se destinam a cuidar dos problemas ligados à terra, como é o caso do Incra”¹⁰⁶.

Embora Berger não se refira exclusivamente à tática da ocupação de terras (sua análise empírica nesse momento é um confronto entre sem-terras e policiais numa praça em Porto Alegre), tais embates podem ser evidenciados, também, no argumento de Stedile sobre o terceiro aspecto político proporcionado pela ocupação, o de ‘desmascarar’ a lei: “Se não ocupamos, não provamos que a lei está do nosso lado. É por essa razão que só houve desapropriação quando houve ocupação (...). A lei só é aplicada quando existe iniciativa social. Essa é a norma do direito”¹⁰⁷.

A conquista da visibilidade necessária ao estabelecimento dos conflitos políticos e institucionais pretendidos por Stedile, todavia, não é efetivada sem o filtro interpretativo constituinte da ‘negociação’ entre MST e mídia. Berger ilustra de que forma o movimento precisa ‘encenar’ ainda um terceiro tipo de confronto, dessa feita de modo a confirmar, para a imprensa, sua radicalidade: o *conflito armado*. Assim, o MST

¹⁰⁴ BERGER, Christa. *Op. Cit.*, p. 195.

¹⁰⁵ *Idem, Ibidem*, p. 120.

¹⁰⁶ *Idem, Ibidem*, p.120.

¹⁰⁷ FERNANDES, Bernardo e STEDILE, João Pedro. *Op. Cit.*, 1999, p. 115.

responde, voluntariamente, às exigências dos meios de comunicação, implícitas em suas rotinas produtivas, atendendo aos critérios hierárquicos de seleção de acontecimentos adotados pelo jornal.

Em resumo, concordar com o critério de seleção baseado no caráter conflitante do movimento, atende

“às expectativas do jornal e do seu leitor, ao confirmar a natureza violenta dos sem-terra. Mas um dos objetivos do MST também foi alcançado: ser notícia (mesmo sem aprovar seu teor). E, por ser notícia, inserir-se na pauta do poder, fechando o ciclo da relação movimento social *versus* imprensa *versus* governo”¹⁰⁸.

Mais adiante analisaremos a importância político-discursiva do agenciamento nômade implícito na ‘encenação’ violenta do conflito por parte dos sem-terra. Nesse momento, porém, cabe ressaltar um dos maiores méritos da análise de Berger sobre o MST. Ao contrário dos estudos usuais a respeito da criminalização do movimento pela mídia, a pesquisadora reconhece o papel ativo e produtor de estratégias de visibilidade, por parte dos integrantes do MST, no mesmo movimento analítico em que reconhece, neles, a impossibilidade de controlar o conteúdo que lhes será adverso.

A respeito das diferentes possibilidades interpretativas por parte da imprensa em relação às ações sem-terra, um estudo desenvolvido por Gohn¹⁰⁹ acompanha o tratamento dado pela mídia a alguns fatos que deram destaque ao MST entre os anos de 1997 a 2000, período no qual há uma transformação no gesto interpretativo hegemônico em relação aos atos dos sem-terra. Em sua conclusão, a socióloga traça um panorama preciso da relação contraditória e estratégica entre a mídia e o movimento.

“Num primeiro momento (...), as grandes ocupações de terra eram ‘avisadas’ à imprensa para que fossem noticiadas. Mas, à medida que elas passaram a ocupar as manchetes diárias, a exposição excessiva passou a ter efeitos negativos. E o MST passou a ser utilizado, pela mídia, como elemento de geração do medo e da insegurança junto à opinião pública. As manchetes dos jornais passaram a destacar apenas os atos violentos ou de vandalismo, sempre atribuídos ao MST”¹¹⁰.

A constatação dessa mudança interpretativa no olhar midiático hegemônico é também a essência da crítica feita por Martins à aposta sem-terra pela busca de

¹⁰⁸ BERGER, Christa. *Op. Cit.*, p. 121.

¹⁰⁹ GOHN, Maria da Glória. *Op. Cit.*, 2000.

¹¹⁰ *Idem, Ibidem*, p. 158.

visibilidade midiática ‘a qualquer preço’. O pesquisador defende, inclusive, a idéia de que a disseminação nacional das ocupações de terra é desproporcional à presença constante desses fatos na mídia. Para ele, o objetivo dos veículos seria superdimensionar sua retórica antagonista e deslegitimadora do movimento. Trata-se, portanto, do

“uso para demonizá-lo, do que para ele [o MST] é um conjunto de virtudes transgressivas. Ao aceitar o risco da demonização, na esperança de crescer com ela, o MST, no que diz respeito à mídia, tornou-se seu instrumento, porque tornou-se apenas uma imagem de radicalismo. Desse modo, tornou-se vítima do maniqueísmo demonizador que empobrece e reduz sua competência política e sua oportunidade histórica”¹¹¹.

Não cabe aqui referendar a crítica de Martins ao movimento, mas enfatizar como o risco calculado de pautar a questão agrária a partir da busca pela visibilidade será sempre uma foice traiçoeira, na qual um dos seus gumes permite a inscrição sem-terra no embate político, enquanto o outro provoca uma *resposta* midiática de efeito contrário ao pretendido.

Entre a visão positiva de Berger a respeito da capacidade sem-terra de articular acontecimentos ‘noticiáveis’ e o risco da ‘demonização’, apontado por Martins, essa tese desenvolverá a hipótese de que a máquina de guerra nômade inventada pelos sem-terra, quando capturada pela interpretação crítica da mídia, promoverá, naquele espaço, uma nova linha de fuga: a do estabelecimento da ruína do discurso da objetividade jornalística.

A proposta dessa tese, portanto, será interpretar o gesto de não-legitimidade do movimento, por parte da mídia, como uma estratégia sem-terra mais ampla do que a da ‘inscrição’ pela visibilidade. Ao obrigar a todos ‘a tomar partido’, o MST obriga a imprensa a explicitar seu ‘trabalho’ de interpretação do mundo, usualmente dissimulado em ‘efeitos de verdade’. Com isso, o movimento consegue converter sua ‘queda discursiva’ em uma ‘conquista política’.

Mais adiante aprofundaremos as análises específicas desse processo, bem como o estatuto teórico que permita o estabelecimento do conceito de *ruína discursiva*. Por ora, entretanto, é necessário entender mais amiúde a natureza específica desse espaço liso capaz de compor as múltiplas intervenções apontadas até aqui. Sobretudo, na medida em

¹¹¹ MARTINS, José. *Op. Cit.*, 2000, p. 20.

que vimos como a ação nômade sem-terra converte o lugar ocupado em uma multiplicidade complexa de espaços de pedagogia, de conflito entre subjetividades, de morte e de inscrição no mundo, no mesmo momento em que é capaz de promover a passagem da ocupação da terra para a ocupação do texto.

1.4 Os *espaços outros* de revide criativo: a ocupação sem-terra como *território-rede*

Para encerrarmos a trajetória que estabelece a configuração do olhar político-filosófico adotado nesse trabalho, cabe retomar o debate acerca da “estratégia territorial” da ação política sem-terra a partir de uma definição mais precisa a respeito dos conceitos de lugar, espaço e território.

O primeiro aspecto a ser levado em consideração é a constatação de que, embora a filosofia política desenvolvida por Deleuze e Guattari lance mão de uma perspectiva geográfica para a elaboração de seu conceito de desterritorialização, não se pode esquecer que a potência do pensamento dos autores, bem como o alcance de suas reflexões, ultrapassam, em muito, o objeto específico do campo da Geografia.

Driblar os riscos de uma leitura excessivamente literal pode ser um antídoto a um equívoco bastante comum presente, segundo o geógrafo Rogério Haesbaert, nos trabalhos de Ciências Sociais: evidenciar um mundo que cada vez mais se ‘desterritorializa’ a partir do uso impreciso dessa categoria conceitual. O problema implícito ao que define como ‘mito da desterritorialização’ seria, segundo Haesbaert, uma espécie de ‘apropriação’ de um conceito da Geografia sem o cuidado epistemológico de uma delimitação teórica adequada.

“Hoje virou moda afirmar que vivemos uma era dominada pela desterritorialização, confundindo-se muitas vezes o desaparecimento dos territórios com o simples debilitamento da mediação espacial nas relações sociais(...). Trata-se da já antiga confusão que resulta principalmente da não-explicação do conceito de território que se está utilizando, considerado muitas vezes sinônimo de espaço ou de espacialidade, ou, numa visão ainda mais problemática, como a simples e genérica dimensão material da realidade”¹¹².

Diante da constatação da possibilidade de tal equívoco, é necessário ‘re-territorializar’ as categorias utilizadas nesse trabalho a partir do estabelecimento mais

¹¹² HAESBAERT, Rogério. *Op. Cit.*, p. 25.

preciso das diferenças conceituais específicas. Antes de explicitar, no entanto, o conceito de território aqui adotado, é preciso apropriar duas outras categorias geográficas fundamentais para o entendimento do ‘aspecto geográfico’ da ação política sem-terra: o *espaço* e o *lugar*.

Milton Santos mostra como a definição conceitual de lugar ocupou uma gama múltipla de pensadores que vai de Aristóteles a Einstein. De uma maneira básica, para ele, o lugar seria uma parte discreta do espaço total, “uma porção da face da terra identificada por um nome. Aquilo que torna o ‘lugar’ específico é um objeto material ou um corpo”¹¹³. Mas a ‘existência conceitual’ do *lugar* não bastaria para entendermos as relações sociais estabelecidas em uma determinada localidade, já que a existência de um *lugar* permite, necessariamente o estabelecimento de contato com outros que, juntos, construiriam um *espaço*. Dessa maneira, é preciso ter em mente que

“o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual”¹¹⁴.

É possível perceber, portanto, que entre os múltiplos *lugares*, existe um constante e complexo *espaço*, construído pelo movimento de relações sociais e trocas simbólicas. O antropólogo Michel de Certeau propõe uma imagem ainda mais esclarecedora da distinção e da relação entre os dois conceitos. Para ele, “um lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. (...) Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade”¹¹⁵. Trata-se de uma distinção inspirada no pensamento clássico newtoniano que estabelecia, em uma de suas leis da Física, que dois corpos não poderiam ocupar o mesmo lugar no espaço.

O *espaço* seria, por sua vez, associado intimamente às metáforas da velocidade e do deslocamento no tempo, enquanto o lugar teria a imobilidade como característica.

¹¹³ SANTOS, Milton. SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 152.

¹¹⁴ *Idem, Ibidem*, p. 153.

¹¹⁵ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano, vol 1: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 201.

Certeau recorre à comparação com a linguagem para mostrar que a operação exercida pelo espaço sobre o lugar se assemelha ao trabalho da fala em relação à palavra.

“O espaço é um lugar praticado. Assim, a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaços pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito”¹¹⁶.

Em resumo, poderíamos dizer que, enquanto os lugares dizem respeito a pontos específicos, o espaço seria produto dos usos culturais, simbólicos, políticos e econômicos desenvolvidos a partir de múltiplas e conflitantes relações sociais sobre diferentes lugares. Assim, um determinado lugar geográfico se transforma, pelo trabalho da ação política sem-terra, em um espaço de ocupação.

Além dos espaços de apropriação simbólica, há ainda um outro trabalho efetuado sobre o lugar, dessa vez ligado à materialização das relações de poder: a irrupção do território. Vimos aqui como, a partir das teses de Deleuze e Guattari, foi possível inverter a concepção de que a principal característica do Estado-nação moderno seria seu potencial territorial, na medida em que percebemos os gestos desterritorializantes do constante trabalho de sobrecodificação capitalista. Dessa maneira, por exemplo, o estabelecimento da Lei de Terras de 1850 no Brasil, além de incentivar uma ocupação territorial ‘unificada’, também efetuava uma desterritorialização da terra, agora convertida em propriedade privada e mercadoria.

A visão simplista de que o que definira um Estado seria sua capacidade de exercer poder sobre um território delimitado seria a essência do equívoco da interpretação acerca do capitalismo administrador de fluxos globais. Os analistas tenderiam a perceber o aumento de importância dessa mobilidade sobre as fronteiras nacionais. Com isso, chegasse a conclusão apressada de que os territórios deixariam de existir diante do ‘império dos fluxos’.

Tal silogismo traz implícita, entretanto, uma noção de território que, segundo Milton Santos, teria sido “herdada da Modernidade incompleta e de seu legado de conceitos puros”¹¹⁷. Essa crítica a uma concepção fixa de território se assemelha ao questionamento proposto por Michel Foucault em um trabalho no qual defende que

¹¹⁶ *Idem, Ibidem*, p. 202.

¹¹⁷ SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 137.

“nossa época talvez seja, acima de tudo, a época do espaço”¹¹⁸. O filósofo francês lamenta que, nos dias de hoje,

“apesar de toda técnica desenvolvida de apropriação do espaço, apesar de toda uma rede de relações entre saberes que nos ajuda a delimitá-lo ou formalizá-lo, o espaço contemporâneo não foi ainda totalmente dessacralizado (...). A nossa vida ainda se rege por certas dicotomias inultrapassáveis, invioláveis, (...) por exemplo, entre espaço público e espaço privado, entre espaço familiar e espaço social(...).Essas oposições se mantêm devido à presença oculta do sagrado”¹¹⁹.

Tal sacralização se refletiria também nas definições implícitas no uso do termo *território*, associando-o apenas a sua materialidade física. Promovendo uma aproximação da proposta de Foucault ao pensamento de Santos, veremos, no entanto, que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto de análise social”¹²⁰. Daí a necessidade de estabelecermos (de modo laico) um conceito que dê conta das transformações provocadas no território pelas práticas capitalistas. Nas palavras do geógrafo,

“caminhamos, ao longo, dos séculos, da antiga comunhão individual dos lugares com o Universo à comunhão hoje global: a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território. (...) [Assim,] hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território”¹²¹.

Percebe-se, a partir do argumento de Santos, como não é o território que deixa de existir, mas o que o capitalismo em sua fase contemporânea modifica é o modo de exercício de poder sobre a administração dos espaços construídos a partir dos lugares. Com isso, podemos abandonar a visão simplista que definiria o território como a área que estabelece os limites de controle (e efetivação do poder) de um Estado-nação. Dessa forma, será possível adotar um conceito relacional que aponte para a complexidade do capitalismo contemporâneo.

Com o mesmo intento, Haesbaert propõe uma definição de território que seja capaz de percebê-lo a partir de uma dupla constituição. De um lado, o território seria

¹¹⁸ FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos*, vol. 4. São Paulo: Forense Universitária, 2006, p. 752.

¹¹⁹ *Idem, Ibidem*, p. 753.

¹²⁰ SANTOS, Milton. *Op. Cit.*, 2005, p. 137.

¹²¹ *Idem, Ibidem*, p. 137-138.

composto por uma dimensão cultural e simbólica, “através de uma identidade territorial, atribuída pelos grupos sociais como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem”¹²². Ao mesmo tempo, o território também preserva uma dimensão mais concreta, “de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos”¹²³.

Temos, portanto, um conceito que leva em conta, simultaneamente, as apropriações culturais dos espaços, por um determinado grupo, bem como as relações materiais concretas de poder, por parte do Estado, impondo (ou impedindo) a mobilidade dos grupos e o estabelecimento (ou não) dos respectivos processos simbólicos. Com isso, viveríamos um momento em que as estratégias de controle, por parte do Estado, seriam capazes de promover constantes gestos de desterritorialização, seguidos de re-territorializações temporárias.

Assim, poderíamos descrever de modo breve o momento de irrupção do devir sem-terra como uma conseqüência de uma série de gestos de des-re-territorialização. Em um primeiro momento, após 1850, o antigo posseiro é desterritorializado ao ser obrigado a abandonar o espaço liso da ‘terra de seus avós’ diante da ação violenta de grileiros, ‘legalmente’ autorizados pelo ‘título de propriedade’ daquele lugar. Esse trabalho capitalista de sobre-codificação da terra desterritorializa-a em propriedade privada. A respectiva re-territorialização, no entanto, se estabelece com o estriamento daquele espaço, através da implantação de uma produção agrícola disciplinada promovida pelo novo proprietário. O escoamento da produção a ser exportada se dará, por sua vez, a partir do controle estatal do um espaço liso marítimo, por exemplo.

De volta ao campo, após a violência da expulsão, os antigos posseiros se vêem em um fluxo migrante em busca de uma re-territorialização em outros lugares que serão convertidos em espaços lisos das periferias das grandes cidades. Com o surgimento do MST, temos a inversão do fluxo migrante em um afecto nômade que, como veremos mais adiante (capítulo 3), é capaz de se territorializar na própria desterritorialização.

No momento em que as cercas são cortadas, a ocupação converte o espaço estriado (territorializado) capitalista em um espaço liso, re-territorializando, ainda que

¹²² HAESBAERT, Rogério. *Op. Cit.*, p. 94.

¹²³ *Idem, Ibidem*, p. 94.

temporariamente, os agora auto-intitulados sem-terra. Na medida em que são capazes de se apropriar simbolicamente daquele espaço específico com seus afetos nômades de revide criativo, tornam-se, outra vez, capazes de fazer irromper o devir de sua inscrição política no mundo.

Explicando melhor os conceitos aqui adotados, teríamos o território como a efetivação simbólica (da natureza dos espaços sobre os lugares), com a efetivação da materialização do poder sobre os controles dos espaços nos diferentes lugares. Assim, o território reúne o trabalho simbólico do espaço e preserva as especificidades do lugar. Por essa razão, propomos aqui a idéia de que o gesto de desterritorialização se dá a partir dos câmbios, promovidos pela efetivação das relações de poder, dos espaços estriados em espaços lisos (e vice-versa). Veremos, assim, portanto, como a relação entre espaços lisos, de natureza desterritorializada, estabelece uma busca de re-territorialização, na medida em que cada câmbio determina também uma potência de mobilidade (de pessoas e mercadorias, como visto no exemplo acima, mas também de capital e de informação, como veremos mais abaixo).

A desterritorialização temporária das ocupações sem-terra, por conseguinte, permanece articulando ainda uma outra re-territorialização: a do estabelecimento de vínculos entre os diferentes espaços lisos produzidos simultaneamente. Fernandes, ao descrever as decisões estabelecidas ainda no terceiro encontro nacional do MST, realizado em 1987, mostra como a prioridade de ação nacional deveria ser a de

“realizar ocupações massivas em vários estados simultaneamente. [Já que] as ocupações pequenas e localizadas eram, cada vez mais, facilmente reprimidas, de modo que essas ações precisavam ter o número de famílias ampliado, como forma de fortalecer a resistência”¹²⁴.

A constatação de que tal escolha política era, de fato, a mais adequada veio dois anos depois quando o primeiro julgamento de José Rainha chegou ao Superior Tribunal de Justiça. Stedile resumiu o conteúdo do acórdão:

“as ocupações de terra feitas de forma massiva, co objetivo de pressionar pela reforma agrária, por movimento social, não significam

¹²⁴ FERNANDES, Bernardo. *Op. Cit.*, 2000, p. 187-188.

esbulho possessório, portanto não se constituem em crimes, e esses fatos não podem ser julgados à luz do Código Penal (...), mas sob a luz da Constituição, que determina que o governo tem a obrigação de desapropriar todas as grandes propriedades improdutivas”¹²⁵.

Ou seja, a interpretação de que a ocupação da terra não é uma apropriação criminosa (roubo da propriedade) só pode ser obtida se pensarmos no gesto da mesma como a construção de uma estratégia simbólica de visibilidade. Assim, o objeto de posse da terra pretendida pelas ocupações passou a ser considerada, à luz da justiça, como não necessariamente *aquela* lugar específico, daí o uso do termo invasão não caber do ponto de vista legal.

A vitória jurídica sem-terra representada pelo referido acórdão foi superada quando o mesmo tribunal, já durante o segundo governo Fernando Henrique, estabeleceu que as terras que fossem ocupadas não seriam mais alvo da verificação de produtividade por parte do Incra. Mesmo sendo um grande golpe para as estratégias do movimento, essa questão ainda é debatida e não chegou a uma conclusão.

O que é fundamental para este trabalho, no entanto, é perceber como a ação sem-terra de ocupações simultâneas em diferentes localidades permitiu o entendimento jurídico de que o que se formava, como espaço liso, não era local, mas um acontecimento simbólico que visava a visibilidade global a respeito da questão. Tal constatação nos obriga a pensar a natureza específica desse *território único* da ocupação, cuja característica simbólica seria o estabelecimento de espaços lisos simultâneos em diferentes lugares.

A respeito do caráter relacional do território, Haesbaert cita Souza em sua aproximação entre os conceitos de *rede* e *território*. A ilustração de Haesbaert é a especificidade das relações entre as múltiplas territorialidades estabelecidas pelas redes de poder do narcotráfico, em diferentes favelas do Rio de Janeiro. Assim,

“o território-rede representa uma ‘ponte conceitual’ que reúne a contigüidade espacial do território no sentido usual e a descontinuidade das redes, formando um território descontínuo que, dependendo da escala, é uma rede a articular dois ou mais territórios descontínuos”¹²⁶.

¹²⁵ FERNANDES, Bernardo e STEDILE, João Pedro. *Op. Cit.*, 1999, p. 116.

¹²⁶ HAESBAERT, Rogério. *Op. Cit.*, p. 297.

Haesbaert defende como principal efeito de tal perspectiva conceitual a possibilidade de permitir articular as relações de poder com diferentes formas territoriais, não necessariamente contíguas. Dessa maneira, o geógrafo propõe uma relação entre as redes como componentes dos territórios, o que faria com que essas redes pudessem “estar a serviço tanto dos processos sociais que estruturam quanto de processos que desestruturam territórios”¹²⁷. Com isso, teríamos territórios-rede formados por espaços eminentemente lisos, permitindo a inserção da mobilidade ao conceito de território. Em resumo, “territorializar-se, hoje, implica a ação de controlar fluxos, de estabelecer e comandar redes”¹²⁸.

Diante dessa definição, é possível traçar um paralelo que delimite a completude da natureza complexa da ocupação massiva sem-terra. O gesto de irrupção, em diferentes lugares, de espaços lisos de rebeldia criativa permite o estabelecimento de uma rede de conexão, promovendo a emergência de um território-rede de ocupação global simultânea. Dessa maneira, a capacidade da potência nômade de territorializar-se na própria desterritorialização, comporia uma ‘multiterritorialidade’ na qual a lógica capitalista estaria, temporariamente, suspensa.

Haesbaert efetua, nesse sentido, uma análise do modo complexo de organização ‘multiterritorial’ da Al-Qaeda, concluindo que seu principal poderio seria justamente a capacidade de promover eventos globais, capazes de estabelecer territórios-rede de enfrentamento simultâneo, a partir da articulação de militantes com trânsito pelas diferentes possibilidades territoriais contemporâneas. Descontando a diferença radical entre os objetivos pretendidos pela organização terrorista e os do MST, temos pistas sobre as possibilidades de articulações de revide criativo, capazes de enfrentar uma dominação cujo controle se caracterizaria pela amplitude totalitária dos fluxos globais.

“uma lição que o terrorismo nos traz é a de que a eficácia do poder, hoje, passa pela capacidade e a agilidade (velocidade) de atuar nas mais diversas escalas e pelos diferentes tipos de territórios, articulados em rede (territórios em rede), usufruindo assim das vantagens que cada um deles proporciona. Se há algum aprendizado a tirar da lógica territorial do terror, é que, hoje, o poder pode estar nas mãos de quem é capaz de

¹²⁷ *Idem, Ibidem*, p. 298.

¹²⁸ *Idem, Ibidem*, p. 301.

‘jogar’ com essas múltiplas escalas: do local ao regional, ao nacional e ao global”¹²⁹.

A semelhança entre a Al-Qaeda e o MST se resume a essa capacidade de articular revides em múltiplas territorialidades. Cabe, aqui, lembrar a distinção, proposta por Negri e Hardt, entre ‘movimentos em rede’ e outras organizações contra-insurgentes. Assim,

“os cartéis colombianos do tráfico de drogas e a Al-Qaeda, por exemplo, podem parecer redes do ponto de vista da contra-insurgência, mas na realidade são altamente centralizados, com cadeias de comando verticais à maneira tradicional. Suas estruturas organizacionais de modo algum são democráticas”¹³⁰.

No capítulo três voltaremos à questão política envolvida nessa distinção (a capacidade de articular um revide democrático em rede). Faremos, também, uma análise mais específica da *velocidade* nômade em oposição ao *movimento* sedentário a partir das teses de Deleuze e Guattari. Por ora, é necessário pensar nos sentidos políticos produzidos a partir dessa efetivação de poder territorial. Em resumo, se o MST é capaz de estabelecer espaços de poder, é necessário perguntar quais ‘sentidos’ são construídos nesses espaços. Para começar a responder a questão, adotamos o ponto de vista do esforço foucaultiano em determinar a natureza criativa dos ‘espaços outros’. Com isso, pode-se descrever a passagem do território-rede da ocupação simultânea para o espaço liso de administração global de fluxos informacionais (a imprensa), completando-se o circuito que efetiva a *ocupação midiática* sem-terra.

Michel Foucault percebe a existência de *espaços externos*, cuja função específica seria distinta dos ‘espaços normais’ percebidos e produzidos por nossa existência. Seriam aqueles que “se relacionam como todos os outros de uma forma que neutraliza, secunda, ou inverte a rede de relações por si designadas, espelhadas, refletidas”¹³¹. Segundo o filósofo, tais espaços seriam divididos em dois tipos: as utopias e as heterotopias. Ao passo que as utopias seriam espaços sem lugares reais, o autor nos apresenta, por sua vez, as heterotopias como portadoras de uma outra ordem topológica, uma vez que tais ‘espaços outros’ possuiriam, de fato, existência no mundo real.

¹²⁹ *Idem, Ibidem*, p. 306.

¹³⁰ HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Multidão*. São Paulo: Record, 2005, p. 128.

¹³¹ FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.*, 2006, p. 755.

“Há, também, provavelmente em todas as culturas, em todas as civilizações, espaços reais (...) que são algo como contra-lugares, espécie de utopias realizadas nas quais todos ou outros lugares reais dessa dada cultura podem ser encontrados, e nas quais são, simultaneamente, representados, contestados e invertidos. Esse tipo de lugar está fora de todos os lugares, apesar de se poder obviamente apontar a sua posição geográfica na realidade”¹³².

Entender a natureza desses espaços é perceber como a ação sem-terra, longe de propor um futuro utópico, constrói constantemente um ‘devir outro’ presentificado na heterotopia simultânea da ocupação em rede. Foucault estabelece, ainda, uma tipologia dos diferentes usos e modelos desses espaços outros em nossa sociedade. Um exemplo da distinção entre as utopias e as heterotopias é descrito a partir da bela análise a respeito do espelho. Embora a imagem especular seja uma utopia, na medida em que se situaria num espaço irreal, sendo “uma sombra que me dá visibilidade de mim mesmo, que me permite ver-me ali onde sou ausente,”¹³³ ainda assim há nessa superfície lisa uma potência que a converte em heterotopia,

“uma vez que o espelho existe na realidade, e exerce um tipo de contração à posição que eu ocupo. Do lugar em que me encontro no espelho apercebo-me da ausência no lugar onde estou, uma vez que eu posso ver-me ali. A partir desse olhar dirigido a mim próprio, da base desse espaço virtual que se encontra do outro lado do espelho, eu (...) dirijo o olhar a mim mesmo e começo a reconstituir-me a mim próprio ali onde estou”¹³⁴.

As ocupações sem-terra possuem também essa mesma capacidade: de estabelecer um espaço liso num lugar que de fato é real, mas que passa a ser uma contestação não só da normalidade dos espaços urbanos ocupados, como da legitimidade do ‘projeto espacial’ capitalista. Nesse aspecto, as heterotopias seriam espaços complexos, necessários a todas as sociedades e produtores de diversas formas de ruptura da ordem histórica. No entanto, tais espaços não devem ser confundidos com os ‘não-lugares’

¹³² *Idem, Ibidem*, p. 756.

¹³³ *Idem, Ibidem*, p. 756.

¹³⁴ *Idem, Ibidem*, p. 757.

definidos por Augé¹³⁵. Esses seriam aqueles produzidos pela lógica capitalista, nos quais o estabelecimento das relações sociais com laços duradouros não seria possível¹³⁶.

Dentre as diversas características dos espaços outros, descritas por Foucault, um dos princípios que pode ajudar-nos a entender ainda mais a ruptura geográfica promovida pelo MST é o fato da heterotopia ser capaz de “sobrepor, num só espaço real, vários espaços, vários lugares que por si só seriam incompatíveis”¹³⁷. O autor exemplifica com o espaço do palco do teatro, os jardins orientais e os tapetes persas. Vimos aqui, no entanto, como o espaço liso da ocupação desenrola, por sua vez, uma trama de espaços simbólicos de pedagogia, de enfrentamento, religiosidade, de ruptura da propriedade, de nascimento e de morte. Mas a ocupação sem-terra inventa ainda um desdobramento ao princípio descrito por Foucault, como vimos: a capacidade de converter-se em um território-rede simultâneo. Dessa maneira, além de sobrepor vários espaços em um só espaço real, o MST atribui a cada um desses ‘espaços reais’ o caráter de nó, sobrepondo-os, simultaneamente, em um único território-rede. Poderíamos atribuir, portanto, à heterotopia da ocupação sem-terra um caráter fractal¹³⁸.

Outro princípio das heterotopias, seria o fato delas estarem “ligadas a pequenos momentos, pequenas parcelas de tempo”¹³⁹. Foucault faz alusão à capacidade espacial de romper com a tradição temporal da vida cotidiana. O filósofo se refere, por um lado, ao gesto de tentar acumular todos os tempos em um só lugar fora do tempo, como os museus e bibliotecas, mas, aponta também, por outro, os espaços fugazes e passageiros dos festivais.

“Estas heterotopias (...), bem pelo contrário, são de uma absoluta cronicidade, são temporais. É o que encontramos nas feiras e nos circos, lugares vazios colocados nos limites das cidades que, duas vezes por ano, pululam com barraquinhas, montras, objetos heteróclitos,

¹³⁵ Cf. AUGÉ, M. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

¹³⁶ Poderíamos pensar também no conceito de pantopia de SERRES (1997): combinação entre a utopia e a heterotopia na realização de uma espécie de *aleph* midiático, em que um lugar possa conter todos. No entanto, optamos por recorrer aos outros princípios da heterotopia, descritos por Foucault, que nos permitissem levar em conta a mobilidade nos espaços simultâneos e seu controle político. Daí a opção por um conceito mais ‘geográfico’ do que ‘midiático’.

¹³⁷ FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.*, 2006, p. 756.

¹³⁸ Fractais são desenhos geométricos compostos por infinitas partes idênticas ao desenho total. Assim, os fractais seriam virtualmente infinitos, uma vez que cada pequena fração do desenho, quando tomada em particular, possuiriam a mesma forma do desenho geométrico original.

¹³⁹ FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.*, 2006, p. 762.

lutadores, mulheres-serpente, pessoas que lêem o futuro nas mãos, entre muitos outros”¹⁴⁰.

A importância cultural dessas festas e quermesses que possuem a capacidade de romper a temporalidade cotidiana é tão grande no Brasil rural que também será reproduzida na festa da ocupação sem-terra. Como veremos no capítulo três, essa prática social é denominada, pelos integrantes do MST, como a *mística* do movimento. A citação acima nos remete, por enquanto, à epígrafe de Antonio Bivar que abre nosso primeiro capítulo. A heterotopia da festa despertava, temporariamente, o medo “do que não ficava para sempre” naquela ‘alma estriada’ do morador sedentário diante da presença ameaçadora “dessa gente encostada que chegava e seguia”.

A ameaça nômade materializada no espaço temporário da festa remete ao tipo inverso de espaço outro: as permanentes (e nada festivas) heterotopias de desvio que seriam “aquelas nas quais os indivíduos, cujos comportamentos são desviantes em relação às normas, são colocados”¹⁴¹. Seriam, assim, as instituições disciplinares, como as prisões e os manicômios tão bem descritos por Foucault ao longo de sua obra. Se mantivermos a proposta de Deleuze e Guattari sobre a capacidade da máquina de guerra nômade promover uma linha de fuga, perceberemos como a heterotopia festiva nômade da ocupação sem-terra inverte o fluxo daqueles espaços de desvio. No lugar do trabalho disciplinador-punitivo do Estado, a ocupação se converte, como vimos, em irrupção dialógica de subjetividades outras e materialização de rebeldias. Tal constatação remete à analogia proposta por Certeau, entre as ‘delinquências’ e os relatos de espaço, presentes nas práticas místicas:

“se o delinqüente só existe deslocando-se, se tem por especificidade viver não à margem mas nos interstícios dos códigos que desmancha e desloca, se ele se caracteriza pelo privilégio do percurso sobre o Estado, o relato é delinqüente”¹⁴².

Assim, podemos concluir que a partir da heterotopia que faz emergir, à força, no interstício temporário, sobreposto e simultâneo das frestas das cercas do espaço estriado do latifúndio, a delinquência nômade sem-terra inscreve seu contra-relato. Um fala outra

¹⁴⁰ *Idem, Ibidem*, p. 756.

¹⁴¹ *Idem Ibidem*, p. 757.

¹⁴² CERTEAU, Michel, *Op. Cit.*, 1990, p. 216.

que constrói sua visibilidade no mesmo gesto violento que será capaz de estilhaçar os sentidos hegemônicos propagados pelo fluxo informacional do espaço liso midiático.

Diante de tal constatação, cabe agora estabelecer as características principais desse espaço liso jornalístico. Com isso, perceberemos o impasse explosivo do encontro entre o território-rede da heterotopia sem-terra, convertido em *ocupação midiática*, e o trabalho interpretativo jornalístico de ‘harmonização’ dos sentidos violentados pelo MST. Com isso poderemos entender como o gesto jornalístico de controlar a ‘delinquência’ da inscrição sem-terra provocará, no mesmo momento, a ruína simbólica do movimento e do ideal de objetividade da imprensa.

2 A ágora capturada: o espaço liso global do jornalismo contemporâneo

Para evidenciar de que forma a imprensa se torna responsável pela administração e controle dos fluxos globais e desterritorializados de notícias, um bom começo seria ilustrar, de modo empírico, como se dá esse trabalho. Com esse objetivo, faremos, abaixo, uma análise da cobertura da *Folha de São Paulo* a respeito da estratégia política sem-terra que ficou conhecida, desde 2004, como *abril vermelho*.

O exemplo empírico não é aleatório na medida em que permite, também, evidenciarmos de que forma toda a complexa política (des)territorializante sem-terra, analisada no capítulo anterior, efetiva seu intento. A saber, o de promover a passagem da ocupação do campo físico dos embates sociais para o campo simbólico das negociações de sentido. Antes, porém, é preciso contextualizar o momento político da cobertura jornalística.

Qualquer pesquisa que se debruce sobre a cobertura política feita pela imprensa durante o primeiro governo Lula deve ter em mente a sucessão de escândalos que marcou o período. Poderíamos, de modo grosseiro, dividir a gestão Lula em três momentos: uma primeira metade que passa, gradativamente, da euforia em torno do ‘operário presidente’ às críticas e decepções por parte de antigos aliados, mostrados na mídia com amplo destaque, a respeito da inoperância das políticas sociais. Chamaremos esse momento de *crítica social contraditória*. O caráter ‘ambíguo’ da crítica se deve a solução utilizada pelos principais veículos que se viam, em tese, impedidos de explicitar uma crítica mais pesada ao início do governo na medida em que o mesmo seguia a ‘cartilha neoliberal’ constantemente pregada pela própria imprensa. Assim, ampliar o espaço de visibilidade da decepção de antigos aliados do PT resolvia a impossibilidade da crítica direta, tanto por parte da imprensa quanto da oposição.

No início da segunda metade de governo, temos o período de *críticas ‘éticas*’. É o momento em que explodem os escândalos e os indícios de corrupção por parte do PT e de pessoas ligadas ao governo (e ao presidente). Aqui, embora o destaque concedido aos atores políticos (agora não mais) amigos continue amplo, ganham espaço as vozes dos ‘aliados conservadores’, como Roberto Jefferson (PTB) e, claro, da oposição clamando por honestidade (PFL e PSDB).

Podemos nomear o terceiro momento, que culmina no processo eleitoral, como o de *crítica ao populismo*¹⁴³. Aqui, o debate entre oposição e situação migra para as análises a respeito da recuperação da popularidade do presidente, mesmo diante de tantos escândalos e da crítica ferrenha e constante por parte da imprensa. Após a vitória expressiva nas eleições, a tônica da cobertura se desloca para as análises em torno da ‘eficácia’ dos programas sociais governamentais tidos como ‘assistencialistas’. Ironicamente, a política social, aspecto tão combatido pela imprensa no início do governo, retoma a cena no final como o principal responsável pelo ressurgimento político do presidente após quase dois anos de escândalos.

Em cada uma dessas fases, as ações sem-terra eram direcionadas a um objetivo específico e recebiam um tipo de destaque e de interpretação por parte dos veículos aqui analisados. Não iremos aprofundar a descrição da complexidade (e contraditoriedade) das diferentes posições adotadas, tanto pelos veículos quanto pelo MST ao longo desses momentos. O que nos interessa, por ora, é manter em mente que cada um dos atores envolvidos no debate político modificou várias vezes suas estratégias, suas falas e suas ações de acordo com as especificidades históricas.

Vale lembrar que os aspectos acima não serão aprofundados em razão dessa pesquisa pretender se dedicar à descrição do encontro entre a ação sem-terra e os mecanismos midiáticos de controle e naturalização de sentidos. Assim, estabelecer os contextos é necessário para entendermos os agenciamentos específicos de cada momento. O aprofundamento detalhado de tais aspectos, no entanto, se converteria, por si só, em um amplo e complexo trabalho específico.

De volta ao episódio do *abril vermelho*, percebe-se, portanto, que o início de 2004 estabeleceu uma antecipação do que seria a virada política em relação à cobertura jornalística a respeito do primeiro mandato do governo Lula: a vinda à tona do primeiro dos casos de escândalo político suscitado por evidências de corrupção.

Antes desse episódio, no entanto, a maior crítica feita ao presidente era a respeito da sua ‘incapacidade’ de lidar com as questões sociais. Tal fato se deve, como mencionamos, à atuação política inicial conservadora do governo, preocupado em

¹⁴³ Talvez um outro nome possível para o período seria o de *crítica ao lulismo*, já que é o momento em que a expressão surge nos jornais como uma tentativa de delimitar as posições ambíguas e contraditórias do presidente, bem como sua eficiência no estabelecimento de apoio popular ao seu nome.

construir um cenário de austeridade (ou subserviência) econômica¹⁴⁴. Não por acaso, em 2003 notava-se um acirramento do que a mídia se habituou a chamar de ‘conflitos no campo’. A repercussão negativa em torno do gesto do presidente de posar para fotos com o boné do MST, ilustra bem como o enfoque adotado pela imprensa a respeito da questão se resumia a dois aspectos complementares: questionar a atuação do presidente em relação ao aumento das ocupações de terra e propagar as declarações ameaçadoras de fazendeiros se armando ‘para defender seu patrimônio’.

Esse é o cenário alterado em fevereiro de 2004, quando são noticiadas gravações escondidas que flagravam Waldomiro Diniz, um dos principais assessores do então Chefe da Casa Civil, José Dirceu, recebendo propina do bicheiro Carlinhos Cachoeira para beneficiá-lo em parcerias na Loterj. Se comparado ao vulto obtido pelas denúncias e escândalos do ano seguinte, esse primeiro episódio pôde ser contornado com certa facilidade pelo governo. Bastando, para isso, a demissão de Diniz e o argumento de que a fita comprometedora, gravada em 2002, dizia respeito à irregularidades durante as gestões de Anthony Garotinho e de Benedita da Silva no governo do Estado do Rio.

Não cabe aqui validar ou não a estratégia defensiva do governo, bem como o uso discursivo da memória do escândalo pela oposição e pela imprensa no ano seguinte. É preciso, apenas, considerar que tal episódio político ainda estava presente nas coberturas jornalísticas do mês de abril de 2004, colaborando para oferecer o enfoque interpretativo dos demais acontecimentos daquele momento. Em resumo, havia um ‘incentivo extra’ para o gesto de dar visibilidade às ocupações em massa que seriam promovidas pelos sem-terra: evidenciar como até mesmo os tradicionais aliados se mostravam insatisfeitos com os rumos do governo¹⁴⁵.

Diante de tal cenário político, o MST articulou uma série de ocupações coordenadas com um intuito duplo: o de evidenciar a inoperância governamental na questão agrária e o de cobrar a punição dos envolvidos no Massacre de Eldorado dos

¹⁴⁴ Já no período que definimos como *segundo momento da cobertura*, quando começam a estourar os escândalos ligados ao PT e a cobertura das CPIs ganha destaque, de um modo geral, praticamente desaparecem as reportagens a respeito das ações sem-terra (isso é ainda mais visível no jornal *O Globo* do que na *Folha de São Paulo*).

¹⁴⁵ Voltaremos a essa questão na análise que encerra esse capítulo. Cabe, entretanto, lembrar ainda o amplo destaque obtido pelas vozes mais radicais do PT, que vieram a formar o PSOL, durante todo o período de escândalos. Os mesmos atores políticos que eram tradicionalmente taxados de xiitas pela imprensa quando o PT era oposição, tornaram-se as vozes mais legítimas para atestar a incompetência do governo.

Carajás, em 1996¹⁴⁶. Assim, os integrantes aproveitavam um momento em que os critérios de escolha dos acontecimentos que conquistariam a visibilidade midiática lhes eram favoráveis e estabeleceram a construção de um complexo território-rede que, no final de abril, totalizava 109 ocupações de terra em mais de dez estados¹⁴⁷.

Por mais que o cenário fosse favorável, seria difícil, a partir dos critérios de noticiabilidade adotados nas rotinas produtivas jornalísticas, não registrar esse acontecimento como uma notícia importante. Estamos diante, portanto, da evidência de que a máquina de guerra inventada pelos sem-terra é, de fato capaz de produzir uma segunda consequência além da de se constituir em espaço liso de irrupção de subjetividades criativas, como vimos: a de ocupar também, o espaço liso dos meios de comunicação.

Mesmo uma análise quantitativa é capaz de dar a dimensão da eficiência, do ponto de vista da ocupação midiática, do episódio conhecido como ‘abril vermelho’ em 2004. A contagem simples das reportagens recolhidas durante a pesquisa de gabinete, mostra que no primeiro semestre de 2004 foram publicadas pela Folha de São Paulo 206 matérias que citavam o MST. Em que pese o fato de algumas serem notícias de política nas quais o movimento aparece apenas em alguma declaração de uma fonte, a maior parte deste número se refere às reportagens publicadas sob a tarja ‘campo minado’. Há, ainda, as reportagens sobre as ações do governo, usualmente agrupadas na retranca ‘Questão Agrária’.

A *tabela 1* evidencia a distribuição mensal de reportagens no primeiro semestre de 2004, independentemente da seção a que fora subordinada.

¹⁴⁶ O Massacre de Eldorado dos Carajás (PA) ficou mundialmente conhecido a partir das imagens de TV que captaram a expulsão brutal, realizada pela Polícia Militar do estado do Pará, de 1500 famílias sem-terra que interditavam, em protesto, uma rodovia. O saldo do confronto foi 19 sem-terras mortos e quase 70 feridos graves (os sem-terra usam o termo ‘mutilados’). Como os responsáveis pelo massacre nunca foram punidos, o dia 17 de abril, data do massacre, se transformou no dia nacional de luta pela terra. No capítulo quatro, aprofundaremos a importância de tal episódio para o movimento e para a luta no campo do ponto de vista da categoria da ruína.

¹⁴⁷ SCOLESE, Eduardo. Invasões de terra têm aumento de 115% este ano. Folha de São Paulo, ed. 23/06/2004.

Mês/ano	Reportagens	Percentual
Janeiro/04	17	(8%)
Fevereiro/04	15	(7%)
Março/04	27	(13%)
Abril/04	91	(45%)
Maió/04	30	(14%)
Junho/04	26	(13%)
Semestre 1/04	206	(100%)

Tabela 1: Folha de São Paulo, jan-jun de 2004.

Percebe-se claramente como o mês de abril contou com quase metade das publicações totais a respeito do MST no semestre. Nota-se ainda um número alto em março e em maio (em relação ao início do ano), que também pode ser atribuído à repercussão do caso (seja pelo fato do mesmo ter iniciado ainda em final de março, ou pelo ‘balanço final’, em maio a respeito do total de 109 ocupações).

A título de comparação, a tabela 2 reúne a totalização de matérias no mesmo período em 2005, ano em que um acordo entre o governo Lula e o MST conseguiu reduzir o número de ocupações no mês de abril, fazendo com que as mesmas fossem substituídas por outras formas de lembrar o massacre de Eldorado dos Carajás.

Mês/ano	Reportagens	Percentual
Janeiro/05	32	(14%)
Fevereiro/05	48	(22%)
Março/05	29	(13%)
Abril/05	41	(19%)
Maió/05	44	(20%)
Junho/05	26	(12%)
Semestre 1/05	220	(100%)

Tabela 2:Folha de São Paulo, jan-jun de 2005.

No primeiro semestre de 2005, abril sequer foi o mês com mais notícias sobre o MST. Em fevereiro, houve um aumento fora do comum em virtude do assassinato de um PM em um assentamento sem-terra no interior de Pernambuco. Ainda assim, o

agendamento de tal episódio não elevou o número de citações ao patamar atingido durante o ‘*abril vermelho*’ de 2004.

É evidente que tal levantamento não revela o embate discursivo posto em funcionamento a partir da publicização do acontecimento-ocupação. A simples contagem, por exemplo, não evidencia que o gesto de obter visibilidade não garante seu controle. É o que se pode concluir ao analisarmos de que forma o termo adotado pelo MST para lembrar o Massacre de Eldorado dos Carajás (‘jornada de luta’) é midiaticamente metamorfoseado em ‘abril vermelho’.

Os primeiros indícios da referida mobilização sem-terra começam a aparecer, nos jornais, ainda no dia 24 de março de 2004. Trata-se de uma nota breve a respeito de um protesto e uma ocupação. Segundo o jornal,

“integrantes do MST protestam em frente à Prefeitura de Mangaratiba (RJ), ontem, portando cartazes com foto do dia em que Lula vestiu o boné do movimento. No sábado, houve a invasão na cidade da fazenda Justina, onde 300 famílias estão acampadas. A invasão deu início às ações que o MST deve fazer nas próximas semanas para mostrar insatisfação com o programa de reforma agrária”¹⁴⁸.

Já no dia 27 de março duas pequenas notas na coluna *Painel* dão conta de que o governo teria uma “bomba a desarmar” nos próximos dias: “na agenda do governo, a próxima dor de cabeça tem três letras: MST. Os ministros Miguel Rossetto (Desenvolvimento Agrário) e Luiz Dulci (Secretaria Geral) receberam a missão de convencer os líderes do movimento a suspender as invasões prometidas para abril”¹⁴⁹.

Além das notas, o jornal traz ainda a notícia do anúncio oficial, por parte do MST, de suas ações. Nesse momento, o veículo ainda interpreta as ações nomeando-as de acordo com o nome proposto pelo movimento, inclusive no sub-título e na abertura da reportagem.

“O MST dá início neste fim de semana a uma onda de invasões pelo Brasil batizada de ‘jornada de luta’. A ação se estenderá até 17 de abril, quando o movimento lembrará os 19 sem-terra mortos em confronto com a PM em Eldorado do Carajás, no sul do Pará, em 1996. João Paulo Rodrigues, dirigente nacional do MST, disse que “há uma

¹⁴⁸ Cf. “MST inicia ações para pressionar governo”, Folha de São Paulo, 24 de março de 2004.

¹⁴⁹ “Coluna Painel”, Folha de São Paulo, 27 de março de 2004.

orientação em todo o país para que neste período aconteçam mobilizações mais intensas”¹⁵⁰.

A tônica da interpretação do acontecimento permanece a mesma nos dias que se seguem. O destaque dado às ocupações é grande e a contabilidade promovida pelo jornal vai, gradativamente, unificando, no campo simbólico, as ações executadas pelo MST em diferentes Estados: “O MST invadiu ontem mais cinco fazendas, subindo para dez o número de invasões no país desde sábado, quando começou a chamada ‘jornada de luta’¹⁵¹. O objetivo é lembrar os 19 sem-terra mortos (...) em Eldorado do Carajás, em abril de 1996”¹⁵². Ao longo da semana seguinte, é constante a publicação de matérias cujo teor se apresenta bastante semelhante ao da citação acima. Um exemplo é a nota abaixo, de 03 de abril:

“o MST invadiu ontem quatro fazendas, dando continuidade à “jornada de luta” iniciada em março (...) para lembrar os 19 sem-terra mortos em confronto com a PM em Eldorado do Carajás (PA), em 1996.(...) Já são 29 as propriedades rurais invadidas desde 27 de março.(...) São 14 invasões em PE, cinco em SP, duas no RJ, duas em MS, uma no ES, uma no PR, uma em MG, uma no RS e duas na BA”¹⁵³.

O enfoque da cobertura das ações sucessivas será mantido ao longo do mês: o jornal realiza um balanço das novas “invasões”, atualiza os números nacionais, como no último parágrafo da citação acima, apresenta as falas dos coordenadores do movimento e dos setores críticos à ação. No entanto, um episódio, protagonizado por Stedile na TV agrega um outro viés interpretativo mais espetacular do que político à série de ocupações.

Na edição de sábado, 27 de março de 2004, o Jornal Nacional da Rede Globo levou ao ar uma reportagem na qual uma gravação escondida mostrava Stedile, durante uma palestra no Mato Grosso do Sul, declarando que “abril será mês vermelho. Servidor, estudante, a turma da moradia, nós vamos infernizar. Abril vai pegar fogo”¹⁵⁴.

¹⁵⁰ ORNAGHI, Tiago, “MST anuncia onde de invasões até 17 de abril”, Folha de São Paulo, 27 de março de 2004.

¹⁵¹ *Idem, Ibidem.*

¹⁵² Cf. “Em ‘jornada de luta’, sem-terra invadem mais cinco fazendas em Pernambuco”, FSP, 29 de março de 2004.

¹⁵³ Cf. MST invade quatro fazendas em SP, RS e BA, FSP, 03/04/04.

¹⁵⁴ Transcrição retirada da coluna *Toda Mídia*, publicada por Nelson de Sá, Folha de São Paulo, de 30/04/04.

A partir dessa notícia, gradativamente o termo ‘jornada de lutas’ é substituído pela tarja ‘abril vermelho’, tanto nas reportagens quanto nas falas opositoras às ações do MST naquele momento. Tal aspecto é evidenciado pelos títulos das reportagens a partir dessa data¹⁵⁵.

Debateremos, mais abaixo, o impacto dos enquadramentos (*framings*) promovidos pelo gesto de interpretação jornalística. Por ora, basta perceber como a substituição de termos cumpre uma função política primordial: os sem-terra conseguem seu objetivo de visibilidade, no entanto, tal conquista não será garantia de controle dos conteúdos e dos critérios de interpretação adotados pelo campo jornalístico.

A esse respeito, Berger cita Baudrillard em sua tese de que o que “é publicado são não-acontecimentos, pois o que vale é a ação no sentido cinematográfico e não a ação da história”¹⁵⁶. Assim, viveríamos uma cultura de visibilidade na qual diversos grupos buscariam produzir eventos cujo objetivo específico seria o de se tornar notícia a partir de ações meramente espetaculares, desprovidas de importância histórica. Podemos perceber como exemplo desse processo as constantes ‘intervenções’ dos ‘ativistas’ do *Greenpeace*, nas quais as ações espetaculares acabam por substituir a mobilização política popular, na medida em que os ‘destinatários’ das ações são reduzidos a ‘espectadores’ do evento¹⁵⁷.

Ao contrário do *Greenpeace* (e das ‘passeatas pela paz’), as pretensões políticas do MST são evidentes. Berger, no entanto, é feliz em perceber como mesmo o movimento “deixa transparecer em sua política de comunicação que sabe que suas reivindicações precisam da materialidade da notícia para existirem socialmente”¹⁵⁸. A dificuldade da efetivação de tal existência midiática será, justamente, a falta de controle das interpretações produzidas a partir da efetivação das ocupações.

¹⁵⁵ São exemplos disso os títulos “*Verba não suspende abril vermelho*”, de 01/04/04; “*Após promessa do MST de ‘infernizar’, presidente(...)*”, de 03/04/04 e “*Abril vermelho registra mais invasões*”, de 17/04/04.

¹⁵⁶ BERGER, Christa. *Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica*, in: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Unb, 2002, p. 280.

¹⁵⁷ Não cabe aprofundar aqui os deslocamentos semânticos promovidos por tais mobilizações. Basta apontar a substituição do termo ‘protesto’ por ‘intervenção’ e ‘militantes’ por ‘ativistas’ para percebermos o político gesto de despolitização presente em tais manifestações.

¹⁵⁸ BERGER, Christa, *Op. Cit.*, 2002, p. 282.

Duas reportagens a respeito do exemplo aqui ilustrado evidenciam tal dificuldade. No dia 17 de abril, a Folha de São Paulo atualiza mais uma vez seus números com uma reportagem intitulada “Abril vermelho registra mais invasões”:

“O MST anunciou que suas ações iriam infernizar” o governo neste ano, mas dados divulgados pela CPT, braço agrário da Igreja Católica, apontam que o número é levemente superior ao registrado em 2003. Segundo o órgão, houve avanço de 3% (de 96 para 99), na comparação de 1º de janeiro a 14 de abril de cada ano. O Desenvolvimento Agrário tem dados só até o fim de março. Os números do governo indicam, porém, que crescem as invasões -foram 56 no primeiro trimestre deste ano, contra 47 em 2003”¹⁵⁹.

O conflito entre diferentes interpretações a respeito do número de ocupações, no entanto, desaparece do jornal mais adiante, como é constatado na reportagem de 23 de junho do mesmo ano, quando o veículo relembra o ‘agendamento’ do caso num balanço final a respeito do mês de abril de 2004:

“O número de invasões de terra entre janeiro e maio deste ano avançou 115% em relação ao mesmo período do ano passado - de 99 para 213 casos. O número, o maior já registrado nos cinco primeiros meses de um ano (...) contradiz o discurso de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Às vésperas das eleições de 2002, o então candidato declarou que era a única pessoa "capaz de fazer uma reforma agrária tranqüila". (...) A onda de ações no campo liderada pelo MST dois meses atrás, no chamado "abril vermelho", registrou 109 invasões de terra -o maior número já computado num único mês pela ouvidoria. A onda vermelha, de acordo com o MST, começou na última semana de março e somente terminou na primeira quinzena de maio”¹⁶⁰.

Diante de tal citação, podemos perceber o duplo gesto de interpretação política realizado pelo jornal. A Folha apresenta o aumento das ocupações como evidência da ‘incapacidade’ do governo em administrar a situação social, no mesmo momento em que atribui a autoria simbólica da ‘onda vermelha’ não mais ao gesto interpretativo da imprensa, mas ao próprio movimento¹⁶¹. O golpe político exemplificado na reportagem é tão repetitivo e preciso que já havia forçado o MST a uma ‘reclamação pública’, divulgada em seu *site* em 14/05/2004.

¹⁵⁹ Folha de São Paulo, 17 de abril de 2004.

¹⁶⁰ Cf. SCOLESE, Eduardo. “Invasões de terra têm aumento de 115% neste ano”, Folha de São Paulo, 23/06/04.

¹⁶¹ Resumimos aqui, por questões de espaço, uma extensa análise, desenvolvida anteriormente, em que a mudança gradativa dos termos fica ainda mais evidente.

“Todos acompanharam pela imprensa nossa Jornada de Lutas, que acabou sendo, involuntariamente, batizada de abril vermelho. (...) O que nos choca é o comportamento da chamada ‘grande imprensa brasileira’. Transformou nossa Jornada em coisa de outro mundo. Mas nós entendemos esta posição. No Brasil cerca de 80% de todas as notícias são monopolizadas por apenas sete grandes grupos. Estes grupos defendem, a todo custo, os privilégios econômicos e políticos de uma minoria da sociedade brasileira”¹⁶².

Colocar-se como vítima do gesto de deslocamento semântico (das ‘jornada de lutas’ para o ‘abril vermelho’) permite ao MST evidenciar que a imprensa articula a captura da linha de fuga representada por suas ocupações. A captura simbólica da interpretação jornalística possibilita, no entanto, a irrupção de um novo revide sem-terra, capaz agora de ampliar sua crítica também ao ‘latifúndio midiático’. Tal conclusão nos remete à hipótese que será aprofundada no capítulo quatro desse trabalho: o controle discursivo da ação sem-terra, por parte da imprensa, minimiza a visibilidade da ocupação midiática, mas possibilita a evidência do ‘trabalho’ jornalístico de homogeneização dos sentidos em disputa, naturalizando-os.

A análise do processo de passagem do território-rede para a ocupação midiática lança luz a mais uma característica do espaço heterotópico da ocupação para além do complexo lugar no qual se dá o processo de inscrição política do devir sem-terra: o estabelecimento do embate simbólico a respeito das (re)interpretações da realidade nacional no plano discursivo.

A respeito do papel da trocas simbólicas na construção social, Maingueneau propõe uma releitura do conceito de prática discursiva, de Foucault. Para o pesquisador, o discurso possui duas vertentes: a social e a textual. Somente no momento em que se associar o conjunto de textos a uma região social determinada e a um ator social específico é que se consegue dar conta da relação de “imbricação” em que se dará o jogo de “coerções” que “possibilitam tanto o discurso quanto o grupo. E essas ‘coerções’ são instauradas segundo uma mesma lógica”¹⁶³. Assim, a prática discursiva equivaleria ao processo de organização dessas duas vertentes, integrando a fala à comunidade.

¹⁶² Cf. declaração disponível em <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=1815>, acessado em 19/05/06.

¹⁶³ MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989, p. 136.

Nesse sentido, é possível aproximar a ocupação de terra com o que Eni Orlandi define como *acontecimento discursivo*. A saber, algo que "abre para uma nova discursividade, produz efeitos metafóricos que afetam a história, a sociedade e os sujeitos em muitas e variadas dimensões: política, cultural, moral"¹⁶⁴.

Orlandi se refere ao discurso unificado da *globalização* nos meios de comunicação como um processo discursivo que reduz a pluralidade de leituras. Exemplo disto é o gesto de colocar como inaceitável, politicamente, qualquer movimento cujo sentido deslize para mobilização social. Assim, acontecimentos ou discursos que afetem a ordem social vigente, desestabilizando-a, são sempre interpretados como ameaças que devem ser reprimidas. Nas palavras da autora, o tipo de ação como a desenvolvida pelos sem-terra "não é uma ruptura só do nível do discurso político, pensado com um tipo de discurso: é uma ruptura profunda no político"¹⁶⁵.

Perceber esse duplo caráter do acontecimento discursivo nos permite concluir como a ação sem-terra promove a mesma passagem. No campo social, a transformação do espaço estriado da propriedade privada em espaço liso de revide sem-terra se converte na linha de fuga capaz de subverter os gestos de sobrecodificação capitalista. No campo midiático, o acontecimento ocupação-rede instaura uma discursividade rebelde ao tornar-se objeto da cobertura pelos meios de comunicação e de seus gestos interpretativos.

O caráter duplo do acontecimento discursivo, aqui apresentado, se assemelha ao gesto analítico proposto por Foucault ao discutir o memorial de Pierre Rivière que, em 1835, assassinou brutalmente parte de sua família. O filósofo mostra como, ao escrever sobre o crime, Rivière reconstrói não só o assassinato, mas a peça que seria usada para a princípio inocentá-lo e a seguir culpá-lo definitivamente. Ao colocar no papel "suas" memórias, nosso anti-herói se inscreve como aquele que lembra, além de assassino. Com isto, promove um acontecimento discursivo em sua dupla abrangência: a narrativa e a vida (ou, no caso, a supressão dela). Para Foucault,

"Pierre Rivière foi o sujeito desse memorial num duplo sentido: é aquele que se lembra, que se lembra de tudo impiedosamente; e ele é aquele cuja memória chama o crime, horrível e glorioso, ao lado de tantos

¹⁶⁴ ORLANDI, Eni. *Língua e conhecimento Lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 52.

¹⁶⁵ *Idem, Ibidem*, p. 57.

outros crimes (...). Ele foi enfim num duplo sentido o autor de tudo isso: autor do crime e autor do texto (...). Executou seu crime no nível de uma certa prática discursiva e do saber que a ela está ligado. Ele jogou, realmente, na unidade inextrincável de seu parricídio e de seu texto, o jogo da lei, do assassinato e da memória que regulava, nesta época, todo um conjunto de *narrativas de crimes*”¹⁶⁶.

Voltaremos a esse trabalho no capítulo três quando debateremos a questão do papel da memória nos gestos de naturalização de sentidos por parte do jornalismo. Nesse momento, o objetivo é entender de que forma o jogo de construção de sentidos impacta a realidade social concreta. Para entendermos mais a fundo este caráter duplo da enunciação, será preciso apresentar uma reflexão teórica que dê conta de demarcar o papel político da linguagem (e do discurso) na organização social e nas relações de poder.

2.1 O discurso jornalístico: a verdade como palavra de ordem

Pensar as características específicas da imprensa como espaço liso global de administração de fluxos informacionais hegemônicos naturalizados é entender o papel estratégico que a constituição da linguagem ocupa na formação política dos sujeitos e da efetivação das relações de poder. Dessa maneira, cabe-nos, nesse momento, evidenciar algumas das teses de Deleuze e Guattari a respeito do trabalho da linguagem. O objetivo é articular tais reflexões com alguns dos pressupostos teóricos de autores oriundos da análise do discurso francesa para estabelecermos o viés teórico aqui adotado em relação ao trabalho de construção de sentidos proposto pela imprensa.

Veremos mais abaixo como os aspectos positivos dessa aproximação são maiores do que o risco de promover um encontro entre referenciais teóricos com algumas especificidades conflitantes. Em que pese suas não poucas diferenças, a possibilidade do ponto de contato entre as duas visões reside na concordância em perceber o discurso (e a linguagem) como lugar de embate de relações de forças e estratégias de poder, de fazer agir e de constituir afectos, assujeitar indivíduos e estabelecer espaços para si e para os outros no mundo.

¹⁶⁶ FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão*. São Paulo: Graal, 1977, p. 220.

Em sua análise crítica da impossibilidade dos postulados da lingüística, Deleuze e Guattari partem da premissa de que a unidade básica da linguagem (e, por conseguinte, sua função) é a palavra de ordem. Assim, ao contrário do que diria o senso comum, a linguagem não seria feita para que se acreditasse nela, mas para obedecer e fazer obedecer. Dessa maneira,

“a linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a um outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que um enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado”¹⁶⁷.

De modo semelhante, Foucault cita a tese de Nietzsche para a invenção da poesia (e a decorrente função política da palavra): “um dia alguém teve a idéia bastante curiosa de utilizar um certo número de propriedades rítmicas ou musicais da linguagem para falar, para impor suas palavras, para estabelecer através de suas palavras uma certa relação de poder sobre os outros”¹⁶⁸. Assim como na poesia, a informação seria apenas a condição básica para entendermos os comandos inerentes a todo enunciado.

De volta à Deleuze e Guattari, temos que toda palavra de ordem é uma ameaça, na medida em que seria composta de uma pequena sentença de morte. Este seria, portanto, o objetivo primeiro do caráter dialógico (nos termos de Bakhtin) da palavra: incorporar a existência do outro no dizer (e suas vozes) para fazê-lo obedecer ao comando (sob pena de morrer). Mas esse processo não é subordinado a nenhum tipo de vontade consciente dos *sujeitos*, já que “todo discurso é indireto e a translação própria à linguagem é a do discurso indireto”¹⁶⁹. Temos, portanto, uma complexa relação interdiscursiva por meio da qual os dizeres e os comando são repassados. Nas palavras de Deleuze e Guattari:

“a linguagem não se contenta em ir de um primeiro a um segundo, de alguém que viu a alguém que não viu, mas vai necessariamente de um segundo a um terceiro, não tendo, nenhum deles, visto. É nesse sentido que a linguagem é transmissão de palavra funcionando como palavra de ordem, e não comunicação de um signo como informação. A linguagem é um mapa e não um decalque”¹⁷⁰.

¹⁶⁷ DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, Vol.2. São Paulo: Editora 34, 1997a, p. 17.

¹⁶⁸ FOUCAULT, Michel, Op. Cit., 1999, p. 15.

¹⁶⁹ DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*, 1997a, p. 13.

¹⁷⁰ *Idem, Ibidem*, p. 14.

A analogia geográfica evidencia como o trabalho de produção dos sentidos (semelhante ao controle político estabelecido pela cartografia sobre o espaço livre) é dissimulado em mera ‘reprodução fiel’ da realidade. A estratégia é efetivada na medida em que, como pensa Ducrot, tais comandos seriam tomados como implícitos ao dizer. Com isso, teríamos o efeito político de duplo-esquecimento apontado por Pêcheux: o da construção do sujeito e o de ilusão de transparência de sentido¹⁷¹. Para ele, “à questão da constituição do sentido junta-se à da constituição do sujeito (...) na figura da interpelação”¹⁷². No momento em que falamos, colocaríamos em jogo uma máquina paradoxal a partir da qual “a interpretação tem, por assim dizer, um efeito retroativo que faz com que todo indivíduo seja ‘sempre-já-sujeito’”¹⁷³. Com isso, para Pêcheux haveria um apagamento do processo de assujeitamento pela fala. De modo semelhante, a ‘ilusão de verdade’ de que a língua é capaz encobriria o trabalho político de produção e reprodução de sentidos a partir de um lugar de interpretação específico.

“a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso [pré-construído] (...) são re-inscritos no discurso do próprio sujeito”¹⁷⁴.

Nas palavras de Deleuze e Guattari, a interpretação de tal função política do esquecimento constitutivo da linguagem surge como

“um cogito esquizofrênico, mas que faz da consciência de si a transformação incorpórea de uma palavra de ordem ou resultado de um discurso indireto (...) e uma potência de esquecimento que faz com que nos sintamos inocentes diante das palavras de ordem que seguimos, e depois abandonamos, para acolher outras em seu lugar”¹⁷⁵.

Antes de explicarmos a transformação incorpórea implícita à palavra de ordem, será preciso fazer uma distinção entre os teóricos da análise de discurso e a proposta de

¹⁷¹ PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1997b., p. 151.

¹⁷² *Idem, Ibidem*, p. 153-154.

¹⁷³ *Idem, Ibidem*, p. 155.

¹⁷⁴ *Idem, Ibidem*, p. 163.

¹⁷⁵ DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*, 1997a, p. 24.

Deleuze e Guattari. Enquanto os primeiros atribuem, como propõe Althusser, à ideologia o papel de interpelação do indivíduo em uma forma-sujeito, e às formações discursivas e ideológicas (inconscientes, nos moldes de Lacan) o estabelecimento das evidências de sentidos e sujeitos, Deleuze e Guattari defendem que os pressupostos implícitos se formariam “por agenciamentos coletivos de enunciação, por atos jurídicos, equivalentes de atos jurídicos, que coordenam os processos de subjetivação ou as atribuições de sujeitos na língua, e que não dependem nem um pouco dela”¹⁷⁶. Ou seja, os autores se recusam a trabalhar com as categorias de *ideologia* e *inconsciente*, na medida em que buscam a construção de um conceito de linha de fuga que permita estabelecermos um revide criativo diante das relações de poder que, de outra forma, pareceriam mais deterministas e inevitáveis.

Assim, no lugar de apostarmos nas diferenças radicais entre ambos, optou-se por um diálogo da ordem das ‘falsas oposições binárias’ entre os conceitos para que pudéssemos entender as palavras de ordem, em função de uma exterioridade à língua, não como apenas um tipo de ‘enunciado imperativo’, mas como

“a relação de qualquer palavra, ou de qualquer enunciado com pressupostos implícitos, ou seja, com atos de fala que se realizam no enunciado, e que podem se realizar apenas nele. As palavras de ordem não remetem, então somente aos comandos, mas a todos os atos que estão ligados aos enunciados por uma *obrigação social*”¹⁷⁷.

Reside nessa constatação o caráter redundante das palavras de ordem e, conseqüentemente, dos relatos jornalísticos, já que “os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é ‘necessário’ pensar, reter esperar”¹⁷⁸. Assim, não nos cabe, nesse trabalho, descrever amiúde a extensa análise do corpus empírico feita ao longo de quatro anos de pesquisa uma vez que a tônica dos conteúdos jornalísticos mostrou-se, de fato, extremamente redundante. O breve passeio analítico que abre esse capítulo é, inclusive, uma evidência do caráter repetitivo-didático da linguagem jornalística. Territorializaremos, evidentemente, alguns casos emblemáticos em que a

¹⁷⁶ *Idem, Ibidem*, p. 16.

¹⁷⁷ *Idem, Ibidem*, p. 16.

¹⁷⁸ *Idem, Ibidem*, p. 16-17.

redundância da palavra de ordem por parte da imprensa é posta à prova pelo revisor criador de linhas de fuga discursivas sem-terra.

De volta ao estatuto da palavra de ordem, Deleuze e Guattari lembram que não são os sujeitos os responsáveis pelas determinações de tais atos e defendem que a modulação dos mesmos será efetivada a partir de agenciamentos coletivos específicos responsáveis pelas “transformações incorpóreas” do alvo das palavras de ordem. Os autores exemplificam:

“ ‘Você não é mais uma criança...’: esse enunciado diz respeito a uma transformação incorpórea, mesmo que essa se refira aos corpos e se insira em suas ações e paixões. A transformação incorpórea é reconhecida por sua instantaneidade, por sua imediatidade, pela simultaneidade do enunciado que a exprime e do efeito que ela produz; eis por que as palavras de ordem são estritamente datadas”¹⁷⁹.

Assim, como na dupla capacidade do acontecimento discursivo, os agenciamentos coletivos estabelecem o sentido específico da transformação provocada nos corpos que recebem a sentença implícita na palavra de ordem. Mas tais agenciamentos não são fixos, na medida em que não cessam de variar de acordo com as múltiplas circunstâncias históricas e políticas. Reside aí a função política da linguagem: os agenciamentos se reuniram em um regime de signos que naturalizam as palavras de ordem como pressupostos implícitos.

A constatação de tal regime de signos se assemelha à percepção de Pêcheux ao definir discurso como “efeito de sentidos entre interlocutores”¹⁸⁰. Para ele, essa relação de poder se efetiva de modo dissimulado na medida em que seu mecanismo está inserido no próprio gesto de produção de sentidos, mais precisamente, na ilusão de transparência da linguagem. Com esse trabalho político da língua, é possível para o jornalismo estabelecer seu efeito de naturalização das palavras de ordem em ‘verdades’ noticiadas de modo redundante a respeito da reforma agrária e da questão do campo.

Nosso objetivo analítico, no entanto, não será o de meramente revelar o agenciamento coletivo hegemônico materializado no discurso jornalístico, mas o de explicitar as possibilidades de desobediência sem-terra às palavras de ordem. Tais revisões criativas constituiriam-se em acontecimentos discursivos capazes de passar do espaço liso

¹⁷⁹ *Idem, Ibidem*, p. 19.

¹⁸⁰ PÊCHEUX, Michel. *Op. Cit.*, 1997b, p. 156.

da ocupação ao espaço liso de administração dos fluxos globais de palavras de ordem, invertendo, temporariamente, os agenciamentos coletivos de enunciação.

A respeito da natureza do agenciamento, Deleuze e Guattari lembram que

“por um lado, ele é agenciamento maquínico de corpos, de ações e de paixões, mistura de corpos reagindo uns sobre os outros; por outro lado, agenciamento coletivo de enunciação, de atos e enunciados, transformações incorpóreas sendo atribuídas aos corpos”¹⁸¹.

Os autores articulam ainda o agenciamento aos gestos de des-re-territorialização. Assim, haveria “lados territoriais ou reterritorializados que o estabilizam [o agenciamento] e, de outra parte, picos de desterritorialização que o arrebatam”¹⁸². Deleuze e Guattari recorrem à imagem do rugido do leão, proposta por Canetti, para descrever tal dupla natureza da palavra de ordem: enunciar “ao mesmo tempo a fuga e a morte”¹⁸³.

Voltamos, assim, ao círculo das ambigüidades presentes nas ‘falsas oposições’. Se a ordem de sentidos hegemônicos, administrada pelo fluxo global de informações, pretende naturalizar palavras de ordem que assujeitem os corpos (e as propriedades) de acordo com a lógica capitalista de ocupação dos espaços e sentidos, a ação sem-terra, por sua vez, consegue elaborar, na imanência mesma da palavra de ordem, o caráter desterritorializante de sua linha de fuga. Os autores lembram, entretanto, que não se trata de uma ‘debandada’ covarde diante do rugido ameaçador, mas da emergência do gesto criativo de um dizer outro capaz de instaurar novas ordens de sentidos e de possibilidades de existência, de modo a concretizar o desejo de que “na palavra de ordem, a vida deva responder à resposta da morte, não fugindo, mas fazendo com que a fuga aja e crie”¹⁸⁴.

Em resumo, o acontecimento discursivo da ocupação-rede instaura nos fluxos outrora hegemônicos uma resposta criativa, da mesma ordem proposta por Ferraz em relação à superação da crença na verdade a partir da aposta na potência dos simulacros.

“Se nossas existências são ditadas por palavras de ordem, o reino dos simulacros que apontam para as próprias máscaras nos projeta em espelhos multiplicados ao infinito, oferecendo-nos extravio, voragem e – talvez – a possibilidade de uma experiência salutar: a de percebermos o quanto somos ditados por sentidos totalmente inventados, livrando-

¹⁸¹ DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*, 1997a, p. 29.

¹⁸² *Idem, Ibidem*, p. 54.

¹⁸³ *Idem, Ibidem*, p. 54.

¹⁸⁴ *Idem, Ibidem*, p. 58.

nos, assim, da feroz ditadura dos sentidos consentidos; a de nos incitar, enfim, a nos ficcionalizarmos outros, o que inevitavelmente arrastaria o mundo para novos sentidos”¹⁸⁵.

Diante do gesto libertador da ‘ficção sem-terra’, de seu relato delinqüente, os jornais se vêem na obrigação de estabelecer uma contra-ficção que restaure o agenciamento anterior da palavra de ordem noticiosa. Veremos, no capítulo quatro, no entanto, que a ruína do gesto criativo sem-terra, a partir dos deslocamentos de sentido efetuados pela imprensa, está longe de se configurar como um ‘suicídio’. Sobretudo pela capacidade da ruína da palavra desterritorializante sem-terra se converter, ela mesma, na ruína do efeito de transparência de sentido do relato jornalístico.

A percepção relanceada dessa capacidade foi apenas pontuada ao analisarmos o episódio da passagem da ‘jornada de lutas’ para o ‘abril vermelho’. Vimos como o território-rede das ocupações em massa se converte em uma heterotopia da ordem de um acontecimento discursivo capaz de, simultaneamente, promover a inscrição criativa sem-terra e instaurar a ruptura das palavras de ordem hegemonicamente naturalizadas. Cabe, agora, entender algumas transformações do espaço liso que será o lugar da ruína discursiva sem-terra. É preciso, portanto, traçar uma breve genealogia das mudanças provocadas no espaço público contemporâneo, de modo a entender o papel político da imprensa nos dias de hoje.

Um bom início dessa trajetória pode ser a análise de um episódio acontecido há quase meio século: o primeiro momento, na história da imprensa brasileira, em que a questão da posse de terras foi tratada, pela ‘opinião pública’, a partir de um olhar cujo foco não estava centrado na figura do grande proprietário. Ao contrário, como veremos no parêntese histórico abaixo, o personagem principal daquele acontecimento discursivo foi o campesino que, pela primeira vez, organizava-se numa luta capaz de transformar sua realidade.

2.2 O ‘gosto de cinza’ da objetividade: interlúdio a respeito de um *jornalismo outro*

¹⁸⁵ FERRAZ, Maria Cristina Franco. *Nove variações sobre temas Nietzscheanos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 147-148.

A essência do que pretendemos mostrar nesse parêntese pode ser explicitada por meio de uma adivinha ao leitor: contra quais atores sociais se refere a acusação abaixo, que pede a inclusão dos mesmos na Lei de Segurança Nacional?

“[essas pessoas] passaram a, de modo alarmante, insuflar a luta pela violência, fazendo-o pública e desregradamente, por atitudes pessoais e pela imprensa. (...) A jornada criminosa tem alcançado, precipuamente, a zona canavieira, ensejando a invasão de propriedades, a queima de canaviais, a provocação em massa às autoridades constituídas e a própria chacina”¹⁸⁶.

Embora a acusação se encaixe como uma luva ao MST e aos dias de hoje, trata-se de uma representação promovida por grandes latifundiários junto ao Procurador Regional da República datada de 05 de dezembro de 1959. A (grande) diferença é que o pedido de prisão preventiva não se limitava ao líder das Ligas Camponesas, o então deputado estadual de Pernambuco Francisco Julião (PSB), mas incluía, principalmente, o jornalista e escritor Antônio Callado, em resposta a uma série de reportagens publicadas no *Correio Da Manhã* sobre a situação do campo naquele momento.

Diante de tal resposta, caberia questionar o que mudou nestes quase cinquenta anos de modo a fazer soar tão anacrônica a constatação de que já foi possível um jornalista da ‘grande imprensa’ ser processado por apoiar a organização de trabalhadores rurais em sua luta contra a miséria e em busca de justiça social. Cabe, no entanto, descrevermos um pouco mais o acontecimento discursivo originado a partir da visibilidade concedida por Callado à ação política das Ligas Camponesas. Com isso, entenderemos como o episódio culminou nesse pedido de prisão, bem como ficará evidente a razão da perplexidade contemporânea diante do papel político que já chegou a ser exercido pelo jornalismo hegemônico. A leitura das reportagens pode começar a elucidar tal surpresa¹⁸⁷.

“Que é, no Engenho Galiléia, que desperta o entusiasmo do repórter calejado? Umas 500 pessoas adultas recusarem-se a ser despejadas das terras que ali cultivavam – e ficaram (...). O que faz a gente se entusiasmar (...) é que se libertaram eles próprios. E dá mais alegria a

¹⁸⁶ CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1960, p. 146 e 148.

¹⁸⁷ Por razões metodológicas as referências à série de reportagens serão feitas a partir de sua compilação no livro publicado por Callado, citado na nota anterior, que reúne também um dossiê sobre a repercussão do evento em outros veículos de comunicação da época.

cara de um caboclo que se salvou sozinho do que todo um povoado que se salvou arranjando emprego no DNOCS”¹⁸⁸.

Esse é apenas um pequeno trecho do que o *Correio da Manhã* publicou, entre 10 e 23 de setembro de 1959. A série especial sobre a questão da seca e da exclusão no nordeste brasileiro foi responsável por agendar, de modo inédito até então, a questão da luta pela terra no Brasil. O mais influente jornal da época, através do texto de Callado, nomeava os principais responsáveis pela “indústria da seca”, denunciava o trabalho escravo e exultava, otimista, diante da organização dos lavradores ao redor das Ligas Camponesas. O acontecimento discursivo das reportagens promoveu tamanha comoção pública que, em apenas três meses, além do pedido de prisão do jornalista, levou à desapropriação das terras do Engenho Galiléia (PE).

O desfecho foi acelerado por outras duas reportagens de Callado, publicadas nos dias 29 de novembro e 2 de dezembro do mesmo ano. Ao defender os camponeses que haviam sido brutalmente expulsos da região, e ao ter sua prisão pedida pelos latifundiários, o jornalista acabou angariando uma série de apoios de políticos e de representantes da imprensa. Com a aprovação na Assembléia Legislativa de Pernambuco, em 19 de dezembro de 1959, foi efetivada a primeira desocupação de terra, em prol de posseiros, da história do Brasil. E o mais expressivo: em um processo detonado a partir do agendamento produzido pela imprensa e, sobretudo, pelo trabalho de um jornalista.

Para entendermos melhor o episódio, é preciso realçar os contextos sócio-político e jornalístico deste 1959 no qual a série de reportagens tem lugar. Sua publicação coincide com a iminência da passagem da capital federal para Brasília, cuja construção encontrava-se em fase final, como o mandato de JK. No ano anterior, dois acontecimentos obrigaram o então presidente a criar uma ação política direcionada à região nordeste – uma grande seca e o decorrente êxodo de nordestinos ‘flagelados’ colocam a fome e a exclusão social novamente no centro do debate político¹⁸⁹. O resultado é a eleição de

¹⁸⁸ *Idem, Ibidem*, p. 39-40.

¹⁸⁹ Há também que se acrescentar o impacto nacional anteriormente provocado pela publicação, em 1946, do grandioso estudo de Josué de Castro *A geografia da fome*, trazendo a questão, até então invisível, para o centro do debate público. A crescente repercussão de seus trabalhos foi acentuada pela publicação posterior de *Geopolítica da Fome* (1951) e *O livro negro da fome* (1957). A importância internacional de seus trabalhos foi tanta que Castro chegou a ocupar o cargo de coordenador geral da Organização Internacional de Alimentação e Agricultura (FAO) da ONU, de 1952 a 1956.

vários governadores de oposição, tidos como “populistas”. Além da seca, o resultado das urnas é também um indício do descontentamento da classe média com a política econômica adotada então por JK.

A resposta do presidente vem, já em 59, com a nomeação do economista Celso Furtado para coordenar um amplo projeto de irrigação que recebeu o nome pomposo de “Operação Nordeste”. O órgão, mais tarde, viria a se transformar na Superintendência de desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Em seu livro de memórias, Celso Furtado conta como JK buscou o apoio do *Correio da Manhã* ao lançamento do projeto e como Paulo Bittencourt, então diretor do periódico, se entusiasmou com a possibilidade de apoio, concedendo uma entrevista de primeira página com Furtado e, mais adiante, enviando Callado, seu ex-chefe de redação (de 54 a 59), para acompanhar de perto a situação na região. Estamos diante, portanto, de uma série de reportagens que foi fruto de uma encomenda política:

“Ficou decidido que se tentaria o apoio do Correio da Manhã, então o jornal de mais influência na capital da República. (...) A atuação do Correio da Manhã foi decisiva para transformar um simples embrião de projeto (...) em um dado novo de peso no debate político nacional. (...) Esse jornal deu credibilidade ao projeto e balizou o espaço em que se desenvolveria o debate subsequente”¹⁹⁰.

Embora o *Correio da Manhã* tenha atendido, quase explicitamente, aos interesses do governo ao dar visibilidade à Operação Nordeste, a tônica construída por Callado à série de reportagens possibilitou também que a nascente organização camponesa viesse à baila do debate com igual peso. Ainda nas palavras de Furtado,

“Callado aproximou a luta desses homens simples, que tentavam escalar os primeiros degraus da atividade cívica da saga do Galileu, que, de pés descalços, iniciou uma caminhada que acenderia a chama da esperança no coração de milhares de seres humanos”¹⁹¹.

Além do contexto-sócio-político, não se pode esquecer que a década que se encerrava havia sido marcada por uma profunda e significativa transformação também no fazer jornalístico. De acordo com Ribeiro, “Vivia-se, nessa época, um clima geral de renovação, que marcou não apenas o surgimento de jornais inovadores, mas também a

¹⁹⁰ FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. São Paulo: Paz e Terra, 1989, p. 46.

¹⁹¹ *Idem, Ibidem*, p. 50.

reformulação radical dos antigos”¹⁹². Os anos 50 foram tempos em que ainda se encontravam, em conflito e debate, dois modelos: um jornalismo mais explicitamente literário e comprometido com interesses políticos específicos e a implantação, capitaneada por jovens jornalistas, do modelo de objetividade americano.

Neste cenário, após a adoção, em 1950, do *lead* e da configuração empresarial da notícia no *Diário Carioca*, até o final da década quase todos os principais jornais, como a *Última Hora* e o *Jornal do Brasil*, já estavam reformulados. O *Correio da Manhã*, no entanto, fazia uma defesa veemente do texto na primeira pessoa e do papel “educador” do jornalismo. Furtado resume a visão que Paulo Bittencourt tinha desta questão: “era um homem que via no jornalismo uma força superior de exercício de poder, e se sentia frustrado por não encontrar com mais frequência causas que estivessem à altura de seu espírito cruzado”¹⁹³. Mas além deste “engajamento”, a continuação da citação de Furtado pode lançar mais luz sobre outros aspectos do funcionamento contraditório do jornalismo à época: “Foi então que percebi como o Brasil é um país convulsionado, que devora informações sem distinguir alhos de bugalhos, onde tudo se pode afirmar pela imprensa sem que nada seja comprovado”¹⁹⁴.

As declarações ilustram duas das muitas visões sobre o jornalismo que se defrontavam naquele momento histórico. Ribeiro mostra como

“para muitos, defender a objetividade (e as novas técnicas) era lutar pelo profissionalismo, no momento em que este estava tentando de impor frente ao amadorismo daqueles que faziam da atividade instrumento para atingir outros objetivos (fossem benefícios pessoais, fossem cargos públicos)”¹⁹⁵.

De outro lado, ainda de acordo com a pesquisadora, havia sérias críticas a esta modernização – os que apontavam os jovens jornalistas como “os idiotas da objetividade”. Nelson Rodrigues, autor da expressão, “condenava as técnicas norte-americanas exatamente porque acreditava que, ao tolher à intervenção criativa do redator,

¹⁹² RIBEIRO, Ana Paulo Goulart. *Memória de Jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 50*. Artigo apresentado no GT de Jornalismo da COMPOS/2002.

¹⁹³ FURTADO, Celso. *Op. Cit.*, p. 46.

¹⁹⁴ *Idem, Ibidem*, p. 46.

¹⁹⁵ RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Op. Cit.*

elas castravam a carga expressiva e levavam a um empobrecimento estético dos textos”¹⁹⁶.

Diante deste quadro, pode-se perceber como a série de reportagens de Callado foi capaz de, no momento mesmo da transformação que levaria o jornalismo brasileiro a se tornar o que é hoje, fazer irromper, no texto e no campo social, uma interpretação outra dos acontecimentos políticos de um momento histórico conturbado. O que torna necessária a análise, nos dias de hoje, deste jornalismo ‘ultrapassado’ é a capacidade que o objeto tem de mostrar como a “vitória” da objetividade e os acontecimentos políticos que se sucederam no Brasil fizeram com que um aspecto do trabalho do jornalista, naquele momento possível, fosse, cada vez mais, posto de lado pelos “profissionais objetivos” de nosso tempo.

A série de reportagens especiais foi apresentada, diariamente, nas páginas do *Correio da Manhã*. Na abertura do ‘folhetim informativo’, Callado mostrava ‘*O Ceará contra a irrigação*’. A matéria acusava o governo do Ceará de não querer apoiar o projeto de irrigação de JK. Nela, o imortal cunhava a expressão ‘industriais da seca’, denunciando as raízes do problema nordestino e os grandes políticos e fazendeiros interessados na não-solução do problema.

A segunda reportagem aumenta o tom das denúncias, citando nomes e acusando os responsáveis pela prática da grilagem e do coronelismo na região:

“estas pessoas [os que moram na região a ser alagada para construção das barragens] ficam com a banda ruim do bilhete da Loteria Federal dos açudes. Os irrigados enriquecem enquanto eles, se não se arredarem, se afogam (...). No nordeste agrava-se ao máximo o *Brazilian Way of Life*: quem tem influência tem tudo e os pés-rapados, em meio à ignorância e desamparo, vivem da mais cristalina teimosia”¹⁹⁷.

Embora se assumindo como “um observador apolítico”, Callado insiste nas imagens compadecidas diante da tragédia da situação: “vi, em 1953, a coisa mais trágica: caboclos que plantavam sua horta no fundo do Jaguaribe na esperança de colher um feijão ligeiro e na certeza de que qualquer chuvinha lhe destruiria a horta”¹⁹⁸. Pode-se constatar

¹⁹⁶ *Idem, Ibidem*.

¹⁹⁷ CALLADO, Antônio. *Op. Cit.*, 1960, p. 16-18.

¹⁹⁸ *Idem, Ibidem*, p. 18.

tanto a subjetividade marcada quanto a politização dissimulada pela bela retórica do imortal.

Na quarta reportagem, “*Paraíba contra a lei*”, é a vez de Callado desferir seus golpes contra o deputado federal e ‘gangster’ Jacó Frantz, definido nas reportagens como ‘esse grileiro instalado em terras públicas’. “Na minha opinião, quando for aprovada a Lei de Irrigação, o governo federal deve instruir a CODENO para fazer em Pilões sua primeira reforma agrária-piloto. São 7000 he de terras razoáveis e quase todas ocupadas por ladrões”¹⁹⁹.

Depois de uma quinta reportagem mais elucidativa do que opinativa, por se tratar de uma entrevista com Guimarães Duque, técnico do DNOCS definido por Callado como um ‘sábio desperdiçado’, chegamos à sexta reportagem, em que o repórter fica cada vez mais enfático. Trata-se de uma matéria em quatro partes, intitulada “*Despertar em Pernambuco*”. Nela, Callado exulta e comemora a organização surpreendente da emergente Liga Camponesa dos trabalhadores de Engenho Galiléia, Pernambuco. Uma leitura rápida de seus títulos pode resumir o tom do conteúdo: “*Homens Livres no Engenho Galiléia*”; “*Cambão: resíduos da escravidão no nordeste*”; “*Julião e sua marcha de 50 mil camponeses*”; e “*No Nordeste o camponês mais triste do mundo*”.

Não será necessária uma descrição detalhada do conteúdo das quatro reportagens para analisarmos suas características principais. Para o objetivo desse parêntese basta pinçar alguns exemplos que evidenciem que tipo de jornalismo Callado foi capaz de fazer naquele momento. Outras citações breves podem também trazer de volta ao embate pela memória alguns dos mais belos trechos informativos nunca antes escritos no Brasil. A série levanta a questão de três aspectos básicos: o confronto objetividade/subjetividade, um jornalismo politicamente engajado e um confronto entre os papéis possíveis da empresa jornalística a partir da segunda metade do séc. XX.

Já foi dito como o contexto jornalístico estava impregnado pelas conseqüências da adoção, por parte das redações cariocas, do modelo americano de jornalismo. A respeito do tema, em um artigo publicado na edição de 10 de dezembro de 1959 da revista *Senhor*, Callado argumenta:

¹⁹⁹ *Idem, Ibidem*, p. 24.

“Muitos me perguntam por que, ao contrário do meu estilo sóbrio de costume, escrevi com tanta veemência sobre o nordeste agora. (...) No Galiléia vi um trecho do futuro, e de certa forma fiquei mais conformado com o presente. Nordestinos como aqueles “galileus” de Pernambuco são os legítimos, são os que merecem ser salvos contra a pequena elite de aproveitadores. E já começaram a se salvar por suas próprias mãos. Esta, pelo menos, foi uma boa nova que eu trouxe do Nordeste”²⁰⁰.

A resposta de Callado inclui, ainda, uma aula de jornalismo que é válida até nestes nossos tempos em que os movimentos sem-terra ocupam mais de trinta fazendas no mesmo Pernambuco a que se refere o imortal: “a função do repórter não é meter-se na pele de ninguém e nem procurar compreender o indivíduo cujo caráter circunstâncias adversas fizeram deteriorar [a elite nordestina]. É, isto sim, apontar e denunciar os que prejudicam e oprimem a maioria”²⁰¹.

Com esta solução política, Callado pode elaborar sua contra-palavra de ordem a partir do gesto de se dizer apolítico no mesmo momento em que expressa com veemência suas opiniões. Se as aberturas de suas reportagens não se encaixam na definição clássica do *lead*, também não se pode dizer que se tratem de um *nariz de cera* típico. A abertura da sexta reportagem é um exemplo do texto híbrido construído pelo repórter.

“Se uma agência responsável solicitasse da ONU uma investigação sobre as condições de trabalho no nordeste do Brasil, íamos passar por uma grande vergonha. As Nações Unidas nos incluiriam entre as zonas do mundo onde ainda permanece em vigor o trabalho escravo”²⁰².

A eficiência deste texto híbrido pode ser notada também no corpo das reportagens. Callado não utiliza elementos da literatura para embelezar seu texto, mas para enfatizar aspectos cuja dimensão seria impossível de ser retratada de outra forma. No exemplo abaixo, a imagem poética e a ironia não ofuscam a importância do que é reportado.

“O Nordeste deixa um gosto de cinza na boca da gente. A exploração do homem pelo homem é ali igual à de que não importa qual região torpe do mundo. Antes da abolição havia no Brasil um requisito indispensável para se ser escravo: a cor preta. O Nordeste acabou com o

²⁰⁰ *Idem, Ibidem*, p. 125 e 128.

²⁰¹ *Idem, Ibidem*, p. 127.

²⁰² *Idem, Ibidem*, p. 33.

preconceito. Qualquer um pode ser escravo que este país é livre, ora essa”²⁰³.

Embora hoje ainda haja denúncias de trabalho escravo, o relato objetivo parece ter apagado o caráter de tragédia social deste tipo de acontecimento, como podemos perceber com a abertura da reportagem abaixo, “*Senador é acusado de usar trabalho escravo*”, publicada em 2004, pela Folha de São Paulo.

“O Ministério Público do Trabalho informou ontem que 32 trabalhadores rurais vinham sendo mantidos em condição análoga à escravidão em uma fazenda do senador João Ribeiro (PFL-TO) no município de Piçarra, no sul do Pará. O Grupo Móvel, composto por auditores-fiscais do Ministério do Trabalho, procuradores do Trabalho e policiais federais que inspecionam fazendas a partir de denúncias que recebem, encontrou os trabalhadores, os libertou e os levou à Araguaína, no norte de Tocantins, para que eles prestassem depoimento à PF”²⁰⁴.

A narração fria da “notícia” de hoje no lugar da “reportagem” de então vilaniza o mau político. Mas deixa em nossas bocas o mesmo ‘gosto de cinza’ sentido por Callado ao constatarmos que nenhuma linha é gasta para contextualizar o fato narrado como apenas um exemplo mínimo de uma estrutura agrária que permanece fundada no uso de trabalho escravo. Com isso, resta ao leitor interpretar que tal prática, embora perversa, talvez não passe de uma exceção anacrônica, exemplarmente punida pela ordem pública. Reside aí o caráter naturalizante do recurso à objetividade dos dias de hoje.

Ao contrário da palavra de ordem implícita na notícia contemporânea, o acontecimento discursivo provocado por Callado, por sua vez, busca irromper os sentidos hegemônicos, explicitando o que a reportagem de hoje deseja encobrir: a tomada de posição explícita. Prova disso é a maneira como exulta diante do sucesso das Ligas Camponesas:

“Eu acredito que Julião ainda consiga muita coisa com as Ligas e torço, mesmo, para que vários Engenhos Galiléias inquietem num futuro próximo aquele Nordeste egoísta e rotineiro (...) [embora] a solução melhor provavelmente não venha de Ligas Camponesas e sim de um processo de acúmulo de riquezas, proveniente da industrialização do Nordeste”²⁰⁵.

²⁰³ *Idem, Ibidem*, p. 51.

²⁰⁴ FREITAS, Silvana. Senador é acusado de usar trabalho escravo, Folha de São Paulo, 13/02/04.

²⁰⁵ *Idem, Ibidem*, p. 52.

Já foi visto mais acima como Callado não poupa de acusação nominal todos os envolvidos no processo desonesto de ocupação das terras devolutas. Ao denunciar a grilagem, Callado faz irromper uma interpretação outra a respeito das causas da miséria nordestina. No jornalismo de hoje, como vimos, abordar as origens da concentração de terras é impossível numa cobertura a respeito do ‘campo minado’²⁰⁶. De modo análogo, é impossível lermos na grande imprensa de hoje a seguinte acusação: “em lugar de se organizarem para combater a seca essas ‘elites’ industrializaram a seca. Vivem dela e do que ela rende e não a despeito dela”²⁰⁷.

Dono de uma potente retórica, o imortal também soube se defender bem do pedido de prisão preventiva. Sua resposta poderia ser usada como uma defesa do jornalismo praticado por Callado: “para eles a verdade é sempre sediciosa, as afirmações claras são subversivas, a vida é um estado incômodo e que pode levar às mais graves conseqüências se não a castramos com todas as tesouras da lei”²⁰⁸.

Um último episódio pode ajudar ainda a ilustrar os embates políticos travados entre as empresas jornalísticas naquele momento. No dia 8 de outubro daquele ano, o jornal *O Globo*, durante a repercussão das reportagens de Callado, publica uma acusação de que as Ligas Camponesas estariam incendiando canaviais em Pernambuco. O título resume o enfoque escolhido pela publicação: “*As Ligas podem transformar Pernambuco em uma Fogueira*”. O corpo da matéria apresenta a seguinte informação:

“Falando a propósito do incêndio verificado no canavial do Engenho Divina Graça, cujo proprietário denunciou os autores como pertencentes às Ligas Camponesas, o Deputado Francisco Julião, presidente honorário das mesmas declarou:

– Se eu alimentasse a idéia de incendiar as propriedades rurais, garanto que não ficaria um só canavial em Pernambuco. Tenho condições de arrasá-los todos em 24 horas. Nós não apelamos para os processos violentos. A intenção é bem outra: desejamos lutar à luz do código civil e com a constituição na mão”²⁰⁹.

²⁰⁶ A própria escolha da metáfora bélica é um exemplo de deslocamento do debate político-social para o campo meramente policial.

²⁰⁷ CALLADO, Antônio. *Op. Cit.*, 1960, p. 54.

²⁰⁸ *Idem, Ibidem*, p. 151.

²⁰⁹ *Idem, Ibidem*, p. 104.

A matéria alardeia em seu título algo que praticamente só é dito nas entrelinhas da declaração do deputado. A citação evidencia que a tônica dada por Callado às reportagens era minoria. No jornalismo hegemônico da época também já se materializava a prática de criminalizar os movimentos sociais. O incômodo provocado pela constatação de que para a mesma matéria acima poder ser publicada hoje bastaria trocarmos a expressão ‘As Ligas’ por ‘o MST’ se acentua quando percebemos que trabalhos como os de Callado foram extintos na grande imprensa hegemônica²¹⁰.

Mais adiante no debate, o correspondente do *Globo* em Pernambuco, José do Patrocínio Oliveira, apoiaria Callado na briga contra os fazendeiros e a justiça. O agradecimento do imortal é também um puxão de orelha em relação à reportagem tendenciosa:

“agradecemos também esta demonstração de coleguismo e solidariedade, mas pedimos vênias ao colega para sugerir que consubstancie em fatos a solidariedade empenhada: tome cuidado quando noticiar incêndio de canaviais. Vá ao local, como manda o bom jornalismo, fale com os acusados, apure se não foi o senhor do engenho que tocou fogo na cana velha para culpar algum foreiro mais altivo. Não se esqueça de que suas notas, num jornal poderoso, podem condenar à desventura homens já de si tão desvalidos. Pode parecer retórico: mas jornalismo sem um grão de sacerdócio e alto senso de responsabilidade é uma profissão infame”²¹¹.

Diante deste recado do fundo do tempo, cabe estabelecer uma relação entre os fatores que fizeram com que o *Correio da Manhã* não sobrevivesse aos ‘anos de chumbo’ da ditadura militar, enquanto o *Globo*, por sua vez, emergisse da ‘noite fria da objetividade’ como um dos mais influentes veículos de comunicação impressa de nossos dias.

O gesto de lembrar as reportagens de Callado, nos dias de hoje, provoca incômodo e inquietação em relação às diferenças de possibilidades de cobertura da questão agrária. Destes tempos distantes, separados de nós pelo fosso de 20 anos de ditadura militar e outros tantos de reconstrução democrática, paira a constatação primeira de que o processo da distribuição de terras e riquezas continua sendo injusto. Também é

²¹⁰ Abordaremos mais abaixo como tal papel opinativo passa a ser ocupado hoje pela chamada mídia independente. Não incluímos como corpus de análise tal segmento, mas na conclusão dessa tese relacionaremos a estratégia de ruína discursiva com a possibilidade de irrupção de tais veículos alternativos.

²¹¹ CALLADO, Antônio. *Op. Cit.*, 1960, p. 168.

evidente o acirramento da capacidade da empresa jornalística de influenciar o debate e a ação de políticos, bem como de mobilizar a opinião pública.

A hegemonia do ideal de objetividade não instaurou, como mostra Ribeiro, a isenção no campo jornalístico, tampouco concretizou o distanciamento entre empresas de comunicação e interesses de políticos. Mas parece ter dizimado de nossas páginas e redações um tipo de repórter encharcado de visão política e romantismo diante de sua profissão. Em 1959 era possível um jornalista engajado exultar diante da recente organização de um camponês, ainda assim despolitizado. Hoje, um movimento social complexo traçando, politicamente, seu futuro no campo e nas páginas dos jornais só pode ser visto pelos “jornalistas já-não engajados” como meros criminosos.

Embora não seja objetivo desse trabalho investigar a fundo as transformações do jornalismo ao longo dos quase cinquenta anos que separam e explicam a inversão descrita acima, pode-se apontar, brevemente, três de suas principais causas. A mais importante delas, já o vimos, seria o processo de introdução hegemônica da objetividade como paradigma, a partir dos anos 50. À reboque, vivenciamos a perseguição política, durante os vinte anos de ditadura militar, aos jornalistas militantes. Finalmente, como última causa, mencionamos os processos de reformulação e profissionalização postos à cabo pelos principais jornais a partir da abertura política que levou a construção do perfil-padrão do jornalista atual. Nas palavras do *Manual da Folha de São Paulo*, “o engajamento em organizações político-ideológicas pode prejudicar o desempenho profissional do jornalista (...) [ao] torná-lo vulnerável a paixões, parcialidade e falta de espírito crítico”²¹².

A breve análise do texto engajado e híbrido de Callado, efetuada nesse interlúdio, mostra que, ainda em 1959, era possível vermos algo bem mais complexo do que simplesmente um embate maniqueísta entre os defensores do jornalismo literário opinativo e os jovens introdutores da objetividade imparcial.

Levi-Strauss compara as culturas ao ocaso: quando estão decadentes explodem em uma variedade de cores numa velocidade estonteante. A mesma imagem poderia ser usada em relação à série de reportagens de Callado. Talvez ela seja um valioso exemplo

²¹² Manual de redação: Folha de São Paulo. São Paulo: Publifolha, 2001.

do quão grandioso e eloqüente pôde ser o estertor de um certo jornalismo crítico de combate e de opinião.

Apenas três meses após o golpe militar de 1964, Antônio Callado reunia, em livro, uma outra série de reportagens, desta vez publicada pelo *Jornal do Brasil*. O novo trabalho dava conta, cinco anos depois do caso aqui analisado, dos efeitos em Pernambuco do amadurecimento político daqueles mesmos agricultores de 1959. No entanto, a ditadura militar acabava de interromper o processo narrado em seu recém-lançado livro. O desalento daquele momento histórico inspirou Callado a definir, mais do que seu estado de espírito, o papel social de seu ofício.

“Estas reportagens, tão recentes, não se referem a mais nada que exista. Nada. Os fatos aqui narrados deixaram de ser (...) como se a poeira dos séculos tivesse caído sobre eles em meses (...). Aqui encerro este relato jornalístico que em pouco tempo virou uma espécie de nostálgico alfarrábio histórico, uma crônica sobre os tempos em que Arraes governava a província de Pernambuco. Mais cripto-comodista do que cripto-comunista, religioso sem Deus, amando esta terra com um amor forte e ineficaz, me limito com humildade à obrigação mínima de quem escreve: dar meu testemunho por escrito”²¹³.

Talvez esse interlúdio-analítico de ‘respostas sem respostas’, como defenderiam Deleuze e Guattari a respeito da palavra de ordem, também se refira a um jornalismo que tenha “deixado de ser”. Mesmo assim, resta a cripto-esperança de que a lembrança do tempo em que a obrigação do jornalista não precisava ser tão *mínima* seja capaz de se converter em exemplo do que ainda pode ser a principal missão de todo jornalista.

De volta ao objetivo específico da nossa reflexão, podemos efetuar uma breve comparação entre o episódio do ‘abril vermelho’, em 2004, e o da desapropriação do Engenho Galiléa, em 1959. No caso da linha de fuga provocada pelas reportagens de Callado, o acontecimento discursivo irrompeu os sentidos estabilizados nos jornais e, como consequência, provocou uma vitória na sociedade - a desapropriação do Engenho Galiléa a favor dos militantes das Ligas.

No episódio contemporâneo, por outro lado, o acontecimento discursivo partiu do campo social para as páginas dos jornais. Trata-se, agora, da ‘estratégia desterritorializante’ da ocupação sem-terra que, com a mesma intenção de Callado nos

²¹³ CALLADO, Antonio. *Tempo de Arraes: padres e comunistas*. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964, p 157.

anos 50, inverte o sentido do fluxo: da terra para o texto. Mas, o ‘trabalho’ do jornalista de hoje será impedir que a esperança ativa do ator político consciente sem-terra se concretize. Com isso, a ‘limpeza ideológica’ das redações impede que o trajeto posto em funcionamento por Callado em 59 se repita. No entanto, a ruína do acontecimento discursivo sem-terra deixará marcas políticas capazes de retornar, mesmo que com outros ‘sentidos’, para o campo social.

Em outras palavras, a pouca repercussão do ‘abril vermelho’ de 2005, como vimos, ilustra que, embora a ‘ocupação midiática’ do ano anterior tenha servido para criminalizar ainda mais os sem-terra na imprensa, o MST conseguiu seu objetivo de tornar-se interlocutor diante do Estado para as questões agrárias.

A dupla mudança - de estratégia das lutas populares e das rotinas profissionais jornalísticas – explicitada na comparação entre episódios distantes meio século no tempo, pode ser entendida mais a fundo ao analisarmos as transformações que levaram ao estabelecimento do jornalismo contemporâneo como mais do que uma simples esfera pública simbólica, mas como o espaço liso prioritário responsável pela administração de fluxos informacionais globalizados.

2.3 O duplo aspecto do campo jornalístico: ator e espaço (liso) de realização política

Para traçar o percurso de investigação que dê conta das características da imprensa como espaço liso e sua função regulatória e legitimadora, será necessário recorrer, entre outros aspectos, a estudos que pensam as transformações da política representativa nos dias de hoje e que tentam estabelecer o papel da imprensa nesse processo. Bernard Manin²¹⁴, ao elaborar uma genealogia dos diferentes modelos de representação democrática, diferencia a democracia parlamentar da democracia de partidos, bem como da democracia do público, cada uma delas marcando um período histórico específico e uma determinada correlação de forças.

Na primeira delas – a *democracia parlamentar*, característica da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX – prevalecia a influência dos “notáveis”, eleitos graças a seu prestígio comunitário. Nesse sistema, o representante gozava de uma autonomia quase

²¹⁴ MANIN, Bernard. *As metamorfoses do governo representativo*, in Revista Brasileira de Ciências Sociais n° 29, outubro de 1995.

irrestrita. Sua atuação política dizia respeito à própria consciência, não existindo uma relação direta entre a opinião pública e a expressão eleitoral.

A crescente participação eleitoral de outros estratos sociais, que passam a conquistar o direito ao voto, é a origem da *democracia dos partidos*. A distância entre eleitor (agora anônimo) e candidato (exterior à localidade) faz com que o voto passe a ser dirigido a candidatos que representem um conjunto de ideais e bandeiras defendidas por um determinado partido político. Nessa perspectiva, o trabalho ativo dos militantes e da burocracia institucional torna-se prioridade. Trata-se do voto partidário, que explica por que, em democracias ditas estáveis como a americana, há a possibilidade, não só do voto constante em um determinado partido.

Outro aspecto desse tipo de governo representativo é a capacidade que os partidos têm de organizarem tanto a disputa eleitoral quanto os modos de expressão da opinião pública (manifestações civis). Decorrência desta capacidade é o vínculo explícito de órgãos de imprensa com os partidos políticos. Como consequência, as pessoas escolhiam que jornal ler a partir da coloração partidária de sua linha editorial, e, por isso mesmo, passavam a avaliar os acontecimentos pela ótica do partido em que votavam. É o caso da diferença de cobertura de fatos políticos entre a lacerdistas *Tribuna da Imprensa* e a getulista *Última Hora*, ainda nos anos 50.

Para Manin, “as relações de identificação entre representantes e representados e a determinação da política pública por parte do eleitorado”²¹⁵ entram em declínio, a partir da década de 70. Surge, então, o modelo de governo representativo atual: a *democracia de público*, no qual as preferências políticas se desvinculam cada vez mais das características sociais, econômicas e culturais dos eleitores. Os partidos e seus programas deixam de ser o principal norteador do debate, na medida em que a mídia torna-se capaz de ocupar-se como o canal de comunicação entre o cidadão (agora convertido em público) e seus representantes.

Como vimos em Berger, a visibilidade midiática passa a ser uma necessidade prioritária dos atores políticos na medida em que a mediação de massa torna-se mais eficiente do que a rede de militantes do partido. Efeito colateral dessa metamorfose é a instauração de uma nova relação entre a classe política e os eleitores: a personalidade

²¹⁵ *Idem, Ibidem*, p. 7.

mediática do candidato passa a substituir sua bandeira política. Na outra ponta do processo, o eleitor parece decidir seu voto não mais pelo vínculo partidário, mas de acordo com os problemas e questões postos em jogo em cada eleição.

Nesse novo cenário, a informação jornalística assume papel preponderante. Os atores políticos dependem, como vimos, do noticiário e, conseqüentemente, da construção de uma imagem que corresponda às expectativas da maioria do eleitorado naquele momento.

Assim, a mídia se transforma no principal espaço de debate político, constatação que nos permite pensar os meios de comunicação como instituição política. A esse respeito, Martín-Barbero e Rey defendem a idéia de que a mídia, além de representar o social e de construir a atualidade, ocupa uma função socializadora e formadora das culturas políticas. Estamos diante de atores sociais que tanto podem sensibilizar a sociedade em relação às intervenções dos governantes, como se transformar em fatores determinantes de governabilidade.

Se Hannah Arendt tem razão quando define a democracia como a união entre retórica, política e comunicação em um espaço público, e se, como argumentam Martín-Barbero e Rey, o público é o que pode ser visto e ouvido por todos, a mídia é capaz hoje de se converter em uma espécie de *ágora* contemporânea, por meio da qual os principais aspectos políticos da sociedade estarão desfilando. Os pesquisadores defendem uma tese, um tanto utópica, de que a televisão (e o jornalismo), como espaço público contemporâneo prioritário, deveria “contribuir para a formação de um espaço de visibilidade comum, onde a sociedade civil se expresse em sua pluralidade e complexidade”²¹⁶.

Em relação às transformações na natureza da visibilidade e sua relação com o poder, John Thompson aponta para uma nova forma de mediação entre políticos e eleitores. Para o autor, há uma transformação do espaço público na contemporaneidade. Tanto na *ágora* grega, quanto na Europa do antigo regime a co-presença era condição fundamental para a efetivação política. O advento dos meios de comunicação inaugura, nos dias atuais, a “publicidade mediada”, na qual os acontecimentos são compartilhados por pessoas distantes fisicamente. Tal forma de mediação reduz, no entanto, a

²¹⁶ MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Os exercícios do Ver*, São Paulo: Editora Senac, 1999, p. 87.

possibilidade dialógica, na medida em que o espectador/ leitor não pode comunicar seus pontos de vista de modo imediato. É o que o autor chama de relação de ‘quase-interação’ mediada.

A constatação da importância da visibilidade na sociedade contemporânea nos permite recuperar o pensamento de Foucault em relação ao modelo do panóptico como síntese da sociedade disciplinar. De acordo com o filósofo francês, esta submissão a um estado permanente de visibilidade é o que garante o funcionamento do poder, na medida em que muitos podem ser vigiados por poucos.

Thompson, no entanto, defende que a política de visibilidade em momentos de soberania imperial vai além desse olhar orwelliano do poder. Assim, os meios de comunicação

“estabeleceram uma relação entre poder e visibilidade que é bem diferente da descrita no modelo do panóptico (...) muitas pessoas podem reunir informações sobre poucos e, ao mesmo tempo, uns poucos podem aparecer diante de muitos; graças à mídia, aqueles que exercem o poder é que são submetidos agora a um certo tipo de visibilidade, mais do que aqueles sobre quem o poder é exercido”²¹⁷.

Thompson ressalta, ainda, que esta visibilidade contemporânea se expressa de modo distinto do que nas sociedades de soberania do antigo regime, uma vez que o espetáculo contemporâneo independe da partilha de um lugar comum. Esta crítica a Foucault, no entanto, parece ser apenas em parte procedente. Thompson parece pressupor o poder como algo que se exerça de cima para baixo. Com isso, deixa de considerar que o funcionamento contemporâneo das relações de poder se exerce a partir de um regime constante de (auto) vigilância mútua, mediada pelo olhar.

Na mesma linha de Thompson, embora sem partilhar sua “crença democrática na visibilidade”, Bauman recorre a Thomas Mathiesen para questionar a falta de preocupação de Foucault com os efeitos dos meios de comunicação nos dias de hoje. Para o sociólogo, o filósofo francês não teria dado “a devida atenção ao processo moderno paralelo: o desenvolvimento de novas técnicas de poder, que consistem – ao contrário do panóptico – em muitos (como nunca antes na história) vigiarem poucos”²¹⁸. Estamos

²¹⁷ THOMPSON, John. *Mídia e modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 121.

²¹⁸ MATHIESEN, Thomas. “A sociedade espectral: o ‘panóptico’ de Michel Foucault revisitado”, in revista Margem, 8, dezembro/1998. São Paulo: PUC/SP, 1998, p. 77.

diante, portanto, do modelo *sinóptico*, que complementaria o complexo regime contemporâneo da visibilidade.

Assim, se o controle panóptico tem natureza local, no modelo sinóptico, os vigiados passam a ser os ‘espectadores’, num gesto de observação planetário, em que, para usar a nomenclatura de Bauman, os locais vigiam os globais. Enquanto o panóptico forçava as pessoas à posição em que podiam ser vigiadas, o sinóptico seduz o público à vigilância. E é na posição passiva de espectador que reside a relação de dominação e exclusão das grandes audiências.

Bauman desenvolve sua análise de modo semelhante a Edgard Morin em relação aos *olimpianos* do *star-system* de Hollywood, mais ligada, portanto, à questão do espetáculo. No caso desse trabalho, será mais importante a questão do sinóptico dizendo respeito a características explícitas do jornalismo cada vez mais espetacular em uma sociedade que deixa de ser disciplinar para se configurar nos moldes do que Deleuze define como controle. Assim, as críticas feitas a Foucault são, na verdade, as constatações do que dizia Deleuze: o que se descreve como sociedade disciplinar é justamente aquilo que estamos deixando de ser.

Em resumo, é possível construir a hipótese de que a ocupação midiática efetiva uma verdadeira mudança de *status*: os sem-terra deixam de transitar à margem dos espaços estriados (vigiados pelo ‘panóptico’ dos capatazes), recusam o papel passivo de se limitarem a assistir aos ‘atores globais’ do sinóptico e inventam sua inscrição criativa no espaço liso da realização da visibilidade política, arrancada à força nos campos e nas páginas dos jornais.

Com essa capacidade, o MST se insere, também, no enfrentamento simbólico representado pelo espaço liso global da imprensa contemporânea, cuja principal característica, para Gomes, seria a complexa “política da imagem”, na qual se estabelece a constante “competição pela produção e controle de imagens públicas de personagens e instituições políticas”²¹⁹.

É importante lembrar que o termo *imagem* não se refere apenas ao ícone visual, mas trata-se de uma analogia para designar “um fato cognitivo, conceitual”, a

²¹⁹ GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004, p. 242.

representação “imaginária” que um determinado público faz de um ator político: “imagens se fazem com ações e com discursos, principalmente, e, além disso, com configurações expressivas que incluem, claro, elementos visuais, mas ao lado de outros tantos elementos”²²⁰. Em resumo, *imagem* se refere ao conjunto de características e propriedades estáveis, capazes de serem atribuídas, publicamente, como componente da personalidade política.

O complexo processo de produção de imagem, ainda de acordo com Gomes, seria composto por três etapas. A primeira compete aos atores políticos e “consiste em produzir e facilitar acesso a fatos, discursos e configurações expressivas que funcionam como sinais de estímulos agenciados de tal forma que possam se inserir na esfera de visibilidade pública, controlada pela comunicação de massa”²²¹. Esta etapa se resume à de acontecimentos “noticiáveis”, com o objetivo de conquistar a visibilidade, através do agendamento por parte da imprensa.

A segunda fase é aquela que analisamos mais acima, e que consiste “na recodificação dos materiais provenientes da primeira fase e na sua transformação em material homogêneo ao conjunto dos materiais da esfera de veiculação, particularmente do jornalismo”²²². Como vimos, é o momento em que o MST perde o controle da interpretação de seus acontecimentos discursivos. Entra em cena, portanto, um conjunto de profissionais e veículos que, travestidos em atores políticos, passam a selecionar, hierarquizar e modalizar os acontecimentos em notícias, a partir de critérios profissionais, ideológicos e de rotinas de produção. Em outras palavras, é nesse momento que os fluxos de informação têm seus sentidos homogeneizados, a partir de uma interpretação política dissimulada em efeitos de verdade. Trata-se do duplo gesto estratégico de uma instância de poder que, ao se converter em espaço de administração dos fluxos informacionais e da visibilidade pública contemporânea, constitui-se como ‘ator’ político.

A respeito dessa função, Cook²²³ lembra que a mesma não é, necessariamente, ligada à posição política pessoal do jornalista, mas a uma “ideologia profissional” ancorada na objetividade jornalística. Vimos a definição do ‘perfil político’ pretendido no

²²⁰ *Idem, Ibidem*, pág. 255.

²²¹ *Idem, Ibidem*, p. 279.

²²² *Idem, Ibidem*, p. 279.

²²³ COOK, Timothy. *Government with the News: The news Media as a political institution*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

jornalismo contemporâneo. A esse respeito, Eugênio Bucci, em sua defesa do papel político da imprensa acredita que a mesma

“tange a esfera do poder, critica e vigia os governantes e, nesse sentido, é uma atividade social marcadamente política – mas é política pela informação, pela opinião e não pelo partidarismo. O jornalista, portanto, sobretudo o jornalista político, é um político fazendo política por outros meios (...) e é político o pacto de confiança que esses estabelecem com o público.”²²⁴

Estamos diante da concretização, com outras palavras, da máxima da *Folha de São Paulo*, segundo a qual “o partido do jornalista é o partido do leitor”; em outras palavras, a imprensa não se transforma em partido político (representando o pensamento de um grupo específico), mas em uma espécie de “poder” universal – uma instância supra-institucional capaz de discernir e garantir os interesses de toda a sociedade. Trata-se de uma retórica que se fundamenta em um gesto político de “superação” do político na sociedade contemporânea.

O argumento de Bucci ilustra a inspiração no modelo americano e sua condição *sine qua non* para que o jornalismo ocupe esse papel primordial na democracia de público: a universalidade dos interesses só será obtida na medida em que o compromisso com a objetividade e a imparcialidade for garantido. Dito de outra forma, as rotinas jornalísticas, embutidas no discurso do profissionalismo, garantem a ancoragem do jornalismo como instrumento necessário para garantir o jogo de interdependência entre os três poderes. Esse papel do jornalismo americano se efetiva através do uso da objetividade como ritual estratégico e do jornalista como defensor do cidadão diante do Estado. Vemos, assim, a dupla capacidade de imparcialidade e de defesa do cidadão, resumida na materialidade do papel do jornalista em se efetivar como uma espécie de herói-tradutor que, ao transformar em senso comum os acontecimentos sociais, consegue informar e defender, num único e heróico gesto, o cidadão médio.

Afonso Albuquerque mostra como esse compromisso da imprensa americana com a interdependência entre os poderes sofre uma “releitura” em terras tupiniquins. Configura-se, portanto, um “quarto poder” com características de “Poder Moderador”, em que a imprensa busca “exercer o papel de árbitro das disputas entre os poderes constituídos, decidindo sempre em favor do ‘Bem Comum’”. Daí a “universalidade

²²⁴ BUCCI, Eugênio. *Sobre Ética e Imprensa*. São Paulo: Cia das Letras. 2000, p. 104.

política” da imprensa brasileira: um ator político que busca, a todo momento, se sobrepor aos três poderes da república. A sensação de dever cívico urgente permite à imprensa o gesto de auto-atribuição da autoridade política, no sentido de preservar “as condições que permitem às regras do jogo vigorar, mesmo ao preço do descumprimento de algumas (ou de várias) regras fundamentais”²²⁵.

É nessa estratégia que a imprensa pode abrir mão do compromisso (americano) com a objetividade, para “cobrar” a correção dos três poderes constitucionais. Em outras palavras, é graças a esse auto-atribuído “dever cívico” que o jornalismo é capaz de “repreender” políticos que, mesmo assim, continuarão se esforçando para garantir seu quinhão de visibilidade nesse simulacro de espaço público.

Mais abaixo retomaremos o caráter de quarto poder da imprensa, ao incluirmos no debate a visão de Deleuze e Guattari acerca da capacidade do Estado capitalista de desenvolver um maquinário que o ultrapassa. Antes, porém, é preciso delimitar alguns efeitos sociais de tal capacidade por parte da mídia, em geral, e da imprensa, em particular.

Ao investigar o impacto da mídia no processo eleitoral americano, Maxwell McCombs e Donald Shaw²²⁶ estabelecem sua hipótese de agendamento, a partir da qual os meios noticiosos seriam capazes, através do fluxo contínuo de informações, de influenciar o receptor, principalmente a médio e longo prazo, na sua escolha de pautas e discussões diárias. Produtora de um fluxo incessante de relatos, a mídia não seria capaz de impor uma maneira específica de interpretar os assuntos, mas determinaria quais, em detrimento de outros, passariam a ser debatidos pela opinião pública.

Desta forma, a agenda midiática se converteria em uma agenda pessoal e social compartilhada. As pesquisas dos autores mostram também que é possível o gesto inverso: a opinião pública pautar alguns assuntos na mídia (gesto que será tentado constantemente pelo MST). Em que pesem suas limitações, tal hipótese contribui ao constatar que o gesto de interpretação efetivado pelo jornalismo hegemônico pode ser negado pelo público.

²²⁵ ALBUQUERQUE, Afonso. “Um outro ‘quarto poder’: imprensa e compromisso político no Brasil”, in revista *Contracampo*, vol.1, nº 4. Niterói: Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, 2000, p. 42.

²²⁶ McCOMBS, Maxwell e SHAW, Donald. “A função de agendamento dos media”. In TRAQUINA, Nelson. *O poder do jornalismo*. Coimbra: Minerva 2000.

Seus pressupostos básicos, no entanto, estão longe de dar conta da complexidade em jogo no processo de produção das notícias.

Mais importante do que averiguar os efeitos sociais do agendamento de discussões, será entender que os jornalistas são pautados pelo próprio produto de seus veículos. Se for difícil verificar empiricamente a capacidade de agendamento do jornalismo na sociedade, um olhar rápido sobre as páginas dos principais jornais revela como ele se norteia pela importância dada ao conjunto de veículos a determinados acontecimentos.

Tal constatação nos remete a Michael Schudson que defende que o grande trunfo do jornalismo “não está só (nem principalmente) no seu poder de declarar as coisas como sendo verdadeiras, mas, no seu poder de fornecer as formas sob as quais as declarações aparecem”²²⁷. O autor se refere às rotinas de produção do jornalista, à escolha das fontes, à definição das perguntas importantes, enfim: à capacidade jornalística de definir o que do acontecimento “merece” o *status* de notícia.

Nelson Traquina recorre a Ervin Goffman para mostrar como esta construção implica a utilização de *enquadramentos* implícitos para o jornalista, em sua rotina, e para o público, em sua leitura: “Aplicado no estudo das notícias, o enquadramento é um dispositivo interpretativo que estabelece os princípios de seleção e os códigos de ênfase na elaboração da notícia, na construção da estória”²²⁸. Tais gestos de direcionamento de sentidos seriam dissimulados como evidências naturais dos acontecimentos reportados.

McCombs e Shaw, ao elaborar uma revisão de sua hipótese, vinte e cinco anos depois, atribuem, como papel central da questão, os gestos de seleção e enquadramentos dos acontecimentos que serão objeto de reportagem:

“Centrais à agenda jornalística e ao seu conjunto diário de objetos – assuntos, personalidades, acontecimentos, etc. – são as perspectivas que os jornalistas, e conseqüentemente o público, adotam para pensar sobre cada objeto. Estas perspectivas dirigem a atenção para determinados atributos, desviando-as de outros. A expressão genérica para estas perspectivas jornalísticas é *valor noticioso*”²²⁹.

²²⁷ SCHUDSON, Michael. “A política da forma narrativa: a emergência de convenções noticiosas na imprensa e na televisão”, in: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Veiga, 1993. p. 279.

²²⁸ TRAQUINA, Nelson. *O poder do jornalismo*. Coimbra: Minerva, 2000. p. 28.

²²⁹ MCCOMBS, Maxwell. SHAW, Donald. “A evolução da pesquisa sobre o agendamento”, in TRAQUINA, Nelson. *O poder do jornalismo*. Coimbra: Minerva, 2000. p. 131.

No entanto, esse gesto de atribuir valores aos acontecimentos pode se realizar de diferentes maneiras. O jornalismo, como lugar de veiculação e interpretação dos acontecimentos, teria a capacidade de selecionar, como vimos no caso do ‘abril vermelho’, a partir de sua perspectiva política, os critérios interpretativos da matéria elaborada. McCombs e Shaw defendem que, com isso, se produziria um consenso social menos em relação a opiniões e mais em termos do acatamento dos critérios de importância adotados pelo jornalismo, que farão com que o enquadramento passe despercebido como gesto político ativo daqueles que produzem aquele “efeito de verdade”. Assim,

“a função determinante do agendamento promovido pelos media poderá ser a produção de consensos sociais sobre o que é a própria agenda, se será a tradicional agenda de assuntos ou outra coisa qualquer (...). Ao fornecerem uma agenda que qualquer um, até determinado ponto, pode partilhar, os media estão a criar um sentido comunitário”²³⁰.

A discussão em torno da dupla proposta de construção de um sentido comunitário – tanto pelo MST, quanto pelo jornalismo – será desenvolvida no capítulo três. Por ora, vale aprofundar a discussão teórica em torno da questão das rotinas de produção e dos gestos de enquadramento efetivados pelo jornalista. Antes de ilustrar esse conjunto teórico com a análise de um caso específico, é preciso promover um encontro destas reflexões com as considerações a respeito da relação saber-poder em Foucault. Esse gesto irá nos permitir adequar os critérios de construção e seleção de notícias à questão das relações de poder e das estratégias discursivas utilizadas no fazer jornalístico.

Há um constante processo de produção de imaginários e de interpretações que transformam o jornalismo em um campo atravessado por combates e relações de poder. A concepção de poder, desenvolvida por Foucault, permite entender essa estratégia de autoridade. O jogo de poder se efetiva a partir do funcionamento de conjuntos de saberes “que dele nascem mas que igualmente o condicionam”²³¹. Estas relações de saber-poder também podem ser aplicadas ao fazer jornalístico. Foucault é ainda mais explícito:

“Em nossas sociedades, a “economia política” da verdade tem cinco características historicamente importantes: a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está

²³⁰ *Idem, Ibidem, p. 133.*

²³¹ FOUCAULT, Michel. *Op. Cit., 1999, p. 46.*

submetida a uma constante incitação econômica e política(...); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação e informação) (...); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social”²³².

É nesse lugar hegemônico de conflito que o jornalismo se constitui tanto como administrador do fluxo de ‘verdades’ (espaço do saber) quanto como “guardião” das vozes, sentidos e memória política (espaço de poder). Esse efeito é legitimado graças ao acatamento, por parte do leitor, das estratégias enunciativas constituídas no interior do discurso jornalístico, ao caráter naturalizado da palavra de ordem e à capacidade de agendamento social dos temas pelo jornalismo.

Richard Campbell²³³, em sua análise do programa *Sixty Minutes*, já mostra como o jornalista se converte em um “ator bem informado”. Ele é o responsável por traduzir para o senso comum os aspectos por vezes complexos e contraditórios do acontecimento. Cabe ao profissional de imprensa “empacotar” sua história com as características básicas do senso comum: objetividade, praticidade, pouca densidade e acessibilidade.

É preciso, entretanto, lembrar que a relação estabelecida por Foucault entre saber e poder não pressupõe esse último como algo unitário e global. O poder não será entendido como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro, cujos efeitos serão sentidos em toda a sociedade. No lugar dessa concepção, é proposta a idéia de multiplicidade de correlações de força e a de que “as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais”²³⁴. O poder, portanto, não será nem uma instituição nem uma estrutura, mas “o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada”²³⁵.

A partir de tal definição, tem-se uma série de proposições acerca das relações de poder. Ele não é algo que se adquira ou deixe escapar, tampouco que se exerça de cima

²³² Idem. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p.13.

²³³ CAMPBELL, Richard. *60 minutes and the news: a mythology for Middle America*. Chicago: University of Illinois Press, 1991.

²³⁴ FOUCAULT, Michel. *Op. Cit*, 1998, p. 14.

²³⁵ Idem. *Ibidem*, p. 15.

para baixo. Ao contrário, Foucault argumenta que onde há poder há resistência, já que as relações de poder atuam, de fato, no âmbito das múltiplas micro-relações cotidianas. Tal *microfísica do poder* possui um caráter mais produtor do que repressor. Através de um conjunto de técnicas de disciplina do corpo, de regulação das populações e de integração destas técnicas em sistemas de controle eficazes e econômicos, caracteriza-se um biopoder cuja função específica não será a de matar, mas investir sobre a vida.

Vimos aqui como a mídia vem ocupando um papel cada vez mais importante em nossa sociedade. Em função desse processo, o conceito de informação – principal produto dos meios de comunicação – também precisará ser redefinido. A esse respeito, recupero análise por mim desenvolvida anteriormente que mostrava como a TV Globo, através do programa *Linha Direta*, propunha uma nova forma de lidar com a “notícia” jornalística, visando “ocupar um lugar social bem mais amplo do que o de mero divulgador de informações em um novo processo cujo efeito visível é o conflito de atividades entre a mídia e a justiça”²³⁶.

Nesse sentido, cabe aqui retomar as teses de Deleuze e Guattari a respeito da capacidade do Estado de produzir uma máquina de guerra que o supere. Na medida em que consideramos a imprensa como espaço liso capturado pela lógica capitalista, cuja função é a de promover uma homogeneização dos sentidos estabelecidos e seu fluxo global, precisamos considerar que, como todo produto de uma máquina de guerra, a imprensa também instaura seu potencial de fuga externo ao Estado.

Reside, portanto, em sua natureza transcendente a possibilidade da mídia se configurar, à primeira vista, como principal poder contemporâneo. Assim, poderíamos transcrever as metamorfoses da representação democrática, apontadas por Manin, como a constatação da transferência do debate político de um espaço público estriado para o espaço liso da imprensa, a *ágora* contemporânea.

Se recuperarmos a hipótese de Deleuze e Guattari, apresentada no primeiro capítulo, que mostra o caráter atual do capitalismo como aquele responsável por organizar fluxos descodificados, lembraremos que tal constatação não leva ao fim do Estado, mas à

²³⁶ MENDONÇA, Kleber. *A punição pela audiência: um estudo do Linha Direta*. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2002.

percepção de que caberá a ele a função de garantir breves ‘re-territorializações compensatórias’ ao trânsito constante de fluxos desterritorializados.

O exemplo mais claro desse mecanismo seria o mercado financeiro global. Diante do fluxo desterritorializado de capitais entre as bolsas do mundo, cabe aos Estados, sobretudo do terceiro mundo, garantir a eficácia do retorno de tais investimentos (daí, inclusive, as críticas ao início do primeiro governo Lula, como vimos). No próximo capítulo, falaremos mais detidamente de outro fluxo primordial na contemporaneidade: o de pessoas. Perceberemos como cabe ao Estado, nesse caso, a função desterritorializante da grande massa de indivíduos postos em êxodo pelas transformações da lógica capitalista atual que parece prescindir, cada vez mais, de um grande contingente humano.

No caso específico de nosso objeto de análise, podemos concluir como caberá ao Estado a re-territorialização do título de posse aos antigos (“legítimos”) proprietários no gesto de expulsão e do ‘controle’ da ação sem-terra. Para que tal gesto não seja entendido como a violência estrutural que é, a imprensa terá que cumprir sua função (desterritorializada) de normalizar os sentidos postos à prova pelo MST, exigindo em suas páginas a ação ‘estriadora’ do Estado.

Voltaremos a esse aspecto no capítulo três, mas desde já podemos mencionar que a constatação da relação ambígua de superação-complementaridade entre imprensa e Estado permite à mídia o papel de complemento do sistema penal no capitalismo tardio. Estamos diante, portanto, da principal função contemporânea do espaço jornalístico: emitir sentenças de morte, implícitas em palavras de ordem dissimuladas como ‘verdades objetivas’.

Para delimitarmos, no capítulo quatro, a natureza da ruína discursiva, provocada pela ação sem-terra, é preciso, no entanto, buscar evidências empíricas das outras ‘colunas fundamentais’ do discurso jornalístico (que também serão transformadas em escombros). A análise do ‘abril vermelho’ permitiu a descrição do caráter homogeneizador de sentidos por parte da imprensa. No próximo capítulo, abordaremos a capacidade dos veículos de comunicação de desempenharem a função de guardiões da memória social, bem como voltaremos a seu papel de legitimador das práticas repressivas do Estado.

Para encerrarmos este capítulo, no entanto, cabe ainda, uma análise a respeito de uma quarta característica fundamental do discurso jornalístico: a administração do fluxo das vozes dos diferentes atores políticos no interior de seu conteúdo noticioso. Para isso, acompanhamos a cobertura de um agendamento específico, por parte do jornal *O Globo*, ao longo de uma semana.

2.4 Anti-polifonia e poder: o enquadramento de um massacre sem-terra

Dissemos, mais acima, como Thompson percebe que, por mais que haja uma política de administração da imagem, há riscos reais da visibilidade escapar das rédeas dos atores políticos. Sobretudo se levarmos em conta, como vimos, que entre o ator político – em geral, mas nem sempre produtor do acontecimento – e o receptor – consumidor, responsável por territorializar os sentidos notícia – há um espaço político ativo: o jornalismo. É justamente o funcionamento discursivo desse ator em relação às vozes que constituem seu relato que será explicitado na análise que se segue.

Para realização desse objetivo, optou-se uma investigação em duas frentes. A primeira irá mapear de que forma o jornal analisado nesse caso organiza materialmente o critério de importância (seleção e hierarquia) dos acontecimentos por ele reportados. A segunda tentará verificar como as diferentes vozes políticas envolvidas no tema se constituem a partir de estratégias de visibilidade que garantam sua reverberação na cobertura jornalística. Daí a necessidade de determinar quais são as estratégias e como as vozes dos diferentes atores são re-interpretadas e modalizadas pelos processos de direcionamento de sentido do discurso do jornal. Tal direcionamento pode ser determinado não só na opinião explícita do jornal (editoriais e artigos), mas também, e principalmente, através dos recortes, da edição, do julgamento das reportagens, da diagramação e em outros recursos característicos da rotina produtiva jornalística.

O fato que originou a cobertura analisada ocorreu no dia 20 de novembro de 2004. Naquele sábado, cerca de vinte pistoleiros encapuzados, a mando de um fazendeiro, mataram cinco pessoas e feriram pelo menos outras vinte, entre eles um menino de 12 anos e algumas mulheres. As vítimas faziam parte de um grupo de 120 famílias que ocupavam, com autorização judicial, a fazenda Nova Alegria, no município de

Felizburgo²³⁷, a 740 Km de Belo Horizonte. A chacina se deu na região do Vale do Jequitinhonha, uma das mais pobres do Brasil.

O acontecimento ficou imediatamente conhecido como o maior conflito de terras vivido pelo governo Lula até aquele momento. A tática usada pelos criminosos foi invadir o acampamento, se dirigir ao centro e soltar rojões, senha sem-terra para reunir os militantes em caso de perigo. Quando as pessoas se aproximaram para saber do que se tratava o chamado, os pistoleiros começaram a atirar para todos os lados. Eles também atearam fogo em trinta barracas de plástico e palha e numa escola que funcionava no acampamento.

No momento da chacina, os acampados esperavam o final do processo judicial que garantiria a posse definitiva das terras. No acontecimento a ser reportado pelo jornal, portanto, os sem-terra não estavam envolvidos em nenhum tipo de atividade que poderia ser considerada ilegal do ponto de vista jurídico. O acusado de ter sido mandante do crime é o fazendeiro Adriano Chafico, um dos interessados na fazenda ocupada pelos sem-terra. Três suspeitos foram presos logo no dia seguinte ao massacre e respondem ao processo em liberdade. Como de hábito em casos como esse, nenhum dos envolvidos no massacre ainda foi condenado por seus crimes.

Para evidenciarmos os gestos interpretativos e o controle das vozes presentes no noticiário, analisaremos a cobertura do massacre realizada pelo *O Globo*, promovendo um breve passeio nas páginas do jornal entre os dias 21 e 29 de novembro de 2004. Foram levadas em consideração matérias informativas, interpretativas, editoriais e artigos opinativos, publicados diariamente ao longo do desenrolar da agenda.

Nos dois dias seguintes ao massacre, o jornal conferiu pouco destaque ao episódio, limitando-se a registrar o crime. A partir da edição de 23 de novembro, no entanto, pode-se evidenciar a estratégia de reduzir o potencial de transformação do MST em mártir político. Esse gesto de silenciamento visa a domesticar a estratégia de visibilidade, adotada pelo movimento a partir do massacre.

A edição cobre as cerimônias de sepultamento dos mortos. No entanto, não há chamada na capa, embora na mesma haja “notícias” menos importantes como:

²³⁷ A *Folha de São Paulo* se refere ao nome do município como *Felisburgo*. Como o veículo analisado nesse momento é *O Globo*, optamos por manter a grafia adotada pelo diário carioca.

“*Brincando de matar Kennedy*”, a respeito de um videogame que permite matar o ex-presidente americano, e “*Videocassete começa a virar peça de museu*”, sobre os avanços do DVD. O jornal considera tais assuntos mais importantes do que o massacre, que só aparece no índice da segunda página: “*Enterro de sem-terra vira ato de protesto em Minas*”.

A página 8 do jornal é inteiramente dedicada ao massacre e merece uma análise mais detida. O conjunto informativo é composto por uma matéria, um *box*, uma retranca e uma opinião do jornal, além de uma matéria sobre as denúncias contra o bolsa-escola. Cabe, nesse momento, explicitar um grave efeito de direcionamento de sentidos, promovido pelo jornal, a partir de uma diagramação pouco convencional das reportagens e das fotos. A *figura 3* reproduz a página analisada.

A reportagem “*Enterro de cinco sem-terra vira protesto em Minas*” é ilustrada por uma foto dramática mostrando os cinco caixões envolvidos pela bandeira sem-terra e, em volta, os manifestantes rezando. No entanto, há um “deslize de diagramação”. Normalmente as fotos que atestam/ilustram as reportagens são diagramadas abaixo do título. Nesse caso, no entanto, a foto foi colocada acima, ficando imediatamente abaixo de uma outra reportagem que não diz respeito ao massacre. Trata-se de uma matéria cujo título cobre toda a primeira linha, modo também normalmente usado para conferir importância ao assunto. O título e o sub-título ‘informam’: “Saem mais dois técnicos do Bolsa Família: pedido de demissão de André Teixeira e Cláudio Roquete deixa acéfalo o principal programa social do governo”. Abaixo desses dizeres encontra-se a foto do enterro dos sem-terra.

Com essa diagramação inusitada, o jornal propõe uma associação da morte dos sem-terra com o enterro “simbólico” do programa social do governo, apontado como acéfalo. Nesse gesto, o jornal domestica dois coelhos imagéticos com um único recurso de diagramação: reduz a possibilidade do “protesto” sem-terra se transformar no fato mais importante do dia ao usar a estratégia de visibilidade do MST como metáfora que atesta a incompetência do governo²³⁸.

²³⁸ No capítulo três abordaremos o uso da mística e da festa como arma de guerra nômade por parte dos sem-terra.

Se há dúvida dessa interpretação, o próprio jornal vai esclarecer sua intenção. Abaixo da foto que “ilustra” (ela sim) a reportagem sobre o enterro, em que o Ministro Rosseto aparece tomando chimarrão com João Paulo, um dos líderes sem-terra, o jornal publica um mini-editorial, intitulado “Colheita”. Esse recurso de apresentar sua opinião em relação a assuntos específicos é comum no *Globo* e não deixa de ser uma estratégia semelhante aos âncoras dos telejornais americanos: ao explicitarem suas opiniões em momentos específicos, tentam garantir a imagem de imparcialidade do relato propriamente “jornalístico”.

No editorial, o jornal resume:

“O assassinato de trabalhadores sem-terra no interior de Minas é um desses casos que requerem ação exemplar do poder público. A lei precisa ser aplicada com rigor, por óbvio. Aliás, como deve ser feito toda vez que o MST vai contra o estado de direito. Brasília engana-se ao achar que pode contemporizar com os ataques do MST à propriedade privada. A leniência de um lado anima o outro a também praticar crimes. Até de morte. O governo federal colhe o que semeia”²³⁹.

Vale lembrar que no corpo das reportagens o jornal deixa claro que os sem-terra estavam legalmente na fazenda atacada por pistoleiros. Mesmo assim, esta informação é silenciada na medida em que o jornal iguala o “discutível” crime de ocupar terras (que não é o caso *desse* episódio) ao crime de matar cinco pessoas. Após esta equação, o jornal conclui de quem é a (ir)responsabilidade. E se esta é do governo, que colhe o que semeia, implicitamente o jornal inocenta os criminosos, ao considerar justificável sua ação de “defesa”.

²³⁹ *O GLOBO*, edição de 23/11/04, p.8.

Saem mais dois técnicos do Bolsa Família

Pedido de demissão de André Teixeira e Cláudio Roquete deixa acéfalo o principal programa social do governo

De Brasília

• **BRASÍLIA** Depois de demissão do secretário-executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ana Fátima, houve mais dois técnicos ligados diretamente ao programa Bolsa Família que não se desligaram. Mas, provavelmente, em breve, o secretário de Gestão de Operações, André Teixeira, e o diretor de Controle Externo, Cláudio Roquete, também deixarão o Ministério. A demissão de Ana Fátima, anunciada na semana, foi publicada ontem no Diário Oficial.

A saída dos três deixará acéfalo o principal programa de transferência de renda do governo. Para isso, 2,9 milhões de famílias serão atendidas, montando uma R\$ 15 a R\$ 40. Em 2005, o Bolsa Família investiu mais de R\$ 2,2 bilhões. André Teixeira coordenará hoje o que a ministra Dilma Rousseff define como o núcleo. Porém, sua participação em assuntos públicos na Casa-Cabeça de Ana Fátima, sobretudo em assuntos de controle de qualidade, não será afetada.

André Teixeira e Cláudio Roquete foram parte da equipe de sua grande sucessora quando o Bolsa Família foi criado há três anos e se tornou parte central da estratégia que levou o programa à aprovação, que levou o Bolsa Família a ser instituído em janeiro de 2006.

Cláudio Roquete saiu por falta de vagas no Ministério

O Ministério do Desenvolvimento Social não possui a estrutura necessária para a maioria dos cargos, segundo o ministro. Cláudio Roquete saiu por falta de vagas no Ministério. Cláudio Roquete saiu por falta de vagas no Ministério. Cláudio Roquete saiu por falta de vagas no Ministério.

Cláudio Roquete saiu por falta de vagas no Ministério. Cláudio Roquete saiu por falta de vagas no Ministério. Cláudio Roquete saiu por falta de vagas no Ministério.

Cláudio Roquete saiu por falta de vagas no Ministério. Cláudio Roquete saiu por falta de vagas no Ministério. Cláudio Roquete saiu por falta de vagas no Ministério.

Cláudio Roquete saiu por falta de vagas no Ministério. Cláudio Roquete saiu por falta de vagas no Ministério. Cláudio Roquete saiu por falta de vagas no Ministério.



DE MANIFESTANTES DURANTE o início do campo de trabalho em Feltrago, norte de São Paulo, com cerca de 140 famílias afetadas por despejos. Aqui: 300, na zona da Nova América

Enterro de cinco sem-terra vira protesto em Minas

Envolvidos em morte de colonos que ocupavam fazenda legalmente têm prisão preventiva pedida

Normal Machado e Miriam Colares

• **PERUIBELO (MG)** Com o enterro dos cinco sem-terra mortos em Feltrago, o movimento de São João del-Rei, Minas Gerais, realizou uma manifestação de protesto em São João del-Rei, Minas Gerais, no dia 27 de março. O movimento de São João del-Rei, Minas Gerais, realizou uma manifestação de protesto em São João del-Rei, Minas Gerais, no dia 27 de março.

Com o enterro dos cinco sem-terra mortos em Feltrago, o movimento de São João del-Rei, Minas Gerais, realizou uma manifestação de protesto em São João del-Rei, Minas Gerais, no dia 27 de março.

Com o enterro dos cinco sem-terra mortos em Feltrago, o movimento de São João del-Rei, Minas Gerais, realizou uma manifestação de protesto em São João del-Rei, Minas Gerais, no dia 27 de março.

Com o enterro dos cinco sem-terra mortos em Feltrago, o movimento de São João del-Rei, Minas Gerais, realizou uma manifestação de protesto em São João del-Rei, Minas Gerais, no dia 27 de março.

Com o enterro dos cinco sem-terra mortos em Feltrago, o movimento de São João del-Rei, Minas Gerais, realizou uma manifestação de protesto em São João del-Rei, Minas Gerais, no dia 27 de março.

Com o enterro dos cinco sem-terra mortos em Feltrago, o movimento de São João del-Rei, Minas Gerais, realizou uma manifestação de protesto em São João del-Rei, Minas Gerais, no dia 27 de março.

Com o enterro dos cinco sem-terra mortos em Feltrago, o movimento de São João del-Rei, Minas Gerais, realizou uma manifestação de protesto em São João del-Rei, Minas Gerais, no dia 27 de março.

Com o enterro dos cinco sem-terra mortos em Feltrago, o movimento de São João del-Rei, Minas Gerais, realizou uma manifestação de protesto em São João del-Rei, Minas Gerais, no dia 27 de março.

Com o enterro dos cinco sem-terra mortos em Feltrago, o movimento de São João del-Rei, Minas Gerais, realizou uma manifestação de protesto em São João del-Rei, Minas Gerais, no dia 27 de março.

Com o enterro dos cinco sem-terra mortos em Feltrago, o movimento de São João del-Rei, Minas Gerais, realizou uma manifestação de protesto em São João del-Rei, Minas Gerais, no dia 27 de março.

Com o enterro dos cinco sem-terra mortos em Feltrago, o movimento de São João del-Rei, Minas Gerais, realizou uma manifestação de protesto em São João del-Rei, Minas Gerais, no dia 27 de março.

Com o enterro dos cinco sem-terra mortos em Feltrago, o movimento de São João del-Rei, Minas Gerais, realizou uma manifestação de protesto em São João del-Rei, Minas Gerais, no dia 27 de março.

Com o enterro dos cinco sem-terra mortos em Feltrago, o movimento de São João del-Rei, Minas Gerais, realizou uma manifestação de protesto em São João del-Rei, Minas Gerais, no dia 27 de março.

Com o enterro dos cinco sem-terra mortos em Feltrago, o movimento de São João del-Rei, Minas Gerais, realizou uma manifestação de protesto em São João del-Rei, Minas Gerais, no dia 27 de março.

Com o enterro dos cinco sem-terra mortos em Feltrago, o movimento de São João del-Rei, Minas Gerais, realizou uma manifestação de protesto em São João del-Rei, Minas Gerais, no dia 27 de março.



MARCELO ROSSETTO em reunião com o governador Paulo Sérgio da Costa

Com o enterro dos cinco sem-terra mortos em Feltrago, o movimento de São João del-Rei, Minas Gerais, realizou uma manifestação de protesto em São João del-Rei, Minas Gerais, no dia 27 de março.

OPINIÃO

COLHEITA

• O ATO DE VIOLÊNCIA cometido em Feltrago, norte de São Paulo, em 27 de março, não é apenas um crime de sangue, mas também um crime político. A lei brasileira não prevê a pena de morte.

Aqui, cidadania se apresenta na prática

UNICARIOCA. 2.000 BOLSAS DE ATÉ 70% PARA UNIVERSITÁRIOS CIDADÃOS

Até 70% de desconto em até 10 dias de validade

inscreva-se já: 0800 223001

Procedimento Seleção: 27 de novembro de 2006

Unicarioca

Ato exige esclarecimento da chacina

Arcebispo diz que crime é retrocesso. Análise internacional também preta

• **LUZERN (Suíça)** O papa Bento XVI pediu esclarecimento sobre a chacina de Feltrago, norte de São Paulo, em 27 de março. O papa Bento XVI pediu esclarecimento sobre a chacina de Feltrago, norte de São Paulo, em 27 de março.

• **BRASÍLIA** O ministro da Justiça, Carlos Ayres Alencar, pediu esclarecimento sobre a chacina de Feltrago, norte de São Paulo, em 27 de março.

• **BRASÍLIA** O ministro da Justiça, Carlos Ayres Alencar, pediu esclarecimento sobre a chacina de Feltrago, norte de São Paulo, em 27 de março.

Pode-se perceber nesta seqüência de vozes como o jornal deixa claro, ao selecionar e editar o que cada ator “declara”, o perfil político de cada um. Ao dar destaque a “exigências irresponsáveis” do MST, o jornal comprova a tese que aponta o movimento como “contra o estado de direito”.

No dia seguinte, 24/11, há uma virada de foco na agenda. O fato principal deixa de ser o massacre para se tornar a incompetência política do governo. A tese, que já no dia anterior aparecia de modo implícito, ficará explícita em virtude de uma declaração dada por uma fonte do segundo escalão do governo.

Antes disso, porém, cabe registrar que a seção de cartas do jornal publica, nesse dia, duas opiniões dos leitores a respeito do massacre. A primeira segue a argumentação do pequeno editorial publicado no dia anterior, questionando a repercussão dada ao caso e justificando a ação criminosa de Chafic. Para a leitora Cynthia Rocha, “o fazendeiro deve ter se defendido de uma possível invasão, que já se tornou corriqueira em nosso combalido país”²⁴⁰.

Já a segunda carta critica o editorial do dia anterior, lembrando que a questão agrária no Brasil diz respeito a aspectos históricos ainda mais profundos. Nas palavras de Rodrigo Koblitz: “é no mínimo infantil a análise que *O Globo* fez relacionando o assassinato dos sem-terra com a ocupação de terras promovida pelo MST (...). Lembrem-se de que fomos um país escravocrata (...), a atitude truculenta desses assassinos está (...) associada à política nefasta do coronelismo, de domínio da política, da economia e do Judiciário na sociedade agrária do interior do país”²⁴¹.

Esses são os únicos momentos em que o leitor ganha espaço em todo o período do agendamento do caso. Percebe-se a estratégia de conferir, de modo maniqueísta, direito de expressão aos dois lados. No entanto, esta mesma estratégia acaba por equipará-las e faz com que se anulem. O debate não se aprofunda, os leitores não pautam o jornal. A publicação da crítica funciona como índice da “liberdade democrática” praticada pelo jornal, a opinião concordante com o editorial anula a crítica. As vozes dos leitores são limitadas a esse espaço menos importante do jornal e são obrigadas a “dizer”, junto com sua opinião, que o jornal é democrático ao deixá-los falar o que pensam.

²⁴⁰ O Globo, p.2 24/11/04.

²⁴¹ *Idem, Ibidem.*

Tal constatação remete ao pensamento de José Gil a respeito dos efeitos danosos do suposto papel de *ágora* contemporânea, desempenhado pela imprensa. O filósofo alerta para um aspecto constantemente relegado a segundo plano. Para ele,

“o espaço público (...) não é o lugar da ‘opinião pública’ nem de manifestações coletivas, políticas ou outras. Mais mesmo do que um espaço de comunicação é um lugar de transformação anônima dos objetos individuais de expressão. (...) Sua característica primeira é a de constituir uma exterioridade, um ‘fora’ para os sujeitos (individuais ou coletivos) que nele penetram”²⁴².

Assim, o espaço público seria aquele da irrupção do devir, e não um mero espaço de visibilidade. Para ele, em vez de tal lugar, o espaço midiático se converteria num mero multiplicador de imagens que nos reduziriam ao papel de espectadores passivos de uma multiplicidade vertiginosa de acontecimentos que se nos comunicam sem, no entanto, permitir nossa inscrição no mundo. Algo equivalente acontece no episódio das cartas: as opiniões conflitantes ‘ilustram’ um mundo tão múltiplo quanto afastado da vida cotidiana de cada leitor. Nesse sentido, há apenas a fixação de pontos de vista anônimos em um painel no lugar do duelo de idéias e de correntes políticas.

Passando para as reportagens, na página nove o destaque é “*Dona Ruth vê ‘retrocesso muito grave’ no social*”. Trata-se de uma suíte das demissões no bolsa-escola. Embora esta notícia não se relacione diretamente com massacre, a fala de Dona Ruth evidencia a estratégia do jornal em dar voz à oposição criticando a política social petista.

Na página seguinte, o leitor irá se deparar, finalmente com a virada interpretativa promovida pelo jornal. O título principal é: “*Presidente do Incra responsabiliza agronegócio por morte de sem-terra*”. A reportagem reverbera a fala de Rolf Hackbart durante o segundo dia da Conferência Nacional da Terra e da Água.

A matéria se limita às falas do governista acusando o *agrobusiness* de “contratar jagunços para defender suas fazendas e atacar sem-terra”. No parágrafo final, no entanto, é a vez de expor a opinião da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) que classifica “de irresponsáveis as declarações do presidente do Incra”. Esta conclusão será incorporada pelo jornal e passará a acompanhar a cobertura do episódio. Sai de foco as

²⁴² GIL, José. *Op. Cit.*, p. 28.

repercussões sobre a brutal violação dos direitos humanos e ganha destaque a “irresponsabilidade política” do presidente do Incra (e do governo).

Ao defender a tese de que a visibilidade mediada, por mais que tente ser controlada pelo ator político, pode se transformar em uma ameaça a ele, Thompson identifica “ocorrências” que mostram os riscos de tal busca, como as *Gafes e acessos explosivos* e o *Desempenho do efeito contrário*. Para o autor, pode haver uma inter-relação entre elas. A primeira é definida como indícios que “representam o fracasso do indivíduo em controlar completamente o próprio comportamento, e revelam que ele não possui um completo domínio da situação. (...) Tornam-se públicas manifestações de incompetência e falta de controle”²⁴³.

Será justamente essa avaliação que permitirá ao jornal cobrar dos outros órgãos do governo uma posição em relação à “gafe” do presidente do Incra. Já no caso do *Desempenho do efeito contrário*, o problema seria “de uma apressada avaliação de como suas ações poderiam ser recebidas e entendidas pelas pessoas que as vêem e as ouvem. Como resultado desse equívoco, a mensagem, destinada a produzir um certo efeito, acaba produzindo justamente um efeito contrário”²⁴⁴.

Percebe-se como o jornal é capaz de “modular criticamente” os acontecimentos e declarações, fazendo com que possam soar como tais ocorrências. Portanto, os “riscos da visibilidade” decorrem não apenas da gafe ou da falta de avaliação da fonte política, mas sim, e talvez principalmente, da possibilidade de interpretação de ações e falas por parte do jornalismo.

Assim, durante o agendamento do massacre, o jornal, num primeiro momento, busca reduzir as possibilidades que o MST teria de usar a visibilidade do acontecimento para transformar-se em mártir. Ao mesmo tempo, o veículo reduz a culpa do fazendeiro ao responsabilizar a incompetência do governo para administrar os projetos sociais.

A partir das declarações do presidente do Incra, o jornal promove um deslocamento de sentido ao fato muito diferente das interpretações tradicionais em relação aos sem-terra. O gesto usual do jornal é desviar as notícias do MST da questão política para a questão policial como forma de negar legitimidade ao movimento. Com a

²⁴³ THOMPSON, John. *Op. Cit.*, p. 127.

²⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 128.

declaração do presidente do Incra, no entanto, a fala tida como “irresponsável” permite deslocar o acontecimento da esfera policial (que desta vez seria positivo para o MST) para a esfera política.

Na cobertura do dia seguinte, é aprofundada a mudança de enfoque da agenda ao dar repercussão às declarações do presidente do Incra e ao buscar deslegitimá-las. Há indícios sutis do aumento de importância e destaque concedido ao tema. Um deles é o fato das reportagens passarem a ser publicadas nas páginas ímpares, consideradas as mais importantes. Outro indício é o fato do assunto voltar a merecer uma chamada na segunda página – “*Planalto acha infeliz ataque de Hackbart ao agronegócio*”.

Em uma retranca menor, na página nove, “*Mortes de sem-terra denunciadas à ONU*”, há declarações da Comissão Pastoral da Terra, do MST e do Centro de Justiça Global, denunciando o massacre à ONU e criticando a lentidão do governo. Ao lado das críticas de opositores tradicionais ao governo, como ACM, o jornal inaugura, com esta retranca, outra modalização das vozes que será frequente nos dias seguintes: o *fogo amigo*. Assim, a incompetência do governo fica caracterizada justamente a partir de declarações críticas de seus próprios aliados históricos.

Na mesma página há também um *box* cujo objetivo é desmentir o presidente do Incra. A reportagem, intitulada “Agronegócio responde por 34% do PIB”, ouve o então Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, que apresenta os dados quantitativos. O jornal reitera seu gesto de usar as “falas oficiais” para desmentir outras “falas oficiais” (irresponsáveis) ao mesmo tempo em que evidencia sua capacidade de efetivar o que Wilson Gomes define como “construção do personagem político como instância moral e psicológica”²⁴⁵. Ao tentar estabelecer parâmetros que descrevam o jornalismo político de espetáculo, Gomes recorre à tese desenvolvida por James Fallows de que esta cobertura “espetacular” incorporaria aspectos “sensacionais” das transmissões cotidianas de eventos esportivos. Assim,

“Os personagens políticos prediletos do jornalismo-espetáculo são, em geral, negativos. (...) O pressuposto parece ser sempre o mesmo: o político está mentindo e nós vamos demonstrar isso. (...) A descoberta da inconsistência tem como propósito a construção do personagem. A voz do narrador apresenta a informação da inconsistência para

²⁴⁵ GOMES, Wilson. *Op. Cit.*, p. 351.

apresentar um personagem que teria, por isso mesmo, uma considerável falha de caráter.”²⁴⁶.

No caso que estamos analisando, a estratégia de deslegitimação pretende, mais do que evidenciar uma “falha de caráter”, mostrar o despreparo do ator político e os riscos representados por um governo que coloca em lugares-chave representantes de correntes ideológicas radicais.

A edição de 26/11 merece uma atenção à parte. Sua seção política é quase inteiramente dedicada a uma série de protestos contra o governo, promovida, no dia anterior, por estudantes e diversos movimentos sociais, entre eles os sem-terra. O jornal preparou uma tarja que dá unidade ao conjunto de acontecimentos relatados. As diferentes matérias são separadas do “título provisório” da editoria: “*Protestos no congresso e nas ruas*”.

A matéria da página três, a mais importante da editoria de política, traz como título a imagem que pode resumir o enfoque político efetuado pelo jornal – “*Fogo mais que amigo*”. A reportagem anuncia que o senador Aluísio Mercadante e o então presidente da câmara, João Paulo Cunha, atacam o governo. Embora esta reportagem-abertura não mencione a questão do massacre, há uma retranca em que a questão agrária vai ser usada como “juízo político” do governo em uma entrevista de quase meia página com FHC. O ex-presidente argumenta “que governo dá força ao ‘reivindicacionismo incessante’ do MST”, referindo-se indiretamente às declarações do presidente do Incra e criticando o governo Lula.

Na página quatro a unidade dos assuntos é garantida pela mesma tarja da anterior. Como sub-título, o jornal coloca, entre aspas, a declaração do Ministro da Justiça, tentando minimizar a repercussão das declarações de Hackbart, alegando que a violência no campo estaria sob controle: “*Bastos defende presidente do Incra: É mais uma questão de linguagem*”.

Em uma retranca menor, na mesma página, a tese do fogo amigo continua. Trata-se de uma reportagem em que o coordenador da Comissão Pastoral da Terra, Dom Tomás, “critica ausência de Lula em conferência”. No corpo da matéria, o religioso se queixa do cancelamento da presença de Lula na Conferência Nacional de Terra e de

²⁴⁶ *Idem. Ibidem*, p. 351.

Água, a mesma em que o presidente do Incra responsabilizou o agronegócio pelo massacre.

Com isso, a estratégia política de Lula de evitar sua participação direta na questão agrária, agendada nos dias anteriores, é interpretada pelo jornal, a partir da voz de um tradicional aliado do presidente, como sintoma da inabilidade e incompetência política. Artilosa arapuca armada pelo veículo de comunicação, em que mesmo a opção de recusar a visibilidade é mostrada como elemento de construção (negativa) de sua imagem política. Há também, nesse episódio, a constatação de que o jornalismo de fato interfere nos fatos que diz apenas relatar, na medida em que o presidente evita a visibilidade do evento em virtude do enfoque crítico explícito dado a questão agrária nos últimos dias.

Aqui cabe abrir parêntese. Esta conferência reuniu, durante três dias mais de dez mil militantes sem-terra. Nada do que foi debatido no evento é informado. O que o jornal escolhe como notícia são apenas os momentos em que os atores produzem declarações bombásticas – Stedile, chamando os gaúchos de palhaços, e o presidente do Incra acusando o agronegócio – ou se recusam a produzi-las – como a ausência de Lula.

Mas a declaração de Thomas Bastos entre aspas no título da página quatro soa como cinismo na medida em que a página cinco traz a seguinte reportagem: “*Sem-terra e estudantes invadem prédio do Incra: porta de vidro e duas vidraças foram quebradas; houve confronto com policiais e oito pessoas ficaram feridas*”. A foto que “ilustra” a reportagem é de uma manifestação dos militantes do MST em passeata.

Há aí mais um dos direcionamentos de sentido pela diagramação, já que, no corpo da matéria, o jornal esclarece que os sem-terra que promoveram a invasão não faziam parte do MST, mas da dissidência Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), notadamente com uma práxis de luta mais agressiva.

Com esse conjunto de reportagens – que em geral são lidas primeiramente do que a página anterior²⁴⁷ – há uma desqualificação da fala do Ministro. Mais uma vez utiliza-se a estratégia de desmentir o personagem político através da exposição de “evidências factuais” para que o leitor “livremente” tire suas conclusões.

²⁴⁷ Considera-se as páginas ímpares mais importantes do que as pares. O leitor, em geral, ao virar as páginas, fixaria sua atenção da direita para a esquerda. Embora a constatação disso dependa de um estudo de recepção, esta premissa é incorporada como critério de hierarquia.

Após uma edição de sábado (28/11) limitada a ‘desmentidos oficiais’, a edição de domingo reserva uma surpresa ao leitor ávido pela questão agrária: o silêncio. Enquanto a *Folha de São Paulo* alertava para o ‘risco’ de mais ocupações (“*Sem-terra articulam invasões*”), *O Globo* nada abordava a respeito do massacre ou de seus desdobramentos. Tal ausência é notável, na medida em que usualmente as edições de domingo desdobram os principais assuntos da semana em reportagens menos “noticiosas” e mais aprofundadas que buscam “contextualizar” e interpretar os principais fatos.

À primeira vista tal fato se configuraria em inexistência de material de análise. No entanto, trata-se da evidência empírica que comprova o gesto de silenciamento da questão por parte do jornal. A maneira escolhida pelo veículo para aprofundar para seus leitores a complexidade envolvida no que ele mesmo definira como “o maior massacre agrário do governo Lula” foi o total silêncio.

Na última edição analisada, no dia 29/11, encontramos apenas uma menção ao MST: o artigo de opinião, extremamente crítico ao movimento, assinado por Denis Lerrer Rosenfield, professor de filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No texto, nenhuma linha é mencionada em relação ao brutal assassinato (o tema já não é objeto de agendamento), o articulista mostra como o movimento prega idéias “autoritárias” de Che Guevara.

Cabe, aqui, mais uma breve comparação com a cobertura da *Folha de São Paulo*. Enquanto o diário paulista oferece um dossiê a respeito da questão agrária²⁴⁸, o jornal carioca decide que a conclusão do episódio deve ser representada pela voz de um “especialista”, responsável por definir o MST – mesmo movimento que há apenas oito dias tivera cinco de seus militantes mortos e vinte feridos em um massacre covarde e brutal – como organização criminosa.

Para o autor, o movimento se esforça em fazer com que seus jovens integrantes, tendo Che como líder, estejam “dispostos a pegar em armas, como ele [Guevara] o fez, para a destruição das sociedades democráticas”. Várias linhas descrevem os perigos do

²⁴⁸ Composto por três grandes reportagens. A primeira, “*Brasil tem 30% de suas terras sem dono*”, fala do quanto ainda falta a ser cumprido para atingir a meta de reforma agrária. Na segunda, “*Vida sem terra: ordem dita regras no acampamento*”, o jornalista Thiago Guimarães descreve o dia-a-dia do acampamento Terra Prometida, antes do massacre. E, finalmente, uma matéria em que o Incra defende que “10% de área devoluta resolve questão dos sem-terra em Minas”, na qual é desqualificada a fala do gestor de que bastaria, para assentar as trinta mil famílias mineiras sem-terra, a desapropriação de uma parcela ínfima das terras improdutivas do Estado.

MST. Nenhuma, no entanto, questiona o risco que assassinatos “factuais”, como os ocorridos em Felizburgo, representam para a mesma sociedade democrática que o artigo diz defender.

Em resumo, vemos que ao longo desses oito dias de publicações é possível perceber como há uma prática jornalística tão constante quanto complexa de enquadramento, seleção e hierarquia de acontecimentos, vozes e fatos. Fica claro que o valor-noticioso fundamental que norteou a cobertura deixou, rapidamente, de ser o crime em si, para se transformar na crítica, ora velada, ora explícita, ao MST e ao modo como o presidente desenvolve sua política social.

Ao considerarmos as diferentes vozes ordenadas pelo discurso jornalístico pudemos perceber em que medida se repetiram alguns grandes grupos em relação aos acontecimentos relatados. E mais: cada vez que uma das vozes ocupa a cena, há um gesto “interpretativo” do jornal que qualifica tanto os atores quanto suas declarações. Com estas múltiplas vozes ocupando seu espaço temos uma verdadeira orquestra que agenda o tema a partir do diapasão proposto/imposto pelo veículo responsável pela sinfonia representada, nos moldes de antigos folhetins, ao longo dos dias.

É possível identificar cinco grandes grupos de atores sociais e políticos cujas vozes aparecem com destaque ao longo da cobertura. A primeira delas seriam as ‘vozes *“desqualificadas” que criticam o governo*’. Trata-se do ‘fogo mais que amigo’ mencionado mais acima. Atores políticos historicamente deslegitimados pelo jornal, principalmente ao terem evidenciadas apenas suas declarações e ações consideradas radicais, bem como suas posições ideológicas contestadoras. Reúnem-se aqui o P-Sol, a CPT, a UNE, o Contag, o próprio MST e o MTL. Esses atores aparecem nesse agendamento atacando o governo. E sua função é evidenciar a incompetência do presidente nas questões sociais.

O segundo grupo é o das ‘vozes *“legítimas” que criticam*’. Nesse quadro figuram os tucanos Fernando Henrique Cardoso, Dona Ruth, Xico Graziano e o filósofo Denis Lerrer. O valor atribuído às declarações tem sempre o *status* de seriedade e ponderação. Na maneira de se referir a tais atores, o jornal silencia qualquer intenção “ideológica” de suas falas, conferindo, com isso, sensatez ao que é dito. No caso dos

articulistas, pela própria posição de “opinantes”; no caso do ex-presidente, pela maneira como é ouvido como estadista desinteressado pela “política menor eleitoral”.

Em terceiro lugar, temos as *‘confusas vozes do governo’*. Aqui, o presidente e seus assessores apresentam falas contraditórias. A acusação tida como “desastrosa” do presidente do Incra detona uma série de desmentidos e defesas por parte dos representantes do governo. Figura como principal ator nesse conjunto o silêncio do presidente Lula que, ora aparece como incompetente “mesmo aos olhos dos aliados”, ora aparece como responsável pelo conflito em razão da sua “política radical”, como acusa o editorial do *Globo*.

O pouco espaço concedido aos dois leitores que se opõem anula a possibilidade de ressonância de seu(s) ponto(s) de vista. Temos, assim, como quarto grupo a *‘não-voz dos leitores’*. E, finalmente, teríamos a *‘voz ponderada (e explícita) do jornal’*, presente nos editoriais e no gesto de questionar a fala do presidente do Incra ao mostrar como o agronegócio é importante para a economia.

A *‘voz’* do veículo não é o seu discurso. Esse será percebido a partir do entendimento do gesto de modulação das diferentes vozes que o compõem. Temos, dessa maneira, as vozes que tentam defender o presidente sendo consideradas não-legítimas pelos editoriais, pelo “enterro simbólico” promovido pela editoração e pelas falas de outros atores que aparecem como mais ponderados.

A seguir, ouvimos as *‘vozes amigas’* que criticam o governo (e que normalmente não receberiam tanto destaque) em uníssono com as *‘vozes sensatas’* que *‘mostram a verdade’* para que o leitor possa *‘livremente’* tirar suas conclusões. Assim, as diferentes vozes são “afinadas” pela orquestra unificadora do discurso do jornal para que, ao declarar o que querem, acabem dizendo o que o veículo deseja.

Como produto final é possível perceber os diferentes gestos dos três principais grupos de atores políticos envolvidos na cobertura. O *Governo* realiza uma série de tentativas de controlar os efeitos da visibilidade de suas ações (e omissões) pensando a partir do enfoque midiático. Evidencia-se na ausência de Lula ao Congresso Nacional de Terra e de Água, das falas conjuntas dos ministros e dos “vazamentos” de declarações de descontentamento com o presidente do Incra.

O Jornal direciona o agendamento de acordo com o viés político considerado legítimo por sua linha editorial. Esta estratégia é explicitada ora no esforço de inocentar, por meio da opinião explícita, os envolvidos no massacre, ora no gesto de minimizar a possibilidade de “martirização” dos sem-terra mortos e ainda ao apontar como culpado o governo que, afinal, ‘colheria o que plantou’ por se associar, de modo titubeante e confuso, aos ‘baderneiros’ que, mesmo assim, continuam insatisfeitos.

O *MST* trabalha, como vimos, no ambíguo e eficiente gesto de desejar que suas estratégias sejam incorporadas pelos veículos, mesmo sabendo do risco de julgamento contrário de suas ações pela ótica conservadora do veículo. Assim, o movimento se legitima em interlocutor prioritário diante do governo, por mais que sua imagem pública saia cada vez mais arranhada pelo enfoque dado pela agenda.

As evidências de deslocamento de sentidos aqui listadas, no entanto, permanecem como pistas roucas espalhadas ao longo da orquestração das vozes. São vestígios, das modalizações interpretativas efetuadas pelo jornal e conservam, na anti-polissemia²⁴⁹ desafinada de seus escombros vagos, o sentido outro que aponta para a constatação de que um massacre tirou a vida de cinco pessoas. Ofuscadas pelas ‘verdadeiras notícias políticas’, essas ‘vozes outras’ restam como a lembrança de que tais cidadãos perderam suas vidas por ocuparem, com autorização judicial, inclusive, uma área em que deveria florescer a solução para a miséria e a exclusão, mas que acabou abrindo caminho para o agendamento de um monstruoso acontecimento discursivo.

²⁴⁹ O termo anti-polissemia é uma breve menção à diferença, apontada por Bakhtin em sua análise a respeito dos romances de Dostoiévsky, entre polifonia e dialogismo. Enquanto esse último é a característica básica da linguagem (inserir o outro em nossa fala) a primeira só se daria, de fato, na medida em que a pluralidade e a especificidade de cada personagem pudessem ser apresentadas em plenitude. Com isso Bakhtin denuncia o trabalho ‘ideológico’ de síntese, por parte do autor, muito comum na literatura. Daí sua defesa dos ‘romances polifônicos’ com aqueles capazes de estabelecer as múltiplas vozes em plenitude política. Vimos em nossa análise, entretanto, que esse não é o caso do jornalismo contemporâneo.

3 O MST como máquina de guerra nômade

Para continuar a estabelecer as características do encontro entre a máquina de guerra nômade sem-terra e o aparelho de captura estatal da imprensa global será preciso, nesse momento, aprofundar o debate a partir do outro ator político envolvido nesse confronto: o MST. Tal objetivo será alcançado, nesse capítulo, a partir de duas direções complementares. De um lado, defenderemos teoricamente a hipótese de que, de fato, o MST é capaz de inscrever seu revide criativo a partir da invenção de uma máquina de guerra nômade. De outro, continuaremos a analisar alguns casos emblemáticos que evidenciem o controle discursivo das ações sem-terra por parte do trabalho de captura dessa contra-palavra de ordem pela imprensa em sua administração dos fluxos noticiosos. A junção das duas frentes se dará na medida em que a análise concreta se converta na territorialização dos aspectos teóricos específicos a serem abordados.

A condição para cumprirmos o primeiro objetivo é ter em mente as principais características da potência nômade apontadas por Deleuze e Guattari. Os autores estabelecem uma série de oposições entre categorias aparentemente opostas que se mesclam e que podem ser discutidas e relacionadas ao complexo estatuto da constituição política do MST. Trabalharemos com quatro dessas ‘falsas oposições binárias’: as relações de câmbio entre as figuras nômade, migrante, transumante e sedentário; o movimento ‘estriado’ e a velocidade ‘lisa’; o trabalho disciplinado e a ação livre e a decorrente oposição entre as ferramentas e as armas.

Do ponto de vista do segundo objetivo, retomaremos algumas análises que possam evidenciar os gestos de controle discursivo por parte da imprensa. Dessa vez, a meta é verificar as marcas desse controle em dois ‘pilares fundamentais’ do jornalismo: a legitimação (des/territorialização) das ações repressoras do Estado, via criminalização discursiva do movimento, e seu papel de guardião da memória coletiva a partir da memória discursiva.

Para evidenciar a importância de tais ‘embates memoráveis’, retomaremos um dos debates do primeiro capítulo, partindo da hipótese secundária de que o MST promove a organização dos fluxos migratórios de diferentes atores sociais em um devir sem-terra unificado. Assim, o fluxo nômade instaura seu revide, como vimos, em um território-rede

de ocupações em massa, superando as especificidades das lutas locais e as diferentes características sociais, políticas, religiosas e culturais de seus integrantes. Daí a necessidade, também de retomarmos o debate em torno das categorias teóricas de multidão e de classe social. Para dar conta de toda essa complexidade será inserida, também nesse capítulo, uma breve genealogia dos fluxos e dos revides no campo que permita delinear melhor o valor do surgimento do MST, bem como sua inserção discursiva em um sucessivo fluxo de revides desterritorializantes ao longo de nossa história.

3. 1 Do movimento à velocidade: os sem-terra entre o nômade e o migrante

Um olhar rápido sobre a principal reivindicação do MST - o direito a sedentarizar-se - poderia indicar que estamos diante de uma organização migrante por excelência. No entanto, ao afastar a ênfase de nossa análise do ‘*objetivo*’ para o ‘*método de luta*’ do movimento, é possível estabelecer uma série de evidências de como os sem-terra são capazes de instaurar uma máquina de guerra nômade, nos moldes descritos por Deleuze e Guattari.

Tal mudança de perspectiva é de grande valia para entendermos os aspectos políticos postos em confronto durante a instalação do revide sem-terra. Um exemplo dessa complexidade pode ser visto na transcrição do depoimento da sem-terra Miriam Farias de Oliveira, colhido pelas jornalistas Sue Brandford e Jan Rocha, a respeito dos momentos tensos de uma ocupação.

“Em 95 nós fizemos o acampamento da Santa Rita, que tinha mais de mil barracos, mais de mil famílias na beira da estrada. Essa foi a primeira ocupação que eu participei(...). Nós estávamos na Santa Rita e os companheiros de Taquaraçu tinham ocupado a São Domingos e tinham plantado milho lá. Lá estava praticamente sendo negociado e o fazendeiro resolveu não negociar mais e disse que ninguém ia colher o milho que ‘ele plantou’. Que o povo plantou! Deixaram até de comprar o que comer pros filhos pra plantar o milho e o fazendeiro disse que não colhe. Então a gente resolveu que ia se reunir todo mundo pra colher o milho”²⁵⁰.

²⁵⁰ Apud BRANDFORD, Sue e ROCHA, Jan. *Rompendo a cerca: a história do MST*, São Paulo, Casa Amarela, 2004, p. 94.

Será preciso, portanto, entender de que maneira o simples gesto de plantar (ou tentar colher) em um espaço liso de revide nômade será interpretado como violência e não como um trabalho disciplinado e migrante. A resposta ‘sedentária’ dos proprietários a tal agressão simbólica será a mesma tática adotada nos quinhentos anos de construção do país: a violência armada factual.

“Tinha jagunço mesmo, porque falaram que tinha. Até então até duvidei. Eu ia andando passivamente, muita gente, mil pessoas. Íamos andando na frente, brincando. Eu e minhas três companheiras que a gente andava sempre junto. Íamos brincando, conversando, de repente começou um tiroteio que eu não sabia de onde. Para mim eram fogos. Mas não era, era tiro. (...) De repente, eu só via zum, zum, quando eu ia deitar vi o sangue em mim. Olhei e vi que fui atingida”²⁵¹.

Mais abaixo analisaremos como a ruína representada pelo ferimento pode se converter em uma nova linha de fuga capaz de inscrever o episódio no espaço liso da imprensa hegemônica. Com a luta pela colheita e os tiros dos jagunços verificamos, mais uma vez, o câmbio do acontecimento que, de um episódio limitado a uma região específica e, por isso mesmo, ‘pouco importante’ do ponto de vista jornalístico, transforma-se em uma das principais notícias do dia em todo o país. Com isso, o tiro jagunço sai, literalmente, pela culatra:

“quando eles [os sem-terra] ouviram eu falando no rádio, com a energia que eu tava falando, que não ia sair do movimento, que não ia abandonar o povo, que eu ia continuar. Depois disso, só de São Paulo veio 70 ônibus com estudantes. Juntou aqui 3.500 pessoas e foram pra lá, entraram no milho, colheram o milho e ninguém fez nada. Ninguém viu falar em polícia”²⁵².

Assim, a visibilidade midiática do acontecimento torna-se um instrumento de proteção para os integrantes do movimento. Mesmo com a falta de legitimidade, representada no discurso jornalístico, os sem-terra se convertem em interlocutores e em sujeitos políticos inscritos graças a seu revide. É o que mostra a conclusão da narrativa sem-terra:

“Na primeira noite no hospital, o médico me perguntou: ‘Miriam, tem uma pessoa lá embaixo que queria ver você. Se você quiser ver, tudo bem, senão a gente não deixa. É o senador Suplicy’. Aí eu falei: ‘quem sou eu pra falar que não quero ver o senador, sendo que desde que eu

²⁵¹ *Idem, Ibidem*, p. 94.

²⁵² *Idem, Ibidem*, p. 94.

me entendo de gente que eu voto pro senador Suplicy'. (...) E quando foi dois dias depois eu recebi a visita do Lula. Eu até brinquei com ele: 'eu precisei levar um tiro pra mim conhecer você'. Uma enfermeira me trouxe um telefone celular de um jornalista que queria me entrevistar: tocou, mas eu não sabia o que fazer. Nunca tinha visto um celular antes"²⁵³.

Tal possibilidade de estabelecimento de inscrição, no entanto, não seria possível se o afecto da luta sem-terra fosse simplesmente migrante. É preciso uma potência nômade que permita inventar uma máquina de guerra capaz de inverter, à força, os fluxos desterritorializantes em revides potentes a partir de desterritorializações outras. Dessa forma, será necessário recuperar o debate de Deleuze e Guattari, em relação às existências nômade, migrante, transumante e sedentária, para além de simples oposições binárias. Tanto mais pela constatação de que os sem-terra afirmam sua existência em gestos de construção de luta e de inscrição, nos campos e páginas, com uma ambigüidade complexa e cambiante, semelhante às teses postuladas por esses autores.

Para entender como os afectos nômades são constituintes da uma máquina de guerra será preciso atentar para as diferentes possibilidades de relação do homem com o espaço, evitando, sobretudo, a confusão entre *nômades* e *migrantes*. Embora ambos se misturem de muitas maneiras, chegando a formar um conjunto comum, ainda assim, não deixam “de ter causas e condições muito diferentes”²⁵⁴.

A princípio, é possível estabelecer diferenças básicas entre ambos, sobretudo em relação ao sentido e às maneiras de *se inscrever* e de *se deslocar* no espaço. O que define um migrante é o fato desse possuir uma trajetória precisa, um destino a alcançar. Com tal objetivo, “o migrante vai principalmente de um ponto a outro, ainda que esse outro ponto seja incerto, imprevisto ou mal localizado”²⁵⁵. Assim, por mais que pareça desterritorializado, o migrante constrói para si um caminho a ser percorrido que “permita distribuir aos homens um espaço fechado, atribuindo a cada um sua parte, e regulando a comunicação entre as partes”²⁵⁶, em um movimento capaz de estriar, nos moldes sedentários, o *espaço liso* de sua caminhada.

²⁵³ *Idem, Ibidem*, p. 95.

²⁵⁴ DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*, 1997b, p. 51.

²⁵⁵ *Idem, Ibidem*, p. 51.

²⁵⁶ *Idem, Ibidem*, p. 51.

O trajeto nômade, por sua vez, faz o contrário: mantém as características desterritorializantes de seu ambiente, na medida em que seu deslocamento se dá em um fluxo que é da ordem da errância. “O nômade se distribui num espaço liso, ele ocupa, habita, mantém esse espaço e aí reside seu princípio territorial”²⁵⁷. Tal especificidade nômade é a base de sua diferença em relação a outro ator que também faz do deslocamento constante sua característica: o transumante. Deleuze e Guattari lembram que, embora mude de terra, o transumante só o faz em virtude das dificuldades físicas ou segundo as estações do ano; ainda assim, o que faz é apenas seguir “um fluxo terrestre secundariamente, já que primeiramente, opera uma rotação destinada desde o início a fazê-lo retornar ao ponto que deixou”²⁵⁸.

De modo distinto, portanto, ao do *migrante* - que se constitui como aquele que segue um destino ponto a ponto - e do *transumante* - que traça seu itinerário em um circuito de rotação constantemente repetido -, o *nômade* se opõe ao *sedentário* por estabelecer sua existência no fluxo e na errância, possibilitados pela capacidade de fazer irromper espaços lisos.

Tal princípio territorial *sui generis* é a razão, defendida pelos autores, pela qual não se deveria definir um nômade a partir do paradigma do *movimento*, e sim pela lógica da *velocidade*. Ao aproximarem os modos de construção dos trajetos nômades aos modos de inscrição no espaço liso por eles produzidos, Deleuze e Guattari percebem que, enquanto o movimento designa

“o caráter relativo de um corpo considerado como ‘uno’, e que vai de um ponto a outro; a velocidade, ao contrário, constitui o caráter absoluto de um corpo cujas partes irreduzíveis (átomos) ocupam ou preenchem um espaço liso, à maneira de um turbilhão, podendo surgir num ponto qualquer”²⁵⁹.

Em outras palavras, o migrante se caracteriza por um movimento que o desloca, de modo estriado, num espaço liso; ao passo que o nômade se estabelece em um “movimento absoluto”, no qual a existência de sua máquina de guerra ganha sentido ao permitir a realização de uma velocidade pura. Já vimos como a ocupação sem-terra é

²⁵⁷ *Idem, Ibidem*, p. 52.

²⁵⁸ *Idem, Ibidem*, p. 92.

²⁵⁹ *Idem, Ibidem*, p. 52.

capaz de se constituir como uma máquina de guerra nômade por transformar em espaço liso o espaço estriado da propriedade capitalista. Estamos diante de mais um aspecto da máquina de guerra sem-terra já analisado: a possibilidade de o MST materializar o surgimento de ocupações que, embora se efetivem em diferentes localidades, ainda assim são capazes de se ‘agrupar’, na forma de território-rede, no espaço liso mídiático. Como vimos, a ocupação sem-terra, no campo e na mídia, se efetiva como um movimento turbilhonar que toma de assalto os espaços estriados e as codificações instauradas pelo capitalismo (de propriedade e de estabilidade de sentidos).

Para começarmos a estabelecer a ambigüidade presente na constatação de que a territorialização do MST de fato se dá pela desterritorialização, será preciso retomar a discussão em torno da potência nômade presente em uma ocupação, sobretudo para determinarmos a natureza ambígua da “territorialização” da luta sem-terra. Deleuze e Guattari esclarecem a complexidade em torno do gesto de inscrição nômade no espaço:

“Se o nômade pode ser chamado de o Desterritorializado por excelência, é justamente porque a reterritorialização não se faz *depois*, como no migrante, nem em *outra coisa*, como no sedentário (com efeito, a relação do sedentário com a terra está mediatizada por outra coisa, regime de propriedade, aparelho de Estado...). Para o nômade, ao contrário, é a desterritorialização que constitui sua relação com a terra, por isso ele se reterritorializa na própria desterritorialização. É a terra que se desterritorializa ela mesma, de modo que o nômade aí encontra um território. A terra deixa de ser terra, e tende a tornar-se simples solo ou suporte”²⁶⁰.

Haesbaert²⁶¹ alerta para o risco que uma leitura apressada desta ‘apologia ao nômade’ pode representar, sobretudo em alguns estudos ditos ‘pós-modernos’. A longa citação acima se torna necessária para especificarmos em que sentido os autores defendem a idéia de que o nômade não tem territórios “embora evidentemente ele os tenha”²⁶². A desterritorialização está presente tanto na ação nômade quanto na captura do Estado, no entanto, embora possua sentidos políticos distintos, ela estará sempre ligada a um gesto equivalente de reterritorialização. O que está em jogo, para os filósofos, é a busca da possibilidade de potências de confronto que interceptem a lógica das relações de

²⁶⁰ *Idem, Ibidem*, p. 53.

²⁶¹ HAESBAERT, Rogério. *Op. Cit.*

²⁶² DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*, 1997b, p. 53.

poder hegemônicas e possam se converter, positivamente, em linhas de fuga dessa dominação. Daí a opção desse trabalho, por exemplo, pelo termo *revide*, em vez de *resistência* (como vimos nas citações ‘marxistas’ dos teóricos sem-terra no primeiro capítulo).

No nosso objeto de análise, ali mesmo onde as cercas são cortadas é que podemos materializar a existência daquele agrupamento político, até então organizado em torno de um ‘*movimento*’, mas que, no instante preciso da ocupação, passa a se estabelecer e construir sua luta a partir de uma ‘*velocidade*’ da ordem da potência nômade. É esse gesto turbilhonar de desterritorialização daquela propriedade específica que permite, na mesma velocidade, a reterritorialização do excluído sem-terra e a posterior desterritorialização daquele território-rede na heterotopia da ocupação midiática. Para que tal acontecimento discursivo possa ser relatado/interpretado pela imprensa, é preciso um afecto nômade capaz de estabelecer a visibilidade política e midiática sem-terra, já que, como o errante, ele “aparece ali, na terra, sempre que se forma um espaço liso que corrói e tende a crescer em todas as direções”²⁶³.

Essa territorialização violenta se concretizará justamente em seu duplo gesto de ruptura de sentidos, no campo e na imprensa. Se podemos dizer que “o nômade cria o deserto tanto quanto é criado por ele”²⁶⁴, resta-nos a esperança de que do terreno estéril da palavra de ordem travestida em informação objetiva possa florescer a inscrição política sem-terra: um gesto duplo que se converterá, como veremos, ao mesmo tempo em fortaleza e ruína.

3.1.1 – Dos aglomerados de exclusão ao dever minoritário

De volta ao pensamento de Haesbaert, devemos lembrar que uma das principais características do processo de dominação das relações de poder, através do papel do Estado, reside justamente na capacidade de controlar o fluxo de pessoas, em um constante e complexo jogo de des-re-territorialização. Vimos também como, para Deleuze e Guattari, o capitalismo, em seu estágio global, é responsável por organizar fluxos descodificados. Não seria exagero, portanto, relacionar esses dois pressupostos teóricos

²⁶³ *Idem, Ibidem*, p. 53.

²⁶⁴ *Idem, Ibidem*, p. 53.

para evidenciar como os dispositivos responsáveis pelo controle capitalista efetuam a administração rigorosa dos diferentes ‘fluxos’ globais, sejam eles de ‘capitais’ e ‘mercadorias’ desenraizadas, de ‘informação’ globalmente homogeneizada ou de ‘pessoas’ (parcialmente) desterritorializadas.

O geógrafo propõe o conceito de ‘aglomerados humanos de exclusão’ como ferramenta teórica capaz de complexificar os gestos de controle da circulação dos corpos no espaço. Seu objetivo inicial é o de se afastar de uma ‘visão etnocêntrica primeiro-mundista’ da questão da mobilidade global, em geral preocupada em definir os ‘não-lugares’ dos ‘cidadãos’ do mundo (hotéis, aeroportos, *shopping-centers*), para poder vincular o fenômeno da desterritorialização ‘imposta’ ao processo de exclusão capitalista. Assim, embora nunca ‘total’, porque sempre vinculado a processos de (re)territorialização, o conceito de desterritorialização “dever ser aplicado a fenômenos de efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados”²⁶⁵.

É preciso, no entanto, ter cuidado com o conceito de ‘excluído’. Haesbaert cita José de Souza Martins para lembrar que esta noção acaba transformando atores sociais em vítimas passivas dos processos históricos, não permitindo, assim, dar conta de suas possibilidades de revides criativos, “sua participação transformativa no próprio interior da sociedade que exclui o que representa a sua concreta integração”²⁶⁶. Vimos, no primeiro capítulo, como tal visão converte-se em um gesto ‘político’ paralisante (e paralisador) que mais expia culpas do que transforma realidades.

Em outras palavras, os ‘despossuídos’ acabam sendo colocados teoricamente ‘fora da sociedade’, quando o que de fato acontece é um complexo processo de “inclusão precária” efetivado constantemente (e não sem revides) pelo jogo das relações de poder. Martins, em outro trabalho, resume como o capitalismo globalizado abandonou uma multidão de deserdados sem destino, um aglomerado composto por diferentes sujeitos que são “indevidamente chamados de excluídos porque incluídos foram nas funções residuais

²⁶⁵ HAESBAERT, Rogério. *Op. Cit.*, p. 312.

²⁶⁶ MARTINS, José de Souza apud HAESBAERT, Rogério. *Op. Cit.*, p. 317.

e subalternas da cloaca de um sistema econômico que não parece ter como funcionar e sobreviver sem iniquidades e injustiças”²⁶⁷.

Esse processo funda uma relação com o território que também é ‘precária’, na medida em que estabelece, à força, ‘amontoados’ humanos em espaços cujo controle não mais lhes pertence. Tragédia que já era percebida em sua gênese por Josué de Castro, ainda no início dos anos 50:

“Nosso povo, inferiorizado exclusivamente pela ação degradadora de uma organização(...) econômica primária, causadora do absoluto abandono do homem desamparado diante dos perigos da fome e das doenças. Fome e doenças que são os únicos companheiros constantes da solidão forçada do homem brasileiro. Do homem perdido na selva amazônica. Esquecido nos infinitos canaviais do Nordeste e nos sombrios cacauais da Bahia. Atolado nas terras padulosas do estado do Rio. Degradado nas montanhas bociosas de Minas Gerais e nos pantanais de Mato Grosso. Nas zonas desconhecidas dos limites territoriais. Do homem perdido na imensidade da terra brasileira”²⁶⁸.

Os diferentes tipos de ‘solitários entregues à própria sorte’ irão compor, nos dias de hoje, os aglomerados de exclusão. Haesbaert lembra como suas características se assemelham à noção de ‘desclassificados’, proposta por Otto Bauer, já que “qualquer tentativa de incorporar esses excluídos em uma ‘classe’, (...) seria equivocada, (...) como seria enganoso imaginar que seus espaços correspondem a territórios claramente identificáveis”²⁶⁹.

A dificuldade de Bauer em ‘definir’ a que classe social pertenceriam os indivíduos ‘postos a migrar’ remete, em parte, à figura do lumpen-proletário presente nas teses marxistas, como aqueles incapazes de tornarem-se parte da classe operária, naquele momento em formação. Nos dias de hoje, no entanto, percebemos em que medida tal massa de ‘incluídos de modo desigual’ não pára de crescer e de articular, inclusive, gestos de revide criativo baseados em associações de devires impensáveis em outros tempos. Deparamo-nos, portanto, com mais um dos casos em que a interpretação marxista precisa ser adaptada às transformações contemporâneas, sob pena de não sermos capazes de identificar as novas potências de revides, interpretando-as como ações a-políticas.

²⁶⁷ MARTINS, José de Souza. *Op. Cit.*, 2000, p. 16.

²⁶⁸ CASTRO, Josué. *Op. Cit.*, 1957, p. 264.

²⁶⁹ HAESBAERT, Rogério. *Op. Cit.*, p. 323.

Para entendermos mais a fundo quais são os afectos desses ‘sujeitos’ postos em mobilidade é preciso estabelecer um breve debate em relação à (im)possibilidade do uso da categoria de ‘classe social’ para entendermos a ‘velocidade’ nômade do MST. A respeito da organização política em rede, Negri e Hardt propõem o conceito de *multidão* como uma categoria capaz de dar conta do processo contemporâneo. Os autores relêem a tese marxista de luta de classes, relacionando-a ao conceito de biopoder, de Foucault, e à proposta de Deleuze e Guattari a respeito do devir minoritário. Assim, as características contemporâneas do capitalismo desterritorializante são nomeadas por Negri e Hardt como a atual fase imperial de administração em rede gerida pela lógica do biopoder²⁷⁰.

Para os autores, a multidão seria um ‘conceito de classe’ por converter-se em uma luta coletiva, embora não seria composta, como veremos mais abaixo, por uniformidades identitárias. Nesse caso, o que definiria o aspecto político e econômico de um grupo seria a possibilidade de estabelecimento de uma luta comum, fato que se aproximaria do objetivo de Marx de demonstrar como “existem as condições que tornam possível uma única classe de trabalho”²⁷¹. Daí o conflito entre a visão marxista de luta de classes e a crítica liberal de que as classes ou não existiriam, ou seriam quase infinitas. A tese de Negri e Hardt é a de que seria possível não termos que optar, conceitualmente, entre a unidade e a pluralidade. Nos moldes das ambigüidades de Deleuze e Guattari, o conceito de multidão reuniria os dois aspectos. Assim, “uma multidão é uma multiplicidade irreduzível; as diferenças sociais singulares que constituem a multidão devem sempre ser expressas, não podendo ser aplainadas na uniformidade”²⁷².

Tais singularidades, no entanto, seriam capazes de atuar em comum, o que nos leva a uma primeira abordagem do conceito: “multidão como sendo formada por todos aqueles que trabalham sob o domínio do capital, e, assim, potencialmente, como a classe daqueles que recusam o domínio do capital”²⁷³. Com isso, os autores estabelecem uma distinção de seu conceito com o de ‘classe operária’ e nos ajudam em dois objetivos:

²⁷⁰ Voltaremos mais abaixo, ainda nesse capítulo, a debater a questão do biopoder bem como o caráter em torno da ‘singularidade qualquer’, proposta por Agamben como o revide contemporâneo possível. Por ora, no entanto, cabe aprofundar o conceito de multidão. A respeito do ‘biopoder’ vale lembrar a inversão do sentido inicial foucaultiano, ao uso contemporâneo do termo, resumido, da seguinte forma por Pelbart: “biopolítica não mais como o poder *sobre* a vida, mas como a potência *da* vida” (2003:25).

²⁷¹ HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Multidão*. São Paulo: Record, 2005, p. 145.

²⁷² *Idem, Ibidem*, p. 145.

²⁷³ *Idem, Ibidem*, p. 147.

delimitar uma unidade à dispersão apontada por Bauer e aproximar a idéia de multidão à potência de uma linha de fuga que seja da ordem de um ‘devir minoritário’.

Para entendermos melhor a questão será necessário lembrar que, diante da constatação de que nossa era seria a das minorias, Deleuze e Guattari alertam para o fato de que essas não seriam medidas numericamente, mas, ao contrário, a partir da possibilidade de fuga da normalização produzida pelo capitalismo em torno das ‘maiorias redundantes’. Com isso, as minorias poderiam ser capazes de estabelecer vínculos de revides mundiais.

Tais vínculos, no entanto, estabeleceriam a potência de uma linha de fuga apenas na medida em que fossem capazes de romper com a ‘captura inclusiva desigual’ por parte do capitalismo (e do Estado). Deleuze e Guattari ilustram a idéia com a proposta de Tronti de que “para lutar contra o capital, a classe trabalhadora deve lutar contra ela mesma enquanto capital”²⁷⁴. Ou seja, as minorias serão revolucionárias não por buscar uma inclusão que de fato, como vimos, já existe, mas pelo ‘fora’ que elas podem materializar diante da ordem mundial, sobretudo nos dias atuais em que o ‘império’ dirige suas armas contra ‘o inimigo qualquer’.

“Mas, enquanto a classe trabalhadora se define por um estatuto adquirido ou mesmo por um Estado teoricamente conquistado, ela aparece somente como ‘capital’, parte do capital (capital variável) e não sai do plano do capital.(...) Em compensação, é saindo do plano do capital, não parando de sair dele, que uma massa se torna sem cessar revolucionária e destrói o equilíbrio dominante dos conjuntos numeráveis”²⁷⁵.

O problema do conceito de classe operária e da idéia de que da luta de classes emergirá a solução para a exploração capitalista é, portanto, não permitir perceber que a lógica do capital acaba sendo usada para unificar os indivíduos em torno de uma ‘resistência’ que impediria a transformação, na medida em que permanecemos no terreno imposto pelas relações de poder (e pelas palavras de ordem)²⁷⁶.

²⁷⁴ DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*, 1997b, p. 176.

²⁷⁵ Idem, *Ibidem*, p. 176.

²⁷⁶ Reside nesse aspecto, inclusive, nossa dificuldade conceitual em definir a ação sem-terra. Recusamos o termo resistência, adotando ‘revide’, em grande parte por ser o termo usado por Deleuze e Guattari, sabendo, no entanto, que o prefixo ‘re’ não é fiel à potência sem-terra que se instaura, de fato, em um ‘devir’.

Por essa razão, a potência do devir-minoria não se mediria pela capacidade de se impor no sistema majoritário, mas, ao contrário, por não ser capaz de formar um Estado:

“Se as minorias não constituem Estados viáveis, culturalmente, politicamente, economicamente, é porque a forma-Estado não convém, nem a axiomática do capital, nem a cultura correspondente.(...) Do mesmo modo, a questão das minorias é antes abater o capitalismo, redefinir o socialismo, constituir uma máquina de guerra capaz de responder à máquina de guerra mundial, com outros meios. Se as duas soluções de extermínio e de integração não parecem possíveis, é em virtude da lei mais profunda do capitalismo: ele não pára de colocar e repelir seus próprios limites, mas ele não o faz sem que ele próprio suscite fluxos em todos os sentidos que escapam à sua axiomática”²⁷⁷.

Dessa forma, podemos estabelecer a aproximação das minorias ao conceito de multidão, definindo um conjunto complexo e múltiplo de indivíduos que recusam sua inscrição precária no processo capitalista e que, por essa mesma recusa, são capazes de, a partir de múltiplas singularidades, estabelecer, em rede, um revide comum e global. O fato de tais revides ‘não formarem um Estado’ não deve ser visto, no entanto, como uma aposta niilista na ‘impossibilidade de vitória’ por parte desses revides. O gesto crítico de Deleuze e Guattari nos indica novas possibilidades de ação criativa *outra*, não simplesmente ‘contra’ o capitalismo. Se não fica claro hoje de que forma esses revides de fato ‘revolucionariam’ nossa realidade de modo definitivo, é porque não paramos de recolher evidências de que as ‘revoluções’ pretendidas nesse século que passou não se mostraram tão ‘duradouras’ quanto nossas esperanças. As constatações dos autores, entretanto, renovam tais possibilidades ao deslocarem o embate para um terreno cujas certezas fincam-se de modo menos sólido. Talvez por isso mesmo, em tal perspectiva possa florescer novas possibilidades de sentidos e de relações sociais.

De volta ao pensamento de Negri e Hardt, nos interessa ainda articular a multidão com a figura contraditória do camponês. Vimos, no primeiro capítulo, como tal categoria remete mais a uma visão linear e ‘evolutiva’ do processo de transformação social do que à existência de fato de uma ‘identidade’ camponesa compartilhada. Veremos, mais abaixo, inclusive, como no caso brasileiro as especificidades regionais apontam para diferentes perfis que, somente à força, poderiam ser unificados sob o mesmo rótulo.

²⁷⁷ DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*, 1997b, p. 176-177.

A evidência da complexidade da ação sem-terra é resumida, por Negri e Hardt da seguinte forma:

“As lutas mais inovadoras dos agricultores hoje em dia, por exemplo, como as (...) do MST no Brasil, não são lutas fechadas e limitadas a um único setor da população. Elas abrem novas perspectivas para todos, em questões de ecologia, pobreza, economia sustentável e na realidade em todos os aspectos da vida”²⁷⁸.

No primeiro capítulo percebemos como se dá o complexo processo de construção de uma subjetividade rebelde a partir da ocupação. Na questão específica da luta ampla do movimento, poderíamos citar, a título de ilustração, o episódio da entrega da bandeira do MST a Arafat quando o mesmo se encontrava sitiado em seu próprio território. A estratégia de unificar e tornar comum as lutas de etnias e povos com características históricas e religiosas tão distintas, formando um território-rede de ocupações rebeldes, no Brasil e na Palestina, contra o poder central do império é mais do que uma simples estratégia de visibilidade para tornar o movimento um ‘ator midiático’.

Trata-se da evidência empírica de que é possível estabelecer uma luta ‘comum’ a partir de múltiplas singularidades. Sobretudo porque “a carne produtiva comum da multidão adquiriu a forma do corpo político global do capital, dividido geograficamente por hierarquias de trabalho e riqueza e governado por uma estrutura multinivelada de poderes econômicos, jurídicos e políticos”²⁷⁹.

Tal ‘unidade’ também é vislumbrada por Deleuze e Guattari ao entenderem o estatuto múltiplo do devir rebelde a partir do entendimento da minoria como “figura universal, ou devir de todo o mundo. Um devir mulher de nós todos, quer sejamos masculinos ou femininos. Um devir não-branco de nós todos, quer sejamos brancos, amarelos ou negros”²⁸⁰.

Negri e Hardt, ao estabelecerem a dupla constatação de que a luta contra os efeitos do capitalismo pode ser universalizada e de que a multidão precisaria de um projeto político para passar a existir, defendem uma solução na mesma linha de raciocínio. Para eles, o tipo de projeto capaz de dar vida à multidão em seu aspecto de revide criativo seria a mobilização global do comum (ou do ‘qualquer’, nas palavras de Agamben). Residiria

²⁷⁸ HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Op. Cit.*, 2005, p. 170.

²⁷⁹ *Idem, Ibidem*, p. 247.

²⁸⁰ DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*, 1997b, p. 174.

nesse aspecto, inclusive, a necessidade do estabelecimento de comunicação entre os diferentes revides. Vimos como o MST constitui-se em um espaço liso que é da mesma ordem da administração de fluxos globais hegemônicos. Há, também, que se mencionar como o movimento não só incorpora a descentralização em sua estrutura política como também estabelece uma vasta rede de comunicação alternativa e independente cujo principal objetivo talvez seja o de estabelecer o vínculo comum entre as múltiplas linhas de fuga²⁸¹.

A mobilização global comum em rede, da qual o MST faz parte, agrega um aspecto fundamental à ‘carne monstruosa da multidão’: sua capacidade de renascer com novas potências criativas após cada destruição. Deleuze e Guattari já mostraram em que medida o capitalismo

“não opera a “conjugação” dos fluxos descodificados e desterritorializados sem que os fluxos se dirijam ainda para mais longe, escapem tanto à axiomática que os conjuga quanto aos modelos que os reterritorializam, e tendam a entrar em “conexões” que desenham uma nova Terra, que constituem uma máquina de guerra cujo fim não é mais nem a guerra de extermínio, nem a paz do terror generalizado, mas o movimento revolucionário (conexão de fluxos, composição de conjuntos não-numeráveis, devir-minoritário de todo mundo)”²⁸².

Por essa razão, podemos concordar com a idéia de que “o extermínio de uma minoria faz nascer ainda uma minoria dessa minoria. Malgrado a constância dos massacres, é relativamente difícil liquidar um povo ou um grupo, mesmo no terceiro mundo”²⁸³. Diante disso é que poderemos estabelecer uma genealogia dos revides anteriores no Brasil e propormos, como o MST o faz, uma aproximação entre as múltiplas lutas anteriores com a invenção da máquina de guerra nômade sem-terra nos dias atuais. Antes, porém, cabe voltar a aprofundar o processo perverso de migração posto em funcionamento pela lógica do capitalismo contemporâneo.

Ao desenvolver as características principais dos ‘aglomerados de exclusão’, Haesbaert nos ajuda a perceber como os revides oriundos do devir minoritário surgirão destes lugares que não chegam a ser ‘espaços à parte’, mas “fruto de uma condição social

²⁸¹ Como já foi mencionado, não é objetivo desse trabalho analisar tais redes de comunicação. No entanto, remeteremos às mesmas algumas conclusões quando abordarmos a questão dos efeitos políticos da ruína discursiva sem-terra.

²⁸² DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*, 1997b, p. 177.

²⁸³ *Idem, Ibidem*, p. 175.

extremamente precarizada, onde a construção de territórios ‘sob controle’ ou ‘autônomos’ se torna muito difícil, ou completamente subordinada a interesses alheios à população que ali se reproduz”²⁸⁴.

Em outras palavras, os aglomerados são espaços lisos de não-identificação e de não-controle por parte dos grupos que ali se ‘localizam’. Daí a constatação de que se trata mais de um “processo – muitas vezes temporário – do que [de] uma condição ou um estado objetiva e espacialmente definido”²⁸⁵.

Assim, ao estabelecermos uma genealogia dos diferentes fluxos desterritorializantes, postos em funcionamento no Brasil, o que buscamos é muito mais descrever tais ‘processos’ como instrumentos que permitiram a irrupção de devires revolucionários, do que determinarmos uma ‘história’ linear do fluxo de migração rural brasileira.

Resumindo as teses de Haesbaert, pode-se apontar três propriedades básicas dos ‘aglomerados de exclusão’: “a instabilidade e/ou insegurança socioespacial; a fragilidade dos laços entre os grupos sociais e desses com seu espaço (tanto em termos de relações funcionais quanto simbólicas); [e] a mobilidade sem direção definida ou a imobilidade sem efetivo controle territorial”²⁸⁶.

Em relação à última característica, vale recuperar a tese de Deleuze e Guattari segundo a qual a valoração do termo ‘desterritorialização’ não é sempre negativa, bem como as diferenças entre territorialidade e desterritorialidade (e de espaço liso e estriado, como vimos) não são objetivas. Os autores lembram que “pode-se habitar os desertos, as estepes ou os mares de um modo estriado; [bem como] pode-se habitar de um modo liso inclusive as cidades, ser um nômade das cidades”²⁸⁷. Tais filósofos ilustram a tese com o exemplo dos *beatniks* que “são nômades por mais que não se movam, não migrem, são nômades por manterem um espaço liso que se recusam a abandonar, e que só abandonam para conquistar e morrer”²⁸⁸.

No caso específico dos aglomerados de exclusão, podemos dizer que esses são núcleos cujas práticas remetem muito mais a agenciamentos *migrantes* do que *nômades*.

²⁸⁴ HAESBAERT, Rogério. *Op. Cit.*, p. 327.

²⁸⁵ *Idem, Ibidem*, p. 327.

²⁸⁶ *Idem, Ibidem*, p. 331.

²⁸⁷ DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*, 1997b, p. 189.

²⁸⁸ *Idem, Ibidem*, p. 189.

Isso porque, como vimos, o que define um afecto nômade é a potência desterritorializante que ele é capaz de agenciar. Nos aglomerados, a mobilidade sem direção definida é muito mais um ‘*movimento*’ incerto do que uma ‘*velocidade*’ nômade. De modo análogo, a imobilidade desses excluídos não lhes permite manter um espaço liso, já que os coloca, de modo estriado, à margem das cercas que continuam definindo as propriedades capitalistas. Haesbaert mostra, entretanto, como a desordem excludente dos aglomerados guarda, ainda assim, “um sentido ao mesmo tempo negativo e positivo – por seu potencial ‘transformador’, criador do novo, *locus* por excelência das ‘linhas de fuga’ e da desterritorialização no sentido deleuze-guattariano”²⁸⁹.

Dessa forma, a inscrição desterritorializante – convertida em revide político – desses ‘excluídos’ no território se dará de modo semelhante aos nômades apenas quando seus integrantes forem capazes de ‘inventar’ sua máquina de guerra. É o que faz o MST no momento em que é capaz de produzir um sentido único para o complexo e plural fluxo produtor de ‘aglomerados de exclusão’. A partir daí, o ‘movimento’ excludente consegue ser interrompido pela ‘velocidade’ do revide, ‘re-territorializado’ na (e pela) ocupação.

3.2 A inversão dos fluxos migratórios em um devir nômade sem-terra

Para estabelecermos o entendimento a respeito da administração dos fluxos migratórios em revides nômades, mais uma vez, não se pode esquecer que a filosofia política de Deleuze e Guattari se baseia no estabelecimento de fluxos cambiantes, para além, portanto, de uma dialética fundada na ordem de binarismos reducionistas. É dessa mesma ordem a potência de revide sem-terra que, de *migrante*, torna-se *nômade* com o ato de romper cercas e ocupar um território, desterritorializando-o em um espaço liso de linha de fuga.

Ao analisar a possibilidade de constante câmbio de papéis, aparentemente opostos e inconciliáveis, os autores se referem a um aspecto que é, inclusive, muito presente na organização sem-terra: os movimentos religiosos de migração. O exemplo mais evidente, inspirador do MST, é a marcha promovida por Moisés rumo à terra prometida. Por mais migrante que fosse a aventura do povo judeu pelo deserto, ela só começa, de fato,

²⁸⁹ HAESBAERT, Rogério. *Op. Cit.*, p. 335.

“formando uma máquina de guerra, sob inspiração de um antigo passado dos hebreus nômades, e a conselho do sogro de Moisés, de origem nômade”²⁹⁰. Assim, só será possível entender o que há de contemporâneo no MST se formos capazes de estabelecer ainda mais a fundo seu gesto de articular constantemente essa mistura de elementos.

“A necessidade de distinção entre sedentários, migrantes, nômades não impede as misturas de fato; ao contrário, torna-as por sua vez tanto mais necessárias. E não se pode considerar o processo geral de sedentarização que venceu os nômades sem ter em vista também os acessos de nomadização local que arrancaram os sedentários. E duplicaram os migrantes (especialmente em favor da religião)”²⁹¹.

Será preciso, portanto, entender os fluxos cambiantes – responsáveis pela transformação dos ‘desterritorializados’ ora em nômades, ora em migrantes – como produtores de subjetividades e devires; como efeitos de constantes processos de codificações, descodificações e sobrecodificações, por parte do Estado (e dos movimentos sociais), nos diferentes momentos da história. Sobretudo, naqueles de ruptura, que acabaram produzindo o advento do capitalismo, seus “aperfeiçoamentos” e novas linhas de fuga e rebeliões.

Os distintos modos de dialogar com os lugares e de estabelecer espaços acabam sendo causados, sobretudo, pelo investimento de relações de poder historicamente determinadas. Assim, identificando os principais pontos de ruptura que levaram o capitalismo ao seu formato contemporâneo, poderemos, na mesma medida, fugir de uma visão simplista presente em algumas análises que pressupõem os sedentários (e o Estado) como uma “evolução” natural do ‘homem’ (como se fosse sempre o mesmo). A outra vantagem é podermos entender como o MST inscreve seus fluxos nômades (des-re-territorializantes) precisamente no trânsito entre diferentes relações de poder ao longo da história recente brasileira. Em outras palavras, como a prática política sem-terra é capaz de reconfigurar a memória (e os sentidos) dos acontecimentos passados, em torno de um projeto atual que precisa parecer comum a todos os ‘desterritorializados’, por mais diferentes que sejam.

²⁹⁰ DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*, 1997b, p. 102.

²⁹¹ *Idem, Ibidem*, p. 57.

Nesse sentido, a mudança radical de perspectiva sobre a relação entre Estado-nação e território, promovida por Deleuze e Guattari e analisada no primeiro capítulo, converte-se em ferramenta capaz de lançar uma luz diferente ao advento do MST, na medida em que sua potência de revide virá muito mais da capacidade de organizar os ‘fluxos desterritorializados’ do que de um ‘ressentimento’ pela falta de território.

Para entendermos melhor a inversão, será preciso estabelecer uma genealogia dos diferentes aglomerados de exclusão e de seus diferentes revides, violentamente sufocados, ao longo da história do Brasil. Com isso, poderemos compreender de que forma, nos vários momentos de gênese do MST (em diferentes localidades), foi possível harmonizar os mais diversos fluxos e aglomerados de exclusão, em torno de um ‘revide único’ capaz de estabelecer uma máquina de guerra nômade, em resposta ao constante processo de ‘migração sem-rumo’, composto por incessantes e violentas ‘sedentarizações precárias’.

3.2.1 A máquina de moer gentes: os ‘cinco brasis’ e seus infinitos revides

O antropólogo Darcy Ribeiro, em seu apaixonado *‘O povo brasileiro’*, propõe mapear nossas ‘origens históricas’, dando ênfase ao processo constante de construção de uma massa de ‘desterritorializados’, cujas revoltas foram repetidas vezes controladas por meio de sangrentos massacres num mecanismo apelidado pelo autor de ‘moinho de moer gentes’. Embora desenvolva sua perspectiva a partir de uma ótica marxista um tanto ‘evolutiva’, sobretudo na determinação econômica dos processos históricos, é possível lançar mão do trabalho de Ribeiro como um eficiente estudo capaz de mapear os sucessivos processos que levaram à produção de diferentes fluxos desterritorializados ao longo de nossa história.

A partir dessa análise poderemos pincelar a emergência de alguns revides anteriores e estabelecer o advento do MST nesses diferentes cenários. Nosso objetivo, vale lembrar, é pensar de que forma os sem-terra rearticulam os sentidos desses fluxos desterritorializantes e desses revides em torno de seu devir contemporâneo. Assim, será possível mapear as condições de produção específicas da luta pela terra ao longo de diferentes momentos e de especificidades regionais que conseguem se agrupar, hoje, no MST. Em outras palavras, é preciso entender os diferentes migrantes, produzidos ao longo da história, que serão agenciados, nos dias de hoje, a partir de um afecto nômade,

ao inventarem sua máquina de guerra. Com isso, poderemos retomar a inversão à crítica de Martins no primeiro capítulo, transformando-a em ‘elogio’ da estratégia política sem-terra.

Para entender a complexidade cultural e os processos históricos de formação do Brasil, Ribeiro separa cinco cenários regionais de ‘brasis’ que teriam sido originados a partir de relações econômicas e sociais distintas, embora interdependentes. O autor não faz uma referência explícita, mas sua divisão regional coincide com as cinco áreas alimentares propostas por Josué de Castro²⁹², ao mapear a geografia da fome brasileira. Ambas as divisões propostas ultrapassam a separação simplista das regiões geográficas brasileiras. Outro autor já citado que também oferece algumas pistas desta multiplicidade é Martins que aponta quatro cenários de ‘inclusão precária’ promovidos pelo capitalismo a partir dos anos 50 do século passado.

Promovendo um encontro entre os autores, é possível agrupar cinco diferentes cenários sócio-econômicos em regiões específicas. Adotando a nomenclatura de Ribeiro, teríamos o *‘brasil crioulo’*, situado na região litorânea do nordeste de origem açucareira; o *sertanejo*, presente na área que vai do sertão nordestino ao cerrado do centro-oeste, incluindo o norte de Minas Gerais; o *caipira*, estabelecido em quase toda a região sudeste, passando, ainda, pelo norte do Paraná e grandes áreas de Goiás e Mato Grosso do Sul; o *caboclo*, espalhando-se por toda região amazônica, incluindo Maranhão e Mato Grosso; e o *sulino*, nos estados mais meridionais no país.

Tal divisão permite-nos elaborar uma genealogia mais aprofundada das lutas que permitirão o advento do MST. Para isso, será preciso estabelecer, em cada um dos cinco cenários, os processos de expulsão que farão, dos camponeses, migrantes sendo obrigados a habitar verdadeiros ‘aglomerados de exclusão’. Com isso, poderemos entender as diferentes revoltas camponesas ao longo de nossa história, bem como o duplo gesto efetuado pelo Estado brasileiro: captura da propriedade e desterritorialização do camponês. A seguir, será possível mapear o advento do MST em cada um dos cenários e identificar sua capacidade de re-agrupar os fluxos anteriores e seus revides, como matrizes heróicas para a atuação política unificada do movimento nos dias de hoje. Em

²⁹² Josué de Castro (1957) fala em 5 zonas alimentares, também não totalmente coincidentes com as regiões político-administrativas.

outras palavras, nosso processo histórico é constituído de sucessivos gestos de inclusão precária (em relação ao processo produtivo nacional), fundados numa constante expulsão de diferentes tipos de trabalhadores rurais de uma terra cuja propriedade nunca teria sido de fato deles.

Ao longo de sua história, cada um desses cinco ‘brasis’ gerou matrizes de devires revolucionários produzidos por grandes massas de gente em busca de re-territorialização. Tais revoltas foram todas controladas pelo Estado e tinham origens e características, bem como atores sociais, bastante distintos entre si. O que se pretende mostrar é como a grande novidade do MST será justamente sua capacidade de redirecionar os fluxos desterritorializantes desses camponeses com realidades extremamente diversas, embora com algumas semelhanças estruturais. Reside aí a complexidade ambígua através da qual o MST irrompe seu devir minoritário desterritorializante, sendo capaz de deslocar uma série complexa de fluxos *migratórios* em um devir *nômade*. Para isso, o movimento propõe uma interpretação histórica outra desses devires, a partir de uma memória-clandestina camponesa, capaz de unificar diferentes atores políticos em torno de um projeto de revide que ganha aspectos de um devir minoritário único compartilhado por todos os integrantes do movimento.

De volta aos cinco cenários propostos por Ribeiro, vale mostrar como, na verdade, seriam ‘ilhas civilizatórias’ que surgiram e foram se desenvolvendo com certa independência, até que tais ilhas, “muito tempo depois, começaram a comunicar-se regularmente umas com as outras, através dos imensos espaços desertos que as separavam”²⁹³. Já vemos aí o processo crescente de estriamento dos espaços e de administração dos ‘imensos espaços lisos’ que comporiam a rede de contato entre esse ‘arquipélago continental’.

Tal espaço liso será, também, constantemente ocupado pelos aglomerados humanos que, periodicamente, foram sendo ‘postos de fora’ do processo de construção dessas ‘ilhas’. Alguns deles, como os quilombos, por exemplo, tornam-se capazes de estriar esses espaços, temporariamente, em sua tentativa de estabelecer um processo produtivo, até o momento em que são, novamente, postos em migração pelas forças do Estado. Percebe-se, portanto, como os ‘incluídos de modo precário’ sempre precisaram se

²⁹³ RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*, São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 271.

habituar a habitar os espaços lisos. É notável, também, como a unidade nacional contemporânea se deve, em grande parte, a uma espécie de ‘costura de viés’, desenvolvida pela insistência constante de tentativas de reterritorialização por aqueles que foram continuamente postos em mobilidade.

Com isso, cabe efetuarmos a reterritorialização da análise de Deleuze e Guattari em relação aos pólos de captura do Estado ao nosso caso específico. Em linhas gerais, podemos perceber como a relação primeira estabelecida com a terra, no Brasil, foi a da prática de coleta livre por parte das mais diversas nações indígenas. Com a descoberta e a posterior colonização, passamos a vivenciar uma primeira sobrecodificação, responsável pelo estabelecimento dos gestos iniciais de exploração capitalista em relação ao trabalho de extrativismo em larga escala.

Ribeiro, ao mapear as características do ‘*brasil crioulo*’, mostra como a região litorânea do nordeste, com suas terras férteis e frescas, proporcionou a primeira grande ocupação econômica do Brasil com a implantação da monocultura latifundiária de cana-de-açúcar, cujo apogeu perdura até o ano de 1700. O antropólogo defende a idéia de que a civilização que surge ao redor da produção de açúcar “se estrutura em uma formação econômico-social atípica com respeito às americanas e às européias de então”²⁹⁴. Trata-se de uma ‘invenção’ brasileira que permite dar eficácia e lucratividade à economia açucareira. Temos a origem do processo de controle ‘quase-feudal’ mas ‘sempre-capitalista’ presente na relação senhor de engenho/escravo, descrito por Gilberto Freire em *Casa Grande e Senzala*.

Para Ribeiro, a ‘fazenda’ como forma inédita de organizar a produção pode ser tomada como modelo e metáfora do que seria a base da sociedade brasileira tradicional, uma vez que nesse sistema “já se anunciava a ousadia empresarial capitalista que, quebrando unidades societárias arcaicas, quaisquer que fossem, engajava seus membros nas empresas produtivas, seja por força da escravização, seja ‘livremente’, como proletários”²⁹⁵.

Encontramos, portanto, com o advento das fazendas de canas-de-açúcar, no nordeste, uma espécie *sui generis* do primeiro pólo de captura estatal, apontado por

²⁹⁴ *Idem, Ibidem*, p. 276.

²⁹⁵ *Idem, Ibidem*, p. 281.

Deleuze e Guattari, no qual os índios e seus filhos com o homem branco passam a modificar, à força, sua relação com a terra. Os antigos coletores, que não estabeleciam relação de propriedade com a terra, sofrem sua primeira desterritorialização ao se converterem, primeiramente, em escravos e, depois, em agricultores duramente explorados. Em ambos os casos, a relação com a terra se modifica na medida em que são re-territorializados em um local convertido em espaço que não lhes pertence, no momento em que a terra passa a ser concedida, pelo regime de sesmaria, a um senhor único a quem devem pagar pelo direito de trabalhá-la.

Daí a confusão teórica de cientistas que, como vimos no primeiro capítulo, perceberiam o modelo capitalista e o sistema feudal aparentemente coexistindo no Brasil colônia. Ribeiro, no entanto, lembra que

“o sistema produtivo da plantação não pode ser reduzido aos sistemas não-mercantis do feudalismo europeu (...) [já que] é um sistema agrário-mercantil de colonização escravista, conformado como um conjunto integrado de relações centralizadas no objetivo de produção monocultora para exportação”²⁹⁶.

Em outras palavras, tal processo de desterritorialização, que se assemelha ao momento europeu de passagem do Estado arcaico para o feudal (apontado por Marx), possui uma especificidade: irrompe graças a um projeto já capitalista de exploração colonial. Ao contrário do senhor feudal europeu, que ainda não estabelecia uma relação mercantilista com a terra, o senhor de engenho já surge como proprietário de um empreendimento cujo objetivo principal é gerar lucro (e acúmulo), portanto, capitalista.

Será por esta diferença que, com o declínio de importância econômica da região (e desse modelo), frente ao avanço da monocultura do café no sudeste, no final do século XIX, a oligarquia açucareira passará a depender substancialmente do apoio do Estado. Mesmo assim, não haverá um processo de inclusão da massa de trabalhadores, brevemente sem função, já que o volume de trabalho será significativamente menor.

Diante do primeiro pólo de captura, Ribeiro percebe, ainda, uma certa possibilidade de re-territorialização por parte de meeiros, trabalhadores libertos e colonos, todos capazes de desenvolver uma razoável liberdade econômica, na medida em que continuavam podendo estabelecer, até certo ponto, uma relação com a terra bastante

²⁹⁶ *Idem, Ibidem*, p. 285.

semelhante a de nossos habitantes originais: a produção de subsistência, intercalada com a venda de um excedente mínimo.

O acontecimento responsável pela irrupção do segundo pólo de captura das terras pelo Estado brasileiro, já o vimos, será o advento da Lei de Terras, de 1850. Além de pôr um final definitivo no regime das sesmarias e das concessões gratuitas, tal legislação oficializa a propriedade privada da terra, transformando-a em mercadoria vendável. Vimos como essa sobrecondificação promove um intenso conflito de memórias a respeito da propriedade dos territórios, bem como coloca em jogo a grilagem e a crescente expulsão violenta das terras por parte dos ocupantes anteriores. Junte-se a isso o duplo impacto da abolição da escravatura e da chegada dos emigrantes europeus para trabalhar nas lavouras do café e temos uma verdadeira rede de expulsões criando fluxos desterritorializados entrelaçando as cinco ‘ilhas civilizatórias’.

O terceiro pólo de captura é o que coincide (e produz) o agronegócio global contemporâneo e tem sua implantação acelerada durante a ditadura militar, culminando com a atual ‘modernização conservadora’: a terra torna-se, gradativamente, alvo da especulação por parte de investidores ‘desterritorializados’. Um exemplo desse processo pode ser sentido na derrocada da indústria açucareira nordestina. Com o surgimento das modernas usinas capazes de refinar o açúcar em larga escala, o velho engenho artesanal torna-se tão obsoleto quanto o poder local de seus antigos senhores, travestidos, então, em meros fornecedores de matéria prima. Esse fenômeno permite a concentração da propriedade das terras em poucas e poderosas cooperativas que são instaladas “à custa de empréstimos a banqueiros estrangeiros e estruturadas como sociedades anônimas”²⁹⁷.

A propriedade da terra é, portanto, virtualizada ao ser convertida em hipoteca bancária. Ribeiro resume o que resta da outrora poderosa oligarquia canavieira nordestina, hoje dependente dos subsídios estatais: “os filhos bacharéis dos antigos senhores, todos eles cidadãos, têm agora como sua ‘fazenda’ a cota de ações que restou da propriedade familiar e, sobretudo, o erário público que se torna uma das principais clientelas”²⁹⁸. Trata-se do processo denunciado por Callado (nas reportagens analisadas no capítulo dois) como ‘Indústria da seca’, em que os ‘coronéis’, com seu poder

²⁹⁷ *Idem, Ibidem*, p. 303.

²⁹⁸ *Idem, Ibidem*, p.304.

diminuído, arrendam suas terras decadentes, hipotecadas aos bancos, dependendo do subsídio estatal para manter sua riqueza, mesmo com a miséria dos trabalhadores. Fenômeno semelhante é reproduzido, no sudeste, com a decadência da cultura cafeeira.

Em resumo, pode-se perceber três sobrecodificações em relação à terra convivendo na complexidade agrária brasileira: a que converte a ação livre em uma posse sem propriedade; a que instaura a propriedade do latifúndio; e a que virtualiza a terra no mesmo movimento em que propõe como única viabilidade a exploração de um agronegócio altamente industrializado e inserido na demanda global por produtos agrícolas específicos. O entendimento dessas etapas permite estabelecer os diferentes fluxos desterritorializantes, responsáveis pela ‘costura populacional’ entre as cinco ilhas civilizatórias.

Em linhas gerais, é possível mapear, brevemente, seis conjuntos de grandes fluxos migratórios entre os cenários regionais propostos por Ribeiro, ao longo da história. Além do ‘*brasil crioulo*’, temos, espalhando-se do sertão nordestino ao norte de Minas e ao serrado do centro-oeste, o cenário descrito pelo antropólogo como *sertanejo*, no qual grandes latifúndios de terras muito pobres são destinados à criação de gado, de bode e à plantação de algodão. Tal região foi, historicamente, assolada pelas secas e pela fome, levando aos dois primeiros grandes fluxos migratórios: a corrida pelo ouro nas Gerais e o povoamento da região norte do Brasil.

O primeiro fluxo leva ao crescimento de um terceiro cenário definido por Ribeiro: o *caipira*. Com tal migração, percebe-se a passagem da co-existência inicial entre mamelucos paulistas (caçando índios) e bandeirantes, estabelecendo sua economia de subsistência (quase indígena), para a irrupção de um povoamento maciço ao longo de quase cem anos de exploração de ouro e diamantes. Com a decadência do extrativismo mineral, vivemos um momento de ‘volta caipira à subsistência’ que será violentamente interrompida, já no século XIX, pela avassaladora expansão da economia cafeeira de exportação.

O segundo fluxo sertanejo se dá em direção à região norte e irá compor um primeiro núcleo de povoamento no ‘*brasil caboclo*’, responsável pela mão-de-obra necessária ao primeiro ciclo da borracha. Nesse cenário, a posse da terra como alvo de embate e especulação ganhará importância, apenas a partir do período de ditadura militar,

com os incentivos à ocupação (pelas colônias e agrovilas) e à implantação da pecuária e da cultura da soja em larga escala. Inicialmente, no entanto, o controle e a exploração dos fluxos migrantes se dará pela exploração do espaço liso capaz de possibilitar a extração vegetal, sobretudo dos seringais.

O caso amazônico é uma boa evidência da tese de Deleuze e Guattari de que não ‘basta um espaço liso para nos salvar’. Ribeiro mostra como na economia extrativista amazônica “a terra em si não tem qualquer valor e a mata exuberante que a cobre só representa obstáculo para alcançar aquelas raras espécies realmente úteis”²⁹⁹. Assim, não se cogitava, naquele período inicial, assegurar a posse legal das terras.

“O que importa na Amazônia é o domínio da via de acesso que leva aos seringais e a conscrição da força de trabalho necessária para explorá-las. Esse domínio não assume, senão acidentalmente, a forma de propriedade fundiária(...). A conscrição da mão-de-obra é alcançada pelas formas mais insidiosas de aliciamento e mantida mediante o uso da força, combinado com um sistema de endividamento do qual nenhum conscrito pode escapar. (...) Assim é que o seringal se implanta como uma empresa desvinculada da terra. Seu elemento é o rio, no qual o homem não se fixa como povoador, mas apenas se instala como explorador até o esgotamento dos seringais. Então, vai adiante com seus próprios meios: as canoas, o barracão de mercadorias e o livro de débito que mantém presos os seringueiros a seu patrão”³⁰⁰.

Nessa rica citação podemos entender melhor, também, em que medida Deleuze e Guattari se referem a uma ‘potência nômade’ e não à figura específica dos ‘povos do deserto’. Para que fosse possível a implantação de uma ‘empresa capitalista’ na selva, foi necessário capturar a natureza nômade de administrar espaços lisos. Em outras palavras, para estabelecer uma relação capitalista com a floresta, ‘estriando-a’, foi necessário administrar o fluxo de pessoas, mercadorias e trabalho através do espaço liso do grande rio que, como o deserto, possui a peculiar capacidade de oferecer territorialização em um movimento leito de desterritorializações constantes.

De volta aos percursos migratórios, o *cenário caboclo* vivenciou, ainda, dois importantes fluxos de pessoas. Durante a segunda guerra mundial, uma grande massa de migrantes nordestinos - do sertão e do litoral - eram aliciados para servirem como ‘soldados da borracha’, em um episódio que culminou no segundo ciclo da mercadoria. Já

²⁹⁹ *Idem, Ibidem*, p. 325.

³⁰⁰ *Idem, Ibidem*, p. 325.

a partir dos anos 70 do século XX, grandes e médios proprietários do sul do país chegam à região, estimulados pelos incentivos do governo militar, levando ao estabelecimento das primeiras grandes propriedades de pecuária e lavouras de soja para exportação.

Para entendermos esse segundo fluxo, é preciso lembrar que o *cenário sulino* possui características um pouco distintas das outras regiões, na medida em que seu processo histórico foi composto por uma articulação entre três ‘tipos’ extremamente distintos. Após o extermínio dos ‘sete povos das missões’, por parte dos bandeirantes paulistas, os sobreviventes indígenas converteram-se, no sul e no oeste do Rio Grande, em gaúchos ‘semi-nômades’ que foram, gradativamente, transformados em ‘soldados’, cuja missão seria garantir, em guerras de fronteiras, a ampliação dos domínios ‘caudilhos’ nos pampas, posteriormente, divididos em latifúndios de trigo e soja, além, é claro, da pecuária de corte.

O segundo grupo era formado pela fusão dos matutos com os açorianos que comporiam as grandes massas de trabalhadores desses latifúndios. Na região norte do Rio Grande do Sul e em toda Santa Catarina, por outro lado, vimos prosperar as pequenas propriedades de subsistência formadas pelos colonos europeus em constante miscigenação com os descendentes dos bandeirantes paulistas. Tal mistura levou à expansão, nas palavras de Ribeiro, dos minifúndios gringo-caipiras da região sul.

Em simultaneidade com a segunda migração do nordeste para a amazônia, a partir do processo de industrialização e urbanização dos anos 50 do século XX, passamos a acompanhar um intenso fluxo migratório oriundo de múltiplos ‘aglomerados de exclusão’ dos cinco cenários rumo às grandes cidades do sudeste, num primeiro momento, e às capitais dos Estados, a partir dos anos 70. Deve-se a essa complexa rede de migrações a irrupção de favelas e de urbanizações precárias nos subúrbios de todas as grandes cidades brasileiras. É ainda com base nessa recente múltipla-migração que Martins vai defender a idéia, já criticada nesse trabalho, de que a questão das terras no Brasil seria um episódio cuja origem deveria ser apontada na urbanização nacional dos anos 50. Como vimos, no entanto, nossa proposta é a de perceber a ação unificadora de devires por parte da ação ‘memorável’ sem-terra.

Em relação aos diferentes revides históricos produzidos pelos múltiplos ‘aglomerados de exclusão’, podemos estabelecer, de modo superficial, uma distinção a

partir dos diferentes diálogos com o controle do território. Assim, nossa história apresentou quatro naturezas distintas de ‘revides’: os ‘*revides re-territorializantes de povoamento*’, os ‘*revides religiosos*’, os ‘*revides políticos*’ e os ‘*revides desterritorializantes*’.

Residem no primeiro grupo de revides, os mais típicos, aqueles cujo objetivo primeiro era o de sedentarização. Entre os mais importantes, podemos citar os diversos quilombos formados por antigos escravos fugitivos que se transformaram, com o tempo, em verdadeiras ‘civilizações à parte’ como o caso de Palmares. Nesse tipo de revide também podem ser incluídas as duas principais revoltas populares da história amazônica, ambas brutalmente controladas em massacres violentos: a cabanagem e a Balaiada.

Ribeiro lembra, inclusive, que a Cabanagem (1834-40) chegou a tomar o controle político da província. O antropólogo atribui como causa da derrota da insurgência o fato de seus integrantes estarem por demais ‘civilizados’. Daí sua dificuldade em estabelecer um projeto alternativo de ordenamento social. Assim, o mesmo argumento usado para descrever a impossibilidade de ‘constituição de Estado’ dos rebeldes da Cabanagem pode ser utilizado para descrever, no Maranhão, a derrota dos rebeldes balaios de origem negra, em sua maioria trabalhadores das grandes fazendas de algodão.

“Demasiado civilizados para voltar às velhas formas tribais de vivência autárquica e demasiado primitivos para se propor uma reordenação intencional da sociedade em novas bases, os cabanos e os balaios se viram paralisados, esperando a derrota que os destruiria. O privilégio de seus dominadores era o de poder experimentar muitas derrotas e sobreviver a elas para refazer a trama constitutiva”³⁰¹.

Ribeiro parece tomar como implícita a tese de Hobsbawm, em seu ‘*Rebeldes primitivos*’, de que faltaria àqueles insurgentes a capacidade política de articularem uma rebelião capaz de promover uma revolução e uma alternativa ao capitalismo injusto que enfrentavam. É evidente, nos dias de hoje, como a busca pela sedentarização em assentamentos, por parte do MST, incorpora tais revides como episódios memoráveis.

Em que pese o peso (marxista) da interpretação um tanto contestável a respeito da ‘incapacidade política’ de fugir ao capitalismo, tal argumento não pode ser atribuído, de forma alguma, ao segundo grupo de revides. Sobretudo diante da evidência de que esses,

³⁰¹ *Idem, Ibidem*, p. 322.

por sua vez, materializariam seus revides justamente no gesto de instaurar um ordenamento social outro: estamos falando dos *'revides religiosos'*, tão comuns no final do século XIX. Os exemplos mais conhecidos de tais 'comunidades utópicas' seriam a Guerra do Contestado (SC) e a Guerra de Canudos (BA). Voltaremos, durante a análise jornalística desenvolvida no tópico abaixo, a mencionar a 'influência memorável' de Canudos, tanto na prática política sem-terra como nos gestos de captura dos sentidos por parte da imprensa.

Os *'revides políticos'* deveriam ser chamados, na verdade, de *'revides marxistas'*, na medida em que todos são ações conscientemente ideológicas, propostas por grupos cujo objetivo seria a 'tomada de poder' e que obtiveram, em diferentes graus, um sucesso importante ao conquistarem, temporariamente, uma 'reterritorialização revolucionária'. Podemos citar, nesse grupo, as Ligas Camponesas de Francisco Julião, já mencionadas no capítulo dois; a Revolta de Trombas e Formoso, em Goiás, capitaneada por José Porfírio³⁰², os movimentos pelos desabrigados das barragens (no sul do Brasil, no Araguaia e em Paulo Afonso); e o movimento intitulado MASTER, cujo núcleo básico veio a formar o MST.

Torna-se evidente, até aqui, como as características contemporâneas do revide sem-terra reúnem as especificidades dos três grupos anteriores. Trata-se de um complexo movimento que articula o papel social da religião aos pressupostos ideológicos de esquerda na busca por uma sedentarização mais justa. No entanto, a descrição da complexidade do MST estaria incompleta, sobretudo para esse estudo, se não levássemos em conta as características peculiares do quarto grupo histórico: os *'revides desterritorializantes'*. Os dois exemplos mais evidentes da recusa ao Estado através de uma luta que se territorializa na desterritorialização nômade tiveram lugar na mesma época, embora com características e objetivos bastante distintos: a Coluna Prestes e o Cangaço. Em que pesem as imensas diferenças entre os dois, cuja aproximação mais evidente teria sido a promessa de perdão a Prestes para que esse enfrentasse o bando de Lampião, os dois líderes souberam fazer da potência desterritorializante sua principal arma contra a lógica 'estriada' da máquina de guerra estatal.

³⁰²Ver a esse respeito o pungente relato a respeito da disponível em ABREU, Sebastião de. *De Zé Porfírio ao MST: a luta pela terra em Goiás*. Brasília: André Quicé Editor, 2002.

Não cabe aqui analisar nenhum dos dois movimentos (nem especular a respeito do teor da conversa travada entre Prestes e Lampião no sertão nordestino). Nosso objetivo é agregar o elemento fundamental, embora muitas das vezes pouco perceptível, da máquina de guerra inventada pelo MST: sua potência nômade. Como analisamos no primeiro capítulo, é a partir dessa metodologia que o movimento instaura seu revide ao promover ocupações simultâneas nos diferentes cenários nacionais, mobilizando, de modo único, os indivíduos oriundos dos mais distintos modelos de formação.

Em outras palavras, após esse breve histórico, é possível estabelecer a complexidade ambígua através da qual o MST irrompe seu devir minoritário desterritorializante, sendo capaz de deslocar uma série complexa de fluxos migratórios em um devir nômade. Assim, num certo sentido, o que o MST faz é propor uma outra interpretação histórica desses devires anteriores a partir de uma memória clandestina camponesa capaz de reunir diferentes atores políticos em torno de seu projeto.

Não é o objetivo desse trabalho desenvolver uma história aprofundada do processo de formação do MST que culminou com a sua fundação oficial, em janeiro de 1984. Iremos apenas apontar alguns momentos-chave que nos permitam perceber de que forma o movimento foi capaz de se inserir em revides anteriores, unificando-os³⁰³.

Podemos identificar, como episódio inspirador do movimento, uma resposta a um fluxo migrante posto em funcionamento no sul do país. Em 1962, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), existente desde o final dos anos 50, ocupa a fazenda Sarandi em resposta ao crescente processo de expulsão dos pequenos agricultores da região norte do Rio Grande do Sul. Com o apoio do então governador do referido estado, Leonel Brizola, os ‘ocupantes’ conquistam a posse definitiva das glebas. No mesmo período, surge a União dos Trabalhadores Agrícolas (Uitab), como tentativa de aproximar a experiência do MASTER com a luta das Ligas Camponesas no nordeste³⁰⁴. Nos três movimentos, era clara a presença da ala esquerda do PTB e do PCB, bem como de padres

³⁰³ As informações acerca da formação do MST foram retiradas de vários livros que contam a história do movimento. Recorremos, basicamente, a oito livros: FERNANDES e STÉDILE (1999), FERNANDES (2000 e 1996), CALDART (2004), BRANDFORD e ROCHA (2004), MARTINS (1981 e 1989) e SILVA (2004).

³⁰⁴ Como vimos no capítulo dois, as Ligas eram compostas basicamente por foreiros e posseiros que lutavam pelo direito à permanência na terra. Já os integrantes do MASTER buscavam reconquistá-la.

católicos, defensores da teologia da libertação, em um embrião do que, em meados dos anos 70, viria se configurar na Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Vários autores atribuem as ações do MASTER como origem da formação do MST. Para Stedile, no entanto, tal organização teria uma influência apenas ‘memorável’, na medida em que o líder evita atribuir exclusivamente aos episódios protagonizados de 1979 a 1984 no Rio Grande do Sul a gênese do movimento.

“O que existe é uma memória histórica que sempre fica presente. O que afirmo é que não há um fio condutor que una as duas organizações.(...) Porque o MST surge, ao mesmo tempo, em vários estados. Penso que é muito simplista dizer que o MST surgiu na região norte do Rio Grande do Sul, embora aqueles camponeses possam ter na memória a experiência histórica de lutas anteriores”³⁰⁵.

O interesse de Stedile, ao negar uma formação histórica linear do MST, é apaziguar o confronto entre diferentes naturezas memoráveis que precisarão ser incorporadas à trajetória do movimento. Negar a ação pontual inicial em um lugar específico é atribuir ao surgimento da luta contemporânea sem-terra uma ordem de insurgência desde sempre global. Com isso, é possível incorporar a seu mito fundador as memórias específicas de cada uma das regiões (ou dos ‘cinco brasis’, como vimos).

Em que pese tal estratégia de construção de memória, é possível localizar, de acordo com Fernandes, um período de gestação do MST entre os anos de 1978 e 1984, a partir de uma série de ações específicas nos três estados da região sul, em São Paulo e Mato Grosso do Sul. O episódio mais explícito da potência que surgia teve lugar na região de Ronda Nova, no Rio Grande do Sul e remete, de fato, à ocupação anteriormente produzida pelo MASTER.

Com a derrota do PTB nas eleições estaduais de 1962, as posses de terra concedidas aos acampados na fazenda Sarandi e em outras da mesma região foram canceladas. A ‘solução’ encontrada pelo Estado, para a parte dos despejados que enfrentou a decisão e decidiu ficar, foi o arrendamento das terras da Reserva Indígena de Nonoai. A situação permaneceu estável até maio de 1978 quando a tribo *Kaigang*, em luta pela posse do território da reserva, expulsa as 1.800 famílias de reideiros que ainda viviam na região.

³⁰⁵ FERNANDES, Bernardo e STEDILE, João Pedro. *Op. Cit.*, 1999, p. 18-19.

A saída encontrada por algumas dessas famílias foi pedir abrigo na igreja mais próxima da região, na cidade de Ronda Alta. Responsável pela paróquia e integrante da CPT, padre Arnildo Fritzen relembra o episódio que pode ser interpretado como o mito fundador da tomada de consciência que geraria o movimento:

“lembro-me perfeitamente da primeira reunião. Era uma noite de chuva e ventania. Fizemos uma reunião em minha casa e começamos a discutir um texto bíblico do Êxodo: ‘e o Senhor disse: vi a aflição de meu povo, que está no Egito, e ouvi seu pranto, por causa de seus opressores; conheço seu infortúnio; e vim para tirá-lo das mãos dos egípcios, para conduzi-los para fora daquela terra, em direção a outra, boa e extensa, para uma terra onde jorram leite e mel’. Li esse trecho para eles. Disseram: ‘somos nós, à procura da Terra Prometida’. Foi um choque para mim. Fui treinado para acreditar que somente as pessoas cultas entendiam a Palavra de Deus. Foi maravilhoso – a palavra de Deus estava no meio do povo”³⁰⁶.

Da primeira reunião seguiu-se a busca por uma organização crescente que culminou com a ocupação, no dia 07 de setembro de 1979, das Glebas Brilhante e Macali. A escolha da data simbólica, a mais importante comemoração no período de ditadura militar, já mostrava um embrião da busca por visibilidade e da consciência da necessidade do estabelecimento de um *front* simbólico para o confronto. A negociação foi bem sucedida para os sem-terra e o governo do estado autorizou o assentamento nas fazendas. No entanto, a mobilização responsável pela primeira vitória foi tamanha que havia reunido mais militantes do que a capacidade das glebas.

Com isso, um novo revide acabou sendo estabelecido, já em 1980, na região conhecida como Encruzilhada Natalino³⁰⁷, de fato, o primeiro grande evento midiático entorno da luta pela terra. Durante mais de um ano o acampamento foi crescendo e ganhando cada vez mais visibilidade até sofrer uma intervenção militar cujo objetivo seria o de desmobilizar a manifestação. A cada tentativa de persuasão e ameaça de uso da força se sucede, no entanto, uma resistência cada vez maior dos sem-terra reunidos naquele revide. O apoio de dois grupos de instituições é de extrema importância naquele momento: a igreja e a imprensa.

³⁰⁶ Apud BRANDFORD, Sue e ROCHA, Jan. *Op. Cit.*, p. 28-29.

³⁰⁷ Uma análise aprofundada desse episódio é desenvolvida por MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo: Univ. de Passo Fundo, 1997.

No caso da igreja, a contribuição efetiva foi a presença de diversos bispos e padres progressistas, oriundos de vários estados, que promoviam atos ecumênicos cada vez maiores, culminando com uma missa-concentração, realizada em 25 de julho de 1981, reunindo trinta mil pessoas exigindo reforma agrária ainda em plena ditadura militar.

Do ponto de vista da cobertura da imprensa, havia uma simpatia, sobretudo dos veículos menos afinados com a ditadura, fruto de um consenso em torno da interpretação de que a Encruzilhada Natalino representava, no campo, o equivalente às greves do ABC, em São Paulo. Tais manifestações populares, não explicitamente vinculadas às forças políticas tradicionais de esquerda, eram interpretadas como manifestações em prol da redemocratização do país. À simpatia ‘ideológica’ dos jornalistas, somava-se, ainda, a abolição da censura prévia nas redações e o ambiente positivo provocado pela de volta dos exilados políticos na recente anistia decretada por Figueiredo³⁰⁸.

A vitória de fato dos acampados só foi obtida em 1983 com a compra, por parte do governo do estado, “de 1.870 ha para o assentamento definitivo das famílias, nos municípios de Ronda Alta, Cruz Alta e Palmeira das missões”,³⁰⁹. Com a visibilidade obtida pelo acampamento da Encruzilhada Natalino, uma série de ações exigindo a reforma agrária foram surgindo nos demais estados da região sul, em São Paulo e no Mato Grosso do Sul, com apoio da CPT e dos sindicatos rurais e da Igreja Luterana.

A convergência entre todas essas ações simultâneas é selada em janeiro de 1984, no Encontro Nacional de Sem-terras, realizado na cidade de Cascavel, com a assinatura do documento que fundava, oficialmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Assinam o documento cerca de cem pessoas, divididas entre representantes dos “cinco estados do sul” (RS, SC, PR, SP e MS), além de delegados do Espírito Santo, Bahia, Goiás, Rondônia, Acre, Roraima e Pará. O sucesso da organização pode ser medido, de acordo com Fernandes, pela presença massiva de militantes no primeiro congresso do MST, realizado em janeiro do ano seguinte, em Curitiba. Ao todo, reuniram-se cerca de mil e quinhentos lavradores oriundos de 23 estados brasileiros.

³⁰⁸ É importante realçar que a possibilidade de interpretação favorável à luta pela terra, tão diferente da cobertura atual, é o indício da presença ainda marcante, nas redações, de jornalistas com forte comprometimento político-ideológico. Aspecto que, como vimos no capítulo dois, será gradativamente eliminado das redações durante a reformulação dos jornais no período de abertura democrática.

³⁰⁹ FERNANDES, Bernardo. *Op. Cit.*, 2000, p. 61.

Uma estratégia utilizada pelo primeiro congresso para a unificação dos fluxos memoráveis pode ser percebida pela presença de ‘lideranças femininas históricas’, oriundas de diferentes regiões, como Elizabeth Teixeira, viúva de João Pedro Teixeira, integrante da Liga Camponesa de Sapê (PB), cuja ‘clandestinidade no próprio território’ havia sido revelada ao país, no ano anterior, pelo documentário ‘Cabra marcado para morrer’, de Eduardo Coutinho. Junto dela, outras ‘viúvas de líderes’ do Pará, Mato Grosso do Sul e Paraná também foram homenageadas no evento. Além da busca pela unificação da memória, o encontro também promoveu uma série de debates a respeito da situação específica da luta pela terra em cada uma das regiões do país.

A partir desse encontro, foram sedimentadas as bases para instalação gradativa do MST em todo país. Algumas das principais lideranças surgidas no sul e no sudeste foram enviadas para as outras regiões com o objetivo de organizar a luta e promover a ‘territorialização’ do movimento. Uma breve análise de um episódio específico pode servir de exemplo das dificuldades encontradas para o estabelecimento de um revide único, bem como da criatividade política de seus integrantes.

Chamado para ajudar os companheiros de Pernambuco a organizar o MST na região juntamente com José Rainha, o ex-seminarista Jaime Amorim narra as dificuldades iniciais encontradas pela dupla na adaptação do exemplo desenvolvido no sul às especificidades históricas, culturais e políticas do nordeste.

“Não foi fácil. Não somente o nordeste é diferente do resto do país, mas também há muitas diferenças dentro da própria região. Só em Pernambuco, de um lado tem o Sertão com as suas secas, que tem produzido camponeses muito resistentes e independentes, e, do outro, esta Zona da Mata, onde os lavradores ficaram sujeitos à dominação por parte dos senhores de engenho durante séculos. Tivemos de desenvolver estratégias diferentes para estas áreas distintas”³¹⁰.

Não é o objetivo dessa tese mapear todas as negociações políticas e memoráveis desenvolvidas pelo MST em busca de um revide unificado. O importante é perceber a clara intenção de abarcar os ‘militantes’ oriundos das mais variadas especificidades. A esse respeito, Stedile explica o duplo caráter ‘popular’ do movimento.

“De um lado, popular no sentido de que dentro da família camponesa vai todo mundo. Participam o idoso, a mulher e as crianças. Nesse

³¹⁰ BRANDFORD, Sue e ROCHA, Jan. *Op. Cit.*, p. 118.

ponto, ele se diferencia do sindicato, porque, tradicionalmente, somente o homem, adulto, participa das assembleias sindicais. (...) A outra subdivisão (...) é que desde o início, talvez até pelo trabalho da igreja, fomos pouco sectários. (...) Esse caráter popular, de se abrir para outras profissões, sem discriminar, mas também sem perder as características de um movimento de trabalhadores rurais, acabou trazendo uma consistência que contribuiu para formar um movimento com organicidade e com uma interpretação política maior da sociedade”³¹¹.

Diante da opção de estabelecer um revide que incorpore diferenças, inclusive de classes, retira-se a evidência de que o movimento trabalha, na prática, o conceito de multidão, proposto por Negri e Hardt. Mais abaixo aprofundaremos o papel da religião (e da mística) como instrumento capaz de promover a unidade entre origens e características tão diversas. Por ora, vale recolher, ainda, uma outra percepção de Stedile a respeito das estratégias de unificação do devir sem-terra.

“O que constrói a unidade é a ideologia da visão política sobre a realidade e o uso dos símbolos, que vão costurando a identidade. Eles materializam o ideal, essa unidade invisível. (...) Devagar, na medida em que o movimento foi crescendo, percebemos que deveríamos ter identidade própria, até para evitar que se pulverizasse em tantas que dificultasse uma unidade e uma identidade originais”³¹².

Assim, será importante investigar de que forma os símbolos (desenvolvidos pela mística do movimento) contribuem para que o devir minoritário sem-terra se mostre capaz de oferecer uma homogeneização dos sentidos dos revides anteriores, de modo a inseri-los nos projetos futuros. Com isso, percebe-se de que forma o MST não é ‘uno’, mas única é sua articulação em um acontecimento discursivo totalizante, capaz de promover a inscrição de um revide cuja potência nômade seria da ordem da multidão.

Nesse ponto cabe retomar o conceito defendido por Negri e Hardt e o debate acerca da construção de um devir minoritário sem-terra para propor uma objeção à fala das lideranças sem-terra. Por mais que Stedile deseje o estabelecimento de uma ‘identidade própria’, tal construção é mais um efeito de sentido que busca unificar, com vistas à visibilidade externa, os múltiplos revides desenvolvidos. Com isso, o que importa a esse trabalho é a constatação de que a capacidade contemporânea de um revide lúcido e

³¹¹ FERNANDES, Bernardo e STEDILE, João Pedro. *Op. Cit.*, 1999, p. 32. e 33.

³¹² *Idem, Ibidem*, p. 132.

eficiente ao capital e ao Estado reside em outro aspecto da luta sem-terra: na sua aceitação do ‘militante qualquer’. Nas palavras do próprio Stedile,

“somos um movimento camponês que tem essa raiz da terra, essa ideologia em que entra todo mundo que queira lutar pela reforma agrária. Pode entrar o militante urbano, o técnico da Emater, o padre etc. Ninguém ficava pedindo atestado de atuação. Isso também deu uma consistência maior para o MST. Ele soube se abrir ao que havia na sociedade. Simplesmente ele não se fechava e não se fecha em um movimento camponês típico, no qual só entra quem pega na enxada. No início, havia até brincadeiras sobre as diferenças entre os *mãos grossas* e os *mãos lisas*”³¹³.

Cabe lembrar, mais uma vez, que com o deslocamento de nossa hipótese de trabalho, proposta inicialmente, é mais importante, como objeto de análise, a metodologia de luta sem-terra do que propriamente seus objetivos finais. Assim, embora o movimento diga se articular em busca de uma alternativa identitária e ideológica ao capital, ainda assim inserido no ‘terreno’ do mesmo (produção, fixação à terra...), seu grande mérito é incorporar, como fundamento, a visão de que para ‘integrar’ o movimento ‘único’ basta ser um ‘qualquer’.

Em sua tentativa de pensar as possibilidades contemporâneas de revide ao capitalismo em sua etapa imperial, Pelbart relaciona o pensamento de Deleuze e Guattari ao de Foucault, Negri e Agamben para propor a definição do que seria a biopotência da multidão. A tese central do autor é a de que o principal vetor de autovalorização capaz de fazer emergir linhas de fuga por parte dos ‘excluídos’ seria, precisamente, “a própria vida, na sua precariedade de subsistência”³¹⁴. Em outras palavras, a vida torna-se um capital a ser capturado, como fonte de riqueza, pela lógica capitalista. Mas como toda captura, residiria nesse mesmo aspecto a possibilidade de emergência dos revides criativos. Assim, poderíamos apontar a capacidade do MST em articular e negociar multiplicidades como instrumento efetivo de produção do ‘novo’, nos moldes defendidos por Pelbart.

“Produzir o novo é inventar novos desejos e novas crenças, novas associações e novas formas de cooperação. Todos e qualquer um inventam, na densidade social da cidade, na conversa, nos costumes, no lazer – novos desejos e novas crenças, novas associações e novas formas de cooperação”³¹⁵.

³¹³ *Idem, Ibidem*, p. 32-33.

³¹⁴ PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003. p.22.

³¹⁵ *Idem, Ibidem*, p. 23.

A dificuldade de percepção, à primeira vista, de tal potência nômade presente no revide sem-terra se deve ao fato dessas novas formas engendradas pelo movimento serem compostas por uma complexa reformulação de referências existentes há muito que são constantemente re-articuladas, com novos sentidos, pelas práticas memoráveis, ‘identitárias’ e ‘místicas’, promovidas a cada ocupação. A crítica usual a um certo ‘caráter arcaico’ do MST se deve, a partir da perspectiva aqui adotada, a uma leitura literal das práticas ‘históricas’, desconsiderando a ‘releitura nômade’ proposta pela ação política sem-terra.

Com base nessa releitura, podemos aproximar a multiplicidade sem-terra à proposta de Agamben de que o “ser que vem é o ser qualquer”³¹⁶. Para o filósofo italiano, não se trata da “singularidade na sua indiferença em relação a uma propriedade comum”, mas de um ser

“tomado independentemente das suas propriedades, que identificam a sua inclusão em determinado conjunto, em determinada classe (...) e considera-se que ele não remete para uma outra classe ou para a simples ausência genérica de pertença, seja ela qual for, mas para o seu ser-tal, para a própria pertença”³¹⁷.

Dessa forma, a ‘singularidade qualquer’ não-subordinada a classes sociais seria, para Pelbart, o componente essencial da multiplicidade presente na proposta de Multidão, apontada por Negri e Hardt.

“Todos e qualquer um, e não apenas os trabalhadores inseridos numa relação assalariada, detêm a força-invenção, cada cérebro-corpo é fonte de valor, cada parte da rede pode tornar-se vetor de valorização e de autovalorização. Assim, o que vem à tona com cada vez maior clareza é a biopotência do coletivo, a riqueza biopolítica da multidão. É esse corpo vital coletivo reconfigurado pela economia imaterial das últimas décadas que, nos seus poderes de afetar e ser afetado e de constituir para si uma comunialidade expansiva, desenha as possibilidades de uma democracia biopolítica”³¹⁸.

Em que pese a estratégia ‘ideológica’ adotada pelo MST, bem como sua busca pela ‘tomada de poder’, é possível percebermos a lucidez contemporânea de um revide que se instaura de viés, ao ser capaz de lidar com práticas tradicionalmente conservadoras (como a religião e a festa familiar), para inventar uma inscrição que parece aceitar a

³¹⁶ AGAMBEN, Giorgio. *A comunidade que vem*. Lisboa: Editorial Presença, 1993, p. 11.

³¹⁷ *Idem, Ibidem*, p. 12.

³¹⁸ PELBART, Peter Pál. *Op. Cit.*, 2003, p. 24.

captura para dela escapar na velocidade tangente de uma linha de fuga criativa. A esse respeito, Pelbart já estabelecia a diferença principal entre os modos de revide e as concepções de poder na modernidade e nos dias atuais.

“se na modernidade a resistência obedecia a uma matriz dialética, de oposição direta das forças em jogo, com a disputa pelo poder concebido como centro de comando, com os protagonistas polarizados numa exterioridade recíproca mas complementar, o contexto pós-moderno suscita posicionamentos mais oblíquos, diagonais, híbridos, flutuantes. Criam-se outros traçados de conflitualidade, uma nova geometria da vizinhança ou do atrito. Talvez com isso a função da própria negatividade, na política e na cultura, precise ser revista”³¹⁹.

Voltaremos a debater, no capítulo quatro, a capacidade de um revide positivo a partir da negação, quando estabelecermos os pressupostos teóricos do conceito de *ruína discursiva*. Por ora, no entanto, é preciso amarrar os sentidos presentes no gesto de ‘unificação’ de devires promovido pelo MST. Em resumo, nossa breve genealogia permite percebermos como, nos primórdios de nossa história, diferentes tipos de ‘cultivadores’ eram capazes de estabelecer com a terra uma relação da ordem de espaços lisos.

Após o primeiro (re)ordenamento exploratório do capitalismo (as sesmarias), cada grupo dos diferentes cenários passa a ser ‘desterritorializado’ em diferentes lógicas de exploração da terra (meeiro, cambão, posseiro, bóia fria...). A sobrecodificação produzida pelo Estado, a partir da Lei de Terras, cria o título de “posse” que autoriza o grileiro a explorar ou expulsar os antigos camponeses. Junte-se a isso os efeitos naturais (seca e envelhecimento da terra) e temos uma sucessão de processos de migração, fruto da expulsão dos diversos tipos de ‘posseiros sedentários’.

Mais adiante, com o processo de modernização conservadora, responsável pelo estabelecimento do *agrobusiness*, temos diferentes massas migrantes em êxodo rumo à acelerada urbanização brasileira: um movimento em direção às margens do capitalismo e à constatação de que o “sonho feliz de cidade” é impossível. Como na letra de Chico Buarque, a constatação de que “a cidade não mora mais em mim” desloca, mais uma vez, o sentido da errância. Na medida em que todo movimento que abarca também exclui (nas palavras de Deleuze e Guattari, a fome mata e cria famintos), nosso *migrante* sem-terra se

³¹⁹ *Idem, Ibidem*, p. 142.

converterá em *nômade* ao inventar uma máquina de guerra que se volta contra essa lógica e que é capaz de inverter o fluxo de inclusão precária, não em um retorno à migração com ‘movimento’ de sentido inverso (nos ‘aglomerados de exclusão’), mas na elaboração de uma ‘velocidade’ nômade materializada na ação livre da ocupação sem-terra.

Mais profundo ainda do que atualmente inverter o êxodo rural causador de miséria, tal *velocidade* restaura uma estratégia fundadora do nomadismo, já que, segundo Deleuze e Guattari, inicialmente são os agricultores sedentários que se põem a nomadizar na estepe. O paralelo contemporâneo é o de que o retorno do ‘incluído de modo precário’ inverte o sentido da estratégia produtora da máquina de guerra: a extinção do campesino o converte em uma luta pela ausência a partir do fora. Vimos nas análises do capítulo dois (e veremos nas do próximo tópico) como tal máquina discursiva ou é capturada a partir da “posse” do assentamento, ou é violentamente calada, como os revides históricos o foram, pela polícia e pelo trabalho unificador das palavras de ordem veiculadas pela imprensa.

Ambos os gestos de captura, no entanto, permitirão linhas de fuga outras. Seja pela criação de regimes de trocas e cooperativas não-capitalistas, nos assentamentos, ou pela produção da *ruína discursiva* da retórica objetiva do jornalismo, como veremos no capítulo quatro. Antes, porém, cabe analisar, mais a fundo, de que forma as ações sem-terra promovem uma ruptura simbólica nas páginas dos jornais em torno de uma disputa acerca de acontecimentos memoráveis.

3.3 A ocupação como espaço liso de memória clandestina

**“Tenho, ainda, duas memórias.
A minha pessoal e a daquele Shakespeare que
parcialmente sou. Ou melhor, duas memórias
me têm. Há uma zona em que se confundem. Há
um rosto de mulher que não sei a que século
atribuir.”
(Borges, em *A memória de Shakespeare*)**

Acabamos de ver como a partir da lei de terras de 1850 a disputa agrária passa a ser estabelecida a partir de um olhar em direção ao passado. Constatação que eleva a importância da memória tanto na construção do MST, quanto na articulação complexa de seu revide. Exatamente por ser capaz de inscrever-se por entre os diferentes fluxos migrantes, o movimento pode ameaçar a estabilidade hegemônica da ‘memória da

propriedade' a ser ocupada. À reboque, rompe com uma outra cerca simbólica: o medo de seus militantes ao convencê-los de que a ocupação não seria a prática do crime de esbulho possessório.

Percebe-se, ainda, uma terceira função da construção da memória: contribuir para o estabelecimento da 'mística' do movimento, na medida em que permite lembrar as cicatrizes de lutas anteriores. Assim, é comum percebermos esses três usos compondo a política de memória sem-terra. Temos uma constante re-elaboração dos revides anteriores na escolha dos nomes dos assentamentos e dos acampamentos (são exemplos dessa estratégia a Escola Josué de Castro, o assentamento Gregório Bezerra e o acampamento Nova Canudos), convivendo com homenagens às vítimas e mártires do próprio MST (assentamento 17 de abril), além das ações políticas que têm o objetivo de se converter em lugares de memória, como a marcha rumo à Encruzilhada Natalino na comemoração dos vinte anos de fundação do movimento.

Os breves exemplos acima indicam a importância de estabelecermos um debate teórico entorno da potência de uso da memória como recurso fundamental do revide sem-terra. Para isso, recorreremos a mais duas 'falsas oposições binárias': presença/ausência e lembrança/esquecimento. O objetivo é perceber como a ocupação midiática promovida pela máquina de guerra nômade do MST se transforma também em um lugar simbólico capaz de engendrar memórias coletivas subterrâneas, bem como de pôr em conflito, no "campo" jornalístico, um novo jogo discursivo entre a memória oficial hegemônica e a memória clandestina sem-terra. Com isso, interrompe-se o jogo de silêncio/esquecimento proposto, há tempos, pelos guardiões da memória oficial a respeito da questão agrária.

Temos, aqui, um duplo movimento significativo. Do lado social, vimos como o acontecimento funda um devir minoritário, unificado por uma memória outra, reconfigurando aspectos apagados da memória oficial. Em resposta a esse agendamento, do lado jornalístico, veremos agora como a 'violência simbólica' provocada por essa ruptura forçará o espaço liso midiático ao gesto interpretativo de constituir-se em uma espécie de guardião da memória oficial. Com isso, há um novo silenciamento das questões levantadas pelos sem-terra – a inclusão desigual, a posse da terra, o latifúndio –: uma tentativa de re-encobrir, com a velha e esfarrapada capa do esquecimento, a memória clandestina posta à luz pelo acontecimento discursivo da ocupação.

Antes da análise empírica, no entanto, será preciso estabelecer as bases teóricas que permitam entender tal confronto, além de determinar, como faremos no próximo capítulo, em que medida a *ruína discursiva* da estratégia de visibilidade sem-terra pode ser interpretada como marco de memória que irá servir para deixar explícitos, em sua deriva, os mecanismos utilizados pelo jornalismo para efetivar sua função de aparelho de captura. Caem, então, os dois pilares: o da legitimidade do movimento, pela ótica da imprensa, e o da objetividade e isenção jornalística, aos olhos do leitor. Sutil a escritura de cinzas do MST: o movimento se inscreve no embate político e se legitima como ator e interlocutor oficial das questões de reforma agrária, sobretudo diante do governo, no mesmo momento em que tem suas estratégias de visibilidade estilhaçadas entre as múltiplas páginas impressas.

Cabe, inicialmente, retomar o conceito de acontecimento discursivo, proposto por Eni Orlandi, como aquele capaz de instaurar novas interpretações. Ainda segundo a autora, o esquecimento é um dos modos da esfera política se marcar na relação com a memória. Haveria, então, dois tipos de esquecimento: daquilo que se cala para que apareça o novo, nos moldes citados por Michel Pollak em relação aos sofrimentos em campo de concentração e a necessidade de superação do trauma³²⁰; e o que é calado para *impedir* o novo sentido. Partimos da hipótese de que, no momento em que a ocupação do MST se institui como acontecimento discursivo, o que se instaura é uma reconfiguração dos fatos passados que apontam para uma memória outra.

Os estudos clássicos de Le Goff³²¹ já definiam a memória não como um amontoado de lembranças, mas como algo que supõe estruturação, seleção e hierarquização entre o que guardar e o que esquecer. Jorge Luiz Borges, em seu conto *A memória de Shakespeare*, lembra que a ninguém é dado abarcar em um único instante a plenitude de seu passado. “A memória do homem não é uma soma; é uma desordem de possibilidades indefinidas”³²². Assim, é apenas porque escolhemos esquecer o que já não nos abarca que podemos, na mesma medida, lembrar de tantas outras coisas. Tais escolhas, às vezes intencionais, outras involuntárias, são impregnadas de gestos sociais de interpretação. Santo Agostinho já se referia à capacidade que a memória possui de

³²⁰ POLLAK, Michael. *Memória Esquecimento*, Silêncio, in: Estudos históricos, 3, Rio de Janeiro, 1989.

³²¹ LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

³²² BORGES, Jorge Luis. *Obras Completas*, Vol. III. São Paulo: Globo, 2000.

lembrar do esquecimento: “estou certo de que me lembro do esquecimento, que nos varre da memória tudo aquilo de que nos lembramos”. A dor da perda de certas memórias nesse “ventre da alma” pode ser medida de acordo com os diferentes sabores que possuíam as reminiscências quando atualizadas. Seu gosto dependerá das circunstâncias específicas do momento em que lembramos.

“A idéia de alegria enraizou-se-me na memória para mais tarde a poder recordar, umas vezes com enfado, outras com saudade, segundo as circunstâncias em que me lembro de ter estado alegre. Assim, por exemplo, inundei-me de gozo em ações torpes que agora, ao lembrá-las, detesto e aborreço; ou então alegrei-me em atos legítimos e honestos, que lembro agora com saudade. Como os não tenho já presentes, evoco com tristeza essa antiga alegria”³²³.

Somente porque somos capazes de reconfigurar no presente os sentidos do passado é que podemos, em comunhão com Santo Agostinho, nos entristecer com o que outrora nos alegrara ou sentirmos a nostalgia da felicidade passada. Esta constatação nos permite uma volta aos pensadores contemporâneos. Henri-Pierre Jeudy³²⁴ defende que os sujeitos sociais são convidados, constantemente, no presente, a uma interpretação ativa do que ocorreu no passado; há, portanto, um trabalho de simbolização que será constitutivo de memória. O filósofo francês remete a Maurice Halbwachs³²⁵ que, ao construir seu conceito de memória coletiva, defende que esta se constitui sempre a partir do lugar social de quem a enuncia. Trata-se, portanto, de uma construção social que não existe senão como atualização.

“a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada”³²⁶.

Mas Halbwachs está mais interessado em acentuar as funções positivas desempenhadas pela memória, não se preocupando excessivamente em buscar, nesse gesto de atualização e construção do passado no presente, as marcas que evidenciaríamos os embates entre atores políticos. Reside justamente nesse ponto a inversão de perspectiva

³²³ AGOSTINHO, Santo. *Confissões – Livro X*, in Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

³²⁴ JEUDY, H. *Memórias do social*. São Paulo: Forense Universitária, 1990.

³²⁵ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

³²⁶ *Idem, Ibidem*, p.71.

do foco de análise. Abandona-se a visão da memória como algo relativo ao passado, para considerá-la como uma construção do presente. Com isso, não se pode deixar de levar em conta que o processo de constituição de memória é sempre uma relação tão complexa quanto conflituosa.

Um dos mais importantes representantes desta maneira de se estudar os fenômenos de memória é Michael Pollak que perceberá esse processo como um constante jogo entre políticas oficiais de memória e memórias clandestinas que tentam sobreviver aos gestos políticos hegemônicos: “O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas”³²⁷.

Esse trabalho, como defende Halbwachs, reinterpreta incessantemente o passado em função dos combatentes do presente e do futuro. Nesse constante jogo social de construções de sentido, há atores profissionalizados, verdadeiros guardiões da história, pessoas e instituições autorizadas a manter a memória social de um determinado grupo. Esses são alguns dos atores sociais que colocam em cena os elementos que permitirão, a partir dos conflitos de memória, construir o consenso responsável pelo que será considerado como memória oficial. Mas há ocasiões em que as memórias subterrâneas emergem com a força incontrolável do devir revolucionário. Nesses momentos de crise, há a visibilidade de todo um saber clandestino que não aparecia por estar ou esquecido ou silenciado. Para Pollak, “essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa”³²⁸.

Reside nessa constatação a necessidade de lembrarmos mais uma vez a importância do duplo *status* do acontecimento discursivo: sua capacidade de atuar no campo social, ao mesmo tempo em que instaura memórias outras por entre as páginas dos jornais. Será justamente por causa do acontecimento-ruptura da ocupação midiática que a memória entrará em disputa. Como o texto de Pierre Rivière, citado por Foucault, a inscrição das memórias outras sem-terra se torna um ‘relato delinqüente’ produzido por ‘aqueles que lembram’. E por fazerem desse um gesto político, ao lembrarem em ‘voz

³²⁷ POLLAK, Michael. “*Memória, esquecimento, silêncio*”. In Estudos Históricos, vol.2 n° 3, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989.

³²⁸ *Idem, Ibidem.*

alta' do texto da ocupação, tornam-se, como Rivière, sujeitos duplos da possibilidade de 'recordar' e, por essa mesma razão, de 'recusar' as palavras de ordem 'memoráveis' anteriores, inventando modos criativos de agir, negando a 'sentença de morte' das palavras de ordem.

Retomar o pensamento de Foucault e de Orlandi nos permite entender, ainda, o duplo jogo entre memória discursiva e memória social. Enquanto a segunda é mais ligada ao plano das mediações entre sujeitos sociais, a primeira decorre da constatação de que o texto é um espaço simbólico multidimensional³²⁹. Assim, o gesto interpretativo do sujeito leitor é determinado por sua relação com a memória. Há uma gama de possibilidades de dizeres que se atualizam no momento da enunciação, como efeito de um esquecimento correspondente a um processo de deslocamento da memória como virtualidade de significações. A memória discursiva faz parte de um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridos. Assim, como vimos em relação às palavras de ordem, tomamos como nossas os sentidos de uma voz anônima que se produz no interdiscurso, apropriando-se da memória (já-dada) que se manifestará de diferentes formas em discursos distintos.

Para Michel Pêcheux, “a memória discursiva seria aquilo que, diante de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos (...) de que sua leitura necessita”³³⁰. É porque as narrativas criminais ocupavam o lugar implícito de uma certa normalidade (já-dito), que Rivière pôde instaurar sua ação como desde sempre criminosa. A regularização discursiva do implícito, no entanto, é sempre suscetível de ruir diante de um novo acontecimento que, para Pêcheux, “desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior. Haveria assim sempre um jogo de força na memória sob o jogo do acontecimento”³³¹.

O jogo de forças busca manter a regularização dos enunciados, mas também pode perturbar a rede dos implícitos. É justamente isso que a ocupação, como acontecimento discursivo, busca perpetrar: a emergência de uma memória clandestina outra sobre os aglomerados de exclusão, a miséria e a posse das terras no Brasil. E esse

³²⁹ ORLANDI, Eni. *Interpretação*. Petrópolis, Vozes, 1996.

³³⁰ PÊCHEUX, Michel. “O papel da memória”. in ORLANDI, Eni (org.). *Papel da memória*, Campinas: Pontes, 1997.

³³¹ *Idem, Ibidem.*

gesto se efetiva em dois níveis: na constituição da memória do grupo (necessária para a unificação dos múltiplos fluxos desterritorializados) e no plano discursivo da narrativa jornalística a respeito da ação sem-terra.

Nesse sentido, cabe lembrar a singela narrativa em que o poeta Manoel de Barros ilustra seu espanto infantil diante do gesto simbólico de produção de ‘lugares de memória’.

“Na cidade, um dia, contei para minha mãe que vira na praça um homem montado no cavalo de pedra a mostrar uma faca comprida para o alto. Minha mãe corrigiu que não era uma faca, era uma espada. E que o homem era um herói da nossa história (...). Eles eram pessoas antigas da história que algum dia defenderam a nossa pátria. Para mim aqueles homens em cima da pedra eram sucata. Seriam sucatas da história”³³².

Para o historiador Pierre Nora, mais do que sucatas da história, os lugares de memória são espaços físicos que trazem em si a capacidade de preservar a memória coletiva de um grupo. Nesses lugares, há uma materialização do que seria simbolicamente parte fundamental da busca de semelhança, de reforço de laços eletivos e afetivos de um país ou de determinados grupos. O lugar contribui, portanto, para a formação de uma comunidade imaginada que se constitui a partir dos marcos físicos de memória.

Esse gesto simbólico de atualização explica a necessidade de acumular vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, “sinais visíveis do que foi”. É através dessa memória transformada em história, dessa memória oficial, que se estabelecem os ‘lugares de memória’, que seriam

“museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações [...]. os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea.”³³³

O gesto de sedimentação dos lugares de memória é um trabalho, uma construção simbólica. Esta definição vai dar conta da existência de uma série de monumentos e de marcos concretos cuja função é a de remeter, a partir do presente, à memória já vivenciada. Nesta perspectiva, podemos entender em que medida a busca sem-terra por visibilidade permite agregar, ao espaço liso da ocupação midiática, o *status* simbólico de

³³² BARROS, Manoel de. *Memórias inventadas: a infância*. São Paulo: Planeta, 2003.

³³³ NORA, Pierre. “Entre a memória e a história: a problemática dos lugares”. In: *Revista Projeto História*, nº 10. São Paulo: PUC-SP, 1993.

um ‘*lugar de memória*’. Nesse caso, no entanto, estaremos nos deparando com um lugar menos da memória oficial e mais de uma memória subterrânea que volta a emergir das lonas do acampamento para as páginas dos veículos de comunicação.

Após estabelecermos os fundamentos teóricos que tentam delinear o embate em torno da questão política de (re) construção de memória coletiva e discursiva, será preciso analisar empiricamente o modo como estas estratégias discursivas são postas em prática no seu dia-a-dia. Cabe ressaltar, ainda, que a análise desenvolvida abaixo foi pinçada como emblemática de um modo de funcionamento que se revelou extremamente repetido nos principais veículos da grande imprensa.

3.3.1 As cercas da memória

O caso a ser analisado foi escolhido por evidenciar o embate entre os dois principais conceitos abordados no tópico acima: a memória social e a memória discursiva. Veremos como o funcionamento discursivo de uma revista semanal de informação evidencia seu duplo papel: de ator político contemporâneo e de guardião da memória oficial. Para efetivar sua missão, a revista utilizará, como instrumento, a construção de uma memória discursiva (anterior) cuja função prioritária será impedir que memórias outras, clandestinas ou não, interfiram nos sentidos que se querem estabilizar como naturais³³⁴.

A capa da revista *Veja* de 14 de maio de 2003 traz a foto sorridente de um “brasileiro de 15 bilhões de reais”. Trata-se de José Luis Cutrale, empresário paulista que controla 30% do suco de laranja vendido no planeta. Entre inúmeros elogios e diversas explicações para tamanho sucesso, a revista comemora o diferencial da empresa brasileira em relação à concorrência americana: “na comparação, [Cutrale] paga salários baixos, compra terra barata, pressiona os fornecedores a vender a preços mais baixos e possui 40% das laranjas que processa em pomares próprios”³³⁵. A revista fala ainda das permanentes boas relações da família do agroempresário com os presidentes da

³³⁴ Vale lembrar que o corpus empírico inclui, além dos jornais diários, as revistas semanais de informação. Em que pese o risco de assumir tamanha ‘amplitude’ analítica, partimos da premissa de que há um gesto de interpretação hegemônico de unificação dos sentidos que é maior do que os embates pontuais por públicos-alvos específicos.

³³⁵ Revista *Veja*, edição 1802 ano 36 – nº 19, 14 de maio de 2003.

República, de Médici a Collor (seu preferido), incluindo Lula que, segundo a reportagem, ganhara de presente do empresário “um punhado de charutos cubanos da marca Cohiba e Montecristo”.

Pouco mais de um mês depois, na capa da edição de 18 de junho de 2003, vemos uma foto em *close* (e de perfil) do líder sem-terra José Rainha, com o seguinte título-legenda: “*a esquerda delirante*”. Em um *box* explicativo, *Veja* imita uma página de romance antigo com direito, inclusive, à capitular enfeitada por flores: “Para salvar os miseráveis dos desconfortos do capitalismo, o líder sem-terra José Rainha ameaça criar no interior de São Paulo um acampamento gigantesco como o de Canudos, instalado há um século por Antônio Conselheiro no sertão da Bahia...”³³⁶.

A matéria especial, intitulada “*o beato Rainha*”, mostra o personagem principal “em plena forma depois de passar quatro meses fugindo da polícia e outros dois na cadeia, acusado de formação de quadrilha”. A disposição é tanta que Rainha, no momento, está tentando atrair “as multidões de deserdados” para um mega-acampamento. A Revista explica quem são os tais “deserdados”: “biscateiros, desempregados, motoristas, pequenos vendedores e também lavradores, pessoas que desenvolvem atividades econômicas marginais, desvinculadas da grande produção”.

Duas semanas antes, na edição de 02 de julho, a revista, desta vez em seu editorial (*Carta ao Leitor*), já detalhava melhor quem são os “amigos do Rainha”, ao resumir a ação do MST: “o uso ideológico da bandeira da reforma agrária por quadros de líderes que recrutam, não apenas agricultores, mas desocupados urbanos, em geral, com o propósito de inchar suas fileiras e pressionar o governo e a sociedade”³³⁷.

Analisar o que há entre os dois pólos desta breve caminhada de mês e meio pela revista *Veja* permitirá perceber de que forma é semeada e naturalizada uma definição de vitória, de agricultura e de justiça social. Será possível, também, entender que, nesse trajeto do ‘*céu do empresário bem-sucedido*’ ao ‘*inferno do sem-terra alucinado pela revolução*’, sedimenta-se o papel político da revista (e da imprensa), bem como sua função de regular (e julgar) que ações políticas podem ser consideradas legítimas. Veremos, também, como tal estratégia se concretiza na capacidade de construir uma

³³⁶ Revista *Veja*, edição 1807 ano 36 – nº 24, 18 de junho de 2003.

³³⁷ Revista *Veja*, edição 1809 ano 36 – nº 19, 02 de julho de 2003.

memória discursiva, (re)significando conceitos, silenciando acontecimentos e direcionando sentidos. Com isso, evidenciaremos como a capacidade de unificação dos fluxos memoráveis por parte do MST será usada como ‘evidência negativa’ quando comparada à memória discursiva produzida e defendida pela revista.

As duas reportagens mencionadas na abertura da análise fazem referência a dados históricos como ilustração do conteúdo apresentado. Mais do que uma simples metáfora ilustrativa, o que está em jogo nesse “efeito enciclopédico” é uma construção política de mundo e da história recente, a partir do gesto de retomar, em sua fala, acontecimentos considerados “memoráveis”.

A matéria sobre José Luiz Cutrale tem a seguinte abertura: “Apenas em dois momentos específicos da história, no ciclo do açúcar e no do café, o Brasil controlou amplamente o comércio global de um produto agrícola como acontece agora com o mercado mundial de laranja”. No final da reportagem, além de também elogiar o rei da soja e o rei do açúcar, a revista reforça a importância do *agrobusiness* ao mencionar que “o Brasil rural possui uma presença significativa no comércio internacional”. O desfecho lembra que somos o segundo maior exportador de soja, de carne e o primeiro de café e cana-de-açúcar. Nenhuma linha é gasta para mencionar, no entanto, a questão da inclusão precária no campo ou da necessidade de reforma agrária.

Pode-se perceber, na reportagem, um duplo movimento de constituição de memória. O primeiro, ao contextualizar a importância dos negócios de Cutrale na contemporaneidade, equivalendo-a aos ciclos do açúcar e do café. E, o segundo, que corresponde ao silêncio acerca das questões conflituosas do campo. Ao descrever um cenário agrário deslumbrante, a revista estabelece uma distância entre os negócios do ‘empresário’ Cutrale e as reivindicações sociais dos ‘deserdados’ sem-terra.

Vale retomar a discussão em torno dos gestos de enquadramento de memórias e sentidos. Orlandi distingue memória histórica de uma “memória metálica”, fruto da informatização dos arquivos. Assim, o jornalismo se apropriaria desta “memória metálica” promovendo o nivelamento e a homogeneização dos efeitos de memória. Com, isso, torna-se a responsável pela interpretação dos acontecimentos, mas uma interpretação que seria o tempo todo imobilizada pelas estratégias discursivas. Enquanto a memória *histórica* seria sujeita à falha, a *metálica* só produziria o mesmo. Assim, a palavra de

ordem utilizada na reconstrução da memória, exercida pelo jornalismo, não seria uma re-significação, porque impediria os deslocamentos de sentido e a negociação coletiva. Transformar-se-ia, antes, em estabilização de sentidos e memórias e eliminação das diferenças³³⁸.

Por essa razão, podemos entender de que forma o acontecimento é domesticado nas sociedades complexas em razão da atuação da mídia. Para Pierre Nora, o acontecimento deixa de se instaurar como uma ruptura radical da normalidade cotidiana e passa a ser enquadrado no rol das efemérides sucessivas e previsíveis, porque inerentes à passagem cotidiana dos fatos³³⁹. Isto se deve ao gesto de interpretação midiática.

Nesse sentido, cabe abrir parêntese filosófico, ao lembrarmos a descrição que faz Marilena Chauí, em sua introdução à história da filosofia, do ritual divinatório a ser seguido pelo poeta em busca da verdade.

“Para aproximar-se do oráculo, o interrogante deve passar por duas fontes vizinhas: *Lethé* (água do esquecimento) e *Mnemosýne* (água da memória). Se beber a água da primeira, esquecerá tudo o que viu e ouviu; se beber a da segunda, nada esquecerá e tudo lembrará. O não-esquecimento ou a lembrança do que foi contemplado e ouvido é a verdade, *alétheia*.”³⁴⁰

Muito diferente da lógica da ambigüidade da palavra *alétheia* (não-esquecimento) na Grécia pré-socrática, a (im)positiva “verdade” jornalística garante a quem a enuncia o privilegiado estatuto de guardião do conhecimento e, portanto, de tudo-lembrar. Na mitologia grega, as musas são as guardiãs das reminiscências e cada uma cuida de um ramo especial da literatura, da ciência e das artes. As nove filhas de Júpiter com Mnemósine são cantadas pelos poetas, encharcados na água da memória, por serem as guardiãs da inspiração e do conhecimento. Quase três mil anos depois, estamos diante de uma pós-musa que, travestida em instância de saber-poder enunciativo de palavras de ordem, tenta regular e controlar os fluxos constitutivos de memória.

Nesse mesmo gesto de propor a construção de uma memória em torno do campo, a *Veja* elabora uma construção de mundo em que fica explícito o modelo agrário que deve

³³⁸ ORLANDI, Eni. *Língua e conhecimento lingüístico*. São Paulo: Cortez, 2002.

³³⁹ NORA, Pierre. “O retorno do fato”. In: LE GOFF, J. e NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

³⁴⁰ CHAUI, Marilena. *Introdução à história da filosofia*, vol. 1. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

ser adotado pelo Brasil: o campo neoliberal globalizado e bem-sucedido. Estratégia coincidente com a percepção de José Luiz Aidar Prado, ao analisar de que forma a revista constrói, em suas reportagens de capa, “o perfil dos vencedores do sexo masculino no mundo dos negócios”³⁴¹. Em geral, nas reportagens a respeito dos ‘bem-sucedidos’ quase não há discussão acerca de aspectos políticos, enfatizando-se sobretudo a capacidade pessoal implícita na vitória. A revista aponta quem são os sujeitos máximos da competência do mercado globalizado (que sabem enriquecer). Prado mostra também como “não há em *Veja* um contraponto a esse mercado, uma reflexão em relação aos limites do capitalismo, aos desequilíbrios de tal universalidade sem sintoma”. Há um agendamento da vitória nestas reportagens que encobre as contradições do capitalismo.

Zygmunt Bauman, ao analisar a questão dos bem-sucedidos na sociedade contemporânea, remete a Geoff Dench que interpreta o fenômeno a que dá o nome de ‘fuga da comunidade’ como o abandono da idéia de obrigação fraterna de “partilhar as vantagens entre todos os membros, independente do talento ou importância deles”³⁴². Tal ruptura se dá, então, quando uma outra visão de mundo, a de que “as pessoas merecem o que conseguem obter por seus próprios meios e músculos (e não merecem nada mais que isso)”, toma o lugar da obrigação de partilhar.

A tese articulada por Bauman pressupõe uma oposição nos moldes propostos por Tönies entre *Gemeinschaft* (comunidade) X *Gesellschaft* (sociedade). Mais abaixo, voltaremos à questão da comunidade para percebermos como tal visão diz mais respeito a uma interpretação política específica do que à ‘constatação’ empírica da existência de ‘comunidades’ como as que Tönies lamenta a perda.

Nesse momento de análise, no entanto, nos interessa perceber como o discurso do mérito numa sociedade de bem-sucedidos acaba condenando a grande massa (dos ‘não-tão-bem-sucedidos-assim’)

“a uma miséria sem perspectivas, à medida que o triunfo da ideologia do mérito avança em direção à sua conclusão lógica, isto é, do desmantelamento das provisões previdenciárias, aquele seguro comunitário contra o infortúnio individual, ou à reformulação dessas provisões – outrora vistas como uma obrigação fraternal sem

³⁴¹ PRADO, J.L.Aidar. *O perfil dos vencedores de Veja*. Artigo apresentado no GT Estudos de Jornalismo, COMPOS, 2002.

³⁴² BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

discriminações, e um direito universal – como caridade da parte ‘dos que estão dispostos’ dirigida ‘aos que têm necessidades’³⁴³.

Esta meritocracia, impregnada no discurso da *Veja* sobre o sucesso do empresário José Luiz Cutrale, passa a ocupar o espaço de paradigma do campo. Tal imagem será recuperada, como já-dado, quando, um mês depois, a revista voltar a praticar seu gesto político de fundar sua fala em uma “personalização” em que os aspectos políticos característicos da *persona* são ignorados: a revolta ‘conselheira’ do líder Zé Rainha.

Na reportagem, intitulada “*a esquerda delirante*”, também se pode perceber o gesto de personalização vinculado à despolitização do fato reportado. Trata-se do “beato Rainha” representando não a personificação do sucesso, mas a síntese de um movimento que, para a revista, sequer poderia ser chamado de político, na medida em que resumiria-se a um delírio de um líder que se espelha em Antônio Conselheiro para arregimentar uma ‘massa de manobra composta por deserdados’ com o intuito de tomar o poder.

Como no caso de Cutrale, também nesta reportagem, percebe-se o gesto de recorrer aos fatos históricos “memoráveis” como maneira de metaforizar o fato abordado. Dessa feita, a ilustração atesta de que modo a iniciativa de Rainha não é apenas anacrônica e alucinada, ao tentar repetir o feito de conselheiro. É descompassada por pregar, em sua retórica, a volta ao campo: volta que a reportagem anterior de *Veja* já mostrara impossível, uma vez que o campo é dos vencedores, dos bem-sucedidos como os reis da Laranja, do Café e da Soja. Assim, o embate em torno da memória social é costurado a partir de elementos inseridos na memória discursiva pelo enunciador.

A revista define o que teria sido Canudos: “o mais aguerrido e sangrento movimento de resistência à proclamação da República”, e comenta a ‘ilusão’ do sem-terra: “como quase todo militante de seu credo, Rainha acredita na glorificação ideológica do que foi apenas uma insurreição de fanáticos”. Uma definição que é quase uma paráfrase da forma como a revista se refere ao MST em reportagem publicada no dia 09 de julho de 2003: “O MST viola as leis do país. Invade a propriedade privada, depreda e

³⁴³ *Idem. Ibidem.*

saqueia, tudo em nome de uma bandeira social. (...) Um grupo que se tornou conhecido pela contínua agressão às instituições do país e à legalidade”³⁴⁴.

Em relação a questões de legalidade, vale ressaltar que a reportagem sobre José Luiz Cutrale também aborda aspectos legais conflitantes do empresário. Mas o sentido da ênfase se inverte. Ao invés de acusar, a revista busca defender o empresário das acusações de irregularidade fiscal:

“Cutrale recusa-se a falar sobre a lucratividade da companhia. Há dois anos, a receita federal se interessou pela questão e teve dificuldade em analisar as contas do grupo. Fiscais de Brasília e São Paulo procuraram entender como a Cutrale ganha tanto dinheiro. Não localizaram nenhuma irregularidade. Uma autoridade da Receita declarou a Veja que a estratégia de elevar a lucratividade passa por contabilizar uma parte dos resultados por intermédio de uma empresa no paraíso fiscal das ilhas Cayman (...). Trata-se de um mecanismo legal.”³⁴⁵

Nesse caso, a publicação é tão preocupada em provar a honestidade de seu personagem que não hesita em lançar mão de declarações em *off* e de explicações que, de quebra, reafirmam a legitimidade sem fronteiras do mercado capitalista global. Ao contrário da reportagem sobre Zé Rainha, aqui não há nenhuma alusão a qualquer tipo de violência praticada pelo empresário. Estratégias praticadas pela empresa, tais como comprar terras baratas e pagar salários baixos, são mencionadas como vantagens e diferenciais competitivos do empresário.

Ao recuperar a análise de Bauman sobre o discurso do mérito, pode-se opor as duas visões antagônicas, uma vez que essa é a estratégia de construção de memória proposta pela revista. Temos, de um lado, uma meritocracia excludente da “vitória pelos próprios meios”, rivalizando com a loucura messiânica dos “incapacitados, deserdados e despossuídos”. O confronto funciona como o argumento necessário para encerrar o assunto da reforma agrária. Uma vez que a redistribuição e a justiça social são palavras definitivamente banidas do dicionário global, o gesto da revista, ao desacreditar o “conselheiro Zé Rainha”, pretende desaconselhar a “caridade dos que estão dispostos”, uma vez que “os que têm necessidades” não estão se comportando de maneira adequada.

Estratégia ardilosa que fecha o circuito: ao elaborar uma interpretação acerca do mundo (e uma memória) que transforma direito constitucional em favor, a revista impede

³⁴⁴ Revista Veja, nº 1810. 09 de Julho de 2003.

³⁴⁵ Revista Veja, nº 1802. 14 de maio de 2003.

a ‘caridade’ como uma maneira de punir ‘os que não sabem pedir. Esses, os sem-mérito, os ‘fracos’ que não conseguem fazer fortuna, “a multidão de deserdados atraídas para a Nova Canudos”, insistem em se apegar a uma ‘noção ultrapassada’ de revide em que não o mérito pessoal, mas uma ética coletiva seria a tônica.

Vale lembrar, no entanto, que o objetivo das análises aqui desenvolvidas não é simplesmente denunciar os direcionamentos de sentido efetuados pelos diferentes veículos de comunicação, mas identificar, nos discursos produzidos, as possibilidades de interpretações outras que sejam capazes de converter a ‘ruína do MST’ na ruína do próprio discurso que o condena. Mesmo assim, como o tom crítico da revista é bem mais elevado do que os adotados pelos outros dois veículos que compõem o corpus empírico (*O Globo* e a *Folha de São Paulo*), coube, nesse momento, uma análise um pouco mais contundente em relação aos gestos interpretativos da revista.

Ao raiar da Nova República, quando ainda se achava que Tancredo Neves iria assumir o governo, Antônio Callado escreveu um ensaio sobre as (naquele momento) recentes distribuições de terra no Pontal do Paranapanema. Fingindo se desculpar por voltar (quase 30 anos depois) ao tema escolhido no ensaio, o imortal traça uma foto que serve nos dias de hoje (quando outros 20 anos já se passaram), para descrever a estratégia da revista *Veja* nestas reportagens analisadas.

“Existe no Brasil um passe de mágica intelectual, ou um truque epistemológico, que consiste no seguinte: problemas antigos e que continuam sem solução são dados como resolvidos. Ou passam à categoria de problemas chatos, obsoletos. Arrisca-se, por isso, a um certo ridículo quem fala ainda em reforma agrária. No Brasil, o argumento principal ficou sendo o de que a agricultura de hoje é nada mais do que a parte antiquada da agroindústria [global e recordista] moderna”³⁴⁶.

A volta estratégica ao pensamento de Callado, representante, como vimos, de uma outra possibilidade de jornalismo, permite-nos explicitar o papel político da revista: regular a legitimidade (ou não) das organizações sociais, a partir da visão de mundo e do pensamento único institucionalizados pelas palavras de ordem tornadas públicas em suas páginas. Tal administração hegemônica de fluxos informacionais globais trabalha um incessante jogo de enquadramento de memória e de (re)definição dos legítimos

³⁴⁶ CALLADO, Antonio. *Entre o Deus e a vasilha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 87.

movimentos sociais, como o MST, como mera manifestação de violência. Tal concepção é resumida pelo encerramento da matéria de 09 de julho:

“a luta pela reforma agrária, que começou como uma bandeira social justa ainda no governo Sarney, foi se transformando rapidamente num movimento em busca de confronto. Tomando pessoas humildes como massa de manobra, os sem-terra aglomeram os miseráveis em acampamentos à beira de estradas.”³⁴⁷

Voltaremos, mais abaixo, a analisar a questão da criminalização do movimento. Por ora, é necessário lembrar, no entanto, que, se num primeiro movimento o acontecimento discursivo da ocupação de terra promovida pelo MST é controlado pelo trabalho silenciador da mídia como guardião da memória oficial, há, mesmo assim, uma virtude na ação sem-terra: o espaço liso da ocupação midiática, mesmo desqualificado, materializa uma memória clandestina que (re) interpreta o mundo, recusando as palavras de ordem hegemônicas.

A ocupação no campo inverte os fluxos migratórios, arregimenta integrantes nos ‘aglomerados de exclusão’ e oferece munição fácil à revista. Sua versão midiática, no entanto, instaura uma pluralidade de leituras sobre a questão agrária. Em outras palavras, o ‘gueto’ estriado da propriedade e o espaço liso da imprensa hegemônica são ocupados de modo que a questão do campo não possa mais ser interpretada, como na reportagem sobre Cutrale, sem um gesto de controle por parte da revista. Assim à memória do sucesso do *agrobusiness* agrega-se a memória de uma luta pela terra e por interpretações outras. No devir minoritário que se forma a partir da heterotopia da *ocupação*, convertida em lugar de memória clandestina, a inversão representada pela festa sem-terra no território que, desde sempre, nunca lhes pertenceu, transforma seu revide numa alegria subversiva que será sempre vista como ameaça e, por essa mesma razão, proibida. É o que nos cabe analisar agora.

3.4 Sem perder a ternura: a mística como arma de guerra nômade

Um bom exemplo do papel estratégico que a chamada ‘mística’ ocupa na formação e na metodologia sem-terra, bem como sua articulação com a memória, pode ser percebido ao acompanharmos a narrativa construída por Sue Brandford e Jan Rocha,

³⁴⁷ Revista *Veja*, *Op. Cit.*

intitulada *'Rompendo a Cerca'*. As jornalistas descrevem os primeiros momentos de instalação de um acampamento do MST após uma ocupação realizada nas terras da Votorantim em Igarassu, zona da mata pernambucana, em 1999.

“Quase por milagre, a ocupação seguiu como planejado.(...)As famílias desceram correndo do ônibus carregando implementos agrícolas, sacos de comida e panelas. Em menos de duas horas já limpou o mato e levantaram as barracas de lona preta. O acampamento realizou a primeira assembléia. A bandeira vermelha foi hasteada e, num clima de exaltação, o povo comemorou sua primeira vitória, rindo e cantando. (...) Essa primeira assembléia consistia quase que exclusivamente de mística, com marchas e entoação de slogans. Fora planejada para levantar o moral e fazer com que as pessoas se sentissem envolvidas”³⁴⁸.

Vemos como a festa assume um caráter fundamental na materialização do revide sem-terra. Além dessa característica, no entanto, percebe-se também o papel estratégico da elaboração da memória clandestina que unificará os fluxos, bem como apontará, no projeto sem-terra, a possibilidade do estabelecimento de revide-rede global da ordem do que Negri e Hardt definem como multidão. A análise das jornalistas explicita esse aspecto de modo enfático.

“Os *slogans* tanto encaixavam o MST na luta mundial por justiça e igualdade quanto aproveitavam a tradição nordestina de resistência. Um deles proclamava: ‘Che, Zumbi, Antônio Conselheiro: na luta pela terra, somos todos companheiros’. (...) Um homem audacioso subiu ao alto de uma cruz de pedra, na frente da igreja, e amarrou nela uma bandeira vermelha do MST. Um outro subiu ainda mais alto, num *outdoor* que ficava ao lado da estrada principal, na frente do acampamento, e atou outra bandeira vermelha do MST, em cima da propaganda de seguros. A multidão, embaixo, aplaudia entusiasmadamente e começou a cantar e a dançar. Parecia uma festa”³⁴⁹.

Podemos defender que a ocupação se converte, de fato, em uma festa cuja articulação é possibilitada pela costura de acontecimentos históricos (re)memorados com as cerimônias familiares tradicionais de congregação popular, ora religiosa, ora comemorativa. A esse complexo emaranhado simbólico o movimento dá o nome de ‘mística’.

A presença de tal aspecto festivo é uma novidade em termos de prática política de esquerda no Brasil. Ao definir essa capacidade, Stedile argumenta que a mesma “faz com

³⁴⁸ BRANDFORD, Sue e ROCHA, Jan. *Op. Cit.*, p. 117.

³⁴⁹ *Idem, Ibidem*, p. 117.

que as pessoas se sintam bem em participar da luta”³⁵⁰. A explicação pareceria óbvia se não fornecesse pistas da ambigüidade presente na invenção da máquina de guerra nômade sem-terra. Em outras palavras, a potência festivo-familiar, à primeira vista, poderia soar como manifestação conservadora. No entanto, é materializada como principal aspecto do revide criativo do movimento.

Prova disso é o gesto narrado acima: ‘possuído’ pelo espírito unificado de Che, Zumbi e Conselheiro, nada impede o militante ‘qualquer’ de substituir a cruz da igreja por sua bandeira. De modo análogo, a ocupação já começa a se tornar ‘midiática’ no momento em que a publicidade de beira de estrada é trocada pelo signo não-capitalista de recusa à palavra de ordem consumista: diante da festa do revide popular, não haveria mais necessidade (ou possibilidade) das classes mais abastadas ‘comprarem’ a proteção simbólica de algum ‘seguro’ que tranqüilize seus medos constantemente insuflados.

Voltaremos, no próximo tópico, a analisar a questão do medo e a busca por segurança na contemporaneidade. Por ora, no entanto, cabe retomarmos o papel da festa, da família e da religiosidade na organização do MST. Jesus Martin-Barbero já alertava, em seus estudos sobre a mediação, para o erro histórico cometido pelas organizações tradicionais de esquerda que sempre perceberam apenas as ações de reivindicação e as associações políticas como fundamentais na vida das classes populares. Para estas organizações, “todo o resto – as práticas que constituem o viver cotidiano – foi considerado mais como obstáculo à tomada de consciência do que como ação politicamente conseqüente”³⁵¹.

Ao inverter essa visão, o pesquisador espanhol defende que a vida familiar cotidiana não se restringe apenas ao conservadorismo e ao obstáculo para a mudança. Pelo contrário, o espaço doméstico representa, então, a possibilidade de se exercitar uma liberdade criativa que permite fazer emergirem outros modos de vida.

“Outra realidade nos é descortinada pelos relatos que começam a contar o que acontece por dentro da vida dos bairros populares. (...) Frente a um trabalho marcado pela monotonia e despojado de qualquer atividade criativa, o espaço doméstico representa e possibilita um mínimo de liberdade e iniciativa”³⁵².

³⁵⁰ FERNANDES, Bernardo e STEDILE, João Pedro. *Op. Cit.*, 1999, p. 129.

³⁵¹ MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997, p. 300-301.

³⁵² *Idem, Ibidem*, p. 301.

A percepção de Barbero da cotidianidade familiar como espaço possível de manifestação política se aproxima da leitura feita por Martins³⁵³ que defende a importância de, ao analisar a luta dos pobres no campo, se levar em conta a dimensão do sagrado e a festa como estratégia de sociabilidade. Segundo o sociólogo, somente a coletividade constituída pela festa abriria a possibilidade para o novo, na medida em que constrói um espaço de embate criativo na mesma dança em que se simula o gesto de revide político.

Negri e Hardt recorrem aos estudos de Bakhtin para atribuírem uma ‘potência carnavalesca’ à ação política contemporânea da ‘multidão’. Ao articularmos tal proposta com a descrição da festa da ocupação sem-terra, podemos jogar uma luz interessante a outro aspecto do MST: a necessidade paradoxal de constituir um revide único, associando diferentes sujeitos políticos com tradições culturais populares também distintas.

“É fácil reconhecer a natureza performativa e carnavalesca dos diferentes movimentos de protesto que têm surgido em torno das questões da globalização. Mesmo quando evidenciam uma feroz combatividade, as manifestações são altamente teatrais, com bonecos gigantes, figurinos, danças, canções humorísticas, cânticos e assim por diante. Em outras palavras, os protestos também são festivais de rua nos quais a indignação dos manifestantes coexiste com sua alegria carnavalesca”³⁵⁴.

A felicidade produzida a partir da ocupação festiva de um espaço compartilhado em revide criativo e temporário nos remete, de pronto, a uma das características principais dos espaços outros, apontada por Foucault e já mencionada nesse trabalho: a *heterotopia de festival*. Do mesmo modo que tais espaços permitem a abolição do tempo cotidiano ao fundar uma temporalidade outra momentânea, a ‘festa da ocupação’ instaura, em sua irrupção, a possibilidade da inscrição de um projeto compartilhado pelas, ainda assim, diferentes vozes, capazes de cantar em uníssono que Che, Zumbi e Conselheiro podem ser seus companheiros.

De volta à definição da mística sem-terra, Silva recorre à poética definição elaborada por Ranulfo Peloso, em uma cartilha de formação do MST, para lembrar que a festa não é sua única característica.

³⁵³ MARTINS, José de Souza. *Caminhando no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.

³⁵⁴ HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Op. Cit.*, 2005, p. 274.

“A mística se constitui na seiva da vida no acampamento(...). É a força vital e misteriosa que leva homens e mulheres a acreditarem em seus sonhos, a terem esperança e acreditarem na vitória. É uma paixão que anima a militância daqueles que se entregam à causa popular. Torna-se decisiva na hora do desânimo, da derrota, da decepção da crise. É o alimento que revigora o povo nas ocasiões em que o poder da opressão nos leva a pensar que todos os esforços para transformar a situação são impotentes e inúteis”³⁵⁵.

Assim, percebe-se como, além da potência festiva, os militantes também recorrem à mística para reagrupar suas forças diante das derrotas momentâneas impostas ao movimento. Nesse aspecto, a origem mais explícita é a liturgia religiosa. Embora concorde com o caráter ritual da mística, Stedile vê, ainda assim, uma diferença entre a prática simbólica sem-terra e sua inspiração cristã.

“Até por influência da Igreja, tínhamos a mística como um fator de unidade, de vivenciar os ideais, mas, por ser uma liturgia, vinha muito carregada. Com o passar do tempo (...) fomos nos dando conta de que se tu deixas a mística se tornar formal ela morre. A mística só tem sentido se faz parte da tua vida. (...) Temos de praticá-la em todos os eventos que aglutinem pessoas, já que é uma forma de manifestação coletiva de um sentimento(...). Em cada atividade do movimento, ressaltamos uma faceta do projeto como forma de motivar as pessoas”³⁵⁶.

Vemos, portanto, como o instrumento de aglutinação pode conter elementos festivos, religiosos, políticos ou memoráveis, de acordo com as circunstâncias específicas. Em relação à questão da memória, cabe uma análise mais detida. Silva defende que a representação constante dos fatos passados, além de possibilitar uma espécie de ‘martirização’ do movimento, caráter bastante presente no catolicismo, cumpre uma outra função simbólica unificadora. Trata-se, portanto, de

“uma espécie de urdidura da esperança (...). Ação autoplástica que faz do passado, presente, e do presente, futuro. Uma projeção. Uma ilusão necessária, uma utopia carregada de esperança, elaborada após a ruptura com a condição social anterior, uma espécie de ante-sala dos sentimentos oníricos”³⁵⁷.

A bela definição desse espaço de irrupção do devir sem-terra como ‘utopia’, no entanto, talvez não seja a melhor opção. Vimos, com Foucault, como, ao contrário do

³⁵⁵ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Op. Cit.*, 2004, p. 82-83.

³⁵⁶ FERNANDES, Bernardo e STEDILE, João Pedro. *Op. Cit.*, 1999, p. 130.

³⁵⁷ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Op. Cit.*, 2004, p. 84.

espaço sem lugar real da utopia, as ocupações (e suas místicas) se passam no plano da realidade, convertidas no contra-espaço liso da ‘inscrição outra’ sem-terra. Assim, o alerta de Stedile pode definir, melhor, a heterotopia criadora de linhas de fuga da ocupação:

“também não é uma distração metafísica ou idealista, em que todos iremos juntos para o paraíso. Se for assim, então vamos chorar, como se faz em muitas seitas religiosas. (...) Diferentemente, fomos construindo maneiras de fazer mística a partir de uma maior compreensão. (...) [Assim,] a nossa base usa a fé religiosa que tem para alimentar a sua luta, que é uma luta de esquerda, que é uma luta contra o Estado e contra o capital”³⁵⁸.

Em relação ao papel de ofício litúrgico da dor, analisaremos, no capítulo quatro, um caso da mística sem-terra associado ao massacre de Eldorado dos Carajás para entendermos melhor os usos políticos da ‘ruína’. Aqui, no entanto, é preciso ainda verificar mais uma das ambigüidades da luta sem-terra, fundada em ‘falsas oposições binárias’: o paradoxo de inventar um agenciamento nômade a partir de uma ‘potência religiosa’.

Nesse sentido, cabe retomar o pensamento de Deleuze e Guattari num aspecto abordado apenas de forma tangente mais acima: a combinação conflituosa entre a potência nômade e as migrações religiosas. Ao definirem de que forma o espaço nômade se converte em um ‘absoluto local’ os autores lembram que o pólo oposto dessa potência seria, precisamente, a religião, na medida em que teria a capacidade de “fazer com que o absoluto apareça num lugar”³⁵⁹. Enquanto no espaço nômade o absoluto se confundiria com o lugar não limitado, a religião instauraria ‘lugares sagrados’, convertendo tal ‘estriamento’ ao absoluto. Em resumo, “se continuarmos com esta oposição de pontos de vista, constataremos que os nômades não são um bom terreno para a religião; no homem da guerra, sempre há uma ofensa contra o sacerdote ou contra o deus”³⁶⁰.

A simples oposição de pontos de vista religião-nomadismo, contudo, não daria conta da complexidade ambígua contemporânea. Os autores lembram uma figura política que se situa entre o rei e o sacerdote: o ‘profeta’. Diante de tal personificação da potência nômade, a religião seria capaz de se converter em um elemento de uma máquina de

³⁵⁸ FERNANDES, Bernardo e STEDILE, João Pedro. *Op. Cit.*, 1999,130-131.

³⁵⁹ DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*, 1997b, p. 54.

³⁶⁰ *Idem, Ibidem*, p. 55.

guerra. Em que pese o uso contemporâneo da lúcida reflexão dos autores para entendermos o confronto entre o ocidente e o islã, podemos desviar a análise para nosso objeto específico. Para isso, temos que relembrar o deslocamento da questão básica dessa tese. Não nos interessa tanto *‘pelo que’* lutam os sem-terra, mas *‘como’* o fazem. A esse deslocamento, cabe retomar o câmbio constante de papéis entre nômade e migrante abordado no início desse capítulo. Com essas lembranças em mente, podemos estabelecer mais uma das metamorfoses entre as *‘falsas oposições binárias’*. Em resumo, nas palavras de Deleuze e Guattari, vemos como

“em vão os profetas condenam a vida nômade; em vão a guerra religiosa privilegia o movimento da migração e o ideal de assentamento; em vão a religião compensa sua desterritorialização específica em uma reterritorialização espiritual e até física, que, juntamente com a guerra santa, adquire o aspecto bem dirigido de uma conquista dos lugares santos como centro do mundo. Apesar disso tudo, quando a religião se constitui em máquina de guerra, mobiliza e libera uma formidável carga de nomadismo ou de desterritorialização absoluta, duplica um migrante com um nômade que o acompanha, ou com um nômade potencial que ele está em vias de tornar-se; enfim, volta contra a forma-estado seu sonho de um Estado absoluto”³⁶¹.

O nômade duplicado na festa sem-terra da ocupação assume um agenciamento-profeta, capaz da religiosidade de Antônio Conselheiro com a rebeldia revolucionária de Che Guevara. A *‘unidade múltipla’* do *‘qualquer’* só é atingida a partir do momento em que o espaço liso da ocupação possa ser convertido numa heterotopia de festival. Espaço múltiplo a partir do qual emergem as memórias clandestinas, unidas em um devir minoritário capaz de converter, em turbilhão nômade, os diferentes fluxos migratórios anteriores.

Em relação à capacidade religiosa de produzir espaços outros, Foucault atribui ainda um último aspecto às heterotopias. O filósofo define como *‘espaços de compensação’* as verdadeiras cidades-santas desenvolvidas pelos jesuítas na América do Sul. Trata-se de um espaço *“real, tão perfeito, meticuloso e organizado em desconformidade com os nossos espaços desarrumados e mal-construídos”*³⁶². Foucault

³⁶¹ *Idem, Ibidem*, p. 56.

³⁶² FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos*, vol. 4. São Paulo: Forense Universitária, 2006, p. 763.

passa a descrever o que define como extraordinárias colônias jesuítas nas quais a perfeição humana era de fato atingida.

“A própria aldeia era fundada segundo um plano rigoroso: a matriz seria um lugar retangular, na base do qual estaria a igreja; de um dos lados, a escola, e do outro, o cemitério; à frente da igreja, uma longa avenida que seria cortada por outra transversal; e cada família teria a sua cabana ao longo destes dois eixos. Estava assim reproduzido o símbolo de Cristo, em toda a sua acuidade. A cristandade delimitava o espaço e a geografia do mundo americano pelo seu símbolo fundamental. A vida do dia-a-dia de cada um era orientada, não por um apito de trabalho, mas pelo sino da igreja”³⁶³.

No caso dos acampamentos formados a partir da ocupação, o crucifixo não chega a ser materializado como ordenamento físico, no entanto, vimos no caso analisado, como a igreja ocupa papel central na festa e na organização simbólica. Em geral, inclusive, a primeira ação a ser feita após o levantamento das barracas de lona é o corte de madeiras que possam servir para o estabelecimento da cruz a ser localizada no centro do acampamento. A comparação entre os acampamentos e as missões jesuíticas é mais do que uma simples analogia. O MST relaciona, em sua múltipla mitologia heróica, um revide histórico que se converte em importante referência para a unificação dos fluxos na região: a destruição dos sete povos das missões, em 1756, pelos exércitos português e espanhol, apoiados pelos bandeirantes paulistas. No culto da figura de “São Sepé Tiaraju” o movimento consegue fundir, em um mesmo ícone, a causa camponesa contemporânea, os massacres sofridos pelas tribos indígenas do Brasil colônia e a ‘nostalgia’ das missões jesuítas³⁶⁴.

Ribeiro descreve da seguinte forma o sucesso das missões nas antigas colônias meridionais portuguesas e espanholas, a quem o antropólogo atribui o primeiro processo de civilização do ‘*brasil sulino*’:

“os jesuítas criaram um desses raros modelos utópicos de reorganização intencional da vida social que efetivamente viabilizaram novas formas de existência humana. (...) O modelo de estrutura social que criaram se

³⁶³ *Idem, Ibidem*, p. 764.

³⁶⁴ Não deixa, também, de ser interessante o fato da primeira proto-ação sem-terra ter sido motivada por uma expulsão de colonos efetuada por índios. No entanto, o consenso lúcido de que o revide deveria ser dirigido contra o capital é obtido, entre outras razões, em virtude da reconfiguração, no presente, dos fatos memoráveis.

caracterizava pelo alto sentido de responsabilidade social diante das populações indígenas que aliciavam.”³⁶⁵.

O antropólogo lembra ainda como o modelo criado pelas missões se baseava em uma poderosa organização econômica e numa igualmente eficaz potência ‘destribilizadora’. Tal nível de desenvolvimento atraiu a cobiça dos caçadores de índios paulistas. Além disso, a constatação de um projeto colonial alternativo aos interesses de Portugal e Espanha levou à expulsão da Companhia de Jesus através do Tratado de Madri.

Nos dias de hoje, a lembrança da resistência de uma das missões, sob a liderança militar de Sepé Tiaraju é trazida à baila, pelo MST, por articular uma série de elementos simbólicos interessantes ao movimento. Há, evidentemente, um silêncio em torno da ação ‘civilizatória’ dos jesuítas. A própria lembrança da morte do cacique guarani pode ser reconfigurada nos dias de hoje, aos moldes de Pollak, como uma metáfora clandestina do encontro entre os ‘donos originais da terra’ e seus ‘usurpadores’ europeus. O frei Sérgio Antônio Görgen narra a passagem épica.

“O cacique Sepé Tiaraju, corregedor do povo de São Miguel, à frente de um exército de mil e quinhentos guaranis, depois da solene missa da bênção, das dez horas de domingo, na catedral, parte de sua cidade em direção a Rio Pardo, a fim de dar combate aos intrusos. A mística da luta que embala o comandante-em-chefe e seus companheiros vai traduzida no grito: ‘Esta terra é nossa! Nós a recebemos de Deus e do arcanjo São Miguel. Somente eles nos podem deserdar’”³⁶⁶.

Percebe-se a ‘coincidência’ entre o grito de guerra guarani de então e o do MST hoje. Mas se a narração da partida permite percebermos a aproximação entre a religião e a máquina de guerra indígena, a descrição da morte de Sepé ganha ainda mais simbolismo a partir de uma perspectiva contemporânea.

“Brandindo a lança, em corrida desabalada, viu-se de repente ejetado do cavalo que falseara a pata dianteira numa das muitas tocas de tatu, comuns na região. Sepé, caindo de bruços, beijou uma vez mais a terra que tanto amava, sem suspeitar que seria seu rito derradeiro. No chão foi alanceado por um soldado português. Sem poder reagir, recebeu em seguida o tiro de misericórdia do comandante espanhol que vinha em seu encalço. Morreu assassinado ao mesmo tempo por Espanha e Portugal”³⁶⁷.

³⁶⁵ RIBEIRO, Darcy. *Op. Cit.*, p. 409.

³⁶⁶ GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio. *Marcha ao coração do latifúndio*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 121-2.

³⁶⁷ *Idem, Ibidem*, p. 122.

É clara a intenção do frei, em sua narrativa épico-religiosa, de aproximar a última ação do cacique ao gesto típico do papa João Paulo II, tão repetido pelas TVs brasileiras, de ‘beijar o solo’ quando descia do avião para uma de suas visitas. Além do aspecto ‘santificado’, podemos perceber a potência de revide diante da ‘ameaça estrangeira’. Em um artigo publicado na revista *Caros Amigos*, Stedile descreve uma ocupação de quatro dias, efetuada, no ano de 2006, que reuniu dez mil pessoas, em São Gabriel (RS), local da morte de Sepé, em comemoração aos 250 anos do massacre. Ao explicar a razão da ‘comemoração’ de um massacre, Stedile revela a unificação dos devires em torno da reconfiguração dos acontecimentos memoráveis.

“Essas batalhas e a figura de Sepé Tiaraju se inserem nas gloriosas lutas de resistência dos povos nativos da América Latina, que enfrentam com sua coragem e cultura os poderosos impérios. Assim fizeram os incas e seu *Tupac Amaru*, no Peru. Assim fizeram os quíchuas e seus *Tupakatarí*, na Bolívia, todos no mesmo período histórico”³⁶⁸.

A unificação global dos revides continua no enfático argumento do líder sem-terra ao defender o que foram fazer em São Gabriel:

“Fomos lá buscar energia nos guerreiros guaranis, que no passado enfrentaram os mesmos impérios. Agora, o império não vem invadir nosso território com canhões e cavalaria, agora ele vem com seus bancos (...), vem com seu capital, comprando nossas empresas, nossas terras. (...) Mas o sentido de dominação e da exploração das riquezas é o mesmo. (...) Duzentos e cinquenta anos depois, a rigor, a luta é a mesma. O povo versus o império do capital. Talvez seja por isso que nenhum grande jornal, nenhuma grande televisão quiseram ir a São Gabriel”³⁶⁹.

A ênfase do argumento de Stedile é potente ao revelar o gesto de unificação das lutas e dos revides, como vimos, e também lúcida ao denunciar os critérios de julgamento da imprensa hegemônica que, solenemente, ignorou a manifestação. Em um pequeno e famoso conto, Kafka re-escreve a aventura de Ulisses diante das sereias e acrescenta a essas temíveis figuras uma característica ignorada na epopéia original:

“ora, as sereias possuem, no entanto, uma arma ainda mais assustadora do que o canto: seu silêncio. Embora isso nunca tenha acontecido, talvez

³⁶⁸ STEDILE, João Pedro. “Salve, salve o povo guarani!”, in revista *Caros Amigos* n. 108, março de 2006.

³⁶⁹ *Idem, Ibidem.*

se possa pensar que alguém tenha se salvo de seu canto, certamente não porém de seu silêncio”³⁷⁰.

De modo análogo, poderíamos concluir que, do ponto de vista do revide sem-terra, o silêncio da imprensa hegemônica, como o das sereias de Kafka, torna-se uma poderosa arma midiática contra o MST, ainda mais potente do que seus gestos políticos de reconfiguração de sentidos e re-interpretação da memória. Dessa forma, na escritura que deslegitima o movimento ainda resta, na carne do texto, a cicatriz da ruína do discurso jornalístico objetivo a naturalizar palavras de ordem em verdades. Diante do silêncio das sereias, a inscrição do devir sem-terra acaba por não conseguir alcançar o espaço liso midiático, como o faz quando o seu revide é interpretado como uma ação criminosa.

3.5 Das ferramentas disciplinadas às armas de ação livre

Numa manhã de setembro de 1959, um grande proprietário rural no interior de Pernambuco surpreende um grupo de integrantes da recém-criada Liga Camponesa de Engenho Galiléia trabalhando suas terras. Assustado, o latifundiário chama a polícia para retirar os ‘invasores’ do local. Os camponeses tentam explicar, sem sucesso, que na verdade estão fazendo um mutirão para ajudar um companheiro enfermo, meeiro do grande proprietário. A ‘parceria agrícola’ habitual no ‘*brasil crioulo*’ daquele momento histórico, como vimos, era o *cambão*, espécie de corvéia na qual o senhor de engenho ‘empresta’ parte de sua terra para que lavradores possam tirar seu sustento, em troca do trabalho desses em sua lavoura. Em geral, o lavrador “pagava” quatro dias ao proprietário pelo “direito” de, nos outros dias, se dedicar ao “seu próprio” sustento³⁷¹.

Não acreditando no argumento camponês de que se tratava apenas de uma ajuda para que o companheiro não perdesse o *cambão*, a polícia ameaça usar a força para

³⁷⁰ KAFKA, Franz. *Op. Cit.*, p.51.

³⁷¹ Para Francisco Julião, “não há nada que o camponês mais deteste do que cambão. Sai faminto de casa, trabalha de graça para o senhor e o senhor não lhe oferece nem um gole de café. Volta sem nada, e justamente furioso” (GONDIM DA FONSECA, 1962: 31-32). Antônio Callado ilustra a prática com o caso do foreiro José Daniel, que pagava “para o seu senhor 208 dias por ano”, e de seu filho Manuel José, de 15 anos que foi “despejado da terra que cultivava há dois anos porque tinha comido um rolete de cana do senhor” (CALLADO, 1960: 40).

expulsá-los. O clima fica mais tenso e a autoridade judicial local é chamada. Antônio Callado narra o desfecho do conflito:

“Veio o juiz também e os galileus, inocentes, disseram, por voz de Manoel Severino, que estavam apenas dando um adjutório na roça de um vizinho enfermo.

- Estão armados? Perguntou o Juiz.

- Estamos sim senhor, respondeu Severino.

- Então ponham as armas no chão.

Severino, imitado pelos companheiros, botou as enxadas no chão. A polícia se retirou envergonhada.”³⁷²

A passagem irônica narrada por Callado, na mesma série de reportagens analisada no capítulo dois, ilustra mais do que a “esperteza cabocla” dos agricultores. Ela só pode ser entendida como uma vitória dos camponeses a partir de uma visão (compartilhada pelas autoridades) que aceite como intrínseca a diferença entre uma arma e uma ferramenta. É com base nisso que o jornalista imortal constrói seu argumento romântico de que as intenções dos lavradores eram ainda mais legítimas pela natureza “pacífica” de seu gesto.

Callado queria evidenciar essa legitimidade mostrando como o Estado sempre reprime, com violência, os gestos de defesa dos excluídos, tomando-os como ameaçadores. Deleuze e Guattari, no entanto, vão mostrar como seria um equívoco imaginar tal separação ‘essencial’ entre os elementos técnicos. Embora se possa diferenciá-los segundo o uso, tal separação não pode ser feita *a priori*: “não se pode falar de armas ou ferramentas antes de ter definido os agenciamentos constituintes que eles supõem e nos quais entram”³⁷³. Assim, os elementos técnicos permanecem abstratos até que sejam submetidos a um agenciamento qualquer, ou seja, os usos específicos de armas e ferramentas (destruir homens ou produzir bens) só se estabelecem de fato quando a técnica for relacionada com o ‘agenciamento trabalho’ ou com o ‘agenciamento guerra’. O investimento simbólico e o gesto de sobrecodificação é que serão responsáveis pelos usos dos elementos técnicos, que, por sua vez, permitirão estabelecer as “especificidades” que parecerão, ilusoriamente, inerentes à técnica. Em outras palavras, armas e

³⁷² CALLADO, Antônio. *Op. Cit.*, 1960, p. 43-44.

³⁷³ DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*, 1997b, p. 76.

ferramentas não possuem uma oposição intrínseca, mas diferenças internas que remetem aos respectivos agenciamentos nos quais são tomadas.

Por essa razão, é possível pontuar aspectos indicativos dos agenciamentos constituintes das armas e das ferramentas a partir de vários pontos de vista. Como nosso objetivo é determinar as características específicas que nos permitam pensar os sem-terra como inventores de uma máquina de guerra nômade, dois desses aspectos se destacam: o *sentido* e o *modelo*. Para os autores, a primeira distinção indica que as armas têm uma relação privilegiada com a projeção, enquanto a ferramenta se destina a introjetar. Já em relação ao segundo ponto de vista, os autores defendem que o modelo da *ação livre* permite às armas uma potência de fuga que é da ordem do revide, “a evitar ou inventar”; enquanto o *trabalho* ‘disciplinado’ da ferramenta “se encontra diante de resistências, a vencer ou a utilizar”³⁷⁴.

Para entender melhor a segunda oposição, será preciso descrever o modelo do trabalho sedentário capitalista e o modelo da ação livre nômade. Marx mostra como o capitalismo impõe à ação humana um sentido organizado e estruturado a partir da necessidade de estoque e, portanto, de uma administração mercantil disciplinada capaz de - no mesmo ‘trabalho’ - escoar o excesso e explicar o mundo a partir da lógica da acumulação. Seguindo esse raciocínio, Deleuze e Guattari esclarecem que o pensamento nômade irá propor “uma outra organização do trabalho e do campo social do trabalho”³⁷⁵. É nesse sentido que as sociedades ditas ‘primeiras’ não seriam “sociedades de penúria ou de subsistência, por falta de trabalho, mas, ao contrário, são sociedades de ação livre e de espaço liso, que não têm necessidade alguma de um fator-trabalho, assim como não constituem estoque”³⁷⁶. Assim, o capitalismo impõe um ‘agenciamento trabalho’ às técnicas, mas o embaralhamento das potências dos artefatos nômades remete a uma lógica diversa, na qual o fator-trabalho não faz sentido. Da mesma forma,

“o que efetua um modelo de ação livre não são, portanto, as armas em si mesmas e no seu ser físico, mas o agenciamento ‘máquina de guerra’ como causa formal das armas. Por outro lado, o que efetua o modelo de trabalho não são as ferramentas, mas o agenciamento ‘máquina de trabalho’ como causa formal das ferramentas”³⁷⁷.

³⁷⁴ *Idem, Ibidem*, p. 72.

³⁷⁵ *Idem, Ibidem*, p. 36.

³⁷⁶ *Idem, Ibidem*, p. 201.

³⁷⁷ *Idem, Ibidem*, p. 76-77.

O instrumento de trabalho materializa, então, a evidência do resultado de captura da atividade humana pelo Estado (e pela lógica capitalista). O elemento técnico torna-se ferramenta, portanto, “quando se abstrai do território e se assenta sobre a terra enquanto objeto”³⁷⁸. Há nesse gesto um apagamento da ação livre (e nesse sentido, destruidora) potencialmente presente em qualquer artefato.

Mesmo quando o Estado *arma* seus exércitos, o que ele faz é capturar a potência nômade da ação livre para utilizá-la como um trabalho estratégico de defesa e resistência. Se o Estado ‘disciplina’ a arma, ele a torna, também, um pouco ‘ferramenta’. Mas não se deve esquecer que imbricada no processo de captura reside, ainda, a possibilidade da fuga e do gesto de inventar novos revides. Kafka nos lembra, como vimos, a relação entre a presença dos nômades e o palácio imperial, advertindo, também, que agora o imperador não sabe como se livrar deles. Essa constatação sugere mais uma vez a possibilidade de trabalhar com a ambigüidade de termos opostos que se cambiam conforme as posições políticas adotadas no constante jogo de relações de poder.

De volta ao episódio narrado por Callado, podemos pensar que há mais naquela anedota do que uma ingenuidade fingida do camponês. Ao simular uma “confusão” entre arma e ferramenta, o líder rural permite antever, já naquele momento fundador da luta no campo, uma outra possibilidade de agenciamento para aquelas enxadas. Deleuze e Guattari nos lembram que

“não está descartado que as armas e as ferramentas entrem ainda em outras relações de aliança, se são tomadas em novos agenciamentos de metamorfose. Ocorre ao homem de guerra formar alianças camponesas ou operárias, mas, sobretudo, ocorre ao trabalhador, operário ou camponês, reinventar uma máquina de guerra”³⁷⁹.

É justamente o que fazem os sem-terra ao transformarem suas ferramentas de trabalho em ações livres, da ordem do revide, no momento de uma ocupação. Um exemplo que ilustra esta estratégia pode ser pinçado na reportagem “*Incrá leva PM a adiar reintegração de posse de propriedade da Suzano*”, publicada pela Folha de São Paulo³⁸⁰. Um grupo de 3.500 sem-terras que estava ocupando uma fazenda de propriedade

³⁷⁸ *Idem, Ibidem*, p. 80.

³⁷⁹ *Idem, Ibidem*, p. 83.

³⁸⁰ *Folha de São Paulo*, edição de 27 de abril de 2006, pág. A14.

da Suzano Papel e Celulose, no interior da Bahia, tem a sua expulsão autorizada pela justiça. A reportagem narra a estratégia de defesa dos sem-terra diante da possibilidade de remoção:

“os sem-terra baianos soltaram fogos de artifício para que todos soubessem da chegada dos 120 policiais mobilizados pelo governo estadual para a operação. (...) Após a chegada dos policiais, os sem-terra bloquearam a estrada que dá acesso à fazenda e colocaram cerca de 30 crianças na frente do bloqueio. Depois de cantar os hinos do movimento, os agricultores, com **foices e enxadas** [grifo meu], destruíram e queimaram uma placa instalada pela Suzano contendo as especificações técnicas da fazenda _área de 975 hectares, sendo 625 hectares com plantação de eucalipto”.

Cerca de um mês depois, quase na mesma página, o mesmo jornal informa: “MST faz saque e bloqueia 5 estradas em Pernambuco”³⁸¹. Dessa vez, trata-se de um protesto promovido pelos sem-terra. O sentido de defesa se inverte e o uso das ferramentas como armas fica ainda mais claro. Segundo a reportagem, o MST batizou a “onda de protestos” de “jornada nacional de luta”, na qual “reivindicam mais agilidade no processo de reforma agrária, a renegociação das dívidas dos pequenos agricultores e a disponibilização de recursos, em forma de crédito, para o campo”. O repórter informa que não houve confronto, “mas cinco pessoas foram presas quando transferiam para um veículo parte da mercadoria saqueada de um caminhão em Quipapá (190 km de Recife). **Portando foices e facões** [grifo meu], os sem-terra tentaram fugir com o veículo, mas foram detidos por policiais”.

Não se pode esquecer que o verbo ‘portando’, semanticamente, deve ser utilizado apenas para se referir à armas, em geral, o que as pessoas fazem com as ferramentas é ‘usar’ ou ‘manejar’. Além disso, a repetição, em menos de um mês, do uso de foices, enxadas e facões como ‘armas’ de defesa ou de ataque revela como de fato há um agenciamento de metamorfose sendo posto em funcionamento durante as ações sem-terra. Note-se, no entanto, que há uma preocupação expressa da direção do MST de proibir seus integrantes de ‘portarem’ armas. Essa recusa formal, motivo, inclusive de expulsão de integrantes, explicita a intenção de não se deixar criminalizar pela justiça, no mesmo movimento em que agencia um revide com suas ‘ferramentas’ de trabalho.

³⁸¹ *Folha de São Paulo*, edição de 23 de maio de 2006, pág. A12.

Deleuze e Guattari defendem que, de fato, há uma afinidade arma-ferramenta marcando

“o bom momento das revoluções e das guerras populares, mesmo fugidio. Há um gosto esquizofrênico pela ferramenta, que a faz passar do trabalho à ação livre, um gosto esquizofrênico pela arma, que a transforma num meio de paz, de obter a paz. A um só tempo um revide e uma resistência. Tudo é ambíguo”³⁸².

A ambigüidade ferramenta-arma será forjada como estratégia, tanto de defesa como de ataque, pelo MST na construção de seu agenciamento de metamorfose. Assim, as ‘ferramentas’, que cortam as cercas da ‘propriedade’ e possibilitam a ocupação sem-terra, são também instrumentos que promovem a construção de um agenciamento diferente; a invenção da máquina de guerra sem-terra permite fazer das *ferramentas* de trabalho *armas* em ação livre. Não apenas as ferramentas (facas e foices) se tornam armas a partir da materialização de um agenciamento de metamorfose, mas o espaço liso criado pelo gesto de desterritorialização da ocupação sem-terra também sobrecodifica e (re)significa o ‘trabalho’ do agricultor em ‘ação livre’ de revide sem-terra.

Por essa razão, o gesto de instalar uma lavoura sem-terra em uma ocupação se transforma em uma arma de descodificação simbólica daquele território, já que o afecto presente naquela plantação é da ordem da ruptura nômade, e não do trabalho capitalista. Como vimos mais acima, o gesto de tentar colher o milho - e, portanto, trabalhar a terra ocupada - é considerado, pelos ‘proprietários’ uma ‘arma’ tão violenta quanto o gesto de destruir o que lá estava: não é à toa que a interpretação jornalística desses diferentes acontecimentos seja a mesma.

Um exemplo que evidencia tal hipótese é o episódio de destruição das mudas de eucaliptos transgênicos da Aracruz Celulose, promovido pelas mulheres da Via Campesina, em ato realizado no dia internacional da mulher (08 de março) de 2006. Os veículos de imprensa foram unânimes em relacionar o episódio como ‘ato de vandalismo’ ou ‘barbárie’. A pressão midiática foi tão grande que mesmo ‘simpatizantes’ do MST, como o senador Eduardo Suplicy, se viram na obrigação de publicamente repreender o movimento pela atitude violenta.

³⁸² DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*, 1997b, p. 83.

Não cabe a essa tese, no entanto, o papel de defender ou repudiar tais ações. O que nossa reflexão teórica acerca dos agenciamentos de metamorfose nos permite é deslocar o debate para a outra ‘ponta’ da história: a constatação de que a cobertura ‘criminalizante’ da ação das mulheres sem-terra foi apenas mais enfática e explícita do que o noticiário normal. Os jornais negociam a possibilidade de memória discursiva em que a ‘violência’ sobrecodificadora de axiomáticas, representada pelas ocupações, será sempre interpretada como agressão para exacerbar esse aspecto no momento em que o caráter de ‘rebelião’ fica ainda mais evidente.

Em outras e resumidas palavras: qualquer que seja a *ação-livre* sem-terra, a interpretação midiática hegemônica será feita a partir de uma concepção de ‘ordem social’ incapaz de autorizar respostas não-disciplinadas daqueles de quem só se espera submissão e obediência. Se há, de fato, uma ‘violência nômade’ no gesto de cultivar a terra, ela reside no fato de possibilitar a ruptura dos gestos primeiros de sobrecodificação capitalista que, como vimos, reconfiguram a ‘terra cultivável’ em ‘propriedade privada’.

Para entendermos melhor a função política da criminalização do movimento nos moldes em que estamos refletindo é preciso retomar a leitura ‘marxista’ de Deleuze e Guattari a respeito do efeito de ‘naturalização’ exercido pelo capitalismo de modo a encobrir a violência primeira da ‘acumulação original’. Marx defende que a capacidade de estoque institui o Estado capitalista num gesto de violência produtora de miséria, na medida em que concentra os meios de obtenção da riqueza nas mãos da burguesia. Tal violência, responsável pela inclusão precária, acaba dissimulada, através do trabalho de captura do Estado (e das sobrecodificações), de modo a parecer o ‘estado’ natural das coisas.

A partir dessa leitura, Deleuze e Guattari buscam explicitar tal caráter violento dissimulado na idéia de ‘ordem social’. Com isso, podemos visualizar o trabalho da máquina de guerra capturada pelo Estado não mais como ‘mantenedora da ordem’, mas como um dos quatro regimes de violência: a luta, a guerra, o crime e a *polícia de Estado*.

“A *Luta* seria como o regime da violência primitiva(...). É uma violência golpe a golpe, a que não falta contudo um código(...) Daí uma espécie de ritualização da violência. A *Guerra*, pelo menos quando remete à máquina de guerra, é um outro regime, porque implica a mobilização e a autonomização e uma violência dirigida primeiro e por princípio contra

o aparelho de Estado (...). O *Crime* (...) é uma violência da ilegalidade que consiste em apoderar-se de alguma coisa a que não se tem ‘direito’, de capturar alguma coisa que não se tem ‘direito’ de capturar”³⁸³.

Percebe-se que o confronto simbólico materializado na utilização do termo ‘invasão’, por parte da imprensa, ou ‘ocupação’, pelos sem-terra, se baseia justamente na divergência a respeito do ‘direito de captura’ daquela propriedade. Assim, no caso das ‘mudas da Aracruz’ foi mais fácil para a imprensa submeter à ação sem-terra o rótulo de ‘crime’. Nos casos vistos ao longo da tese em que a ação livre sem-terra ‘trabalha’ a terra com suas ferramentas, metamorfoseadas em armas de revide, é preciso a invenção de um agenciamento nômade, por parte do MST, para que a imprensa registre a contra-palavra de ordem como esse mesmo tipo de violência.

Do ponto de vista simbólico, no entanto, a máquina de guerra sem-terra traz à tona a violência até então naturalizada da ‘ordem pública’ construída pelo Estado. No momento em que não fica claro qual crime cometem os sem-terra (na medida em que faltam ‘armas’ e a ação praticada é a de cultivar a terra), revela-se o quarto regime de violência, aquele exercido pela *Polícia de Estado*, que consiste em

“capturar ao mesmo tempo em que constitui direito de captura. É uma violência estrutural, incorporada, que se opõe a todas as violências diretas (...). A sobrecodificação do Estado é precisamente essa violência estrutural que define o direito, violência “policial” e não guerreira”³⁸⁴.

O caráter ‘mágico’ da captura permite o monopólio, pelo Estado, da ‘violência de direito’ que passa a não ser vista como tal, mas como o gesto de ‘manutenção da ordem’.

“ao inverso da violência primitiva, a violência de direito ou de Estado parece sempre se pressupor, uma vez que ela preexiste a seu próprio exercício: o Estado pode então dizer que a violência é “original”, simples fenômeno de natureza, e pela qual ele não é responsável, ele que só exerce a violência contra os violentos, contra os “criminosos” – contra os primitivos, contra os nômades, para fazer reinar a paz...”³⁸⁵.

³⁸³ *Idem, Ibidem*, p. 144.

³⁸⁴ *Idem, Ibidem*, p. 144.

³⁸⁵ *Idem, Ibidem*, p. 144.

Nesse sentido, a ‘sentença de morte’ emitida pelo noticiário jornalístico cumpre o papel legitimador de tais práticas violentas, na medida em que se torna capaz de engendrar as evidências simbólicas que permitam à sociedade interpretar a ação livre nômade não como ‘exterior’ ao Estado, mas como violência criminosa. Com isso, a ‘polícia’ ganha a autorização para ‘restaurar a paz’. Estamos diante, dessa vez, da potência repressora das ‘ferramentas’ utilizadas pela imprensa. Se voltarmos ao debate a respeito da ambigüidade entre armas e ferramentas, veremos que

“ainda do ponto de vista do agenciamento, há uma relação essencial entre as ferramentas e os signos. É que o modelo trabalho, que define a ferramenta, pertence ao aparelho de Estado.(...) O elemento técnico torna-se ferramenta quando se abstrai do território e se assenta sobre a terra enquanto objeto(...). Para que haja trabalho, é preciso uma captura da atividade pelo aparelho de Estado, uma semiotização da atividade pela escrita. Donde a afinidade de agenciamento signos-ferramentas, signos de escrita-organização de trabalho. É inteiramente outro o caso da arma, que se encontra numa relação essencial com as jóias”³⁸⁶.

A potência descrita pelos autores permite-nos um paralelo entre o caráter disciplinador da ação livre em trabalho capitalista e o gesto discursivo de captura das infinitas possibilidades de interpretação do mundo em um sentido único a ser naturalizado pela imprensa hegemônica. Do mesmo modo que o aparato discursivo da lei promove a desterritorialização da localidade, convertendo-a no signo de ‘propriedade’, a ‘arma-ferramenta’³⁸⁷ da verdade jornalística sobrecodifica de modo hegemônico as informações cujo fluxo lhe cabe administrar de modo global.

Para exemplificar o funcionamento dessa ferramenta discursiva em relação à outra potência do revide nômade sem-terra recolhemos duas reportagens do jornal *O Globo*, publicadas, respectivamente, no dia 08 de março e no dia 22 de abril de 2006. Na matéria do dia em que, horas mais tarde, seriam destruídas milhões de mudas da Aracruz Celulose, o diário carioca resume da seguinte forma sua cobertura da II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, promovida pela FAO/ONU, em Porto Alegre: “MST ameaça invadir terras em 20 estados: movimento

³⁸⁶ *Idem, Ibidem* p. 80.

³⁸⁷ Vale relembra a ambigüidade já mencionada no papel de ‘máquina de guerra capturada’ da imprensa que parece superar o Estado na mesma medida em que complementa sua função des-re-territorializante.

defende roubo de madeira e diz que vai arregimentar até quem não tem qualquer ligação com o campo”³⁸⁸.

Já no título percebe-se claramente a interpretação ‘criminalizante’, não só no habitual uso do termo ‘invasão’, mas, sobretudo, na polêmica produzida pelo jornal a respeito do que define como ‘roubo de madeira’. Ao lado desse deslocamento, é notável também a crítica, nos moldes de Martins, a respeito da possibilidade de um revide ‘qualquer’, constituindo a máquina de guerra sem-terra. No corpo da matéria de Chico Oliveira, tal interpretação é ainda mais evidente.

“Segundo Rodrigues, as invasões deverão mobilizar boa parte das 120 mil famílias acampadas em todo o país. O MST também vai tentar arregimentar novos militantes que não precisarão entender nada de trabalho agrícola, basta querer terra. O MST também apoiou o fato de invasores da Fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul, invadida em 28 de fevereiro, terem se apropriado da madeira da serraria para construir barracos. Para o presidente da Comissão Pastoral da Terra, dom Tomás Balduino, isso não é roubo: ‘Pegar madeira não é roubo, é uma necessidade. Roubo é se apropriar para enriquecer, ali foi para sobreviver’”³⁸⁹.

Seguindo a linha de sobrecodificação nômade dos sentidos hegemônicos, o bispo se refere, em seu argumento, ao artigo 24 do Código Penal Brasileiro que define o ‘Estado de necessidade’. Nas letras da lei: “considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se”³⁹⁰.

Se entendermos, como diz a Constituição Federal, que é um direito de todos, e uma obrigação do Estado, a garantia aos recursos mínimos de existência plena (trabalho, educação, saúde), concluiremos pela legalidade do uso da madeira para construção daquelas ‘moradias precárias’. O que o movimento tenta defender, em seu ‘argumento legal’, é que o respeito à vida deveria ser maior do que o direito ao patrimônio. O jornalista, no entanto, desconsidera a mínima possibilidade de debate ou de contraditório ao resumir a ação (desde o título da matéria) como roubo.

³⁸⁸ O Globo, 08/03/2006, p. 15.

³⁸⁹ O Globo, 08/03/06, p. 15.

³⁹⁰ CÓDIGO PENAL. São Paulo: Saraiva, 31a edição, 1993, p. 49.

O segundo aspecto da reportagem que também constrói a imagem de ação criminosa pretendida é a (des)qualificação atribuída aos novos militantes a serem ‘arregimentados’. Ao seguir a mesma linha da revista *Veja*, em relação às ‘hordas de deserdados’ que, nesse caso, não precisam ‘entender de agricultura’, o jornal ‘criminaliza’ a intenção do protesto que seria organizado naquele mês para lembrar os dez anos do massacre de Eldorado dos Carajás.

Apenas alguns dias depois dessas manifestações, no dia 22 de abril de 2006, o jornal volta à carga contra as intenções de revide global do MST. Dessa vez, trata-se da reportagem: “MST prepara criação de braço urbano”³⁹¹. A reportagem resume as pretensões sem-terra em um *lead* que deixa transparecer o tom alarmista e conservador de toda a reportagem.

“O coordenador do MST em São Paulo, João Paulo Rodrigues, disse ontem que o MST está preparando a criação de um braço urbano do movimento, que terá atuação semelhante à da Via Campesina. Segundo Rodrigues, a idéia é de que através dessa organização urbana as classes trabalhadoras do campo e da cidade possam atuar em conjunto para fazer uma revolução no país”³⁹².

A interpretação centralizada de que estaria em gestação um ‘braço urbano’ do movimento com vistas a uma revolução combina com o efeito que quer produzir. Sobretudo se pensarmos no ‘leitor-ideal’ do jornal *O Globo*, em média mais conservador do que propriamente ‘revolucionário’. Mais abaixo na reportagem, no entanto, percebe-se que a liderança sem-terra defende, na verdade, uma ação conjunta do MST com outras organizações urbanas, como os sem-teto, os estudantes e os sindicatos. Nas palavras do coordenador regional do movimento,

“não queremos que a turma da cidade vista a camisa do MST. Mas queremos que ela lute contra o agronegócio, que lute contra os transgênicos, contra ações imperialistas na América Latina e com um grande enfrentamento ao capital financeiro internacional. E o MST não pode fazer isso sozinho, mas junto com as forças da cidade”.

Mais do que a formação de uma subdivisão do movimento nas áreas urbanas, estamos diante, de fato, da explicitação de um desejo de revide nos moldes definidos por Negri e Hardt como da ordem da ‘multidão’. Com isso percebe-se a eficácia da estratégia

³⁹¹ O Globo, 22/04/06, p.8.

³⁹² Idem, Ibidem.

de visibilidade do MST, fundamentada na sua própria ruína discursiva. O jornal, preocupado em (des)legitimar o desejo sem-terra, taxando-o de ‘revolucionário’ acaba servindo como divulgador das mesmas idéias de revide. Por sua vez, a militância sabe que suas palavras serão interpretadas de modo alarmista, o que funciona, para ela, em uma segunda instância: a de legitimar-se diante do público urbano, simpatizante do movimento.

Diante da constatação de que o revide sem-terra para ser efetivo precisa passar, também, pela cidade, podemos, finalmente, abrir um parêntese para re-configurar o aspecto comunitário que parece extremamente recorrente na prática sem-terra, sobretudo em virtude da forte presença da igreja, como vimos ao debater a questão da mística.

Nossa hipótese é a de que o MST trabalha mais uma vez a ambigüidade entre o arcaico e o ultra-moderno. Sobretudo por ser capaz de, sob pretexto de organizar um retorno idílico e utópico à comunidade (jesuíta?), articular um revide global da ordem de uma não-comunidade, ou, como definiria Bataille³⁹³, uma comunidade dos sem-comunidade na medida em que composta por ‘qualquer um’.

Cabe aqui estabelecer uma reflexão mais detida a respeito dos usos contemporâneos do sentido de ‘pertencimento’, presente, sobretudo, nas diversas apropriações da idéia de ‘comunidade’. Vimos, em vários momentos desse trabalho, como de um modo ou de outro o MST parece desejar estabelecer a reconstrução de tal ideal ‘utópico’. É preciso, no entanto, constatar que esse projeto aparentemente comunitário angariaria força precisamente pelo que o MST teria de capacidade de romper com alguns dos pressupostos básicos de um certo tipo de ideal contemporâneo de comunidade.

A esse respeito, Pelbart parte dos estudos de Nancy para defender que os fortes laços sociais que definiriam a comunidade, cuja perda é lamentada pela nostalgia de vários teóricos, como Tönies, por exemplo, diriam muito mais respeito a um desejo político de construção de uma sociabilidade ideal, por parte desses mesmos pensadores, do que uma constatação histórica que teria, de fato, tido lugar no mundo real. Em resumo, Nancy argumenta que a comunidade, como sonhada por tais pesquisadores, nunca existiu.

³⁹³ Apud PELBART, Peter Pál. *Op. Cit.*, 2003.

“A comunidade seria o mito moderno da participação do homem na vida divina. O anseio de comunidade seria uma invenção tardia que visava responder à dura realidade da experiência moderna, da qual a divindade se retirava definitivamente.(...) A morte de Deus seria um modo de se referir à morte da comunidade e traria embutida essa promessa de ressurreição possível, numa imanência comum entre o homem e Deus”³⁹⁴.

Dessa forma, a nostalgia moderna de uma vida compartilhada por laços estreitos passaria a ser, na contemporaneidade, capturada pela lógica capitalista de venda de proteção. Teríamos assim, como sonho de consumo, o desejo pela ‘comunidade artificiosa’ representando a produção de subjetividades descartáveis a serem compartilhadas de modo efêmero em uma lógica de mercado simbólico cuja principal mercadoria torna-se a própria vida.

Nesse momento de captura e sujeição, incorporada pela fala capitalista do ‘retorno à comunidade’, reproduzida em diferentes graus por vários teóricos (alguns deles sinceramente interessados em um ‘resgate popular’ pelo comunitário), a proposta de Pelbart é mapear, no que sobra desse ‘fantasma comum’, os aspectos que possam construir um compartilhamento das possibilidades de vida conjunta. Trata-se, portanto, de ‘descobrirmos comunidade lá onde não se via comunidade, e não necessariamente reconhecer comunidade lá onde todos vêem’³⁹⁵. Daí seu desejo de fugir da busca pela ‘essência comunitária’, pensando-a para além dos totalitarismos que sempre a envolveram.

“a comunidade, na contramão do sonho fusional, é feita de interrupção, fragmentação, suspense, é feita de seres singulares e seus encontros. Daí porque a própria idéia de laço social que se insinua na reflexão sobre a comunidade é artificiosa, pois elide precisamente esse entre. Comunidade como o compartilhamento de uma separação dada pela singularidade”³⁹⁶.

A partir dessa idéia de não-comunidade como possibilidade de revide criativo podemos re-interpretar as duas reportagens acima mencionadas. No lugar do aspecto ‘evidentemente’ negativo, os ‘aglomerados’ sem-terra podem insinuar essa contra-comunidade, mesmo que digam, de modo ‘consciente’ que estão restaurando uma

³⁹⁴ PELBART, Peter Pál. *Op. Cit.*, 2003, p. 32.

³⁹⁵ *Idem, Ibidem*, p. 41.

³⁹⁶ *Idem, Ibidem*, p. 33.

‘unidade de classe’ entre o campo e a cidade. Temos, portanto, uma outra ‘arma’ sem-terra, cujo poderio de revide fica evidente pela veemência com que é negada pelos jornalistas: a proposta de uma ‘associação qualquer’. Tal ‘não-comunidade’ será interpretada como violenta, também, por se opor ao ideal de ‘segurança’ da propriedade capitalista, cuja tranqüilidade ordenada deve ser sempre mantida pelo uso da ‘violência de direito’ exercida pela polícia de Estado.

Na medida em que a ordem contemporânea capitalista parece investir em um ‘império do comum’, a possibilidade de articular um revide criativo com essa mesma característica é mais do que a busca anacrônica por um passado que nunca existiu: é a reconstrução, no presente, de interpretações outras dos acontecimentos anteriores. Tais contra-sentidos são fundamentais, como vimos, para que possamos pensar em futuros menos uniformes e mais plenos do que nosso presente totalizante com seus ‘controles comunitários’.

Pelbart denuncia o risco de aceitarmos o desejo de fusão comunal contemporâneo, lembrando que tal sonho sempre implicaria “na morte ou no suicídio, de que o nazismo seria um exemplo extremo”³⁹⁷. Nesse sentido, podemos recorrer aos estudos de Bauman³⁹⁸ a respeito dos usos contemporâneos do sentido de comunidade para realçar ainda mais a diferença entre o ‘sonho capitalista de segurança’ e a não-comunidade sem-terra emergindo nesse espaço liso e herotópico de memória clandestina que é a ocupação de terras (bem como a ocupação midiática).

Para Bauman, um dos aspectos relevantes do ideal de comunidade é reconfigurado de modo capitalista na agenda da vida contemporânea: um seguro coletivo contra incapacidades e infortúnios individuais. O autor mostra que essa ‘ética fraterna’ é re-interpretada pelo setores mais ricos da sociedade a partir da construção de espaços racionais capazes de protegê-los da ameaça representada pela existência dos ‘aglomerados de exclusão’. O sociólogo define esses espaços capitalistas como *guetos voluntários* de segurança máxima. Para o autor, a tônica da insegurança contemporânea faria emergir, entre os mais abastados, o desejo por segurança e controle do espaço, nos moldes de uma recuperação idílica do mito da comunidade.

³⁹⁷ *Idem, Ibidem*, p. 33.

³⁹⁸ BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

A diferença decisiva entre os guetos impostos aos judeus pelos nazistas e os condomínios contemporâneos é a impossibilidade de fuga nos primeiros. Em outras palavras, é o poder e o controle sobre a própria mobilidade no território. Um exemplo da possível materialização desse gueto pôde ser visto na época dos arrastões, no início dos anos 90, em que os ônibus que faziam o percurso zona norte-zona sul do Rio de Janeiro eram parados na entrada do túnel de Botafogo para que os jovens em “atitudes suspeitas” fossem revistados por policiais. A premissa básica desta revista é a falta de motivos de se “afastar do gueto”. Já o principal propósito do gueto voluntário, ao contrário, esclarece Bauman, “é impedir a entrada de intrusos – os de dentro podem sair à vontade”,³⁹⁹.

Diante desses guetos, a ruptura proposta pelos sem-terra torna-se ainda mais violenta, na medida em que ameaça ampliar suas possibilidades de revide. Ao apropriarmos-nos do pensamento de Pelbart, podemos opor aos guetos voluntários a contrapartida ‘despossuída’ sem-terra:

“isso que já mal ousaremos chamar de comunidade, pois não é uma comunidade de iguais, e que seria antes uma ausência de comunidade, na medida em que é uma ausência de reciprocidade, de fusão, de unidade, de comunhão, de posse. Essa comunidade negativa, como a chamou Georges Bataille, comunidade dos que não têm comunidade, assume a impossibilidade de sua própria coincidência consigo mesmo”,⁴⁰⁰.

A partir da articulação de um revide comum por parte ‘daqueles sem’, podemos relembrar o episódio mencionado na análise do caráter festivo do revide sem-terra: a metáfora potente estabelecida pela performance do militante que cobre, com a bandeira do MST, o outdoor de uma empresa de seguros à margem da rodovia. O gesto sem-terra é mais do que uma comemoração: é uma ameaça que sinaliza, das margens da rodovia para dos jornais, a incapacidade da proteção prometida pelo gueto voluntário. Essa é a origem do medo que reverberará implicitamente nas reportagens jornalísticas que criminalizam o movimento. Seja por suas ferramentas transformadas em armas, pelo trabalho liberto em ação nômade, ou pela associação comum do ‘qualquer’, os sem-terra serão vistos como

³⁹⁹ *Idem, Ibidem.*

⁴⁰⁰ PELBART, Peter Pál. *Op. Cit.*, 2003 p. 34.

intrusos e como as ameaças que de fato são à segurança sempre precária dos moradores dos *guetos voluntários* capitalistas⁴⁰¹.

Em outras palavras, podemos dizer que a visão do sem-terra ‘qualquer’ com sua não-comunidade se materializando (ou se reterritorializando na própria desterritorialização) ali mesmo onde antes ficavam as cercas da artificiosa ‘comunidade protegida’ dos *guetos voluntários* será mais um dos elementos utilizados pela imprensa como evidência de que a ação livre do MST nada mais seria do que um crime contra a ordem.

Tal constatação permite incorporar à nossa reflexão uma série de análises a respeito da cobertura jornalística em sua função de reafirmar o que Hobsbawm, em seu ‘*Rebeldes primitivos*’, define como ‘mito das classes perigosas’. Em que pese nossa intenção de deslocar o entendimento dos protagonistas do revide sem-terra da categoria estaque de ‘classe’ para a de ‘multidão’, tais estudos evidenciam o mesmo gesto descrito nessa tese: o de interpretar os aglomerados de indivíduos em ‘inclusão precária’ como uma ameaça à ordem vigente.

A esse respeito, Cecília Coimbra parte dessa tese para analisar a cobertura positiva da mídia às ações violentas da PM do Rio de Janeiro, em 1992. A pesquisadora mostra como há, por parte dos jornais por ela analisados, um constante imbricamento entre a construção de uma imagem de “territórios dos pobres” (os aglomerados de exclusão) como regiões em que a lei e a ordem não conseguem prevalecer em virtude da dominação exercida pelos ‘indivíduos perigosos’. A descrição da autora parece se referir à maneira como a revista *Veja*, por exemplo, define os participantes do MST :

“Aqueles que, por não conseguirem ser *domesticados*, docilizados e tornados produtivos, são mostrados como *perigo social*, *fardo social* e, por extensão, dispensáveis. (...) O acontecimento Operação Rio reatualizou esses rostos, identificando as múltiplas conexões entre mídia, *classes perigosas* e *territórios dos pobres*. A reafirmação de uma

⁴⁰¹ Tal segurança será sempre precária em virtude da própria natureza capitalista da produção e consumo em massa. Como no caso de qualquer outro produto, a satisfação do desejo de proteção não deve ser atingida. A falta de garantias e o medo constante são necessários por duas razões: para a manutenção do consumo de ‘medidas de segurança’ e para a legitimação das ações repressoras por parte do Estado. Diante desse mercado do medo, não é de surpreender que a síndrome do pânico seja um dos males característicos da contemporaneidade. Por razões óbvias, o investimento capitalista em proteção precisa ser inversamente proporcional à coragem desenvolvida pelos indivíduos. Dessa forma, mantém-se a indústria simbólica da insegurança como uma das ações mais lucrativas dessa bolsa de valores ‘imateriais’.

certa natureza tem levado à aceitação de uma “guerra civil”, sendo parte da realidade nas grandes cidades contemporâneas”⁴⁰².

A constatação analítica de Coimbra se aproxima de uma série de esforços teóricos que tentam investigar as artimanhas do jornalismo, que tenderia sempre a atribuir aos movimentos reivindicatórios populares a tarja de violência. Nesse sentido, vale mencionar o trabalho de Moretzsohn⁴⁰³, que analisa uma série de reportagens e mostra como a lógica que orienta a cobertura criminal na grande imprensa é a de sempre relacioná-la aos setores populares, promovendo a disseminação do medo e a legitimação de políticas de segurança pública cada vez mais repressivas.

As razões desta “opção” do jornalismo ficam mais claras quando se leva em consideração a análise de Nilo Batista sobre o modelo de repressão neoliberal, que se aproxima da tese de Bauman a respeito dos guetos voluntários. Segundo ele, “o foco do controle social penal se desloca das chamadas ‘classes perigosas’ para os ‘excluídos’, para essa legião de pessoas humanas que se defrontaram com as grades intransponíveis que a racionalidade do mercado construiu ao redor do alegre condomínio no qual residem as novas acumulações de riqueza”⁴⁰⁴.

Já Wacquant, a respeito do projeto “tolerância zero”, da prefeitura de Nova York, mostra como a atividade de pesquisadores, jornalistas e políticos serviu para justificar e divulgar uma campanha “capaz de ‘enquadrar’ os segmentos da classe operária hostis à nova cultura do salário precário e de neutralizar os que se revelam por demais rebeldes”⁴⁰⁵. Assim, temos a mídia referendando uma política que, motivada pela disseminação do pânico social, busca reprimir a pobreza que incomoda: aquela que se inscreve violentamente, no campo e no texto, ao recusar a inclusão precária a qual era submetida.

Reside nessa potência positiva dos sem-terra o gesto que deve ser feito a partir de agora nessa tese: inverter o sentido das interpretações presentes no discurso midiático

⁴⁰² COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2001.

⁴⁰³ MORETZSOHN, Sylvia. “*Imprensa e criminologia: O papel do jornalismo nas políticas de exclusão social*”, texto mimeo.

⁴⁰⁴ BATISTA, Nilo. “*A violência do Estado e os aparelhos policiais*”, in *Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade* n° 4. Rio de Janeiro: Freitas Bastos/ICC, 1997.

⁴⁰⁵ Wacquant, Lôic. “*A globalização da Tolerância Zero*”, in *Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade*, n° 9-10. Rio de Janeiro: Freitas Bastos/ICC, 2000.

evidenciado ao longo do trabalho. Mais importante do que denunciar a captura discursiva da ação sem-terra pela imprensa hegemônica será entender de que maneira tais efeitos de sentido oferecem-se à leitura como uma dupla ruína: da legitimidade ‘oficial’ do MST e da aparência de ‘objetividade’ jornalística.

Com essa ruptura, poderemos contribuir para a reflexão entorno do impasse contemporâneo que se constrói como principal obstáculo para revides criativos que sejam de fato capazes de oferecer alternativas ao controle capitalista: como se constituir como um ‘fora’ no momento em que a dominação envolve a todos em um ‘dentro’ cujo controle é tão eficiente quanto comum? Uma das pistas para a alternativa materializada no conceito de ruína discursiva que será construído no próximo capítulo emerge da questão proposta por Pelbart a respeito do impasse estabelecido pela combinação entre o poder da mídia e o ‘desejo contemporâneo’ de comunidade.

“Quando toda linguagem é seqüestrada por um regime democrático-espetacular, e a linguagem se autonomiza numa esfera separada, de modo tal que ela já não revela nada e ninguém se enraiza nela, quando a comunicatividade, aquilo que garantia o comum, fica exposta ao máximo e entrava a própria comunicação, atingimos um ponto extremo de niilismo. Como desafiar aquelas instâncias que expropriam o comum, e que o transcendentalizaram?”⁴⁰⁶.

Em sua resposta, Pelbart defende, como vimos, um revide a ser estabelecido não mais por ‘classes’ que compartilhem de uma identidade centrada, mas pelas singularidades capazes de negar qualquer ‘pertencimento’. De modo análogo, propomos o conceito de *ruína discursiva* como aquela potência política capaz de se construir a partir da própria destruição textual em virtude da recusa em participar, com sua inscrição, do fluxo de ‘sentidos’ harmônicos, hegemonicamente administrados de modo global.

Para afastarmos, no entanto, a possibilidade de interpretar tal gesto como um suicídio político, será necessário, no próximo capítulo, estabelecermos uma breve genealogia dos usos da *ruína* como categoria de pensamento. Assim, será possível entendermos tais ações políticas como uma potência cujo niilismo evidente estará longe de ser uma ‘entrega’ negativa e voluntária ao destino trágico, mas uma resposta criativa de re-invenção de si a partir do abandono das definições, das identidades e dos lugares impostos anteriormente de modo violento.

⁴⁰⁶ PELBART, Peter Pál. *Op. Cit.*, 2003 p. 38.

4 O Conceito de Ruína Discursiva

“O Brasil com sua fina armadura moderna, como uma chapa metálica sobre esse imenso continente fervilhante de forças naturais e primitivas, me faz pensar num edifício, corroído cada vez mais de baixo para cima por traças invisíveis. Um dia, o edifício desabarará, e todo um pequeno povo agitado, negro, vermelho e amarelo espalhar-se-á pela superfície do continente, mascarado e munido de lanças, para a dança da vitória”.

(Albert Camus)

Quem passa pelo local conhecido como Curva do S, na rodovia PA-150, que liga Belém ao sul do estado do Pará, se depara com um conjunto de troncos de dezenove castanheiras queimadas e semi-destruídas, formando um mapa do Brasil às margens da rodovia. Trata-se de um monumento em memória aos dezenove sem-terra mortos no episódio que ficou mundialmente conhecido como o Massacre de Eldorado dos Carajás. Como vimos, foi exatamente naquele ponto que, em 17 de abril de 1996, cerca de 1.500 famílias⁴⁰⁷ bloquearam a rodovia em protesto diante da lentidão no processo de desapropriação da Fazenda Macaxeira, considerada improdutiva e ocupada pelo MST desde novembro do ano anterior⁴⁰⁸.

A resposta da Polícia Militar do Estado então governado por Almir Gabriel (PSDB), que teria ordenado a liberação da rodovia “a qualquer custo”, foi tentar expulsar os manifestantes usando armas e “bombas de efeito moral”. Os manifestantes reagiram, como de hábito, ameaçando os policiais com seus instrumentos de trabalho (foices e facões) e gritando palavras de ordem. A situação fugiu do controle quando o grupo de policiais se viu encurralado entre os integrantes do MST e um caminhão que fechava a rodovia. A resposta dos 200 PMs, aos paus e pedras lançados, foi disparar suas armas de fogo em direção à multidão. O saldo final do tumulto deixou 19 sem-terra mortos e quase 70 feridos.

⁴⁰⁷ A contabilidade é do MST. Os jornais da época davam conta de um número um pouco menor: 1.200 famílias (cerca de 3500 pessoas, segundo a Folha de São Paulo).

⁴⁰⁸ O site oficial do MST disponibiliza um dossiê completo sobre o Massacre e seus desdobramentos jurídicos no endereço: <http://www.mst.org.br/mst/especiais.php?ed=20>

O episódio, considerado então pela *Folha de São Paulo* como o “maior massacre de sem-terras da história”⁴⁰⁹, foi transmitido por uma rede de TV que estava no local. Suas imagens correram o mundo, gerando indignação e revolta diante da resposta violenta da polícia. Mais de dez anos após o episódio, no entanto, nenhum dos responsáveis pelo massacre foi preso.

De acordo com os integrantes do MST, a escolha de castanheiras queimadas e mutiladas para o monumento partiu dos sobreviventes do massacre e dos familiares dos mortos, hoje moradores do assentamento *17 de abril*. De acordo com Emanuela Souza, que elaborou o monumento juntamente com o artista plástico Dan Baron, foram ouvidas “as viúvas e os mutilados e depois todos os Sem Terra, inclusive de vários acampamentos e assentamentos da região, que falaram um pouco da sua participação no dia do Massacre. Eles disseram que se sentiam como as castanheiras queimadas”⁴¹⁰. O monumento é, também, uma referência ao fato de que tais árvores, originárias da região e famosas por sua grande altura, têm sofrido com intensas queimadas nos últimos anos. “Quando se anda por aqui, percebe-se que é um verdadeiro cemitério de castanheiras”⁴¹¹, resume Souza.

Repousa de modo emblemático neste monumento depredado uma categoria estética usada há eras, ora como metáfora, ora como alegoria, ora como símbolo, para desempenhar as mais variadas representações, pelo homem - a *ruína*. A imagem do monumento das castanheiras arruinadas, no entanto, é mais do que um marco memorável de uma chacina. A opção por simbolizar um massacre com árvores destruídas ganha sentido oposto ao de cristalizar-se no lugar do mutilado. Trata-se de uma estratégia de inverter a potência até então retratada naquele “marco de destruição”, criando, naquele mesmo ponto, as bases para a construção de algo vivo: a solidificação da luta sem-terra.

Dessa maneira, nossa hipótese é a de que reside, justamente, nessa ‘possibilidade produtiva’ da ruína o cerne da artimanha discursiva que é posta em prática, de modo consciente ou não, pelo movimento, no que diz respeito à maneira como suas ações serão interpretadas pelos meios de comunicação. Nesse sentido, cabe recorrer o pensamento de

⁴⁰⁹ Folha de São Paulo, Página A-1, edição de 19 de abril de 2006.

⁴¹⁰ Apud “Comunidade planta castanheiras em homenagem aos Sem Terra mortos em Carajás”, disponível em <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=2092>, acesso em 15/10/2006.

⁴¹¹ *Idem, Ibidem.*

Andreas Huyssen a respeito do caráter nostálgico das ruínas bem como a ‘mania’ contemporânea pelo resgate do passado.

Em um recente artigo, no qual analisa a relação entre ruína e cárcere na arte de Piranesi, o pesquisador alemão critica a obsessão atual pelo que chama de ‘ruínas artificiais’. Diante da constatação de que as tecnologias de construção e de restauração não permitem nos dias de hoje a emergência de ‘ruínas autênticas’, uma vez que “*the new is made to look old rather than the old made to look young*”⁴¹², a nostalgia contemporânea, materializada nos usos capitalistas da reconstrução de ruínas e no apagamento dos escombros, aponta para a característica essencial do totalitarismo de nossa época: a impossibilidade da emergência do novo. Após descrever diversos ‘tipos’ de ruínas contemporâneas, o autor resume:

*“Such ruins and their representation in pictures, books, films, and exhibits are a sign of the nostalgia for the monuments of an industrial architecture of a past age that was tied to a public culture of industrial labor and its political organization. We are nostalgic for the ruins of modernity because they still seem to hold a promise that was vanished from our own age: the promise of an alternative future”*⁴¹³.

Diante da percepção de que vivemos em um mundo no qual não somos mais capazes de pensar em outros futuros, poderíamos começar a interpretar a estratégia do MST em materializar a lembrança do massacre a partir de uma ‘ruína artificial’ como um gesto capaz de inverter essa ausência de possibilidades outras, na medida em que as castanheiras não representam a ‘saudade’ daquele 17 de abril, mas materializam as cicatrizes ‘sofridas’ naquele episódio e o desejo de que, no futuro, um acontecimento semelhante não seja possível. Assim, o uso criativo da ‘ruína artificial’ em sua máquina de guerra nômade permite ao MST arruinar, inclusive, o uso capitalista contemporâneo da ruína como um ‘imobilizador’ objeto de consumo.

Para entendermos melhor a natureza desta ação política *sui generis*, propomos a elaboração do conceito de *ruína discursiva*, como uma tentativa de dar conta do caráter complexo de uma estratégia cujos elementos são ambigualmente complementares. Para isso, será necessário estabelecermos uma pergunta análoga a de Pelbart (citada no final do

⁴¹² HUYSSSEN, Andreas. “*Nostalgia for ruins*”, in Grey Room, 23, pgs. 6-21 (Spring, 2006). New York: Columbia University, 2006, p. 10.

⁴¹³ *Idem, Ibidem*, p.8.

capítulo anterior) que resumiria a dificuldade política da luta sem-terra no solo midiático: Como descodificar um espaço liso (como a mídia), responsável por administrar fluxos já descodificados? Em outras palavras, como o MST, com sua não-comunidade ‘qualquer’, será capaz de inscrever-se imprimindo visões outras acerca do mundo em uma página produzida por uma série de profissionais que não só detêm o total controle da produção dos conteúdos, como explícita e enfaticamente não compartilham de tais interpretações?

Uma das respostas possíveis aponta para o gesto de deixar marcas que possibilitem, como os troncos queimados de uma castanheira, codificações outras, construídas através dos vestígios de falas e ações. Uma vez que o controle contemporâneo do espaço é total, porque invisível, a maneira mais eficiente de fazê-lo ruir será o gesto de construir, como monumento memorável, evidências explícitas da própria ruína.

Em uma palestra dirigida a cineastas que debatia a dificuldade contemporânea de estabelecer a obra de arte como ato de revide diante da lógica ‘comunicativa’ totalitária da ‘sociedade de controle’, Deleuze relembra sua tese a respeito das palavras de ordem e articula o papel de controle desempenhado pelos meios de comunicação como espaços lisos.

“Com uma estrada não se enclausuram pessoas, mas, ao fazer estradas, multiplicam-se os meios de controle. Não digo que esse seja o único objetivo das estradas, mas as pessoas podem trafegar até o infinito e ‘livremente’, sem a mínima clausura, e serem perfeitamente controladas. Esse é o nosso futuro. Suponhamos que a informação seja isso, o sistema controlado das palavras de ordem que têm curso numa dada sociedade”⁴¹⁴.

Diante desse caráter de controle, o filósofo propõe um conselho aos artistas que pode ser estendido ao movimento político aqui analisado: a obra de arte como ato de revide nada tem a comunicar. A tese de Deleuze é a de que em um mundo dominado pelo controle da informação a ruptura proporcionada pela obra de arte não deveria se constituir pelo estabelecimento de uma contra-informação, mas pela recusa de qualquer ‘comunicado’. O autor ilustra sua idéia a partir do exemplo representado pela contra-informação desenvolvida pelos judeus durante a segunda guerra a respeito dos campos de concentração nazistas.

⁴¹⁴ DELEUZE, Gilles. *O Ato de Criação*, in Folha de São Paulo Caderno Mais, 27/06/99, p. 5-5.

“Os judeus que chegavam da Alemanha e que foram os primeiros a nos contar sobre os campos de extermínio faziam a contra-informação. O que é preciso constatar é que a contra-informação nunca foi suficiente para fazer o que quer que fosse. Nenhuma contra-informação foi capaz de perturbar Hitler. Salvo num caso. Que caso? Isso é de vital importância. A única resposta seria que a contra-informação só se torna eficaz quando ela é - e ela o é por natureza - ou se torna um ato de resistência. E o ato de resistência não é nem informação nem contra-informação. A contra-informação só é efetiva quando se torna um ato de resistência”⁴¹⁵.

Assim, o conceito de *ruína discursiva* aqui proposto tenta dar conta do gesto político presente na capacidade sem-terra de estabelecer sua inscrição no campo midiático que efetuará o controle das palavras de ordem veiculadas não-legitimando as ações do MST. Dessa maneira, as falas, gestos e revides estabelecidos se materializam no texto hegemônico não como uma contra-informação, na medida em que as falas serão re-interpretadas, mas como um ato de revide cuja potência maior repousa em um lugar diverso ao do contra-discurso que os sem-terra tentam propagar em suas declarações: na ruína da ilusão de transparência que escondia o trabalho de controle do fluxo de informações.

Tal constatação nos afasta, como veremos mais abaixo, da interpretação ligeira que tenderia a atribuir ao uso da ruína como arma a pecha de mero suicídio político. Pelo contrário, para Deleuze, só o ato de revide resiste à morte, “seja sob a forma de uma obra de arte, seja sob a forma de uma luta entre homens”⁴¹⁶. Nos moldes do *Bartleby* de Melville, a decisão sem-terra de ‘não comunicar’ se transforma, também, na recusa da sentença de morte proferida pela palavra de ordem da notícia jornalística.

De volta a *Mil platôs*, cabe lembrar a complexidade presente no gesto de captura, pelo Estado, da máquina de guerra nômade. Vimos como o espaço liso da imprensa, como as estradas, é um exemplo da capacidade articulada pelo Estado capitalista de estabelecer o controle pela mesma desterritorialização que o destruiria. Não se pode esquecer, todavia, que no mesmo movimento de sua captura a máquina de guerra permite a irrupção de linhas de fuga através das quais escapa novamente a exterioridade nômade que lhe é constituinte.

⁴¹⁵ *Idem, Ibidem.*

⁴¹⁶ *Idem, Ibidem.*

“Será possível que no momento em que já não existe, vencida pelo Estado, a máquina de guerra testemunhe ao máximo sua irrefutabilidade, enxameie em máquinas de pensar, de amar, de morrer, de criar, que dispõe, de forças vivas ou revolucionárias suscetíveis de recolocar em questão o Estado triunfante? É no mesmo movimento que a máquina de guerra já está ultrapassada, condenada, apropriada, e que ela toma novas formas, se metamorfoseia, afirmando sua irredutibilidade, sua exterioridade: desenrolar esse meio de exterioridade pura que o homem de Estado ocidental, ou o pensador ocidental, não param de reduzir?”⁴¹⁷”

A resposta positiva à pergunta de Deleuze e Guattari permite-nos estabelecer os aspectos iniciais do duplo gesto da *ruína discursiva* como linha de fuga: a ‘destruição’ simbólica de si mesmo torna-se arma livre capaz de provocar a ruína do espaço de controle externo. Pensando em termos de produção de notícias, o que o conceito de *ruína discursiva* pretende dar conta é, justamente, da capacidade de uma fonte produzir ações que irão romper com os sentidos naturalizados. A ‘violência’ provocada por estes acontecimentos discursivos irá forçar os veículos de comunicação a porem em prática, agora de modo explícito, o que vinha sendo dissimulado por rotinas de produção e rituais de objetividade: seus gestos de direcionamento de sentidos.

Na medida em que a credibilidade jornalística repousa na capacidade de dissimular seus gestos de produção de ‘verdades’ em um ‘ritual estratégico de objetividade’⁴¹⁸, o escombro memorável das ações do MST serve, também, para evidenciar a *ruína discursiva* do mito de objetividade jornalística. Dessa maneira, podemos inverter os sentidos das análises desenvolvidas nos capítulos anteriores. Em vez de simples evidências discursivas da não-objetividade jornalística, propomos a explicitação das provas de como é possível, para um ator social específico, efetuar a ‘ruína’ do discurso de objetividade a partir do encadeamento de uma cobertura jornalística de eventos promovidos por este ator com o objetivo de obter visibilidade midiática. Com isso, nossa preocupação metodológica não foi apenas a de evidenciar os direcionamentos de sentido do jornal, mas a de mapear os vestígios deixados por estes direcionamentos.

⁴¹⁷ DELEUZE, Gilles, e GUATTARI, Felix. *Op. Cit.*, 1997b, p. 18.

⁴¹⁸ Conceito proposto por Gaye Tuchman (1993), que, em linhas gerais, defende em que medida a objetividade jornalística seria um ritual (cujas ações teriam apenas valor simbólico e não concreto) estratégico (porque não aleatório) de defesa (diante da crítica e da descrença do leitor) por parte do jornalista.

Não cabe a este trabalho buscar evidências da consciência explícita, por parte dos integrantes do MST, da estratégia de ruínas. Sobretudo porque, em muitos momentos, a visibilidade midiática é extremamente benéfica aos sem-terra. O que se pretende é entender, a partir, inclusive, da constatação empírica, aspectos latentes de potências criativas de luta, por parte de atores políticos específicos, em uma realidade na qual as vozes, as memórias, os sentidos e os silêncios são administrados por um grupo profissional cujos interesses, rotinas e visões de mundo, lhes são contrários. Assim, não cabe a esse trabalho a tentativa de provar a intenção consciente da construção dessa estratégia, mas a de demonstrar como tal gesto político pode ser tão possível - já que seus elementos são postos em prática constantemente -, quanto eficiente.

Um exemplo, no entanto, de como, em certa medida, essa capacidade pode ser planejada fica patente na maneira como João Pedro Stedile lembra da Marcha Nacional a Brasília, realizada em 1997. Para o líder sem-terra, o objetivo do protesto

“era falar com o povo. Não temos a *Rede Globo* nem a *Folha de São Paulo* nas mãos. Temos, porém, gente, criatividade e vontade. Então fizemos a Marcha para estabelecer um canal de comunicação com a população num momento em que o governo de FHC procurava nos isolar da sociedade. Não tínhamos que nos meter em audiência com o presidente. Não era esse o objetivo. Também não tínhamos a preocupação de apresentar uma pauta de reivindicações ao governo. Pelo contrário, avaliamos que a apresentação de uma pauta de reivindicações diminuiria o significado daquela ação política”⁴¹⁹.

Diante do sucesso da manifestação, o então presidente recebeu os sem-terra, que apresentaram um documento crítico à política neoliberal implementada pelo governo naquele momento. A resposta da imprensa e dos setores contrários ao MST foi taxar a longa marcha de um fracasso político. O maior crítico, mais uma vez, foi o sociólogo José de Souza Martins, para quem o principal motivo da “derrota” seria “o fato de o MST não ter propostas para discutir com o governo e não ter aceitado o convite para participar de uma comissão de estudos sobre a reforma agrária”⁴²⁰. Ou seja, a constatação consciente de que não havia espaço para diálogo é interpretada pelos críticos como incapacidade e falta de vontade política de debater o problema.

⁴¹⁹ STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo. *Op. Cit.*, 1999, p. 152.

⁴²⁰ Apud STEDILE, João Pedro e FERNANDES, Bernardo. *Ibidem*, p. 154.

Nas palavras de Stedile, fica clara a intenção de não sentar em uma mesa de negociações com FHC, uma vez que a briga naquele momento era outra: a de estabelecer um vínculo simbólico com a sociedade. Daí a “vitória” do episódio, do ponto de vista sem-terra: com a ampliação do número de integrantes da marcha, com o crescente destaque nos jornais e com a participação ativa de outros setores políticos da sociedade, o presidente se viu obrigado a mudar sua estratégia, diante do amplo grau de visibilidade pública que o episódio atingiu.

A “ruína voluntária” do MST, representada pela crítica “oferecida gratuitamente” à oposição ao se negarem a negociar, foi um instrumento para promover a ruína da estratégia tucana de “isolar o movimento” da sociedade. É por esta razão que Stedile define a Marcha como “uma contra-tática para enfrentarmos a tática do governo, que era a de nos colocar no isolamento”⁴²¹.

A vitória do movimento abarca também a mesma imprensa que o MST ‘não teria nas mãos’. Para se ter uma idéia das proporções do acontecimento discursivo produzido, basta dizer que a Marcha, que tinha também o objetivo de fazer a sociedade lembrar o massacre de Eldorado de Carajás, ocorrido um ano antes, era composta de três colunas com mil pessoas cada, partindo de Rondonópolis (MT), Juiz de Fora (MG) e São Paulo, atravessando mil quilômetros até Brasília. Nas palavras de Górgen,

“após quase dois meses de longa caminhada, no dia 17 de abril de 1997, a marcha Nacional do MST entra em Brasília acompanhada de mais de cem mil pessoas, com apoio da CUT, da CPT e das principais forças políticas de esquerda e populares do Brasil, provocando o primeiro e profundo abalo sísmico no governo FHC”⁴²².

Com a crescente participação popular e política, era praticamente impossível para a imprensa negar espaço de suas coberturas a tal acontecimento. Com isso, embora duramente criticado, o movimento foi capaz de realizar, a partir de sua *velocidade*, uma verdadeira *ocupação midiática* durante quase dois meses. Mesmo diante das duras críticas, seu objetivo havia sido alcançado. Ainda nas palavras de Stedile:

“os editoriais de direita ficaram vociferando nos jornais que foi um desrespeito termos ido de bonés e camisetas na audiência com um presidente da República. Eles não perceberam que era uma audiência da

⁴²¹ *Idem, Ibidem*, p. 151.

⁴²² GÓRGEN, Frei Sérgio Antônio. *Op. Cit.*, p. 66.

sociedade com o presidente. Quem concedeu não foi o presidente, foi a sociedade”⁴²³.

Essa interpretação-outra ilustra a inversão da tática de ruína promovida pelo MST, provando que, em certa medida, entregar-se facilmente à crítica política adversária pode ser um instrumento eficiente de vencer aquela contenda. Para delimitar de modo mais claro as características da ambígua ferramenta política propomos pensar, a partir de agora, os múltiplos e contraditórios aspectos que compõem a complexa categoria conceitual de *ruína*.

4.1 Breve genealogia das potências da ruína

A presença da ruína como categoria estética nas produções artísticas é tão antiga quanto seu uso como metáfora no pensamento ocidental. Entre o dionisiaco e o apolíneo das tragédias gregas e as rupturas alegóricas do drama Barroco, do resgate pitoresco da arquitetura gótica ao amor impossível do romantismo, da música “monumental” de Wagner, inspirada pelo pessimismo de Schopenhauer, ao decadentismo dândi de Oscar Wilde, do neogótico, com sua nostalgia de castelos, ao romance popular grotesco, a figura da ruína assumiu, ao longo da história das artes e do pensamento ocidental, diversas funções. Seja metaforizando o destino trágico e inevitável de toda existência, representando a vingança triunfante da natureza diante da arrogância (e inutilidade) do conhecimento humano, ou estabelecendo as fundações para um novo e radiante começo diante da constatação concreta de seu estertor, a ruína - este múltiplo amontoado caótico de fragmentos de significados - é sempre uma imagem sedutora.

Mantendo a estratégia de promover a aproximação teórica entre pensadores bastante distintos, cabe, neste momento, efetuar um breve trajeto genealógico dos usos do pensamento acerca da ruína, para que possamos entender a potência produtiva do conceito em nosso objeto específico. Cabe, mais uma vez, o alerta de que a aproximação simultânea do pensamento de autores algumas vezes bastante distintos busca extrair, de cada um deles, fragmentos que possam ajudar a construir o conceito aqui proposto, descontando, em seus pressupostos, os aspectos que se afastam de nosso objetivo.

⁴²³ FERNANDES, Bernardo e STEDILE, João Pedro, *Op. Cit.*, 1999, p. 153.

4.1.1 Simmel e a sedução pela ruína

Em que pese a importância e a recorrência do simbolismo da ruína na produção ocidental, não são tantos os teóricos que fizeram dela seu objeto principal de pesquisa. Não por acaso, uma das mais brilhantes exceções a esta regra é o pensamento interacionista do alemão Georg Simmel. Ainda no final do séc XIX, dominado pelo pessimismo decadentista de seu tempo, esse sociólogo, cuja importância acadêmica foi em geral ofuscada pelas contribuições de Weber e Durkheim, elaborou um interessante ensaio sobre as possibilidades interpretativas da ruína.

O objetivo metafísico de Simmel, na verdade, era o de traçar um paralelo entre a ruína e a condição humana. Deixaremos de lado, nesta tese, sua defesa romântica da queda e sua busca pela essência do espírito, para nos apropriarmos de alguns vislumbres que podem ajudar a dar conta das potências existentes no “acontecimento-ruína”.

O autor situa o movimento artístico como uma constante luta entre o espírito e a natureza; entre a alma que aspira à elevação e a gravidade que a atrai ao chão. Para ele, entre todas as artes, será apenas na arquitetura que tal embate encontrará a paz, já que cabe à arquitetura a função de moldar elementos da natureza, preservando algo de sua “essência” e apaziguando, na construção, a busca pela ascensão e o desejo da queda.

Esta paz entre as necessidades da matéria e a liberdade do espírito, no entanto, é temporária. No momento em que o edifício começa a ruir, as forças da natureza invertem o predomínio da ação humana. Para Simmel, “este deslocamento torna-se uma tragicidade cósmica que (...) leva qualquer ruína para a sombra da melancolia, pois o desabamento aparece agora como a vingança da natureza pela violação que o espírito lhe impingiu”⁴²⁴.

Da mesma forma que a arquitetura promoveria um equilíbrio único entre espírito e natureza, se comparada a outras artes, com a destruição do edifício temos escombros também bastante distintos: “a ruína torna-se, não obstante, um fenômeno mais significativo e pleno de sentido que os fragmentos de outras obras de arte destruídas”⁴²⁵. Assim, enquanto nos fragmentos de outras obras de arte só há sentido nos vestígios artísticos, Simmel vê na ruína a irrupção de uma nova totalidade:

⁴²⁴ SIMMEL, Georg. “A ruína”, in SOUZA, Jessé e OELZE, Berthold (org). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Ed. Unb, 1998, p. 137-138.

⁴²⁵ *Idem, Ibidem*, p. 138.

“a ruína da obra arquitetônica significa que naquelas partes destruídas e desaparecidas da obra de arte outras forças e formas – aquelas da natureza – cresceram e construíram uma nova totalidade, uma unidade de característica, a partir do que de arte ainda vive nela e do que de natureza já vive nela”⁴²⁶.

É, justamente, a intuição dessa nova totalidade presente na ruína que pode contribuir para o entendimento da estratégia discursiva posta em funcionamento a partir do encontro entre as ocupações do MST e sua cobertura jornalística. Se construirmos uma analogia entre a oposição ‘obra humana/efeito da natureza’, de Simmel, e a relação ‘MST/jornalismo’, poderemos perceber que, diante da estratégia política de ocupação do campo e das páginas dos jornais, promovida pelo ‘espírito’ sem-terra, o ‘trabalho da natureza’ de interpretação feito pelos jornais formará, também, uma nova totalidade, para além da paz anterior, sustentada pelo imposto consenso de sentidos.

Graças à capacidade de preservação da potência dos dois aspectos em conflito, materializada na ruína, é que podemos perceber a unidade presente em nossos escombros discursivos. Se as estratégias sem-terra serão des-legitimadas pela imprensa, essas não serão completamente apagadas, pois não se pode destruir algo sem deixar marcado, no texto como nos escombros, as pistas de sua ação. De volta a Simmel, estamos diante da sedução específica da ruína: a possibilidade da obra humana ser percebida como produto da natureza.

“O que erigiu o edifício foi a vontade humana, o que lhe confere sua aparência atual é o poder da natureza, mecânico, rebaixador, corrosivo, demolidor. Mas ela, entretanto, não permite que a obra afunde na infirmitude da mera matéria – desde que se trate ainda de uma ruína e não de um monte de pedras”⁴²⁷.

Nesse amálgama se funda a analogia com nosso objeto específico: o que na ruína seduz Simmel é a co-existência latente da oposição entre duas forças, formando, ainda assim, uma totalidade. Do mesmo modo que os vestígios do que outrora fora o edifício permanecem intrinsecamente trançados com os efeitos destrutivos da natureza, os traços dos novos sentidos propostos pelo MST em sua ocupação tatuam o gesto de restauração e controle dos sentidos anteriores promovido pelos jornais.

⁴²⁶ *Idem, Ibidem*, p. 138.

⁴²⁷ *Idem, Ibidem*, p. 140.

O sociólogo alemão defende que, na ruína, a natureza faz da obra de arte a matéria para sua formação, tal qual anteriormente a arte havia se servido da matéria como sua substância. Na *ruína discursiva*, por sua vez, a estratégia do MST é alvo e combustível da ação interpretativa jornalística que unifica os sentidos que deseja ver compartilhados como hegemônicos sem, no entanto, apagar completamente as outras possibilidades interpretativas postas em jogo pela ação discursiva da ocupação midiática sem-terra. Assim, a nova totalidade representada pelas reportagens aqui analisadas evidencia lado a lado os rastros da visão (não-autorizada) sem-terra e os direcionamentos de sentido dos veículos que irão re-significar tal visão-outra de acordo com a palavra de ordem hegemônica.

Nesse sentido, cabe aqui um parêntese em relação ao equívoco da escolha, por parte do MST, de castanheiras mortas como monumento-ruína: em pouco tempo, onze delas começaram a apodrecer rapidamente. Nas palavras de Emanuela Souza,

“achamos que elas durariam um pouco mais. Como consideramos importante que esse símbolo continue vivo aqui na Curva do S, decidimos gerar uma nova edição dele, com outras castanheiras queimadas e mutiladas. Não quisemos simplesmente reconstruir”⁴²⁸.

O equívoco sem-terra foi o uso de elementos que não eram, como na arquitetura, concretamente compostos pelo conjunto natureza/espírito humano. O que de humano há nos troncos queimados das castanheiras é apenas a consequência da destruição provocada. Se usarmos a definição proposta por Huyssen, uma castanheira queimada é, no máximo, uma metáfora de ‘ruína artificial’, nunca uma ‘ruína autêntica’.

O gesto de estabelecer uma nova edição do monumento em memória aos 10 anos do massacre, entretanto, permite ao MST a re-atualização, pela articulação da memória e do uso da mística, do episódio dessa feita em 2006. A abertura da matéria produzida pelo próprio movimento para divulgar a homenagem resume bem esses usos.

“Dezenove minutos de silêncio. Todos os dias às 17h50, no horário do Massacre de Eldorado dos Carajás (PA), os jovens reunidos no 1º Acampamento Pedagógico prestam uma homenagem aos dezenove trabalhadores rurais que tomaram em 1996. O acampamento teve início em 1º de abril e está montado na Curva do S, local da chacina dos Sem Terra. Ontem e hoje, os jovens do MST se reuniram para

⁴²⁸ Ver matéria do site do MST já citada.

reconstruir o monumento das Castanheiras, também às margens da rodovia PA-150. Inaugurada em 1999, a obra tinha 19 castanheiras queimadas para simbolizar os mortos, mas 11 se deterioraram com o tempo”⁴²⁹.

Se as castanheiras não são de fato uma ruína, ainda assim elas evidenciam a estratégia de transformar o monumento memorável da própria queda em primeiro movimento de uma conquista futura. Tal constatação nos leva a retomar o debate do capítulo três a respeito de um dos aspectos principais postos em funcionamento pela mística sem-terra: o ofício litúrgico da dor.

Vale lembrar que os valores sem-terra, bem como os aspectos memoráveis que permitem a unificação dos fluxos ao redor do revide sem-terra, são sempre reafirmados a partir de dramatizações em cerimônias que compõem a ‘festa mística’ das ações do movimento. Brandford e Rocha apontam, inclusive, a importância da religião na construção desse ‘teatro de ruínas’:

“refletindo a tradição católica de sofrimento e redenção, as místicas freqüentemente relembram as histórias dos mártires do movimento. Essas encenações são muito comoventes para as famílias, pois muitas delas já sofreram repressões e assistiram à morte de companheiros”⁴³⁰.

As autoras exemplificam sua tese com a narração de uma ‘encenação memorável’, ocorrida durante a ocupação de uma fazenda no Pará, em abril de 2000, cujo objetivo era o mesmo do Monumento das Castanheiras. O protesto reuniu mais de mil militantes e a cena descrita abaixo se passou no salão de banquete da sede da fazenda ocupada. No mesmo espaço em que outrora o proprietário, “um rico executivo de uma companhia aérea”⁴³¹, nas palavras das autoras, realizava suas “festanças, famosas em toda a região, nas quais bailarinas semi-nuas, trazidas de Belém, costumavam dançar sobre as mesas”⁴³², os sobreviventes do massacre de Eldorado dos Carajás elegeram novas lideranças e encenaram, dessa vez, uma festa de auto-inscrição rebelde.

“Dezenove líderes recém-eleitos, envolvidos na bandeira do movimento e cobertos com flores, deitaram-se no chão. Sob a luz de velas, enquanto

⁴²⁹ *Idem, Ibidem*, de 12/04/06.

⁴³⁰ BRANDFORD, Sue e ROCHA, Jan. *Op. Cit.*, p. 332.

⁴³¹ *Idem, Ibidem*, p. 332.

⁴³² *Idem, Ibidem*, p. 332.

uma sem-terra lia os nomes dos 19 mártires, eles se levantavam, um a um, e diziam ‘presente’. No final, muita gente chorava em silêncio, no salão. Foi uma experiência catártica para uma comunidade ainda traumatizada pelas mortes, bem como uma expressão coletiva da vontade de continuar na luta”⁴³³.

Percebe-se, portanto, a atualização do massacre a partir da ‘teatralização da ruína’ com o objetivo de reafirmar a possibilidade da linha de fuga sem-terra ‘ressuscitar’ da derrota, do mesmo modo em que os mártires são convertidos, simbolicamente, em novas lideranças. Esse uso político da ‘ruína’, por parte do MST, é identificado pelas empresas jornalísticas e tentará ser controlado, nas coberturas cotidianas, a partir de diversas técnicas.

Vimos, no capítulo dois, de que forma a mística promovida pelo movimento para celebrar as vítimas do Massacre de Felizburgo, ao envolver os cinco caixões com a bandeira sem-terra, foi re-interpretada pelo jornal *O Globo*. A partir de uma ‘diagramação inusitada’, o veículo deslocou a foto que deveria ilustrar a missa campal sem-terra para o status de metáfora capaz de se converter em evidência discursiva do ‘enterro’ simbólico dos programas sociais do governo. Ao desenvolvermos o conceito de *ruína discursiva*, no entanto, podemos perceber em que medida esse ‘erro forçado’ do *Globo* se oferece à análise como a materialização incontestada da necessidade de efetuar tal direcionamento de sentido.

De volta ao debate teórico, cabe ainda argumentar que o caráter ‘arquitetônico’ da ruína oferece a Simmel ainda uma segunda sedução, dessa vez explicitamente romântica: a evidência da destruição da forma espiritual pela ação das forças naturais.

“Aquela inversão do reordenamento típico, será percebida [na ruína] como um retorno à ‘boa mãe’ como Goethe chamou a natureza. O fato de que tudo que é humano ‘vem do pó e ao pó retornará’ eleva-se aqui além de seu niilismo monótono. Entre o ‘ainda não’ e o ‘não mais’ existe um traço do espírito, cujo trajeto já não mostra mais, em realidade, sua altura, mas que, farto da riqueza dessa altura, desce para o seu torrão natal”⁴³⁴.

Mais adiante vamos aprofundar a discussão em relação ao niilismo e às possibilidades produtivas desta categoria, mencionadas de modo bastante vago por

⁴³³ *Idem, Ibidem*, p. 332.

⁴³⁴ SIMMEL, Georg. *Op. Cit.*, 1998, p. 140-141.

Simmel. Por ora, basta desconsiderar a paixão romântica do autor para podermos aproveitar seu foco no entremeio em devir desse lugar-outro da ruína equilibrada entre o ‘ainda-não’ e o ‘não-mais’. O festejado poder da natureza sobre a vontade humana só pôde se efetivar na decadência do edifício pelo fato de sua potência não ter sido totalmente destruída pelo trabalho humano.

Assim, são os vestígios de natureza latentes ainda na arquitetura que permitem à construção a sua metamorfose em ruína. Por essa razão é que Simmel pode dizer que ela “tem tão amiúde um efeito trágico – mas não triste. Isso porque a destruição não é algo sem sentido vindo de fora, mas a realização de uma direção colocada no mais profundo estrato da existência do destruído”⁴³⁵. Da mesma forma, a tentativa de visibilidade do MST, quando encoberta, de dentro, pelo jornalismo, é preservada no mesmo gesto em que é tragicamente destruída. Como no caso do enterro das cinco vítimas do massacre, o deslocamento de sentidos se efetiva, mas restam, intrínsecas ao texto, as marcas da força do gesto violento da imprensa sobre os fragmentos do discurso (e da imagem) sem-terra. Como na ruína, o retorno ao ‘estado natural’ dos sentidos hegemônicos não é ausente de cicatrizes.

Tampouco o extermínio será completo: dos vestígios da queda do edifício, surge a nova totalidade. Ao tomarmos de empréstimo a ‘dialética romântica’ homem/natureza para estabelecer nossa analogia MST/imprensa, o que buscamos, na verdade, é articular, ambigualmente, mais uma das falsas oposições binárias desta tese: do mesmo modo que o nômade é capaz de se reterritorializar em sua própria desterritorialidade, o marco memorável (e ‘místico’) da ruína de um revide (e do trabalho da imprensa) pode ser interpretado como o lampejo de uma linha de fuga, construtora, portanto, de outras formas de luta.

Caetano Veloso, ao defender que algo no Brasil estaria “fora da nova ordem mundial”, remete à cena de uma criança encontrada morta “na ruína de uma escola em construção” para provar como “aqui tudo parece que é ainda construção e já é ruína”. De fato, se compararmos as fotografias do Rio de Janeiro na época do bota-abaixo⁴³⁶, por exemplo, com as da construção de Brasília, será difícil separarmos, sem o ‘agenciamento’

⁴³⁵ *Idem, Ibidem*, p. 141.

⁴³⁶ Início do séc XX, período no qual o então prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, promoveu uma ampla reforma urbana visando a modernizar a cidade, inspirada na Paris de Haussman.

das legendas informativas, o que é a irrupção do novo e o que não passa de vestígio de memória do que passou. Há mais do que uma semelhança assustadora entre uma ruína e uma construção: ambas trazem, de modo evidente (e concreto) a sedução de uma potência ambígua, tão oposta quanto complementar: a certeza da queda aliada à constatação de que a mesma pode ser uma conquista.

Uma canção ainda mais antiga, desta feita em inglês, do mesmo compositor defendia a tese de que “todos sabem que nossas cidades são erguidas para serem destruídas”. Talvez possamos estabelecer o paralelo entre a música e o conceito de ruína discursiva para dar conta da função política evidenciada na capacidade sem-terra de produzir *acontecimentos midiáticos* feitos sob medida para serem arruinados pela cobertura jornalística. Mais uma vez, no entanto, é preciso ter em mente que tal estratégia política não seria uma simples solução romântica de entrega diante da ‘derrota inevitável’, mas a superação criativa a partir da possibilidade de inventar novos patamares para além da destruição. Nesse sentido, é preciso aprofundar um pouco mais a relação entre os usos políticos da memória na construção de ‘monumentos arruinados’ como a *ocupação midiática sem-terra*.

4.1.2 Do romantismo monumental à ruína como alegoria produtora

Vimos, ao longo da tese, como a ocupação sem-terra se converte em um espaço liso de memória clandestina nos moldes do conceito de ‘lugar de memória’, proposto por Pierre Nora. Estabelecemos, até aqui, em que medida a natureza do monumento memorável sem-terra, quando convertido em notícia de jornal, assume o aspecto político de uma *ruína discursiva*. Cabe, portanto, aprofundar o debate teórico que possa levar em conta essa articulação entre monumentos e ruínas para defendermos o caráter ‘criativo’ do conceito que estamos propondo.

Com esse objetivo, vale retomar o pensamento de Huyssen não apenas acerca do papel dos meios de comunicação na constituição da memória contemporânea, mas a reflexão em torno dos usos da memória na Alemanha a partir da categoria de monumento presente na obra de Wagner. Para tomar de empréstimo tal ponto de vista, lançaremos mão da leitura crítica desenvolvida por Huyssen na busca por denunciar, e entender, a “mania monumental” que assolaria seu país de origem, a partir dos anos 90 do século

passado, e que teria como objetivo uma espécie de redenção pela memória. Não se pode esquecer, no entanto, como a visão do músico era impregnada por um desejo de “totalitarismo discursivo”⁴³⁷, cuja origem pode ser percebida pela influência decadentista presente na obra e no pensamento wagneriano.

Huyssen chama atenção para a ênfase dada pelo músico ao caráter transitório e efêmero da arte e da arquitetura, bem como o crescente reconhecimento da moda como parâmetro central de julgamento na modernidade. Essa combinação geraria, no artista, sua busca por criar uma monumentalidade que fosse capaz de perdurar.

“Em Wagner, a ansiedade produzida por esta tensão resulta numa fase paranóica e agressiva que liga a percepção de transitoriedade da arte a imagens de ruínas, morte e destruição. As pressões do transitório afetam o próprio monumental: o único monumento que conta é o que já está imaginado como ruína”⁴³⁸.

Esse é o cerne do que Huyssen define com ‘monumentalismo da destruição’. Daí o enfoque de sua análise residir na relação entre a música e a arquitetura como estratégia de evidenciar uma ‘estética da ruína’ na obra trágica de Richard Wagner. Para o autor, o desejo moderno pelo monumental pode ser explicado por uma necessidade surgida após as revoluções burguesas. Assim, a re-significação dos vestígios e fragmentos da arquitetura remanescente da antiguidade clássica, efetuada pela arqueologia, teria uma função ainda mais política do que estética.

“Concluimos que essa obsessão do séc. XIX pelas origens e suas fundações míticas vinha atender às necessidades de legitimidade cultural do estado-nação burguês pós-revolucionário, em fase de acelerada modernização(...) A busca de monumentos nacionais criava o primeiro passado nacional remoto que diferenciava cada cultura de seus pares tanto europeus quanto não-europeus”⁴³⁹.

Essa política de memória nos permite evidenciar mais um ‘uso estratégico’ da ruína pelo MST. Cabe aqui, recuperar a questão discutida no capítulo três a respeito da inversão dos fluxos desterritorializados em um devir minoritário unificado a partir da

⁴³⁷ HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 46.

⁴³⁸ *Idem, Ibidem*, p. 49.

⁴³⁹ *Idem, Ibidem*, p.54.

construção de uma memória clandestina comum aos diferentes revides, elaborados e destruídos ao longo da história, no campo brasileiro.

É preciso, no entanto, ter em mente que as ações políticas mudam de sentido de acordo com a historicidade específica e em função dos agenciamentos a partir dos quais são afetadas. Assim, a busca ‘moderna’ pelo passado como necessidade de produzir um Estado-nação unitário é transfigurada, contemporaneamente, pela ação livre nômade da não-comunidade sem-terra. Como vimos, o caráter memorável da máquina de guerra nômade se deve às questões legais (como a Lei de Terras) e ao objetivo de mapear os “fragmentos monumentais” de uma luta passada heróica que precisa ser compartilhada por ‘qualquer um’.

Dessa maneira, o movimento se legitima, diante de seus múltiplos integrantes potenciais, como aquele capaz de agrupar os que não têm continuidade em uma luta que é forjada a partir de fragmentos descontínuos, isolados, no tempo e no método, por especificidades que serão negociadas na política de memória empreendida pelo MST. Política que será capaz de resgatar dos escombros arruinados do passado os argumentos necessários para seu revide-multidão. Reside, inclusive, na capacidade memorável intrínseca à ruína-monumento, a possibilidade do movimento inverter (positivamente) os usos contemporâneos da ‘ruína artificial’ capitalista cujo objetivo seria o de compensar, em nostalgia, a impossibilidade de emergência de futuros outros.

O risco, tanto da interpretação produzida nessa tese como da ação memorialista sem-terra, pode ser resumido em uma imagem proposta por Huyssen em seu já citado artigo a respeito das pinturas de Piranesi: *“here, as in any form of nostalgia, it is difficult to walk the line between sentimental lament over a loss and the critical reclaiming of a past for the purposes of constructing alternative futures”*⁴⁴⁰.

A hipótese adotada aqui é a de que a ‘velocidade’ nômade do MST permite a capacidade de estabelecer um ‘andar de viés’. Como o malandro da canção de Chico Buarque, o sem-terra se ‘desequilibra’ pela linha tênue que divide o passadista lamento sentimental pela perda e a possibilidade de reivindicar de modo crítico os acontecimentos passados para, com essa nova interpretação, ser capaz de inventar futuros outros.

⁴⁴⁰ HUYSSSEN, Andreas. *Op. Cit.*, 2006, p. 9.

De volta ao pensamento de Wagner, Huyssen resume de que modo naquele momento histórico, “o monumento veio a garantir a origem e a estabilidade bem como a largueza do tempo e do espaço de um mundo que se transformava rapidamente e era vivido como transitório, desenraizador e instável”⁴⁴¹. E a manifestação ideal para servir de inspiração às teses do músico nesse contexto ambíguo de busca do passado e incerteza de futuro seria a arquitetura:

“Richard Wagner estava inserido nesse aspecto do séc. XIX, não contra a arquitetura, como o modernista Georges Battaille, e sim a favor dela, sem hesitações, não contra as origens, mas bastante engajado em sua busca, não a favor dos prazeres da transitoriedade e da moda (como Baudelaire), mas violentamente em oposição a eles e à procura de uma nova cultura permanente que realizaria o que ele chamava de ‘a tarefa histórico-mundial-artística’(...) da música, um conceito dificilmente imaginável no discurso do modernismo francês”⁴⁴².

Assim, Huyssen mostra os pilares a partir dos quais Wagner construía “seu próprio projeto de dar vida à arte do futuro, que viria a transcender o estágio presente de decadência e corrupção”⁴⁴³. Será diante deste objetivo, que a categoria da ruína se fará presente na obra e no pensamento do músico alemão.

Não se trata, no entanto, de reproduzir, nessa tese, o gesto megalomaniaco de Wagner para adequá-lo como medida ao projeto sem-terra. O que se pretende é recolher a potência presente no reconhecimento da constatação, por parte do músico, de que sua arte futura só poderia emergir (e ser compreendida) a partir da ruína do presente. Ainda segundo Huyssen, é ao tomar a tragédia grega como modelo para sua obra que Wagner se apropria mais claramente da potência para ele dialética entre declínio e renascimento presente na idéia da ruína.

“A intenção monumental de Wagner de reconstruir o Gesamtkunstwerk⁴⁴⁴ a partir das ruínas da tragédia e recriá-lo depois de dois mil anos de história mundial, vistos através das lentes de Hegel, é fundada num mundo em ruínas e não está voltada para o futuro, mas sim para o passado remoto. No entanto, se a própria origem já estava fadada a arruinar-se, é difícil imaginar como o próprio Gesamtkunstwerk

⁴⁴¹ HUYSSSEN, Andreas. *Op. Cit.*, 2000. p.54.

⁴⁴² *Idem, Ibidem*, p.55.

⁴⁴³ *Idem, Ibidem*, p. 56.

⁴⁴⁴ Termo que Wagner cunhou para descrever sua proposta de obra de arte total que buscava restaurar, como nas tragédias gregas, a unidade das diferentes manifestações artísticas em um único espetáculo operístico.

projetado no futuro poderia evitar o mesmo fado. Então, Wagner toma uma segunda medida, que traduz o topos histórico da ascensão e da queda das culturas numa dimensão francamente mítica, que pressupõe desfechos desastrosos no próprio ato de fundação”⁴⁴⁵.

Antes de explicitar ainda mais a solução encontrada pelo músico para esse impasse, Huyssen defende a tese de que a obra wagneriana sempre teria se fundado na idéia de destruição. Assim, “o discurso das ruínas se inscreve no projeto de Wagner desde o início, e não somente depois de sua virada schopenhaueriana, como supõe alguns”⁴⁴⁶. Como prova de sua idéia, o pesquisador alemão cita as palavras do próprio músico:

“inevitavelmente, a revolução iminente deve provocar o fim de toda a nossa atividade teatral. Todos os teatros devem e vão entrar em colapso, isto é inevitável. De suas ruínas poderei então convocar tudo o que eu preciso: só então poderei encontrar o que me é necessário.(...) Transmitirei ao povo da revolução o significado da revolução, no seu sentido mais nobre. O público há de me compreender; o público atual não é capaz”⁴⁴⁷.

Poderíamos resumir a busca romântica da obra total de Wagner a partir de seu diálogo com a arquitetura. Dessa maneira, para ele, “o que se está construindo já é sempre um túmulo, um memorial ao fracasso e ao desastre. A antipatia de Wagner pelo monumental como preceito clássico se baseia nessa imaginação do monumental como apenas ruína, pois só as ruínas têm permanência”⁴⁴⁸.

Essa visão mítica pessimista é que permite ao músico alemão a conclusão de sua proposta imperialista de arte total compatível com a emergência de sua sonhada ‘nova sociedade’, tão admirada, posteriormente pela ascensão nazista ao poder. A esse respeito, não se pode deixar de acrescentar que, como comemora Huyssen, “felizmente até agora não se deu o advento da nova cultura monumental que Wagner pretendia fundar, com seu drama musical sobre as ruínas do estado”⁴⁴⁹.

A crítica de Huyssen aos usos contemporâneos, na Alemanha, da monumentalidade proposta por Wagner permite-nos estabelecer um paralelo ao uso sem-terra do anti-monumento das Castanheiras. Para entendermos, no entanto, a diferença

⁴⁴⁵ HUYSSSEN, Andreas. *Op. Cit.*, 2000, p. 58.

⁴⁴⁶ *Idem, Ibidem*, p. 59.

⁴⁴⁷ Wagner apud HUYSSSEN, Andreas. *Op. Cit.*, 2000, p. 59-60.

⁴⁴⁸ HUYSSSEN, Andreas. *Op. Cit.*, 2000, p. 61.

⁴⁴⁹ *Idem, Ibidem*, p. 61-62.

entre os usos políticos memorialistas hegemônicos e a articulação ‘clandestina’ proposta pelo MST será preciso compreender os aspectos da ruína como uma potência reconfiguradora. Em outras palavras, é necessário estabelecer as diferenças entre os diferentes tipos de ‘niilismo’ e suas conseqüências.

Com isso, a partir da percepção nietzschiana de que o niilismo, mesmo ‘passivo’, pode representar um gesto de progresso humano, já que permite romper com deus, com a metafísica e com os valores morais, poderemos propor que a potência auto-destrutiva da ruína na ação sem-terra também materializa a constatação da morte dos modelos tradicionais de resistência política e revolução, presentes quase como dogmas, em alguns dos setores mais progressistas da sociedade.

Antes, porém, é preciso estabelecer um parêntese a respeito de mais um ‘uso estético’ da ruína. Dessa vez, do plano arquitetônico (e concreto) para o plano (simbólico) da literatura, de modo a incluirmos, no conceito de *ruína discursiva*, um aspecto que possa dar conta da mesma passagem promovida pela ocupação sem-terra: do campo social para o texto midiático.

Enquanto no séc. XVIII o interesse pela ruína se devia, em boa parte, pelo resgate iluminista do vigor monumental da época clássica, a reformulação de sua simbologia ao longo da primeira metade do séc XIX deve-se à decepção romântica com a modernidade e à correspondente nostalgia pela idade média. Já no quarto final daquele século, o saudosismo dá lugar, como vimos em Wagner, cada vez mais ao niilismo decadentista.

Ao propor a diferenciação fundamental entre a literatura romântica e a decadentista, Mucci recorre ao conceito de alegoria e ao uso da categoria ruína, propostos por Walter Benjamin:

“a mimeses romântica releva do símbolo uma idéia antiga que assumiu características especiais no romantismo, ao passo que o decadentismo rompe com a representação simbólica, inaugurando a estética da alegoria: o belo em ruínas ou a ruína do belo, prefaciando o cenário de cinzas da modernidade e da pós-modernidade”⁴⁵⁰.

Interessado em descrever a importância do movimento decadentista no final do século XIX, Mucci pode nos oferecer um resumo da oposição entre a valorização do

⁴⁵⁰ MUCCI, Latuf Isaias. *Ruínas e simulacro decadentista: uma leitura de Il Piacere de D’Annunzio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994, p. 61.

símbolo, na literatura romântica, e o resgate (re-significado) da alegoria barroca promovido pelos decadentistas. Enquanto o símbolo poderia ser definido como uma ‘imagem com sentido’, a alegoria possuiria a capacidade de ‘falar uma coisa para dizer outra’. Mucci lembra que coube a Goethe o gesto romântico de interpretar o símbolo como superior à alegoria e defende que reside justamente na crítica a essa virada interpretativa um dos grandes méritos da leitura de Benjamin a respeito do drama barroco alemão:

“ao conceito da obra como promessa de felicidade, o pensador alemão opõe a noção de perda, de ruína. Criticando o ideológico na estética do símbolo, que concebia a arte como uma expressão da totalidade, Benjamin reabilita a alegoria que os românticos consideravam artificial, convencional, arte capciosa”⁴⁵¹.

O fundamento dessa ‘estética da alegoria’, para Benjamin reside no fato de que a mesma não seria, como pensavam os românticos, uma “frívola técnica de ilustração por imagens, mas expressão como a linguagem e como a escrita”⁴⁵². É diante de tal interpretação que o pensador alemão poderá atribuir à obra de arte o mencionado caráter de ruína.

“A fisionomia alegórica da natureza-histórica, posta no palco pelo drama, só está verdadeiramente presente como ruína. Como ruína, a história se funde sensorialmente com o cenário. Sob esta forma, a história não constitui um processo de vida eterna, mas de inevitável declínio. Com isso, a alegoria revela-se como estando para além do belo. As alegorias são no reino dos pensamentos o que são as ruínas no reino das coisas”⁴⁵³.

Ao determinar, como matéria mais nobre da criação barroca, aquilo que jaz em ruínas, o fragmento significativo, o estilhaço, Benjamin pode perceber, na obra de arte, uma concepção descontínua tanto da história, como do poder da natureza. Com isso, podemos estabelecer uma aproximação da tese de Benjamin à proposta de Deleuze acerca da necessidade do ato de revide presente em toda manifestação artística. Dessa maneira, libertam-se as amarras semânticas da literatura pensando-a menos como ‘informação’ e mais como ‘ato de ruptura’.

⁴⁵¹ *Idem, Ibidem*, p. 62.

⁴⁵² BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 184.

⁴⁵³ *Idem, Ibidem*, p. 199-200.

Se agruparmos essa contribuição específica a outro deslocamento, dessa vez implícito, poderemos estabelecer mais uma analogia entre as teses de Benjamin e o conceito de *ruína discursiva* esboçado nesse capítulo. Ao resumir que as alegorias são no reino dos pensamentos o que são as ruínas no reino das coisas, Benjamin promove o deslocamento da representação da ‘natureza ambígua’ da ruína como categoria ‘arquitetônica’ para a possibilidade de transposição das mesmas ambigüidades no ‘mundo das idéias’. A percepção de Benjamin permite-nos defender que a *ruína discursiva* se estabelece, na normalidade do ‘pensamento único’ jornalista, com a força destruidora cuja potência seria da ordem de uma ‘alegoria’.

Ampliando ainda mais o duplo caráter do conceito, podemos agora refazer o percurso da ação sem-terra descrito até aqui. O acontecimento discursivo da ocupação em rede arruína temporariamente, no campo social, a sobrecodificação capitalista da propriedade privada. Tal espaço liso nômade permite ao acontecimento múltiplo-territorial a unificação discursiva pelo espaço liso midiático. Com os múltiplos gestos de controle e captura, por parte do Estado (violência da polícia) ou da imprensa (sentença de morte da palavra de ordem), a ação nômade do MST é arruinada. No entanto, os destroços das rupturas sem-terra (de sentidos, de vozes e de memórias) jazem entrelaçados aos gestos de interpretação do texto jornalístico na forma de uma ruína capaz de materializar-se em monumento. Esse lugar de memória clandestina, no entanto, não ‘simboliza’ a derrota sem-terra, nem quer ‘informar’ a denúncia da falta de objetividade jornalística. A *ruína discursiva* permanece (e resiste) com a potência da alegoria que é: subvertendo conclusões, impedindo sínteses e pairando, como cicatriz, com seu emaranhado de vestígios e rastros, permitindo leituras outras, inclusive aquelas da ordem de uma linha de fuga criativa que possibilitem o drible (e a recusa) das sentenças de morte até então proferidas pelas palavras de ordem da imprensa.

Em um artigo que voltaremos a abordar mais abaixo, Jeanne Marie Gagnebin recorre ao pensamento de Aleida Assmann para perceber como a potência memorável presente na ‘cicatriz deixada pelo holocausto’ é da ordem do que a segunda define como *trauma*, que seria

“a ferida aberta na alma, ou no corpo, por acontecimentos violentos, recalçados ou não, mas que não conseguem ser elaborados simbolicamente, em particular sob a forma de palavra, pelo sujeito. Ora,

depois de duas guerras mundiais, (...) ao que parece, as feridas dos sobreviventes continuam abertas, não podem ser curadas nem por encantamentos nem por narrativas”⁴⁵⁴.

De modo análogo, podemos propor uma aproximação do pensamento de Assmann aos efeitos discursivos da *ocupação midiática* sem-terra. Assim, as feridas provocadas pela ação do MST na carne do texto jornalístico não apenas impedem a cicatrização representada pela re-naturalização dos sentidos, como principalmente se convertem na alegoria evidente dos gestos hegemônicos dessa tentativa de cura.

Antes, no entanto, de defendermos em uma perspectiva teórica a possibilidade de leitura desses rastros, cabe retomar a oposição já mencionada entre o niilismo negativo suicida e as reinvenções de si através da superação criativa. Para isso, recorreremos, de modo breve, às interpretações propostas por Pelbart a respeito da proposta nietzschiana de *travessia do niilismo*.

4.1.3 Nietzsche e o niilismo positivo da ruína discursiva

O objetivo de trazer para essa tese o debate a respeito do niilismo na filosofia de Nietzsche é evidenciar a partir de qual potência estamos propondo a *ruína discursiva* como produto criativo e instrumento político ativo. Assim, ficará claro como a máquina de guerra nômade, inventada pelo MST, nem de longe se assemelharia a uma entrega passiva à derrota. Com a contribuição da filosofia, reduziremos o risco, inclusive, de absorver em nosso conceito tanto a megalomania totalitária de Wagner como o romantismo naturalista de Simmel.

Em sua leitura das teses nietzschianas, Pelbart adverte para os riscos da empreitada proposta aqui, sobretudo em virtude do ‘caráter equívoco’ do próprio niilismo.

“Mesmo o leitor de Nietzsche sente um grande embaraço quando se defronta com suas análises sobre o tema. Ora tem a impressão que o filósofo está em vias de diagnosticar um niilismo que ele condena, ora tem certeza de que, ao contrário, o próprio Nietzsche é um niilista, e que segundo ele é preciso levar esse movimento a seu termo”⁴⁵⁵.

⁴⁵⁴ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006, p. 110.

⁴⁵⁵ PELBART, Peter Pál. “Niilismo e terrorismo: ensaio sobre a vida besta”, in PASSETI, Edson e OLIVEIRA, Saete (org.) *Terrorismo*. São Paulo: Educ PUC/SP, 2006a, p. 65.

Pelbart lembra que tal confusão se deve à ambigüidade constitutiva do conceito, já que “por um lado o niilismo é sintoma de decadência e aversão pela existência, por outro, e ao mesmo tempo, ele é expressão de um aumento de força, condição para um novo começo, até mesmo uma promessa”⁴⁵⁶. Constatar tal contradição é importante para entendermos o projeto nietzschiano que, para Pelbart, se converteria em uma travessia do niilismo, na medida em que as teses do pensador alemão reuniriam dois aspectos principais: “de um lado, a necessidade histórica e filosófica do niilismo que Nietzsche detecta, e de outro, o modo pelo qual ele mesmo se sente partícipe desse movimento que lhe cabe ao mesmo tempo diagnosticar, precipitar, combater e ultrapassar”⁴⁵⁷.

A tese de Nietzsche, portanto, é a de que a história do ocidente foi construída sobre fundamentos niilistas, na medida em que “o centro de gravidade da vida” foi deslocado para “uma outra esfera que não ela mesma”. Assim, na medida em que a vida foi depreciada por valores considerados superiores a ela mesmo, as ‘verdades supremas’ que passaram a fundamentar a existência ocidental (a metafísica, a moral, deus...) desde o início eram da ordem da ficção. Com os questionamentos da modernidade, entretanto, tais mitos começam a cair por terra. Com isso, “o niilismo dos fundamentos não poderia deixar de vir à tona, cedo ou tarde, no transcurso dessa história, pondo em xeque a construção como um todo, e a própria idéia de fundamento”⁴⁵⁸.

O exemplo mais evidente do niilismo decorrente dessa ruína é a ‘revolução copernicana’ da constatação da morte de deus descrita por Pelbart: “passamos de uma experiência extrema de crença, em que orbitávamos em torno de um centro, de um sol, de uma luz, de uma verdade, para o extremo oposto da descrença, em que erramos sem rumo na escuridão”⁴⁵⁹.

Assim, a busca moderna por respostas, revoluções, novos ideais, novas comunidades poderia ser interpretada como a tentativa vã de substituir, com alguma equivalência, o vazio de sentido provocado pela morte de deus. Para Nietzsche, reside, inclusive, na certeza da inutilidade dessa procura, a desilusão niilista que se segue a esse movimento.

⁴⁵⁶ PELBART, Peter Pál. “*Travessias do niilismo*”, in FEITOSA, Charles (org.). *Nietzsche e os gregos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006b, p. 205.

⁴⁵⁷ *Idem, Ibidem*, p. 206.

⁴⁵⁸ *Idem, Ibidem*, p. 207.

⁴⁵⁹ *Idem, Ibidem*, p. 209.

O mesmo fenômeno explicaria alguns dos mais diferentes usos políticos, artísticos, históricos e filosóficos da categoria de ruína, no ocidente, ao longo dos três últimos séculos. Entre eles, podemos destacar a paixão neoclássica pela ruína como instrumento possível da recuperação iluminista, no presente, de um passado glorioso. Ou o culto romântico e desencantado da ruína como símbolo da época em que o mundo ainda ‘fazia sentido’. Do ponto de vista político, temos, como vimos, o resgate de ‘origens’ comuns que permitam a unidade do Estado moderno. Sem esquecermos do niilismo decadentista passivo que vê a ruína como destino final de toda existência, tão semelhante aos usos contemporâneos da ruína artificial e seu ‘passado asséptico’ pronto a ser consumido como substitutivo anestésico diante da impossibilidade de futuros outros.

De volta ao impacto provocado pelo desmoronamento das certezas, Nietzsche resume sua consequência paralisante como o ‘*páthos* niilista’ a ser superado pela ação criativa dos homens plenos. Pelbart mostra como, para o filósofo alemão, a busca vã por crenças substitutas levaria à irrupção desesperada do niilismo passivo.

“Apenas um homem cansado, quando já não encontra apoio nessas crenças ou instâncias, torna-se niilista num sentido que Nietzsche denomina de passivo, ou seja, aquele que fica paralisado ao perceber que o mundo tal como ele é não deveria ser, e o mundo tal qual ele deveria ser não existe, e que portanto não faz sentido agir, sofrer, querer, sentir, em suma – tudo é vão”⁴⁶⁰.

Ainda de acordo com o filósofo, o niilismo passivo se desdobraria em um ‘grande cansaço’ que acaba por levar os indivíduos à entrega imóvel e suicida. A proposta de Nietzsche, no entanto, é a de reconhecer o niilismo como um ponto de partida ativo, capaz de recusar como centro de gravidade qualquer outro elemento (ou valor) que não seja a própria vida. Assim,

“o reconhecimento de um mundo desprovido de sentido nada tem de condenável, e só leva a uma paralisia do querer uma vontade depauperada, já que uma vida superabundante, ao contrário, suporta e até necessita desse esvaziamento para dar vazão à sua força de interpretação, aquela que não busca o sentido nas coisas, pois o impõe a elas”⁴⁶¹.

⁴⁶⁰ *Idem, Ibidem*, p. 213.

⁴⁶¹ *Idem, Ibidem*, p.213-4.

Após tal constatação, caberia à vida superabundante a passagem do niilismo passivo ao gesto ‘destruidor’ presente no aspecto ativo do ambíguo conceito. Nas palavras do filósofo, não basta “a crença de que tudo merecer perecer: consiste em pôr a mão na massa, destruir”⁴⁶². Pelbart, no entanto, alerta para o fato de que Nietzsche distingue dois tipos de destruição:

“o desejo de destruição, mudança, vir a ser, pode ser a expressão da força repleta, grávida de futuro (...), mas pode ser também o ódio do malogrado, do desprovido, do enjeitado, que destrói, tem de destruir, porque para ele o subsistente, e aliás todo subsistir, todo ser mesmo revolta e irrita”⁴⁶³.

O caráter criativo da potência destruidora niilista, dessa maneira, deve residir não na busca enraivecida da destruição por si só, mas pelo gesto de fazer irromper, de sua própria ruína, um devir afirmativo que instaure sua inscrição outra. Se há violência nesse gesto ela não se dá pelo ódio, mas pela potência necessária e inevitável para a construção de uma linha de fuga criativa⁴⁶⁴.

Para essa irrupção nova, o alvo primeiro da força de destruição presente no niilismo ativo será o próprio homem. Assim, para o complemento da travessia, após a morte de deus, falta ao homem a realização voluntária de sua própria ruína. Nas palavras de Pelbart,

“o niilista que destrói o mundo sem destruir a si mesmo prolonga o antropocentrismo, a decadência e a metafísica que ele pensa combater. Em suma, o suicídio voluntário seria o acabamento conseqüente do niilismo, seu gesto mais extremo. A morte de Deus implica na morte do homem, mas como diz Deleuze, ambas esperam ainda as forças que lhes possam dar o sentido mais elevado”⁴⁶⁵.

Nesse sentido, é importante atentar para o fato da destruição em Nietzsche dizer respeito ao ato de afirmação da vida contra a negação da existência. Em outras palavras, a

⁴⁶² Nietzsche apud PELBART, Peter Pál, *Ibidem*, p. 218.

⁴⁶³ *Idem*, *Ibidem*, p. 219.

⁴⁶⁴ Reside justamente nessa tese nietzschiana a percepção de Deleuze e Guattari em relação aos diferentes papéis da máquina de guerra, cuja violência produzida, quando no pólo nômade, não seria o seu fim primeiro. Ao contrário, a captura da mesma pelo Estado, equivaleria ao ódio destruidor do niilismo negativo, na medida em que transformaria a destruição em objetivo único e absoluto.

⁴⁶⁵ PELBART, Peter Pál. *Op. Cit.*, 2006b, p. 221.

busca da superação do niilismo pelo ‘homem a vir’⁴⁶⁶ (após o suicídio do homem) não tem relação alguma com os regimes de violência já mencionados nessa tese.

“A morte do homem reivindicada por Nietzsche, na esteira da morte de deus, não tem relação alguma com atentados genocidas ou suicidas. O além-do-homem, por sua vez, na sua superação do niilismo, aponta para um novo modo de sentir, de pensar, de avaliar, para uma nova forma de vida, e até mesmo para um outro tipo de subjetividade”⁴⁶⁷.

Reside nessa esperança positiva de irrupção do novo a potência presente no conjunto do devir sem-terra e resumido pelo conceito de *ruína discursiva*. O amontoado de escombros formando uma nova totalidade, capaz de converter-se em alegoria de futuros outros, se converte, portanto, em uma imagem que se afasta em muito de um sítio deserto de morte e decadência. A ‘potência de vida’ da ação sem-terra presente nas reportagens analisadas, mesmo naquelas em que sua voz foi calada ou re-significada, se assemelha à alegoria da sucata proposta por Mário Quintana no final de um belo poema que remete, à sua maneira, à proposta de Nietzsche:

“Porque a sucata,
na verdade
(seja o que for que tenha sido)
é um mero estado transitório do material em disponibilidade.
Não tem nada de trágico.
A sucata é o material em férias...
Alegremo-nos, irmãos.
Amigos e inimigos, demo-nos todos as mãos
e dancemos de roda em redor dos destroços
sobre o chão da miséria...
dancemos e cantemos
(chocalhando os ossos)
a nossa mais esperançosa canção...
porque a sucata quanto mais sucata
mais pode vir a ser UMA OUTRA COISA!”⁴⁶⁸

Assim, a festa da autodestruição discursiva sem-terra como instrumento de inscrição de seu devir minoritário no ‘chão da miséria’ do jornalismo hegemônico não é um suicídio niilista passivo. Mesmo que as lideranças mais religiosas do MST não

⁴⁶⁶Refiro-me aqui ao conceito de *Übermensch*, ou ao super-homem, como usualmente foi traduzido o termo utilizado por Nietzsche para se referir a ‘esse outro’ capaz de completar a travessia do niilismo. Pelbart utiliza a tradução de além-do-homem, também adotada nessa tese.

⁴⁶⁷ PELBART, Peter Pál. *Op. Cit.*, 2006a, p. 74.

⁴⁶⁸ QUINTANA, Mário. *Caderno H*, Porto Alegre: Ed. Globo, 1989, p. 40-41.

concordem com as teses de Nietzsche a respeito da impossibilidade da revolução marxista, trata-se, isso sim, da invenção de novas armas capazes de articular sua existência política a partir da constatação da complexidade dos obstáculos que se apresentam diante de seu revide. Com esse entendimento, é possível a transposição da luta discursiva para um outro patamar menos injusto do que o espaço liso da mídia hegemônica contemporânea.

Vale lembrar, finalmente, que o objetivo desse tópico, como do capítulo todo, foi fazer um sobrevôo sem as pretensões de mergulho profundo em algumas características da categoria de ruína que pudessem nos ajudar a amarrar o último aspecto da questão central da tese: em que medida o MST estabelece uma máquina de guerra capaz de inventar revides criativos efetivos numa sociedade cujo controle é cada vez mais total.

Nesse ponto, podemos retomar o conceito de *trauma* de Assmann, articulando-o com o de *alegoria* de Benjamin para entendermos mais um aspecto da natureza produtiva da *ruína discursiva* sem-terra: a criação de novas armas cujo potencial de revide reside na capacidade de converter a violência contra si como argumento discursivo contra o outro.

A esse respeito, cabe recorrer a Negri e Hardt que, ao estabelecer uma diferença entre as novas armas de revide da multidão e ataques terroristas, defendem a idéia central de que “qualquer utilização democrática da violência deve acrescentar também uma crítica das armas”⁴⁶⁹. Assim, o revide da multidão, ao negar as armas do poder hegemônico, fugiriam do simples suicídio que tal enfrentamento provocaria. Os autores aprofundam seu ponto de vista ao separarem o martírio suicida do ‘homem-bomba’, improdutivo porque violento na sua essência, do martírio decorrente do ‘ato violento de injustiça’.

Tal citação nos remete de imediato à mística sem-terra de re-encenação do Massacre de Eldorado dos Carajás. O paralelo que pretendemos fazer é dimensionar a potência positiva dessa ‘mística pela ruína’ como uma das armas possibilitadas pela invenção da complexa máquina de guerra sem-terra. Negri e Hardt explicam ainda mais os usos possíveis do ‘martírio positivo’ como nova arma da multidão:

“nessa forma, o mártir não busca a destruição, sendo antes abatido pela violência dos poderosos. Sob essa forma, o martírio é efetivamente uma forma de testemunho – não tanto das injustiças do poder, mas da

⁴⁶⁹ HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *Op. Cit.*, 2005, 433.

possibilidade de um novo mundo, uma alternativa não apenas àquele poder destrutivo específico, mas a qualquer poder desse tipo”⁴⁷⁰.

Ao falarmos da *ruína discursiva*, estaríamos, portanto, diante de uma das armas sonhadas por Negri e Hardt. Aquelas não meramente destruidoras, mas também constitutivas, elas mesmas, de novas formas de poder. Como o afecto nômade capaz de metamorfosear a ferramenta disciplinada em uma arma potente de ação livre, o ‘testemunho’ materializado na ‘ruína’ do mártir está longe de ser a constatação de sua fraqueza. Pelo contrário, o que irrompe do massacre, como da *ruína discursiva*, é um revide por si só capaz de engendrar novos futuros, como as alegorias sem-terra que da carne de pedra do texto jornalístico se oferecerão, em rastros de fragmentos interpretativos, como vestígios de novos sentidos para o mundo.

4.2 As ciências dos vestígios: a arte de escovar palavras a contrapelo

“Eu tinha vontade de fazer como os dois homens que vi sentados na terra escovando osso”⁴⁷¹. Com esse verso Manoel de Barros abre seu livro a respeito das memórias de infância a partir de um poema-lembrança cuja imagem central pareceria estabelecer a potência do que para ele seria o ofício da poesia. O poema ‘*escova*’ continua nos apresentando a ‘linha de raciocínio’ da analogia a ser proposta:

“no começo achei que aqueles homens não batiam bem. Porque ficavam sentados na terra o dia inteiro escovando osso. Depois aprendi que aqueles homens eram arqueólogos. E que eles faziam o serviço de escovar ossos por amor. E que eles queriam encontrar nos ossos vestígios de antigas civilizações que estariam enterrados por séculos naquele chão”⁴⁷².

A partir da descoberta da ‘verdade’ daquele trabalho, potencializada para o leitor ao extremo quando oferecida a julgamento a partir do olhar da criança para quem tal gesto soa tão sem sentido, o ‘menino-ancião’ pode apresentar o que acreditaria ser a natureza de seu próprio ofício:

“logo pensei de escovar palavras. Porque eu havia lido em algum lugar que as palavras eram conchas de clamores antigos. Eu queria ir atrás dos clamores antigos que estariam guardados dentro das palavras. Eu já

⁴⁷⁰ *Idem, Ibidem*, p. 433-434.

⁴⁷¹ BARROS, Manoel de. *Memórias inventadas: a infância*. São Paulo: Planeta, 2003.

⁴⁷² *Idem, Ibidem*.

sabia também que as palavras possuem no corpo muitas oralidades remontadas e muitas significâncias remontadas. Eu queria então escovar as palavras para escutar o primeiro esgar de cada uma. Para escutar os primeiros sons, mesmo que ainda bígrafos. Comecei a fazer isso sentado em minha escrivaninha. Passava horas inteiras fechado no quarto, trancado, a escovar palavras”⁴⁷³.

Diante desse belo e enfático argumento do poeta, poderíamos concluir simplesmente que a poesia se resumiria à ‘arte de escovar palavras’. A crença na essência de som e de sentido de cada termo leva o ‘ainda-não’ poeta à busca do ‘esgar primeiro’, do clamor mais antigo, em um árduo trabalho de ‘limpeza’ das palavras, como se retirando de cada verbo suas ressonâncias (e seus conflitos) pudéssemos escutar ainda algum som, mesmo que em balbucio.

O poeta, então, propõe um desfecho ao poema que resolve o impasse presente na ilusão do menino: o apelo à sanidade produzido pelos amigos preocupados com o seu isolamento. “Logo a turma perguntou: o que eu fazia o dia inteiro trancado naquele quarto? Eu respondi a eles, meio entresonhado, que eu estava escovando palavras. Eles acharam que eu não batia bem. Então eu joguei a escova fora”⁴⁷⁴.

Tal desfecho oferece, como todos bons poemas, múltiplas possibilidades de leitura. Vemos o poeta ilustrar em sua lembrança o primeiro encantamento com as palavras libertas de sentido e sua vergonha diante da incompreensão dos outros à sensibilidade poética. Quem sabe possamos, também, perceber como caberia à poesia a função de ‘limpar’ das palavras seus sentidos congelados para que, com isso, sejamos capazes de ‘dizer o indizível’, como propõe Otávio Paz em seu conceito de ‘imagem poética’⁴⁷⁵. Ou ainda, e mais simplesmente, é possível que a primeira condição para o desenvolvimento de qualquer relação artística com as palavras seja o gesto de atirar fora, com nossas escovas, qualquer pretensão de certeza de sentidos, interpretações e, como defenderia Deleuze, desejos de comunicação.

Quaisquer que sejam as respostas escolhidas, o poema nos oferece ajuda para pensar de que forma o conceito de *ruína discursiva* aqui proposto tenta dar conta da possibilidade de evidenciarmos, a partir da ‘escova’ da análise teórica, não o sentido

⁴⁷³ *Idem, Ibidem.*

⁴⁷⁴ *Idem, Ibidem.*

⁴⁷⁵ PAZ, Otávio. *O arco e a lira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

primeiro das reportagens e das ações, mas as poeiras dos múltiplos clamores amontoados violentamente pelos destroços unificados da cobertura jornalística.

De modo mais objetivo, depois de mostrarmos como a ruína como categoria de pensamento preserva a potência das forças que atuam na destruição que representa e de explicitarmos que tal destruição pode se converter em um monumento criativo para um novo começo é preciso, agora, averiguar a ‘natureza discursiva’ não-comunicante desses vestígios para pensarmos nos efeitos desses numa ‘leitura crítica’. Como o olhar de revés benjaminiano sobre a história, a diversão poética infantil descrita por Barros ilustra de modo claro como a *ruína discursiva* do MST deixa rastros do “trabalho político” que seria comumente dissimulado pela imprensa.

Nesse sentido, uma volta à leitura de Assmann por Gagnebin permitirá aprofundarmos as características contemporâneas dos *vestígios*. A autora se refere a uma relação também mostrada de modo bastante explícito no poema de Barros: a relação quase intrínseca entre a escrita e o desejo humano de memória. Assim, a palavra materializada por signos visuais seria uma potente metáfora para a lembrança, entre outras razões, por inscrever-se no “fluxo narrativo que constitui nossas histórias, nossas memórias, nossa tradição e nossa identidade”⁴⁷⁶. Com isso, Gagnebin resume de que forma a escrita foi considerada ao longo da história ocidental como o mais importante e duradouro ‘*rastro*’ que o homem foi capaz de deixar.

Assmann, no entanto, lembra como a partir do séc XVIII as certezas a respeito da ‘verdade’ mantida nesse rastro foram gradativamente postas em xeque pelo racionalismo moderno. A conquista representada pela queda das crenças, diagnosticada por Nietzsche, como vimos, levou, à reboque do niilismo, à uma re-significação da idéia da escrita como rastro memorável. Na medida em que os dias atuais nos permitem jogar fora as ‘escovas’ com que atribuímos ‘verdade’ aos vestígios impressos, podemos começar a interpretar o rastro memorável deixado pela escrita menos a partir de seu caráter intencional do que por sua natureza aleatória, tomando, paradoxalmente, mais ao pé da letra o significado usual do termo.

“Rastro que é fruto do acaso, da negligência, às vezes da violência; deixado por um animal que corre ou por um ladrão em fuga, ele denuncia uma presença ausente – sem, no entanto, prejudicar sua

⁴⁷⁶ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Op. Cit.*, p.111.

legibilidade. Como quem deixa rastros não o faz com intenção de transmissão de significação, o decifrar dos rastros também é marcado por esta não intencionalidade. O detetive, o arqueólogo e o psicanalista (...) devem decifrar não só o rastro na sua singularidade concreta, mas também tentar adivinhar o processo, muitas vezes violento, de sua produção involuntária. Rigorosamente falando, rastros não são criados – como são outros signos culturais e lingüísticos –, mas sim deixados ou esquecidos⁴⁷⁷.

Tal definição ampla da natureza contemporânea das possibilidades da escrita como rastro memorável se aplica como uma luva ao conceito de *ruína discursiva* em virtude de algumas razões que precisam ser evidenciadas. Em primeiro lugar, sua ‘presença-ausente’ se assemelha tanto ao caráter transitório da ruptura de sentidos provocada, nos jornais e na terra, pela ação sem-terra, como à natureza temporal ambígua da ruína, apontada por Simmel como o entre-espço no qual o ‘ainda-não’ e o ‘não-mais’ conviveriam em paz.

Trata-se da mesma ‘presença na ausência’, portanto, mencionada por Huysen ao evidenciar o paradoxo de que, no corpo mesmo da ‘utopia de revés’ da ruína, o passado se encontra tão presente em seus resíduos (rastros?) quanto já não mais acessível porque decadente. Essa relação entre tempo e memória é abordada por Simmel com ainda outro aspecto: a constatação de que a ruína “é o sítio da vida, do qual a vida se separou”⁴⁷⁸. Para o sociólogo, os fragmentos emaranhados na ‘nova totalidade’ da ruína preservam, num presente imediatamente visível, vestígios do passado, não como representações simbólicas, mas como elementos concretos que garantiriam às ruínas a mesma sedução que as antiguidades, já que “a ruína cria a forma presente de uma vida passada, não segundo seus conteúdos ou restos, mas segundo seu passado como tal”⁴⁷⁹. Dessa forma, transportar a capacidade aparente de ‘presentificar o passado’ para o nosso conceito de *ruína discursiva* é fundamental devido à importância já mencionada do tema da memória tanto para a imprensa quanto para o MST.

De modo análogo, a *ruína discursiva* permite ainda a materialização dos sentidos propostos pelos sem-terra a partir dos rastros de sua ação nas entrelinhas do texto. Além disso, o segundo aspecto que a definição de rastro por Assmann nos permite relacionar ao

⁴⁷⁷ *Idem, Ibidem*, p. 113.

⁴⁷⁸ SIMMEL, Georg. *Op. Cit.*, 1998, p.143.

⁴⁷⁹ *Idem, Ibidem*, p. 144.

nosso conceito é o fato da tentativa de visibilidade posta em funcionamento pelo MST não precisar ter a intenção explícita de transformar-se em ruína ou de ‘comunicar’ o gesto de silenciamento que se segue aos seus protestos. Nos moldes do conselho deleuziano de ‘não-informar’, a tática nômade aqui analisada atinge sua potência máxima não por materializar no jornal seu contra-discurso, mas por ser capaz de interromper a normalidade do fluxo informativo hegemônico cuja homogeneização de sentidos fora sempre produzida de modo invisível. Tal arma violenta só pode ser enfática por não desejar, como objetivo primeiro, uma contra-comunicação.

Gagnebin cita um ‘exemplo semiótico’ proposto por Lavinias para diferenciar o *rastro* de um *signo* qualquer que pode ilustrar a artimanha discursiva sem-terra da qual a imprensa não consegue escapar: “enquanto os signos, sobretudo os signos lingüísticos, tentam transmitir uma ‘mensagem’ relacionada às intenções, às convicções, aos desejos do seu autor, o rastro pode se voltar contra aquele que o deixou e até ameaçar sua segurança”⁴⁸⁰.

Nas análises desenvolvidas nessa tese nossa preocupação era não perder de vista que o mais importante metodologicamente não era denunciar os aspectos políticos da imprensa em seus gestos de direcionamento de sentidos. Nosso principal objetivo foi evidenciar, empiricamente, a possibilidade de um protagonista de acontecimentos (mera fonte, portanto) ser capaz de impor de modo ativo (mesmo que não-intencional) um ‘modelo interpretativo’ a ser seguido pelo jornalista no desempenho de suas funções.

Desse modo, a habitual ‘rotina produtiva’ jornalística, com seus códigos deontológicos e suas regras profissionais, cuja função primeira seria a de eliminar, amiúde, todos os ‘rastros’ que pudessem evidenciar os direcionamentos de sentido de suas palavras de ordem, se vê interrompida pela emergência violenta de um *acontecimento discursivo* como a ocupação sem-terra. Diante da emergência imposta pela *ocupação midiática* os sentidos, as vozes e as memórias precisam ser re-naturalizados de um modo mais violento do que o regime de objetividade jornalística aconselharia. Com isso, tal como o ‘ladrão em fuga’ de Levinas, o ‘crime perfeito’ do jornalista é denunciado justamente pelos *rastros* abandonados na tentativa de apagar os vestígios de sua ação.

⁴⁸⁰ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Op. Cit.*, p. 115.

A esse respeito, vale lembrar o provérbio chinês citado por Pêcheux para ilustrar uma das propostas centrais da análise do discurso: a de que, do ponto de vista político, todo *signo* é, desde sempre, um *rastro*.

“‘Quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo’. Com efeito, por que não? Por que a análise de discurso não dirigiria seu olhar sobre os gestos de designação antes que sobre os designata, sobre os procedimentos de montagem e as construções antes que sobre as significações?”⁴⁸¹.

Reside nesse pressuposto básico a pretensão analítica dessa tese de centrar seu foco nos momentos discursivos em que o equívoco da estabilidade de sentidos se revela: quando a língua falha é que fica mais evidente a ilusão de transparência de verdade que a sustentava. Em outro texto, Pêcheux aponta o mérito metodológico da ‘Nova História’, desenvolvida por Ariès, Le Goff e Chartier, bem como da arqueologia foucaultiana em “tratar explicitamente o documento textual como monumento. Isto é, como um vestígio discursivo em uma história, um nó singular em uma rede”⁴⁸².

Assim, a cicatriz do monumento de memória clandestina que é a *ruína discursiva* sem-terra acrescenta ao texto jornalístico mais um fragmento de sentido: o da evidência de que sua irrupção em acontecimento discursivo será sempre tão violenta quanto o próprio ato de escrever. Em sua aula inaugural no College de France, Foucault já nos alertava para

“não transformar o discurso em um jogo de significações prévias; não imaginar que o mundo nos apresenta uma face legível que teríamos de decifrar apenas; ele não é cúmplice de nosso conhecimento; não há providência pré-discursiva que o disponha a nosso favor. Deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos em todo caso”⁴⁸³.

Daí a importância da defesa foucaultiana do uso de conceitos da geografia para se referir ao discurso, aplicados ao extremo também nessa tese: com suas ‘sentenças de morte’, o gesto de dar sentidos ao mundo é, por si só, uma construção violenta. Quando questionado, em um debate com geógrafos, a respeito de sua insistência, Foucault

⁴⁸¹ PÊCHEUX, Michel. “*O papel da memória*”, in ORLANDI, Eni (org.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1997. p. 54.

⁴⁸² *Idem*. “*Sobre os conceitos epistemológicos da Análise de Discurso*”, in revista *Escritos*, 4. Campinas: Labeurb/Unicamp, 1999, p. 8-9.

⁴⁸³ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996, p. 53.

argumenta que tais metáforas espaciais “são antes de tudo sintoma de um pensamento ‘estratégico’, ‘combatente’, que coloca o espaço do discurso como terreno e objeto de práticas políticas”⁴⁸⁴. Assim, a proposta de definirmos a complexidade analisada nessa tese como *ruína discursiva* pretende reunir, também, o duplo aspecto violento: das palavras de ordem noticiosas e das rupturas provocadas pelo acontecimento discursivo da ocupação midiática.

Pêcheux, ao debater o papel da memória, nos lembra que todos os sentidos pacificados podem sempre ser submetidos a novas instabilidades. A “regularização discursiva (...), que tende assim a formar a lei da série do legível, é sempre suscetível de ruir sobre o peso do acontecimento discursivo novo, que vem perturbar a memória”⁴⁸⁵. Se pudermos estender essa potência destrutiva aos outros ‘pilares’ formadores do jornalismo como saber-poder (a orquestração das vozes, dos sentidos, do silêncio e o poder de ‘legitimar’ ações) ficará evidente como a *ruína discursiva* sem-terra cumpre seu papel.

E o faz nos moldes das linhas de fuga, cuja natureza do ‘fora’ que pode ser capaz de inventar deve se assemelhar à definição proposta por Fitzgerald, como nos lembra Deleuze: “uma verdadeira ruptura é algo a que não se pode voltar, que é irremissível porque faz com que o passado deixe de existir”⁴⁸⁶. De fato, a normalidade jornalística não será mantida com a mesma facilidade anterior devido ao gesto que, ao mesmo tempo, também fará da ação sem-terra um marco diferente daquele pretendido inicialmente por seus integrantes.

Em resumo, poderíamos dizer que o conceito proposto tenta reunir, de diferentes maneiras, algumas das características básicas dos vários pressupostos teóricos debatidos até aqui. Em primeiro lugar, a *ruína discursiva* cristaliza um embate desigual entre duas forças, ainda assim, não eliminadas de todo. Esse espaço de conflito, no entanto, estabelece uma ruptura com a existência anterior, constituindo-se, portanto, nas bases para um novo começo, não vinculado ao passado, capaz de fazer-se irromper em um devir revolucionário. Ainda assim, e contraditoriamente, a *ruína discursiva* traz, em si, o gesto de converter-se em elemento memorável na medida em que presentifica o passado

⁴⁸⁴ FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.*, 1998, p. 159.

⁴⁸⁵ PÊCHEUX, Michel. *Op. Cit.*, 1997, p. 52.

⁴⁸⁶ DELEUZE, Gilles. “*Da superioridade da literatura anglo-americana*”, in *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992, p. 51.

naquilo que ele já deixou de ser. Como tentamos mostrar ao longo das análises aqui desenvolvidas, será justamente a combinação desses gestos o que permitirá ao ‘pesquisador de vestígios’ a visualização dos rastros, involuntariamente deixados, pelo embate entre o revide sem-terra e sua captura discursiva midiática.

CONCLUSÃO

A título de encerramento das reflexões aqui desenvolvidas propomos uma não-conclusão que nos permita apontar alguns caminhos teóricos a serem seguidos em pesquisas futuras. Além disso, defendemos a idéia central (e otimista) de que talvez seja, de fato, possível, nos dias de hoje, a invenção de revides criativos capazes de estabelecer a emergência de outras visões de mundo, outras interpretações dos acontecimentos passados e possibilidades mais justas de futuros alternativos. Acompanhar de perto a invenção da máquina de guerra nômade por parte dos sem-terra, da irrupção do acontecimento-ocupação à ruína discursiva provocada pelo gesto jornalístico de torná-la pública, nos permitiu entender o funcionamento desse espaço complexo de administração de sentidos, vozes, memórias e legitimidades.

No primeiro capítulo mostramos como o Estado é capaz de capturar os mecanismos de uma máquina de guerra para se defender da exterioridade que o destruiria. Vimos, no entanto, como este mecanismo de defesa potencializa a violência do Estado a níveis ainda mais ameaçadores. Para além, no entanto, dos riscos estabelecidos a qualquer existência diante da irrupção da guerra total, paira ainda a possibilidade da emergência de linhas de fuga criativas.

Será justamente do espaço liso para onde convergem os indivíduos expulsos por uma inclusão precária que emergirá o revide criador do MST, invertendo fluxos, desterritorializando espaços estriados, desnaturalizando sentidos. Como mostramos nos capítulos dois e três, tal gesto violento obriga o espaço liso da imprensa hegemônica a capturar discursivamente, de diversas formas, essa linha de fuga, re-harmonizando o fluxo ameaçado pela ação sem-terra.

A constatação de tal embate nos permite evidenciar o surgimento da *ruína discursiva* do MST. Como todo gesto de captura traz ainda, em sua 'essência', um revide imanente, percebe-se que a efetivação da ruína sem-terra, na carne do texto jornalístico, cicatriza o trabalho da imprensa que até então conseguia sua eficiência discursiva justamente pelo fato de permanecer dissimulado. Diante dessa visibilidade rebelde, a linha de fuga do MST poderá ajudar a construir um novo espaço liso de administração de informações: o das mídias alternativas e independentes, cuja legitimação 'temática' será

realçada pela mesma constatação dos direcionamentos de sentido efetuados pela mídia hegemônica analisados nessa tese.

Em resumo, se faltasse ainda uma última imagem para evidenciar o aspecto nômade da máquina de guerra do MST a melhor delas seria a combinação do que foi mostrado até aqui: a estratégia de construção e legitimação política do MST é inversa ao da construção do capitalismo. Enquanto o Estado captura a máquina de guerra que o destruiria para engendrar sua existência, o MST inventa uma máquina libertadora que é destruída pela máquina capitalista. Será, no entanto, apenas após sua ‘destruição discursiva’ que o movimento poderá marcar com ainda mais ênfase sua recriação. Assim, a potência nômade sem-terra não cessa após ser ‘destruída’ pela máquina de guerra estatal: pelo contrário, pode ganhar ainda mais força.

Nesse aspecto, caberia como desdobramento futuro dessa pesquisa, portanto, uma investigação a respeito da relação entre a potência de *ruína discursiva* exercida como arma política contra o jornalismo hegemônico e a emergência contemporânea de diversas experiências de veículos alternativos, como os centros de mídia independente, ou mesmo as publicações produzidas pelo próprio MST e seus simpatizantes, como o jornal *Brasil de Fato*. Na medida em que fica evidente a impossível objetividade da mídia hegemônica, tais veículos tidos como ‘engajados’, são capazes de transformar a cobertura tradicional defeituosa em pauta inicial para suas ‘coberturas outras’. Tal potência será ainda tão mais enfática quanto a possibilidade de legitimação da mídia alternativa diante dos leitores, sobretudo aqueles decepcionados com a cobertura tradicional, revelada, como vimos, tão pouco justa.

Outro desdobramento analítico seria um estudo histórico mais amplo que conseguisse desenvolver uma genealogia dos diferentes usos do imaginário da ruína como instrumento político-cultural em duas frentes: na história do pensamento ocidental e na história dos revides rebeldes brasileiros. Assim, seria importante mapear as escolas filosóficas, literárias, arquitetônicas e musicais que usaram, de diferentes formas, a categoria da ruína ora como metáfora, ora como alegoria, ora como instrumento para defender uma determinada visão estética, filosófica ou política. Entre alguns exemplos de tais manifestações poderíamos citar o barroco, o gótico, o neogótico, o pitoresco, o

romântico, o simbolismo, o decadentismo, o pensamento de Schopenhauer, Nietzsche e Spengler e a arte de Dostoiévsky e Wagner.

Em outra frente de trabalho, ligada a anterior, seria necessário comparar tais visões com as metodologias dos revides populares históricos (como, por exemplo, o cangaço ou o messianismo). Com isso, seria possível mapear uma genealogia dos diferentes usos de um certo ‘imaginário cultural de ruínas’ também como constituinte de manifestações de enfrentamento. Seria necessário pensar como os revides anteriores, unificados na ‘ruína artificial’ sem-terra aqui analisada, também, de certa forma já organizavam, em suas táticas, diferentes imaginários de ruína em cada época específica. Daí a necessidade de relacionar tais revides com os momentos culturais ou artísticos que lhes fossem contemporâneos. Em resumo, caberia investigar se haveria algo da ruína barroca no revide nômade de Lampião (ou algo de decadentista na profecia de Conselheiro, de que o sertão viraria mar, assustadoramente concretizada na medida em que as ruínas de Monte Santo se encontram, hoje, submersas).

Uma terceira frente consistiria em investigar os desdobramentos da ruína discursiva ao longo da história da imprensa. Dito de outra forma, um trabalho futuro que se dedicasse a aprofundar os aspectos apenas esboçados aqui do conceito de *ruína discursiva* deveria relacionar três frentes de trabalho. À uma ampla genealogia das produções humanas em torno da ruína como categoria do pensamento deveria ser relacionado um estudo analítico da importância desses diferentes imaginários na construção política de revides históricos que integrassem, em sua natureza criadora, tais aspectos específicos. Finalmente, a essa combinação caberia o estudo de sua representação ao longo da história da imprensa brasileira.

É possível ilustrarmos três exemplos do imaginário da ruína marcando momentos históricos importantes no jornalismo brasileiro: a cobertura folhetinesco-factual de Lima Barreto a respeito da derrubada do Morro do Castelo; a crítica e o apoio dado à política do bota-abaixo de Pereira Passos; e as reportagens de João do Rio, dedicadas a pensar a ‘alma encantadora das ruas’ da cidade no início do século.

Além desses aspectos, seria possível, ainda, analisar a cobertura jornalística dos episódios levantados nas outras duas frentes teóricas, contextualizando-as com as especificidades das diferentes condições de produção do jornalismo de cada época. Essa

análise seria fundamental para traçarmos as potências outras presentes no esboço aqui desenvolvido: o de tentar estabelecer princípios analíticos que permitam oferecer subsídios menos conservadores para entender as novas possibilidades de revide para além de uma simples avaliação evolutiva reprodutora do pensamento único vigente.

Com esse objetivo é que propomos, no capítulo quatro, o estabelecimento do referencial a partir do qual as análises específicas aqui desenvolvidas podem ser re-interpretadas: não mais como simples denúncias, mas como as provas evidentes de que é possível, para a fonte, estabelecer-se em ator político ativo em um espaço cujo controle final, ainda assim, não lhe pertence.

Diante disso é que procuramos mostrar, no capítulo dois dessa tese, como o jornalismo constrói seu poder simbólico a partir do estabelecimento de um espaço liso cuja função seria a de administrar o fluxo global e incessante de informações (e palavras de ordem) hegemonicamente estabilizadas. Já nas análises de reportagens, evidenciamos como a *ruína discursiva* inscreve-se no amálgama da costura entre os vestígios da ação sem-terra e do trabalho jornalístico de interpretação.

Pudemos perceber cada um dos quatro pilares fundamentais do jornalismo contemporâneo sendo, gradativamente, posto à prova pela ação sem-terra. Primeiramente quando explicitamos a possibilidade da ocupação em rede se transformar, em virtude da cobertura e das estatísticas cotidianas, no episódio unificado do ‘*abril vermelho*’ de 2004. Ficou claro, naquele momento, como o acontecimento discursivo da ocupação midiática levou a *Folha de São Paulo* a capturar a linha de fuga deslocando o gesto memorável da ação sem-terra em uma análise interpretativa que criticava tanto a violência do movimento como a (in)capacidade política do então presidente da república. Estávamos diante, portanto, do primeiro e mais evidente pilar jornalístico a ser arruinado: o lugar de enunciação da ‘verdade isenta’.

Mais adiante, acompanhamos uma semana da cobertura dos desdobramentos de um massacre de sem-terras desenvolvida pelo jornal *O Globo*. Ao longo da última semana de novembro de 2004, pudemos perceber o segundo fundamento do discurso jornalístico em funcionamento explícito: a orquestração complexa das vozes (e silêncios) que irão compor, em uníssono a fala pseudo-polifônica do jornal. Nesse momento, a capacidade interpretativa, o controle da estratégia de visibilidade sem-terra e o deslocamento do foco

de importância, apenas mencionados na primeira análise, ficam mais do que explícitos na *ruína discursiva* do massacre de Felizburgo.

No capítulo três, foi a vez de mencionarmos ainda dois outros aspectos do controle desempenhado pelo espaço liso midiático. Ao analisarmos a re-interpretação dos fatos históricos pela revista *Veja* pudemos evidenciar o papel da imprensa como guardião da memória oficial hegemônica, além de testemunhar a ação sem-terra se convertendo em um monumento de memória clandestina. Após elencarmos os aspectos principais da máquina de guerra nômade sem-terra, mostramos como o gesto de criminalização do MST, por parte da imprensa, permite ao jornalismo o desempenho de seu *quarto fundamento*: aquele responsável por legitimar as práticas repressoras dos aparatos de violência estatal. Com isso, a *ruína discursiva* traria à exposição pública o caráter de ‘sentença de morte’, habitualmente dissimulado em notícias objetivas.

Desse modo, pudemos ver em breves análises de que forma, pelo menos no que diz respeito à cobertura das ações do MST, o funcionamento prioritário da instância jornalística se dá a partir do controle e da administração de quatro aspectos principais: os *sentidos*, as *vozes* e *silêncios*, a *memória* e a *legitimação política*. Assim, buscamos mostrar, pela construção do conceito de *ruína discursiva*, quais os principais elementos constitutivos desse espaço liso contemporâneo são postos em evidência pela ação nômade. Nosso objetivo foi oferecer pistas para pensar contra quais enfrentamentos os atores políticos contestatórios deveriam posicionar suas armas para que possam, como o MST, instituir seu revide criativo a partir da inscrição política em um terreno que lhes seja *a priori* desfavorável.

Antes de encerrarmos a tese, no entanto, não poderíamos deixar, ainda, de mencionar mais um aspecto da categoria da ruína como instrumento de revide criativo sem-terra: sua possibilidade de transformação e recomeço. Tal aspecto é visto de diferentes formas ao longo da história de vida de cada sem-terra. Será em virtude de uma primeira ruína, a do projeto de vida inserido no paradigma capitalista, que os habitantes dos ‘aglomerados de exclusão’ passarão a agrupar seu revide ‘qualquer’ em torno da potência de multidão presente no espaço liso da ocupação em rede.

É, também, a partir da subsequente ruína da ocupação, ao serem expulsos da propriedade cuja reintegração é exigida judicialmente, que os sem-terra convergem para

os acampamentos às margens das rodovias, a partir dos quais as ajudas governamentais e das instituições de apoio (CUT, CPT) são legitimada como ação humanitária. Em outros momentos, a ruína dos massacres sangrentos, como Eldorado dos Carajás e Felizburgo, permitirá ao MST se converter em mártir capaz de receber o apoio da sociedade civil (e de setores de classe média urbana, não necessariamente de ‘esquerda’).

Finalmente, através da ruína simbólica, representada pela captura midiática aqui analisada, o MST se legitima, para os setores mais à esquerda, como agente político revolucionário. Além disso, sua ação converte-se em uma outra linha de fuga na medida em que oferece as condições interpretativas para que aumente a descrença em relação à objetividade jornalística. É com essa potência que os veículos de mídia alternativa, como mencionamos, instituem a legitimidade de seu dizer-rebelde em relação aos acontecimentos políticos cotidianos.

O debate teórico-filosófico aqui desenvolvido permite-nos, ainda, apontar um último aspecto da ruína como arma sem-terra: a inversão da tendência contemporânea capitalista do ‘paralisante’ culto às ruínas artificiais. Vimos como o MST absorve a apreciação contemporânea pela ruína não para congelá-la em sonhos de passados idílicos, mas para propor revides criativos capazes de inventar futuros alternativos.

Ao levarmos em conta esses múltiplos aspectos, é possível defender a conclusão de que a capacidade sem-terra de plantar ruínas no texto jornalístico não é simplesmente uma forma de semear escombros. Talvez seja mais um modo de escancarar os gestos da guilhotina do que oferecer a própria cabeça em holocausto. Se houve um tempo no qual a ruptura era sinônimo de progresso, em que a tempestade era promessa de flor, quando os sonhos se converteriam em espaço real inevitável, os dias atuais parecem prometer apenas desejos de matéria evanescente.

Diante da constatação da impossibilidade do real, os sonhos já não precisam ser utópicos. As ruínas já não remetem à volta da natureza, até mesmo pela constatação de que essa é cada vez mais superada pela matemática de transgênicos em combinações híbridas. A ruína sem-terra que se anuncia é a construção do novo: uma ruína pós-niilista, talvez tropicalista, da construção de um lugar que possa completar a travessia no mesmo movimento em que abarca os outros lugares e os faça ruir por dentro.

À maneira da máquina capturada que nos submete e engendra com seus sonhos anorexos, uma vez que a vitalidade torna-se supérflua porque ameaçadora, a ação livre ousa desejar outros futuros mais potentes. Os sem-terra o fazem do mesmo modo através do qual a máquina capitalista nos oferece medos que não param de crescer em paralisia de movimento vão. E o fazem como os percursos que já não atravessamos em nossa imobilidade ubíqua e estéril. A nova máquina de guerra, inventada justamente por aqueles de quem nunca nada esperamos, até mesmo por considerá-los desde há muito superados, insiste em fazer ruir, de modo não mais invisível, a frágil armadura do edifício no qual iludíamos nosso desejo de proteção. E o fazem, não por acaso, justamente no momento em que nem mesmo as flores do mal são capazes de prenunciar o fim da modernidade.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Sebastião de. *De Zé Porfírio ao MST: a luta pela terra em Goiás*. Brasília: André Quicé Editor, 2002.
- AGAMBEN, Giorgio. *A comunidade que vem*. Lisboa: Editorial Presença, 1993.
- AGOSTINHO, Santo. *Confissões, Livro X*, in Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- ALBUQUERQUE, Afonso de. “Um outro ‘quarto poder’: imprensa e compromisso político no Brasil”, in revista *Contracampo*, vol. 1, nº4. Niterói: Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, 2000.
- _____. *‘Aqui você vê a verdade na TV’: a propaganda política na televisão*. Niterói: Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação, 1999.
- APPADURAI, Arjun. *Dimensões Culturais da globalização*. Lisboa: Teorema, 2004.
- _____. *Soberania sem territorialidade*, in *Novos Estudos CEBRAP*, 49, nov./1997.
- AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 1994.
- AUTHIER, Jaqueline. “Heterogeneidade(s) Enunciativa(s)”, in *Cadernos de Estudos Lingüísticos XVIII*. Campinas: UNICAMP, 1980.
- BACCEGA, Maria Aparecida e CITELLI, Adílson. ‘Retórica da Manipulação: os sem-terra nos jornais’, in *Revista Comunicação e Artes*, 20, abr/1989. São Paulo: ECA/USP, 1989.
- BALZAC, Honoré de. *Os jornalistas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento*. São Paulo-Brasília: Edunb - Hucitec, 1993.
- BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- BARBOSA, Marialva. “O acontecimento contemporâneo e a questão da ruptura”. In *Revista Semiosfera*, Ano 2, nº1. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2002.

- BARKER, Chris. *Television, globalización e identidades culturales*. Barcelona Paidós, 1999.
- BARRETO, Antonio. *Memória da reforma agrária*. Lisboa: Publicações Europa-américa, 1984.
- BARRETO, Lima. *Os subterrâneos do morro do castelo*. Rio de Janeiro: Dantes, 1999.
- BARROS, Manoel de. *Memórias inventadas: a infância*. São Paulo: Planeta, 2003.
- BATISTA, Nilo. “A violência do Estado e os aparelhos policiais”, in *Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade* nº 4. Rio de Janeiro: Freitas Bastos/ICC, 1997.
- BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: A busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- _____. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- _____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- _____. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Magia, técnica, arte e política. Obras escolhidas, vol.1*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- _____. *Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica*, in, PORTO, Sérgio Dayrell. *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Unb, 2002.
- BERGSON, Henri. *Cartas, conferências e outros escritos*. São Paulo: Nova Cultural, 2005.

- BEY, Hakim. *TAZ: Zona Autônoma Temporária*. São Paulo: Conrad, 2004.
- BHABHA, Hommi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BORGES, Jorge Luis. *Obras Completas*, vols. I, II e III. São Paulo: Globo, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BRANDFORD, Sue e ROCHA, Jan. *Rompendo a cerca: a história do MST*, São Paulo, Casa Amarela, 2004.
- BRETON, David Le. *Do silêncio*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- BUCCI, Eugênio. *Sobre Ética e Imprensa*. São Paulo: Cia das Letras. 2000.
- CALDART, Roseli Salete. *A pedagogia do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1960.
- _____. *Tempo de Arraes: padres e comunistas*. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.
- _____. *Entre o Deus e a Vasilha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- _____. *Crônicas de fim de milênio*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- _____. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- CAMPBELL, Richard. *60 minutes and the news: a mytology for Middle America*. Chicago: University of Illinois Press, 1991.
- CAMUS, Albert. *Diário de Viagem*. São Paulo: Record, 1978.
- CARVALHO, José Murilo de. “*Memória e nacionalidade*”, in Caderno Mais, Folha de São Paulo de 12 de novembro de 2000.
- _____. *Sangue da terra: a luta armada no campo*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

- CASTELO BRANCO, Maria Teresa. *Jovens sem-terra: identidades em movimento*. Curitiba: Ed. UFPR, 2003.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1957.
- _____. *Documentário do nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1968.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano, vol 1: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. *Introdução à história da filosofia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- CHEUICHE, Alcy. *Ana sem terra*. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2001.
- CÓDIGO PENAL. São Paulo: Saraiva, 31a edição, 1993.
- COSTA, Jurandir Freire. *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- COOK, Timothy. *Government with the News: The news Media as a political institution*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Nova Cultural, 2002.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DAVALLON, Jean. "A imagem, uma arte ou memória", in *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.
- DE FLEUR, Melvin e BALL-ROKEACH, Sandra. *Teorias de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1971.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. São Paulo. São Paulo: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- _____. *A imagem-tempo*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. *O Ato de Criação*, in *Folha de São Paulo, Mais*, 27/06/99, p. 5-5.
- _____. e GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol.2. São Paulo: Editora 34, 1997a.

- _____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol.5. São Paulo: Editora 34, 1997b.
- _____. *O anti-édipo*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- DIZARD, Wilson. *A nova mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- DOSTOIEVSKI, F. *Os irmãos Karamázovi*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1985.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. São Paulo: Pontes, 1987.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884). São Paulo: Bertrand, 1998.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: ed. Unb, 2001.
- FEITOSA, Charles (org.). *Nietzsche e os gregos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- FELICIANO, Carlos Alberto. *Movimento camponês rebelde*. São Paulo: Contexto, 2006.
- FERNANDES, Bernardo M. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____ e STEDILE, João Pedro. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 1999.
- FERNANDES, Otávia. *A questão agrária no Brasil*. Belo Horizonte: Simpro-MG, 1997.
- FERRAZ, Maria Cristina Franco. *Platão: as artimanhas do fingimento*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- _____. *Nove variações sobre temas Nietzscheanos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- _____. “*Terrorismo: nós, o inimigo e o outro*”, in PASSETI, Edson e OLIVEIRA, Salete (org.) *Terrorismo*. São Paulo: Educ PUC/SP, 2006.
- FERRER, Christian (org.). *El lenguaje libertario*. Buenos Aires: Altamira, 1999.
- FIDELES, Soraya Regina de Oliveira. *Plantando notícias*. Dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mão, minha irmã e meu*

- irmão*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. *Genealogia del racismo*. Buenos Aires: Altamira, 1996.
- _____. *História da sexualidade I - a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1999.
- _____. *Ditos e Escritos, vol. 4*. São Paulo: Forense Universitária, 2006.
- _____. *O pensamento do exterior*. Lisboa: Fim de Século, 1986.
- FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- GADET, F. e HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso - uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- GANS, Herbert J. *Deciding what's news*. New York: Vintage books, 1980.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- _____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GIL, José. *Portugal hoje: o medo de existir*. Lisboa: Relógio d'água, 2004.
- GOHN, Maria da Glória. *Mídia, terceiro setor e MST*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.
- GONDIM DA FONSECA. *Assim falou Julião*. São Paulo: Fulgor, 1962.
- GORGEN, Frei Sérgio Antônio. *Marcha ao coração do latifúndio*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1998.

- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALLIN, Daniel. *We keep America on top of the world: television and the public sphere*. London & New York: Routledge, 1984.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HARDT, Michael. *A sociedade de controle mundial*. Rio/São Paulo, 1996.
- _____ e NEGRI, Antonio. *Império*. São Paulo: Record, 2001.
- _____ e Negri, Antonio. *Multidão*. São Paulo: Record, 2005.
- HOBBSBAWM, Eric. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense, 1975.
- HOHLFELDT, A. (org.) *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela Memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- _____. *Memórias do modernismo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.
- _____. *En busca del futuro perdido*. México D.F.: Goethe Institut, 2002.
- _____. "Nostalgia for ruins", in *Grey Room*, 23, pgs. 6-21 (Spring, 2006). New York: Columbia University, 2006.
- IANNI, Otávio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- _____. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- IMBERT, Gerard. *Los escenarios de la violencia*. Barcelona: Icaria, 1992.
- JEUDY, Henry-Piere. *A sociedade transbordante*. Lisboa: Século XXI, 1995.
- _____. *Memórias do social*. São Paulo: Forense Universitária, 1990.
- KAFKA, Franz. *Nas galerias*. São Paulo: Estação liberdade, 1989.
- KANT DE LIMA, Roberto. "A administração dos conflitos no Brasil: a lógica da punição", in VELHO, G. e ALVITO, M. *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

- KIRCHHEIMER, Otto - RUSCHE, Georg. *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 1999.
- KUNZCZIK, Michael. *Conceitos de jornalismo: norte e sul*. São Paulo: Edusp, 1997.
- LAZARFELDT, Paul. *The People's Choice*. New York: Columbia University Press, 1948.
- LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LEITE, José Ferrari. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- LINS, Daniel (org.). *Razão nômade*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- LISPECTOR, Clarice. *Água viva*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989.
- _____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo, Cortez, 2002.
- MACHADO, Ana Claudia. *Movimentos sociais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Loyola, 1997.
- MAFFESOLI, Michel. *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*. São Paulo: Record, 2001.
- MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes, 2003.
- MANIN, Bernard. "As metamorfoses do governo representativo", in *Revista Brasileira de Ciências Sociais* n° 29, outubro de 1995.
- MANUAL DE REDAÇÃO DA FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: Publifolha, 2001.
- MARCON, Telmo. *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária*. Passo Fundo: Univ. de Passo Fundo, 1997.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- _____. e REY, German. *Os exercícios do Ver*, São Paulo: Editora Senac, 1999.

- MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- _____. *Caminhando no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.
- _____. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: Ed. Ufrgs, 2003.
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: LTC, 1967.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista (1848)*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- _____. *A Ideologia alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- MATHIESEN, Thomas. “A sociedade espectadora: o ‘panóptico’ de Michel Foucault revisitado”, in revista *Margem*, 8, dezembro/1998. São Paulo: PUC/SP, 1998.
- McCOMBS, Maxwell e SHAW, Donald. “A função de agendamento dos media”. In TRAQUINA, Nelson. *O poder do jornalismo*. Coimbra: Minerva, 2000.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- MENDONÇA, Kleber. *A punição pela audiência: um estudo do Linha Direta*. Rio de Janeiro: Quartet/FAPERJ, 2002.
- _____. “A onda do arrastão”, in *Discursos sediciosos, crime, direito e sociedade*, nº 7 e 8. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.
- MENEZES NETO, Antonio Julio de. *Além da terra: cooperativismo e trabalho na educação do MST*. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.
- MONBIOT, George. *La era Del consenso*. Barcelona: Anagrama, 2004.
- MORAES, Dênis. *O planeta Mídia: tendências da comunicação na era global*. Campo Grande: Letra Livre, 1998.
- _____. (org.). *Por uma outra comunicação*. São Paulo: Record, 2003.
- _____. (org.). *Sociedade midiaticizada*. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

- MORETZSOHN, Sylvia. "A lógica do jornalismo impresso na era do 'tempo real'", in *Discursos sediciosos, crime, direito e sociedade*, nº 7 e 8 - revista do Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999.
- _____. *Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- _____. "Imprensa e criminologia: O papel do jornalismo nas políticas de exclusão social", artigo inédito.
- _____. "Profissionalismo e Objetividade: o jornalismo na contramão da política", in MOTTA, Luiz Gonzaga (Org), *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora da UnB, 2002.
- MORUS, Thomas. *A utopia*. São Paulo: Editorial Escala, 2002.
- MOTTA, Luiz Gonzaga (org), *Imprensa e Poder*. Brasília: Editora da UnB, 2002.
- MUCCI, Latuf Isaisas. *Ruínas e simulacro decadentista: uma leitura de Il Piacere de D'Annunzio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.
- NEGRI, Antonio. *Guias: cinco lecciones em torno a império*. Barcelona: Paidós, 2003.
- _____. *Exílio*. São Paulo: Iluminuras, 2001.
- NEVES, Delma Pessanha. *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas*. Niterói: Eduff, 1997.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Obras incompletas - Os pensadores*. São Paulo: Abril, 1983.
- NOGUEIRA, Adriano. *Sujeitos irreverentes*. Campinas: Papirus, 1993.
- NORA, Pierre. "Entre a memória e a história: a problemática dos lugares". In: *Revista Projeto História*, nº 10, São Paulo: PUC-SP, 1993.
- _____. "O retorno do fato". In: LE GOFF, J. e NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- NUNES, Mônica Rebecca Ferrari. *A memória na mídia*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Ática, 1996.

- ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- _____. *Língua e conhecimento Lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. *Interpretação*. Petrópolis, Vozes, 1996.
- _____. “Maio de 1968: os silêncios da memória”, in *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.
- _____ (org). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1997.
- _____. *A linguagem e seu funcionamento*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *Discurso e leitura*. Campinas: Unicamp, 1988
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PAIVA, Raquel. *O espírito comum*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- PAQUOT, Thierry. *A utopia: ensaio acerca do ideal*. Rio de Janeiro: Difel, 1999.
- PASSETI, Edson e OLIVEIRA, Salette (org.) *Terrorismo*. São Paulo: Educ PUC/SP, 2006.
- PAZ, Otávio. *O arco e a lira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997a.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1997b.
- _____. “O papel da memória”, in ORLANDI, Eni (org.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1997.
- _____. “Sobre os conceitos epistemológicos da Análise de Discurso”, in revista Escritos, 4. Campinas: Labeurb/Unicamp, 1999.
- PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- _____. “Nihilismo e terrorismo: ensaio sobre a vida besta”, in PASSETI, Edson e OLIVEIRA, Salette (org.) *Terrorismo*. São Paulo: Educ PUC/SP, 2006.
- _____. “Travessias do nihilismo”, in FEITOSA, Charles (org.). *Nietzsche e os gregos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

- PESSOA, Fernando (org.). *Arte no pensamento*. Seminários Internacionais Vale do Rio Doce, 2006.
- PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso*. São Paulo: Hackers, 1999.
- POLLAK, Michael. “*Memória, esquecimento, silêncio*”. In *Estudos Históricas*, vol.2 nº 3, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989.
- _____. “*Memória e identidade social*”. In *Estudos Históricas*, vol. 5, nº10. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1992.
- PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Unb, 2002.
- PRADO, J.L.Aidar. “*O perfil dos vencedores de Veja*”. Artigo apresentado no GT Estudos de Jornalismo, COMPOS, 2002.
- QUINTANA, Mário. *Caderno H*, Porto Alegre: Ed. Globo, 1989.
- RAGO, Margareth, ORLANDI, Luiz e VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- RAMONET, Ignácio. *Geopolítica do Caos*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- RAMOS, Sílvia (Org). *Mídia e Violência Urbana*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1994.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2005.
- RIBEIRO, Ana Paulo Goulart. *Memória de Jornalista: um estudo sobre o conceito de objetividade nos relatos dos homens de imprensa dos anos 50*. Artigo apresentado no GT de Jornalismo da COMPOS/2002.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*, São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- RIBEIRO DE SÁ, Geraldo. *A prisão dos excluídos*. Juiz de Fora: Diadorim, 1996.
- RODRIGUES, José Augusto de Souza, “*A economia política do medo*”, in *Discursos sediciosos, crime, direito e sociedade*, nº 2 - revista do Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1996.
- ROSENF AHL, Zeny. *Religião, Identidade e território*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.
- SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Edusp, 2004.
- _____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.
- _____. *Território e sociedade*. São Paulo: Perseu Abramo, 1996.

- SARTRE, Jean-Paul. *As palavras*. São Paulo: Dif. Européia do livro, 1970.
- SCHUDSON, Michael. *Discovering the news: a social history of American newspaper*. New York: Basic Books, 1978.
- SERRES, Michel. *Atlas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- _____. *Vida urbana e identidade personal*. Barcelona: Península, 2001.
- SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio – efeitos da Lei de Terras de 1850*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.
- SIMMEL, Georg. “A ruína”, in SOUZA, Jessé e OELZE, Berthold (org). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Ed. Unb, 1998.
- STEDILE, João Pedro (org). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *História e natureza das Ligas Camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- SOARES, Luiz Eduardo. “Criminalidade e violência política: Rio e Janeiro, São Paulo e perspectivas internacionais”, in *Comunicação e Política*, v.1, nº 2. Rio de Janeiro: Cebela, 1994.
- SODRÉ, Muniz. *O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia*. São Paulo: Cortez, 1992.
- _____. “A sedução dos fatos violentos”, in *Discursos sediciosos, crime, direito e sociedade*, nº 1 - revista do Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1996.
- _____. *A máquina de Narciso; televisão, indivíduo e poder no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1984.
- _____. *Samba, o dono do corpo*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- _____. *Antropológica do espelho*. Petrópolis: Vozes, 2002.

- _____ e PAIVA, Raquel. *O império do grotesco*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- SOLOSKI, John. “O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico”. In TRAQUINA, Néilson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*. Lisboa: Veja, 1993.
- SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.
- SOUSA, Jorge Pedro. *Cadernos de estudos mediáticos II*. Porto: Ed. Univ. Fernando Pessoa, 2000.
- SOUZA, Eduardo Ferreira de. *Do silêncio à satanização*. São Paulo: Annablume, 2004.
- SOUZA, Jessé e OELZE, Berthold (org). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Ed. Unb, 1998.
- SOUZA, Tânia C. Clemente. “Carnaval e memória: das imagens e dos discursos”, in *Contracampo* nº 4, revista do mestrado em comunicação, imagem e informação. Niterói: UFF, 2000.
- SPARKS, Richard. *Television and the drama of crime: moral tales and their place of crime in public life*. Buckingham: Open University Press, 1992.
- TEIXEIRA, Julius Martins. “O homem síntese, crime e loucura”, in *Discursos sediciosos, crime, direito e sociedade*, nº 2 - revista do Instituto Carioca de criminologia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1996.
- TAYLOR, WALTON, YOUNG. *Criminologia Crítica*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- TUCHMAN, Gaye. “A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas”. In TRAQUINA, Néilson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e ‘estórias’*. Lisboa: Veja, 1993.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- TRAQUINA, Nelson. *O poder do jornalismo*. Coimbra: Minerva, 2000.
- VAN DIJK, Teun. *La noticia como discurso*. Barcelona: Paidós, 1990.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- VELHO, G. e ALVITO, M. (org.) *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

- VELTMEYER, Henry e PETRAS, James. *La dinámica social del MST*. Hondarribia: Ed. Hiru, 2003.
- VILCHES, Lourenço. *A migração digital*. São Paulo: Loyola, 2003.
- VIRILIO, Paul. *O espaço crítico*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- _____. *A máquina de visão*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- _____. *A inércia polar*. Lisboa: Ciência Nova, 1993.
- WACQUANT, Loïc. “A globalização da Tolerância Zero”, in *Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade*, nº 9-10. Rio de Janeiro: Freitas Bastos/ICC, 2000.
- _____. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- WEBER, Maria Helena. *Comunicação e espetáculos da política*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- _____. *Los efectos sociales de los media*. Barcelona: Paidós, 1994.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)